

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

CONIMBRIGA

ISSN 0870-1709

**REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)**

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DA REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Esta edição — que se integra nas comemorações do 7.º centenário da Universidade de Coimbra — só foi possível graças ao patrocínio concedido pelas seguintes entidades:

**INSTITUTO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA**

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para recensão,
pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

**DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
PALÁCIO SUB-RIPAS
P — 3000 COIMBRA**

CONIMBRIGA

(Página deixada propositadamente em branco)

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1990

(Página deixada propositadamente em branco)

THIERRY AUBRY

Do Instituto do Quaternário da Universidade de Bordéus I.

MARIA HELENA MOURA

Licenciada em Arqueologia.

REDINHA (POMBAL) —

SUBSÍDIOS PARA A CARTA ARQUEOLÓGICA DA FREGUESIA

“Conimbriga”, XXIX, 1990, 5-37

RESUMO: As prospecções realizadas a partir de uma área surribada para a plantação de pinheiros, na freguesia da Redinha (Pombal), mostram uma forte densidade de ocupação do território atribuível ao Paleolítico, sobretudo nas fases correspondentes aos períodos Antigo e Médio, e ao Neolítico, sendo os vestígios da época romana mais raros.

O sector intermediário, entre o vale da Ribeira de Anços, a menos de 50 metros de altitude, e o planalto de Degracias-Alvorge, situado a cota superior a 350 metros, constitui uma zona favorável à implantação humana, uma vez que estão associados, numa pequena superfície do território, domínios ecológicos variados.

A descoberta de um abrigo calcário gravado, no Vale do Poio Novo, é um dado original, actualmente sem equivalência em Portugal e que merece um estudo aprofundado.

Este trabalho preliminar mostra igualmente que escavações de emergência deveriam ser realizadas, em jazidas de ar livre e de gruta, ameaçadas de destruição.

RÉSUMÉ: Des prospections réalisées à partir d'une zone préparée pour la plantation de pins sur la commune de Redinha (Portugal), ont mis en évidence une forte densité d'occupations attribuables au Paléolithique Ancien, Moyen, Supérieur, Néolithique. Les vestiges d'époque romaine présentent une densité considérablement plus faible.

Ce secteur, intermédiaire entre la vallée de la rivière Anços à moins de 50 mètres d'altitude et le plateau de Degracias-Alvorge (supérieur à 350 mètres), constitue une zone favorable à l'implantation où sont associés sur une faible superficie des domaines écologiques variés.

La découverte d'un abri calcaire gravé dans la vallée du Poio Novo est une donnée originale, actuellement sans équivalent au Portugal, qui mériterait une étude plus poussée. Ce travail préliminaire montre également que des sondages devraient être réalisés sur des gisements de plein air et de grotte menacés de destruction.

(Página deixada propositadamente em branco)

REDINHA (POMBAL)
SUBSÍDIOS PARA A CARTA ARQUEOLÓGICA
DA FREGUESIA*

I — Introdução

I. 1 — *Condicionalismos da pesquisa*

Este trabalho é fruto de uma prospecção de emergência realizada em parte da área inicialmente prevista. O repovoamento florestal de parte da freguesia da Redinha, iniciado no inverno de 1990, levou-nos a iniciar na Primavera seguinte a prospecção da zona a reflorestar. A prospecção, aqui dada a conhecer, só viria a ser concluída no fim do Verão do mesmo ano.

O carácter urgente desta primeira fase do trabalho não permitiu uma preparação prévia que incluísse os levantamentos toponímico e bibliográfico.

A batida de campo não foi feita segundo uma malha homogénea, pois privilegiámos a zona destinada ao futuro pinhal, bem como uma

*** AGRADECIMENTOS:**

Gostaríamos de expressar a nossa gratidão à população dos Poios, pela receptividade com que acolheu este trabalho. À família Rodrigues, que amavelmente nos hospedou, proporcionando as condições que nos permitiram um bom ritmo de trabalho, ficamos imensamente reconhecidos.

Aos Doutores Susana e Vítor Oliveira Jorge, agradecemos a classificação das cerâmicas provenientes das jazidas pré-romanas da nossa prospecção e ainda os conselhos e advertências relativamente ao abrigo ornado.

O Doutor José d'Encamação fez-nos sugestões muito proveitosas aquando da redacção deste artigo, pelo que lhe estamos reconhecidos.

Estamos particularmente gratos ao Professor Jorge de Alarcão que nos fez oportunas correcções, bem como sugestões muito proficuas. Devemos-lhe, ainda, a classificação das cerâmicas provenientes do local denominado Pelónia.

pequena área envolvente. A superfície do território em que se pretende fazer o repovoamento florestal correspondente *grosso modo* aos locais denominados de Poio Novo e de Poio Velho, abrangendo a área que se entrepõe entre estes e que na nossa carta se situa na zona onde se encontram as estações arqueológicas numeradas de 20 a 25.

Os resultados da prospecção estão directamente dependentes do revestimento vegetal e do tipo de lavras efectuadas nos terrenos. As terras, em poio há um longo período de tempo, apresentam mato denso ao ponto de dificultar a marcha e impedir a visão de quaisquer vestígios arqueológicos. Noutros locais, os poisios datam de há menos tempo e a vegetação rasteira permite a prospecção, mas os vestígios arqueológicos são raros tratando-se, por vezes, apenas de objectos isolados. Os sítios a que atribuímos os números 4, 9, 10, 26 e 29 correspondem a esta situação, o que nos impede de propor uma cronologia para os objectos aí encontrados. Efectivamente, foi nos campos lavrados que se fizeram os achados mais abundantes, havendo ainda a registar uma diferença sensível entre as lavras mecânicas e os terrenos cavados à enxada. Assim, alguns dos “vazios” da nossa carta arqueológica podem resultar da impossibilidade de prospecção, ou do facto de a vegetação, mesmo rasteira, esconder os vestígios arqueológicos.

Durante os trabalhos de campo* ainda nos deparámos com outra dificuldade relacionada com a impossibilidade de acesso a pequenas galerias do *karst* por falta de equipamento de Espeleología.

1.2 — *Ficha de inventário*

Para o inventário das estações procurámos elaborar uma ficha simples, de consulta rápida e que reunisse o máximo de informações.

O item que concerne à caracterização e contabilização dos materiais levantou alguns problemas que não conseguimos resolver inteiramente. De facto, efectuámos uma diferenciação dos objectos que não permite a classificação tipológica dos mesmos. Isto é: agrupámos todos os vestígios segundo o critério das matérias-primas, não discriminando a tipologia dos mesmos. Esta situação é o resultado de termos elaborado a ficha em computador e de, por necessidade de execução rápida, termos optado por reduzir ao mínimo o número de campos deste item da ficha. Outro dos problemas é o de não referirmos se os objectos se encontram inteiros ou fragmentados. Ainda aqui é válido o argumento da proliferação dos campos descritivos dos objectos arqueológicos.

Alguns dos materiais não foram quantificados. São normalmente objectos de que não encontrámos senão fragmentos e que carecem de um estudo mais aprofundado, e eventualmente, de colagens. Encontram-se neste caso os vestígios osteológicos, as conchas marinhas, as placas de hematite. Também não quantificámos os fragmentos de *tegulae*, *imbrices* ou *lateres*, por serem muito abundantes.

Não abrimos um item destinado à identificação do local de depósito dos materiais arqueológicos que encontrámos, porque eles estão provisoriamente em nosso poder. Dos materiais exumados em escavações das grutas I e II do Ourão, apenas os vestígios osteológicos se encontram connosco, estando os restantes em poder dos responsáveis pelas escavações. Os objectos referidos nas estações números 3 e 7, de que apenas tomámos conhecimento pela bibliografia, encontram-se dispersos, tendo alguns deles dado entrada no Museu da Figueira da Foz (estão neste caso os machados polidos que A. dos Santos Rocha recolheu na região, bem como os vestígios osteológicos provenientes do “silo” de Caeiros dos Algarves) e outros estando de posse do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Redinha, segundo informação de M. F. F. Cordeiro (CORDEIRO, 1984, p. 163-169) que fotografou vários *pondera*. Ainda segundo a mesma fonte, há moedas romanas provenientes da Roda, que foram levadas para Lisboa.

O mesmo topónimo foi frequentemente utilizado em diferentes estações arqueológicas por desconhecimento dos microtopónimos. Esta situação deve-se ao facto de não termos realizado um levantamento toponímico prévio e, sobretudo, de não termos encontrado quem nos fornecesse essas informações, aquando das prospecções.

Utilizamos as coordenadas U. T. M.

II — Geomorfologia

A área agora prospectada, não sendo uma unidade geográfica bem determinada, situa-se na confluência de um mosaico de micro-regiões, geográfica e geomorfologicamente distintas entre si, constituindo um nicho ecológico variado.

Do ponto de vista geomorfológico, a região objecto deste trabalho identifica-se com a vertente ocidental do planalto de Degracias-Alvorge/escarpa da Senhora da Estrela.

O Doutor Lúcio José S. da Cunha, no seu estudo geomorfológico das serras calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere (CUNHA, 1988, p. 78-81 e 282) interpretou a região como sendo um acidente principal a que corresponde a escarpa mais importante da Senhora da Estrela e Costa do Alvito e como uma escadaria tectónica complexa que faz a ligação com as baixas colinas situadas a ocidente do Rio Anços.

O limite ocidental do planalto que coincide com a linha limítrofe oeste da nossa prospecção, caracteriza-se pelo confinar dos calcários do Dogger.

O Batoniano e o Bajociano foram difíceis de distinguir de um ponto de vista litológico, bem como de nível geológico, e possuem silicificações de volume por vezes importante, como é o caso de Vale da Sorsa. As silicificações, sob forma de nódulos irregulares, e de tamanhos por vezes superiores a cinquenta centímetros, apresentam cristalizações variáveis e de diferentes qualidades de grão e foram utilizadas pelas populações pré-históricas. Os depósitos detríticos terciários ou cretácicos, existentes em toda a superfície prospectada, foram igualmente utilizados para a extracção de seixos de quartzo e de quartzite.

A presença de matérias-primas siliciosas na zona intermédia entre a falha principal e o Rio Anços, foi provavelmente um polo importante de ocupação humana e pode explicar a elevada densidade de estações arqueológicas do Paleolítico.

As indústrias líticas descobertas não fornecem dados cronológicos novos no que concerne aos depósitos detríticos estudados pelo Doutor Lúcio Cunha na obra acima referida.

III — As estações arqueológicas

III — 1. Paleolítico Antigo e Médio

A comprovar a ocupação humana desta pequena parcela do território, durante o Paleolítico Antigo e Médio, encontrámos várias estações arqueológicas. São elas correspondentes aos pontos números: 6; 8 (Est. IX); 13 (Est. VII); 21 (Est. Vili); 22; 23 (Est. VI); 24 e 28 da nossa carta. A estas poderão, eventualmente, vir a juntar-se outras, no caso de num futuro próximo virmos a encontrar fósseis directores em alguns dos locais onde, até agora, na ausencia de peças típicas, apenas registámos a exis-

tênda de vestígios os quais aparecem na nossa carta associados ao símbolo indeterminado.

Merece um reparo o facto de todas as jazidas corresponderem a locais de ar livre, embora não seja impossível que os estratos mais profundos das grutas venham a revelar ocupações antigas.

As estações que numerámos de 21 a 24 encontram-se ameaçadas de destruição pelo repovoamento florestal previsto para esta área. A realizarem-se, as escavações de emergência poderão permitir um melhor conhecimento das tipologias e mesmo afinar as cronologias relativas destes dois períodos do Paleolítico que, numa recolha de superfície, achámos conveniente juntar. Em alguns casos, as séries encontram-se muitíssimo roladas e isso permite pensar que são as mais antigas; contudo, a ausência de estudos estratigráficos e o desconhecimento absoluto das condições de jazida impedem-nos de fundamentar assim uma tal distinção cronológica.

III — 2. *Paleolítico Superior*

A presença do homem durante o Paleolítico Superior deixou vestígios em dois locais, assinalados com os números 2 e 16.

Desde o início da década de 80 que se deram a conhecer os vestígios solutrenses da gruta do Ourão (RIBEIRO, J. C., 1982). Esta jazida é ainda referida por (CORDEIRO, 1984, p. 158-162). As escavações, no entanto, não puderam identificar o local exacto de proveniência dos materiais líticos, mas admitiu-se que seria impossível fazê-lo corresponder à galeria do *karst* que então se escavou (informação que devemos aos responsáveis pelas escavações).

As escavações realizadas numa galeria superior, a que se chamou Ourão II *, revelaram que esta foi utilizada como sepultura colectiva, durante a Pré-história Recente. Não se escavaram, porém, todos os níveis até à rocha, em toda a superfície das sondagens e, portanto, não estão esgotadas as hipóteses de averiguação da ocupação, durante o Paleolítico Superior. As prospecções agora efectuadas, na superfície do pequeno maciço calcário onde se abrem as grutas, forneceram um conjunto de peças líticas que apresentam fortes semelhanças com os objectos

* Agradecemos estas informações aos responsáveis das escavações, uma vez que se encontram ainda inéditas.

do solutrense exumados na galena inferior do *karst*. No local prepara-se uma plantação de pinheiros, pelo que a jazida de ar livre se encontra ameaçada de destruição. Escavações de emergência poderiam confirmar a suposição que avançamos, a título de hipótese de trabalho, de que a ocupação do solutrense corresponde a um *habitat* de ar livre; as peças primeiramente encontradas poderiam ter migrado para a gruta I por infiltração. Esta hipótese não exclui, contudo, a utilização da rede *karstica* para outros fins.

Pensamos que será lícito considerar duas estações diferentes neste local: a superfície do maciço, local de proveniência dos objectos líticos que se encontraram agora, e a galeria, denominada Ourão II, onde foi parcialmente escavada uma sepultura colectiva datável da Pré-história Recente.

A Buraca Grande (n.º 16), gruta que ocupa uma situação destacada no Vale do Poio Novo e que oferece um espaço suficientemente amplo para *habitat*, também foi ocupada durante o Paleolítico Superior. Os materiais que recolhemos à superfície são prova disso (Est. IV e V). Eles encontram-se, porém, misturados com outros, mais recentes: cerâmicas (Est. III, n.º 13), vestígios osteológicos de fauna e humanos, o que nos interdita, para já, de pretender atribuir uma cronologia mais precisa, uma vez que parte dos objectos líticos podem ser provenientes da ocupação datável da Pré-história Recente.

Esta gruta tem a sua jazida arqueológica ameaçada de destruição, aliás já iniciada quando vieram aqui buscar terras “férteis” para os campos de batatas. Ela é muito frequentada por pastores e respectivos rebanhos, bem como por caçadores, espeleólogos e praticantes de montanhismo. Em alguns locais, o paleossolo encontra-se desprotegido, uma vez que os sedimentos mais móveis foram retirados. Só poderemos avaliar os prejuízos através da observação de cortes estratigráficos. A parte mais profunda da gruta não parece ter sofrido alterações aquando da extracção, pois aí não se pode andar em pé e talvez ainda exista a hipótese de recuperar a estratigrafia original da jazida.

Das várias jazidas arqueológicas a que não considerámos prudente atribuir uma cronologia precisa, algumas poderão vir a aumentar o número de estações datáveis deste período mais recente do Paleolítico.

III. 3 — *A Pré-história Recente*

As jazidas arqueológicas números 2, 14, 20 (Est. III, n.ºs 8 a 11), 21 (Est. III n.º 1 a 7) 22, 23, 24, 25 e 27, que pertencem à Pré-história forneceram em alguns casos um número importante de objectos arqueológicos. A primeira destas, chamada gruta II do Ourão, é uma sepultura colectiva, onde se efectuaram duas campanhas de escavações. Os ossos encontram-se em nosso poder, mas o seu estudo não está concluído. Durante as prospecções verificámos que alguns vestígios osteológicos estão à vista e esta situação pode contribuir para a destruição do que resta desta jazida arqueológica.

Outras estações arqueológicas do mesmo período cronológico são de ar livre. Muitas delas situam-se na área destinada a repovoamento florestal, estando entre estas as numeradas de 20 a 25. Escavações de emergência poderiam fornecer, mais uma vez, elementos decisivos para a interpretação deste tipo de ocupação do território que se traduz por uma tão elevada concentração de vestígios.

O local assinalado sob o n.º 27 apenas forneceu um fragmento de machado polido, mas decidimos cartografá-lo porque a prospecção foi aqui rápida, e como se situa na área periférica do futuro pinhal, contamos refazer a batida de campo. Em toda a prospecção, os machados polidos foram sempre achados em contextos arqueológicos coerentes, razão que justifica, pensamos, a cartografia desta estação.

A Buraca Grande, onde se encontraram os materiais representados nas estampas II, III e IV, forneceu um fragmento de cerâmica cuja cronologia poderá ser atribuída ao campaniforme. A recolha de superfície não permite interpretar correctamente o sítio que também foi frequentado no Paleolítico, e que, entre outros materiais, forneceu ossos humanos. Talvez os materiais datáveis da Pré-história Recente estejam relacionados com as sepulturas.

III. 4 — *Romano*

A existência de vestígios romanos na zona agora prospectada é reconhecida de há muito. A estação da Roda foi objecto de uma primeira referência datada de 1908 (ROCHA, 1908c) e posteriormente outros autores se lhe referem: (ALARCÃO, 1988) e (CORDEIRO, 1984). Na nossa carta ela recebeu o n.º 3, mas apenas tomámos conhecimento da sua

existência através da bibliografia. A esta, podemos agora juntar outras, que cartografámos com os números 1, 5, 6, 11 e 12. Cumpre-nos dizer que, não tendo feito nenhum levantamento toponímico prévio, apenas nos limitámos a cartografar os vestígios que encontrámos aquando das prospecções. Destas, as jazidas números 1 e 6 estão ameaçadas de destruição, ambas pela abertura recente de estradas.

Segundo SAA (1956), um ramal secundário de uma via romana passaria nesta zona; a toponímia é também sugestiva neste sentido, mas o carácter urgente deste trabalho não nos permitiu procurar os seus vestígios.

III. 5 — *Indeterminado.*

Doze das jazidas agora cartografadas não puderam ser cronologicamente classificadas por falta de artefactos típicos. Em alguns casos, a recolha de superfície não pôde reunir senão alguns objectos incaracterísticos. Noutros casos há materiais abundantes mas não se encontraram fósseis directores.

Em nove destes locais todos os objectos recolhidos são líticos, o que poderá vir a aumentar o número de jazidas atribuíveis ao Paleolítico.

A Buraca Escura (n.º 19) forneceu vestígios osteológicos que permitem identificar aqui uma jazida paleontológica interessante, mas não foi ainda achado qualquer vestígio arqueológico.

Sob o n.º 7 e associado ao símbolo indeterminado, encontrou-se uma estrutura arqueológica (ROCHA, 1908a) que talvez possa ser datada do Neolítico, mas Santos Rocha admitiu a possibilidade de se tratar de um achado do Calcolítico (*op. cit.* p. 196). Tivemos conhecimento desta jazida arqueológica através da bibliografia e ainda não prospectámos o local. Aliás, M. F. Cordeiro diz não ter encontrado o microtopónimo Caeiros dos Algarves (CORDEIRO, 1984, p. 184). Pensamos que ele se simplificou e que poderá corresponder a Caeiro que ainda aparece na carta Militar 1: 25 000 editada pelos Serviços Cartográficos do Exército em 1947, junto do geodésico da Redinha. Esta situação está de acordo com a localização dada por Santos Rocha (*op. cit.* p. 197). Este investigador parece admitir que o achado se pode interpretar como uma sepultura colectiva escavada na rocha, embora nunca use este termo. Afirma, no entanto, que o silo se assemelha aos de Acébuchal e Campo Real e que estes são sepulturas colectivas. O achado de ossos humanos (nomea-

damente de um húmero imaturo) com características que considera semelhantes às dos vestígios osteológicos provenientes dos dólmens, vem corroborar a hipótese de se tratar, de facto, de uma sepultura colectiva escavada na rocha. A estrutura, escavada no calcário brando, era campaniforme e estava já muito destruída quando *d* investigador figueirense visitou o local. Pôde ainda constatar que as paredes foram escavadas com “*herminettes* de pedra ou com machados chatos de pedra ou cobre” (*op. cit.* p. 198). Fez igualmente a constatação de que o monumento fora descoberto e despojado da quase totalidade do seu conteúdo bem como novamente fechado por intermédio de uma mó de pedra, mas na Redinha ninguém tinha já memória do sucedido e, na interpretação popular, o “silo” fora esconderijo feito na época das invasões francesas. Para além de alguns vestígios osteológicos, que S. Rocha examinou, não há notícia de quaisquer outros achados arqueológicos. H. N. Savory (SAVORY, 1968) cartografa esta jazida arqueológica (p. 119, carta n.º 37), classificando-a de “túmulo escavado na rocha tipo silo”. No texto, no entanto, não se lhe refere e não indica a sua fonte bibliográfica. Pensamos que é legítima a interpretação dada por este autor.

O n.º 14 da nossa carta corresponde a toda a vertente norte do Vale do Poio Novo, onde os achados arqueológicos são abundantes. No entanto, as cerâmicas são representadas por fragmentos extremamente pequenos, frequentemente provenientes de peças não torneadas, embora alguns sejam manifestamente recentes. Encontrámos, igualmente, materiais Uticos: alguns sílices talhados e retocados, quartzitos talhados e um machado de pedra polida (Est. III n.º 12). Informaram-nos no local que antigamente se cultivaram batatas nesta encosta do vale. Talvez se encontre aqui a explicação para o facto de os achados serem feitos numa superfície tão extensa e simultaneamente para o estado extremamente fragmentário dos materiais.

IV — Abrigo sob rocha ornado com gravuras

Abrigo sob rocha situado no segundo nível geológico do Vale do Poio Novo, corresponde, na nossa carta, ao local assinalado com o número 18 associado ao símbolo indeterminado. A “pala” é suficientemente proeminente para que este se demarque da paisagem envolvente. Não há sedimentos no chão do abrigo.

As insculturas situam-se na parede vertical virada a SE. A descoberta destas gravuras provocou-nos alguma surpresa, pois passámos várias vezes em frente ao abrigo sem as vermos. De facto, elas não saltam imediatamente à vista a partir de qualquer dos dois caminhos de pé posto que se podem utilizar nesta zona do vale. Talvez por isso se preservaram até agora, embora já tenham sido alvo de reavivagens e de gravações recentes. Esta zona, apesar de inhóspita, é muito frequentada por pastores, caçadores, espeleólogos e praticantes de montanhismo. Estes últimos são particularmente “perigosos”, pois introduzem nas paredes calcárias objectos metálicos destinados a facilitarem a prática daquele desporto. O nosso receio de que elas venham a ser alvo de mais “grafitos” levou-nos a não indagar as populações locais sobre o microtópico do abrigo e impediu-nos de averiguar do conhecimento das referidas gravuras.

Não possuindo qualquer experiência neste tipo de estações arqueológicas, vários são os problemas com que nos temos deparado. Por isso, esta referência ao abrigo ornado deve entender-se como notícia do achado que integramos na carta arqueológica da freguesia da Redinha.

O levantamento que fizemos em plástico transparente, à escala 1:1, é o que apresentamos na Est. XIV. A redução foi obtida por meio de fotocópias sucessivas. Este método, que porventura não é o melhor, pois admitimos desde já não ter registado integralmente o que oferecem as superfícies historiadas, foi o único ao alcance dos nossos meios e conhecimentos.

As gravuras, tanto quanto pudemos ver, ocupam quatro painéis verticais de cor castanha clara (CAILLEUX, s.d. M 69) e também uma tonalidade de castanho alaranjado (CAILLEUX, *op. cit.* P 57). Este facto merece ser destacado, pois verificámos que ele se não encontra senão aqui, associado às gravuras. Prospectámos várias centenas de metros quadrados de paredes, abrigos e grutas que o *karst* oferece e constatámos que existem enormes superfícies coloridas em vários tons dos quais distinguimos os alaranjados (CAILLEUX, *op. cit.* M 45 e P 37), que se demarcam das cores mais abundantes, que são o cinzento (CAILLEUX, *op. cit.* P 31) e o bege claro (CAILLEUX *op. cit.* K 71). À superfície em que foram feitas as gravuras chama-se, vulgarmente, “couve-flor”, dada a semelhança com o aspecto exterior daquele vegetal.

As insculturas foram feitas segundo técnicas diferentes, sendo as inscrições recentes a fino traço contínuo. Quase todos os motivos foram alvo de reavivagens, que podem ter tido lugar em diferentes períodos de

tempo e que quase sempre deturpam, em maior ou menor grau, as figurações antigas. As reavivagens podem ainda ter como consequência a deturpação do tipo de técnica de gravação dos motivos originais, como nos parece ser o caso de várias das figuras.

A numeração dos painéis obedeceu ao critério seguinte: segundo a ordem em que aparecem quando percorremos o vale no sentido W-E. A nosso ver, as figurações são principalmente antropomorfos, de diferentes estilos. Eles têm em comum o facto de serem de pequenas dimensões podendo os maiores ultrapassar de pouco os 30 centímetros de altura. Alguns dos personagens parecem estar calçados de sapatos ou botas, no que encontramos semelhanças com certos antropomorfos pintados do abrigo da Fraga D'Aia, em Paredes da Beira (JORGE, V. O., *et alii*, 1988, p. 118, figura 8).

O carácter original deste achado, sobretudo ao nível da temática e ainda porque se trata de um abrigo gravado em domínio *karstico*, levanta o problema da integração deste conjunto de gravuras no complexo da arte rupestre post-glaciar, em território português. A despeito das recentes descobertas neste domínio da arqueologia nacional, e de termos percorrido grande parte da literatura dedicada à arte post-paleolítica, não pudemos encontrar paralelos para este abrigo ornado, no nosso País. Ainda assim afiguram-se lícitas as semelhanças de várias das nossas gravuras com algumas figurações provenientes de outras estações de arte rupestre. No painel 1, o motivo representado no canto superior esquerdo, a estar incompleto, seria comparável a uma das figuras do Complexo do Vale do Tejo (S. Simão), o tipo "B 10" de BAPTISTA, A. M.; MARTINS, M. M.; SERRÃO, E. da C. (1978), figura 9. Imediatamente abaixo deste encontramos um antropomorfo esquemático, que nos parece idêntico ao que publica ALVARO BOBADILLA (1988), figura 10 (o carácter extremamente sumário desta referência bibliográfica impede-mos de saber se se trata de pinturas ou de gravuras, bem como de citar o nome do monumento de origem sabendo-se unicamente que a região de proveniência é a norte da Serra de Guadarrama). Ainda neste painel encontramos outros antropomorfos que foram integrados em orifícios naturais de contorno circular. A leitura desta parte inferior do painel é dificultada pela existência de muitas reavivagens e de deturpações várias dos motivos originais. Mesmo assim, no conjunto de gravuras do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa) existe um antropomorfo semi-esquemático (BAPTISTA, A. M., 1983, p. 60, figura 5), que pode servir de paralelo aos aqui gravados.

No painel 2 existem três figurinhas antropomórficas, diferentes entre si. Na coluna da esquerda, vemos, na parte superior, uma representação esquemática da figura humana, já parcialmente destruída, pois o membro superior esquerdo terá desaparecido. Somente a extremidade cefálica foi gravada a cheio, o corpo sensivelmente rectangular foi apenas delimitado. Abaixo deste encontra-se um antropomorfo fállico, de um estilo muito singular. A figura da coluna da direita, embora de contorno semelhante a esta última, foi gravada a cheio e apresenta no baixo ventre uma pequena depressão. Ela é comparável ao tipo “F 52” do Vale do Tejo (S. Simão) (BAPTISTA *et alii*, *op. cit.*).

O painel 3 apenas representa uma figura humana cuja cabeça está encimada por um chapéu, capacete ou ornamento com cornos. Não temos conhecimentos de outras representações semelhantes a esta se considerarmos que no Vale da Casa (BAPTISTA, 1983, *op. cit.* p. 67 figura 16 e 68) e na estação de arte rupestre exterior do Escoural em Évora (GOMES, R. V.; GOMES, M. V.; SANTOS, M. F. 1983, p. 298) se trata de motivos esquemáticos e seguramente de bucrânios. A nossa figura não é esquemática e não levanta dúvidas quanto ao seu carácter antropomórfico mas o tipo de levantamento agora efectuado pode induzir-nos em erro, uma vez que pudemos verificar que há reavivagens antigas e que estas podem deturpar o motivo original.

O painel 4 apresenta algumas gravuras de leitura difícil. Estes motivos poderão representar os membros inferiores e o corpo de antropomorfos esquemáticos e nesse caso seriam semelhantes à figurinha humana do canto superior esquerdo do painel 2. Mas elas podem eventualmente ser interpretadas de outros modos.

V — As estações arqueológicas ameaçadas de destruição

Das vinte e seis estações arqueológicas inéditas aqui dadas a conhecer, doze encontravam-se, no período em que decorreram as prospecções (Setembro de 1990), ameaçadas de destruição. Assim, a jazida número 2 está sujeita a destruição pois parte da área de terra que cobre a superfície do maciço encontra-se preparada para a plantação de pinheiros e, na galeria II, alguns vestígios osteológicos estão à vista e à mercê de quem a frequentar. Em terrenos igualmente preparados para repovoamento florestal, encontram-se as estações numeradas de 20 a 25.

A abertura de estradas, recentemente, constitui factor de ameaça para os locais números 1, 4 e 6. O terreno de proveniência de materiais arqueológicos da jazida n.º 1 está parcialmente surribado para o plantio de eucaliptos.

Duas das grutas do Vale do Poio Novo denominadas Buraca Grande e Buraca Escura, respectivamente números 16 e 19, merecem medidas de protecção, pois os vestígios jacentes encontram-se em processo de degradação. Da primeira foram levadas terras “férteis” para campos de batatas, ficando o paleossolo completamente desprotegido, numa área razoável. Sendo esta cavidade muito frequentada, urgente se torna tomar medidas que impeçam a continuação da destruição já iniciada. A Buraca Escura, onde o paleossolo se encontra parcialmente à vista, é alvo de visitas e servirá, certamente, de abrigo, pois existem fogueiras no interior.

VI — Conclusões

Vários são os períodos cronológicos que não estão representados na nossa carta: o Mesolítico, a Idade do Ferro, o Visigótico, o Árabe. A exiguidade da parcela do terreno que prospectámos pode estar na origem destas lacunas, mas elas podem igualmente ter outras explicações. No estado actual dos nossos trabalhos, parece-nos prematuro tentar compreender o povoamento humano e o modo como se processou ao longo do tempo.

Afigura-se-nos digna de nota a grande concentração de estações arqueológicas na área onde a terra foi profundamente remexida. Isto leva-nos a pensar ser esta uma região de potencial arqueológico considerável, o que, só por si, constitui um incentivo à continuação das prospecções agora iniciadas. A existência de gravuras, com características de certo modo originais, num abrigo sob rocha do Vale do Poio Novo, parece confirmar esta ideia e dá consistência às nossas suspeitas.

Estas expectativas carecem de confirmação; porém, os resultados das escavações de emergência, que se justifica fazer antes do repovoamento florestal e do calcetamento das estradas, poderão tomar-se em elementos de avaliação mais concretos do potencial arqueológico agora sugerido, bem como fundamentar certas directrizes de trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de 1988 — *Roman Portugal*, II voi, fase. 2, p. 101, n.º 185.
- ALVARO BOBADILLA, E., 1988 — *Nuevos grupos de arte rupestre en la meseta norte*, “Arqueologia”, n.º 18, G.E.A.P., Porto, p. 105-109.
- BAPTISTA, A. M., 1983 — *O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa {Vila Nova de Foz Côa}*, “Arqueologia”, n.º 8, G.E.A.P., Porto, p. 57-59.
- BAPTISTA, A. M.; MARTINS, M. M.; SERRÃO; E. C. 1978 — *Felskunst im Tejo-Tal São Simão (Nisa, Portalegre), Portugal*, “Madrider Mitteilungen”, n.º 19, p. 89-111.
- CAILLEUX, A. (s.d.) — *Notice sur le code des couleurs des sols*.
- CUNHA, E. J. S. da, 1988 — *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Física, Fac. de Letras, Univ. de Coimbra, p. 81 e 282.
- CORDEIRO, M. F. F., 1984 — *Contributo para o levantamento arqueológico do concelho de Pombal*. Trabalho escolar apresentado no Inst. de Arqueologia da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. Manuscrito.
- FERREIRA, A. M. S.; LAPA, M. F. 1987 — *Carta Arqueológica do Concelho de Soure*. Trabalho escolar apresentado no Inst. de Arqueologia da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra. Dactilografado.
- GOMES, R. V., GOMES, M. V.; SANTOS, M. F., 1983 — *O Santuário exterior do Escoural. Sector NE (Montemor-o-Novo, Évora)* “Zephyrus”, n.º 36, p. 287-307.
- JORGE, V. O.; BAPTISTA, A. M.; JORGE, S. O.; SANCHES, M. de J. SILVA, E. J.; SILVA, M. S.; CUNHA, A. L., 1988 — *O abrigo com pinturas rupestres da Fraga D Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira)*—Notícia preliminar, “Arqueologia”, n.º 18, G.E.A.P., Porto, p. 109-130.
- MANUPPELLA, G.; ZBYSEWSKI, G; FERREIRA, O. V., 1978 — *Carta Geológica de Portugal*, 1/50000, Notícia Explicativa da Folha 23-A.
- RIBEIRO, J. P. C, 1982 — *4 indústria Útica da gruta do Ourão (Redinha, Pombal)*. Notícia preliminar, “Arqueologia”, n.º 5, G.E.A.P., Porto, p. 27-31.
- ROCHA, A. dos S., 1908a — *Silo pré-histórico da Redinha*. “Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha”, T. I, n.º 7, Figueira da Foz, p. 196-198.
- ROCHA, A. dos S. 1908b — *Mobiliário neolítico esparsos na freguesia da Redinha, Concelho de Pombal*, “Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha”, T. I, Figueira da Foz, p. 215-216.
- ROCHA, A. dos S., 1908c — *Estação Luso-Romana de Roda*. “Boletim da Sociedade Archeológica Santos Rocha”, T. I, n.º 7, Figueira da Foz, p. 247-248.
- SAA, M. 1956 — *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio* Voi. II, p. 188 a 197.
- SAVORY, H. N.. 1968 — *Espanha e Portugal*. Ed. Verbo, Lisboa, n.º 14.

INVENTÁRIO DAS ESTAÇÕES

1. *Pelónia*

Folha n.º 262 P: 4430,9; M: 535,5. Altitude: 40 m

Descrição: Terreno plano situado na margem direita da Ribeira do Ourão.

Conservação: Ameaçado; abertura de estrada recentemente.

Cronologia: Indeterminado e romano.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica bordos	2
	Cerâmica <i>tegulae</i>	
	Debitagem quartzite	7
	Utensílios sílex	2
	Debitagem sílex	27
	<i>Nuclei</i> sílex	5
		<hr/>
		43

Observações: Apesar da uniformidade e homogeneidade do material lítico aqui recolhido não é possível precisar a cronologia dos sílices.

2. *Gruta do Ourão*

Folha n.º 262 P: 4430,8; M: 535,9. Altitude: 63 m

Descrição: Maciço que cobre as Grutas I e II do Ourão.

Conservação: Ameaçado; terreno preparado para pinhal.

Cronologia: Paleolítico Superior. Pré-história Recente.

Bibliografia: Ribeiro (1982); Cordeiro (1984).

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmicas panças	
	Debitagem quartzite	13
	<i>Nuclei</i> quartzite	1
	Debitagem quartzo	4
	Utensílios sílex	2
	Debitagem sílex	17
		37

Observações: Os materiais líticos encontrados aqui apresentam fortes semelhanças com os objectos líticos provenientes de Ourão I; a escavação permitirá esclarecer as relações entre os dois locais dos achados. Em Ourão II alguns vestígios osteológicos encontram-se desprotegidos.

3. *Roda*

Folha n.º 262 P: 4428,1; M: 536,15. *Altitude:* 55 m

Cronologia: Romano.

Bibliografia: Alarcão (1982); Cordeiro (1984); Rocha (1908).

Observações: Não realizámos prospecção neste local bem assinalado na bibliografia.

Cordeiro (1984), p. 163-179 leu muita bibliografia sobre os achados aqui feitos. Remetemos para as obras citadas pela A. Visitou o local, tendo encontrado: *tegulae* e *imbrices*, *lateres*, muros de tanques revestidos a *opus caementicium*, uma mó de 43 cm de diâmetro. Recolheu *pondera*, estando estes de posse do Presidente da Junta de Freguesia.

4. *Vale da Sor sa*

Folha n.º 262 P: 4429,5; M: 538,1. *Altitude:* 210 m

Descrição: Estrada recentemente aberta: início da descida para Alvito.

Conservação: Ameaçado pela construção da estrada apenas rasgada agora.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem sílex	1
		1

Observações: O achado de um só objecto arqueológico pode dever-se ao estado dos terrenos que envolvem a estrada: matos. A continuação dos trabalhos pode trazer à luz outros vestígios.

5. Redinha

Folha n.º 262 P: 4428,8; M: 536,45. *Altitude:* 100 m

Descrição: Encosta calcária, não lavrada, daí o reduzido número de achados.

Conservação: Não ameaçado.

Cronologia: Indeterminado, romano.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica <i>tegulae</i>	
	Debitagem sílex	1
	<i>Nuclei</i> sílex	1
		2

Observações: O material lítico é apenas constituído por duas peças em sílex que, não sendo fósseis directores, não permitem classificação cronológica. Dos vestígios romanos apenas algumas *tegulae*.

6. Ahito

Folha n.º 262 P: 4428,8; M: 537,5. Altitude: 170 m

Descrição: Encosta a NW da aldeia. Terrenos de vinha e estradas.

Jazida de sílex.

Conservação: Ameaçado o local que contém abundantes *tegulae*: estrada.

Cronologia: Paleolítico Inferior e Médio. Romano.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica <i>tegulae</i>	
	Utensílios sílex	6
	Debitagem sílex	52
	<i>Nuclei</i> sílex	1
		59

Observações: Os materiais do Paleolítico encontram-se na vinha, não ameaçados. As *tegulae*, ao contrário, encontram-se abundantemente no local onde passam as estradas: a antiga e a recentemente rasgada. A destruição está, assim, em curso.

7. Caeiros dos Algarves

*Folha n.º 262 P: *; M: *. Altitude: **

Descrição: “Silo” escavado na rocha.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Cordeiro (1984); Rocha (1908a).

Observações: Rocha (1908): A notícia da descoberta de um “silo” levou este autor a deslocar-se à Redinha. Ainda pôde ver um “silo” aberto na rocha (calcário brando). Este foi descrito como sendo um “silo” de gran-

* O local não foi por nós prospectado; por incerteza da localização exacta, ele figura na nossa carta na área urbana da sede de freguesia.

des dimensões (80 cm de diâmetro da abertura; 500cm de diâmetro do fundo; 450 cm de profundidade total). Ainda encontrou alguns ossos provenientes do interior, de que destacamos um húmero humano, imaturo. Não efectuámos prospecções no local, que Cordeiro (1984), p. 184, diz não ter podido encontrar. Pensamos, porém, que ele poderá ter sido simplificado e corresponder ao topónimo Caeiro que ainda consta da carta militar de 1947, junto ao geodésico da Redinha.

8. *Alvito*

Folha n.º 262 P: 4428,4; M: 537,1. Altitude: 150m

Descrição: Campo lavrado a E. do povoado do Alvito.

Conservação: Campo onde a lavra não parece ser ameaça para a jazida arqueológica.

Cronologia: Paleolítico Inferior e Médio.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem quartzite	1
	<i>Nuclei</i> quartzite	1
	Utensílios sílex	8
	Debitagem sílex	39
	<i>Nuclei</i> sílex	7
		56

Observações: Boa concentração de materiais em sílex. Uma lavra mais profunda pode pôr em risco a estação arqueológica.

9. *Monte do Meio*

Folha n.º 262 P: 4427,7; M: 538,25. Altitude: 260 m

Descrição: Encosta E. da falésia da S.^{ra} da Estrela.

Conservação: Não ameaçado pois a lavra é feita à enxada.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem sílex	3

Observações: A escassez dos objectos líticos aqui encontrados não permite uma classificação cronológica precisa. Os terrenos envolventes não são cultivados, o que deve estar na origem da dificuldade de se encontrar mais material.

10. *Monte do Meio*

Folha n.º 262 P: 4427,6; M: 535,8. Altitude: 240 m

Descrição: Encosta W. do Monte do Meio. Depósito de cascalho. Jazida de sílex.

Conservação: Não ameaçado.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem quartzo	1
	Utensílios sílex	2
	Debitagem sílex	3
		6

Observações: Apenas se encontraram algumas lascas em sílex. Atribuição cronológica mais precisa impossível.

11. *Terras do Alcaide*

Folha n.º 262 P: 4427,3; M: 537,3. Altitude: 199 m

Descrição: Encosta W. do Monte do Meio. Terreno ocupado por matos.

Conservação: Não ameaçado actualmente.

Cronologia: Romano.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica <i>tegulae</i>	-----

Observações: Prospecção difícil pela existência de matos muito abundantes.

12. Poios

Folha n.º 262 P: 4427, 0; M: 538, 1. Altitude: 250 m

Descrição: Junto de um lapiás a E. do povoado.

Conservação: O local não parece ameaçado por construções actuais.

Cronologia: Romano.

Bibliografia: Inédito.

Observações: No local apenas encontramos fragmentos de *tegulae*.

13. Vale do Poio Novo

Folha n.º 262 P: 4425,9; M: 538,1. Altitude: 140 m

Descrição: Vertente N. da estrada W. do Vale do Poio. Jazida de sílex.

Conservação: O local não parece ameaçado actualmente; terra não cultivada.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Utensílios quartzite	14
	Debitagem quartzite	34
	Utensílios quartzo	1
	Debitagem quartzo	2
	<i>Nuclei</i> quartzo	2
	Utensílios sílex	3
	Debitagem sílex	53

14. Vale do Poio Novo

*Folha n.º 262 P: * M: * Altitude: **

Descrição: Materiais provenientes de toda a vertente N. do vale.

Conservação: Poisio, pastagens.

Cronologia: Indeterminado; Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica bordos	2
	Cerâmica decorações	1
	Cerâmica panças	55
	Machados polidos	2
	Debitagem quartzite	5
	Utensílios sílex	1
	Debitagem sílex	5
	<i>Nuclei</i> sílex	1
		72

Observações: A encosta N. do Vale forneceu diversos tipos de materiais: Uticos e cerâmicas. Estas são sempre constituídas por pequenos fragmentos incaracterísticos, por vezes manifestamente recentes. Dentre os achados Uticos destacamos um machado de pedra polida e fragmento doutro.

* Os achados aqui considerados não provêm de um local preciso: foram recolhidos ao longo de toda a vertente N. do vale.

15. Vale do Poio Novo

Folha n.º 262 P: 4426,0; M: 538,5. Altitude: 300 m

Descrição: Abrigo sob rocha na vertente N. do vale.

Conservação: Local não ameaçado.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem quartzo	1
	Debitagem sílex	2
		3

Observações: Abrigo situado no 5.º nível geológico do vale (nível 1 é o leito do curso de água temporário). Camada de sedimento muito concretionada e pouco espessa cobrindo parcialmente o chão do abrigo.

16. *Buraca Grande, V. do Poio Novo*

Folha n.º 262 P: 4425,5; M: 538,65. Altitude: 270 m

Descrição: Gruta da vertente N. do Vale; 4.º conjunto litológico, bem situada.

Conservação: Ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Superior. Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica asas	1
	Cerâmica bordos	8
	Cerâmica fundos	2
	Cerâmica decorações	1
	Cerâmica panças	12
	Conchas marinhas	
	Hematite	
	Ossos humanos	
	Ossos fauna	
	Utensílios quartzite	8
	Debitagem quartzite	4
	<i>Nuclei</i> quartzite	1
	Utensílios quartzo	2
	Debitagem quartzo	29
	<i>Nuclei</i> quartzo	3
	Utensílios sílex	9
	Debitagem sílex	51
	<i>Nuclei</i> sílex	6

137

Observações: Gruta que oferece boas condições de *habitat*; muito frequentada por pastores, rebanhos e caçadores, encontra-se também ameaçada porque fornece terra “fértil para batatas”. Na área revolvida, o paleossolo está bem visível, à mercê dos frequentadores.

17. Vale do Poio Novo

Folha n.º 262 P: 4425, 9; M: 538, 2. *Altitude*: 170 m

Descrição: Depósito de cascalho na vertente N. do Vale.

Conservação: Local não ameaçado.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Utensílios quartzite	1
	Debitagem quartzite	3
	Utensílios sílex	2
	Debitagem sílex	8
		14

Observações: A prospecção nestes depósitos de cascalho é difícil; o material apresenta-se muito rolado. Neste caso, os vestígios líticos não são suficientemente abundantes para propor uma cronologia mais precisa.

18. Vale do Poio Novo

Folha n.º 262 P: 4425, 85; M: 538, 6. *Altitude*: 150 m

Descrição: Abrigo sob rocha situado no segundo nível geológico do vale.

Conservação: Ameaçado se não de destruição, pelo menos de voltar a ser algo de grafitos.

Cronologia: Indeterminada.

Observações: O abrigo apresenta gravuras rupestres de cronologia indeterminada, nesta fase preliminar do trabalho. As reavivagens de parte dos motivos dificultam a “leitura” dos mesmos e o tipo de levantamento agora efectuado não permite qualquer interpretação. Limitando-nos a noticiar e cartografar o achado. Dedicamos-lhe, no entanto, o capítulo IV.

19. Buraca Escura V. do Poio Novo

Folha n.º 262 P: 4425, 8; M: 538, 45. *Altitude*: 300 m

Descrição: Gruta da vertente S. do Vale; 4.º conjunto litológico.

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Indeterminada.

Bibliografia: Inédita.

Observações: Nesta gruta não se encontram, até agora, quaisquer vestígios arqueológicos. Os achados são de natureza osteológica e, de entre os fragmentos característicos, apenas pudemos identificar restos de fauna. Ainda que não tenhamos tido a oportunidade de mostrar os dentes e ossos aqui encontrados a um paleontólogo, foi-nos possível distinguir grandes e pequenos herbívoros, bem como omnívoros e carnívoros. Isto permite-nos considerar que há, aqui, uma jazida paleontológica interessante.

20. Outeiro de Já Vou

Folha n.º 262 P: 4425, 75; M: 537, 15. *Altitude*: 160 m

Descrição: Vertente W. do Outeiro, estrada rasgada recentemente.

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Pre-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica bordos	4
	Cerâmica fundos	1
	Cerâmica decorações	' 1
	Cerâmica panças	83
	Machado polido	1
	Percutor	1
	Utensílios quartzite	1
	Debitagem quartzite	1
		93

Observações: Na área preparada para plantação de pinheiros e onde passa a estrada. Grande abundância de materiais arqueológicos, sobretudo em cerâmicas que, sendo muito grosseiras, são também muito semelhantes entre si. A escavação permitirá interpretar o sítio.

21. *Outeiro de Já Vou*

Folha n.º 262 P: 4425, 6; M: 537, 9. Altitude: 170 m

Descrição: Vertente E. do Outeiro, estrada rasgada recentemente.

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio. Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Percutores	3
	Utensílios quartzite	46
	Debitagem quartzite	225
	<i>Nuclei</i> quartzite	14
	Utensílios quartzo	2
	Debitagem quartzo	5
	<i>Nuclei</i> quartzo	1
	Utensílios sílex	18
	Debitagem sílex	30
	<i>Nuclei</i> sílex	2
		346

Observações: Na área preparada para plantação de pinheiros e onde passa a estrada. Grande abundância de materiais arqueológicos, sobretudo do Paleolítico. A escavação poderá trazer à luz outros elementos de maior interesse para melhor compreensão dos níveis de ocupação.

22. *Outeiro de Já Vou*

Folha n.º 262 P: 4425, 35; M: 537, 4. Altitude: 170 m

Descrição: Vertente E. do Outeiro, estrada rasgada recentemente.

Conimbriga, 29 (1990), 5-37

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio. Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização: Designação	Quantidade
Cerâmica bordos	2
Cerâmica fundos	2
Cerâmica decorações	1
Cerâmica panças	95
Utensílios quartzite	44
Debitagem quartzite	56
<i>Nuclei</i> quartzite	8
Utensílios quartzo	1
Debitagem quartzo	1
<i>Nuclei</i> quartzo	
Utensílios sílex	4
Debitagem sílex	8
<i>Nuclei</i> sílex	

222

Observações: Na área preparada para plantação de pinheiros e onde passa a estrada. Grande abundância de materiais arqueológicos, sendo a cerâmica homogénea e grosseira. Dentre o material lítico, a série antiga encontra-se muito rolada e patinada.

23. *Outeiro de Já Vou*

Folha n.º 262 P: 4425,5; M: 537,6. *Altitude:* 210 m

Descrição: Vertente W. do Outeiro, estrada rasgada recentemente.

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio. Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica bordos	2
	Cerâmica paças	23
	Machado polido	1
	Percutor	1
	Utensílios quartzite	1
	Debitagem quartzite	29
	<i>Nuclei</i> quartzite	1
	Utensílios sílex	2
	Debitagem sílex	8
		68

Observações: Na área preparada para plantação de pinheiros, os materiais arqueológicos são em menor abundância que nas estações arqueológicas vizinhas; mas as diferentes séries recolhidas apresentam-se consideravelmente homogêneas entre si.

24. Outeiro de Já Vou

Folha n.º 262 P: 4425,2; M: 537,45. Altitude: 180 m

Descrição:

Conservação: Ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio; Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica asas	i
	Cerâmica bordos	i
	Cerâmica paças	28
	Debitagem quartzite	75
	<i>Nuclei</i> quartzite	23
	<i>Nuclei</i> sílex	1
	Machado Polido	1
	Percutores	2
		132

25. Passada Má

Folha n.º 262 P: 4425, 1; M: 537, 85. Altitude: 220 m

Descrição: Vertente W. do Outeiro, estrada rasgada recentemente.

Conservação: Ameaçado.

Cronologia: Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédita.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Cerâmica pansas	4
	Debitagem quartzite	17
	<i>Nuclei</i> quartzite	1
	Debitagem sílex	3
	<i>Nuclei</i> sílex	1
		26

Observações: Área preparada para plantação de pinheiros, sendo os materiais arqueológicos pouco abundantes. A escavação poderá fornecer outros elementos mais esclarecedores do tipo de estação arqueológica aqui assinalada.

26. Vale do Poio Velho

Folha n.º 262 P: 4424, 75; M: 538, 25. Altitude: 340 m

Descrição: Vertente N. do Vale, gruta pequena e plataforma de sedimentos.

Conservação: Local não ameaçado.

Cronologia: Indeterminado.

Bibliografia: Inédita.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem quartzite	2
	Debitagem quartzo	1
		3

Observações: A gruta, resultante do alargamento de uma falha natural, está sobranceira a pequena plataforma de sedimentos concrecionados onde se encontraram vários fragmentos quartzíticos talhados.

27. *Corte*

Folha n.º 262 P: 4424, 8; M: 538, 5. *Altitude*: 350 m

Descrição: Vertente S. da Cabeça da Corte.

Conservação: Local não ameaçado.

Cronologia: Pré-história Recente.

Bibliografia: Inédito.

Observações: Pequeno campo lavrado onde apenas se encontrou um fragmento de machado polido. O local merece uma prospeção mais aturada.

28. *Vale do Poio Velho*

Folha n.º 262 P: 4424, 6; M: 538, 3. *Altitude*: 320 m

Descrição: Vertente N. do vale, depósito de cascalho.

Conservação: Local ameaçado.

Cronologia: Paleolítico Antigo e Médio.

Bibliografia: Inédito.

Contabilização:	Designação	Quantidade
	Debitagem calcário	2
	Debitagem quartzite	1
	Debitagem quartzo	1
		4

Observações: Prospeção difícil no depósito de vertente. Os materiais arqueológicos encontram-se misturados com o cascalho anguloso. É difícil avançar hipóteses sobre a origem exacta destes materiais bem como explicar por que se encontram misturados com o cascalho.

29. *Lapa de Jagardo*

Folha n.º 262 P: 4423, 8; M: 536, 28. *Altitude*: 220 m

Descrição: Sobre o montículo onde existe a gruta. Terreno não lavrado.

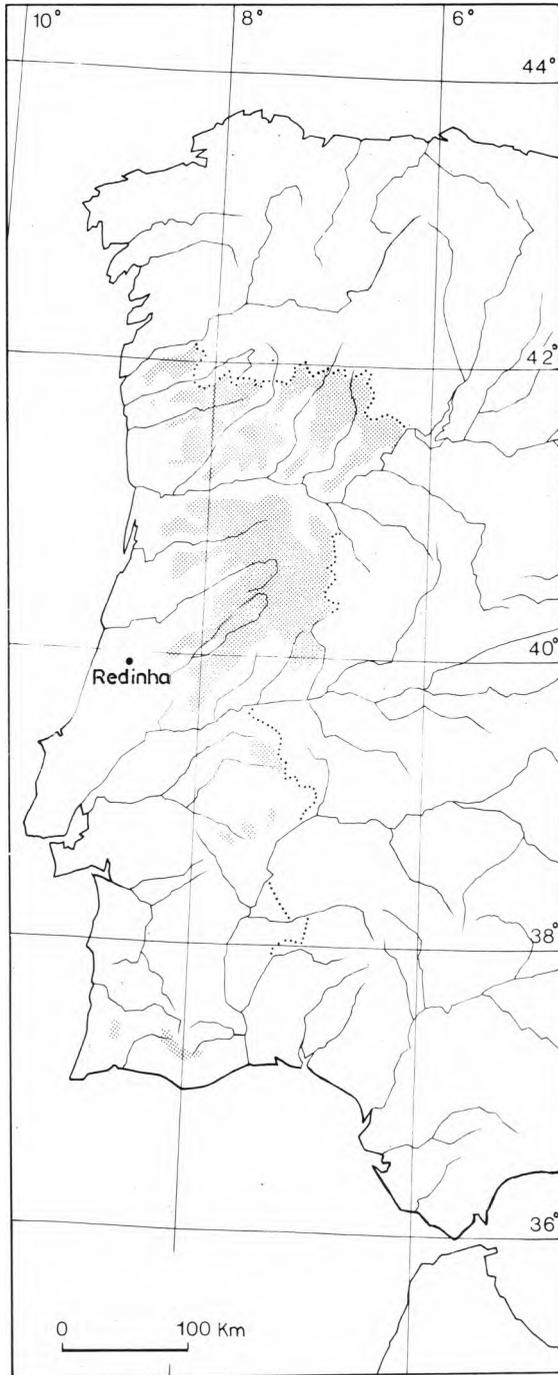
Conservação: Local não ameaçado.

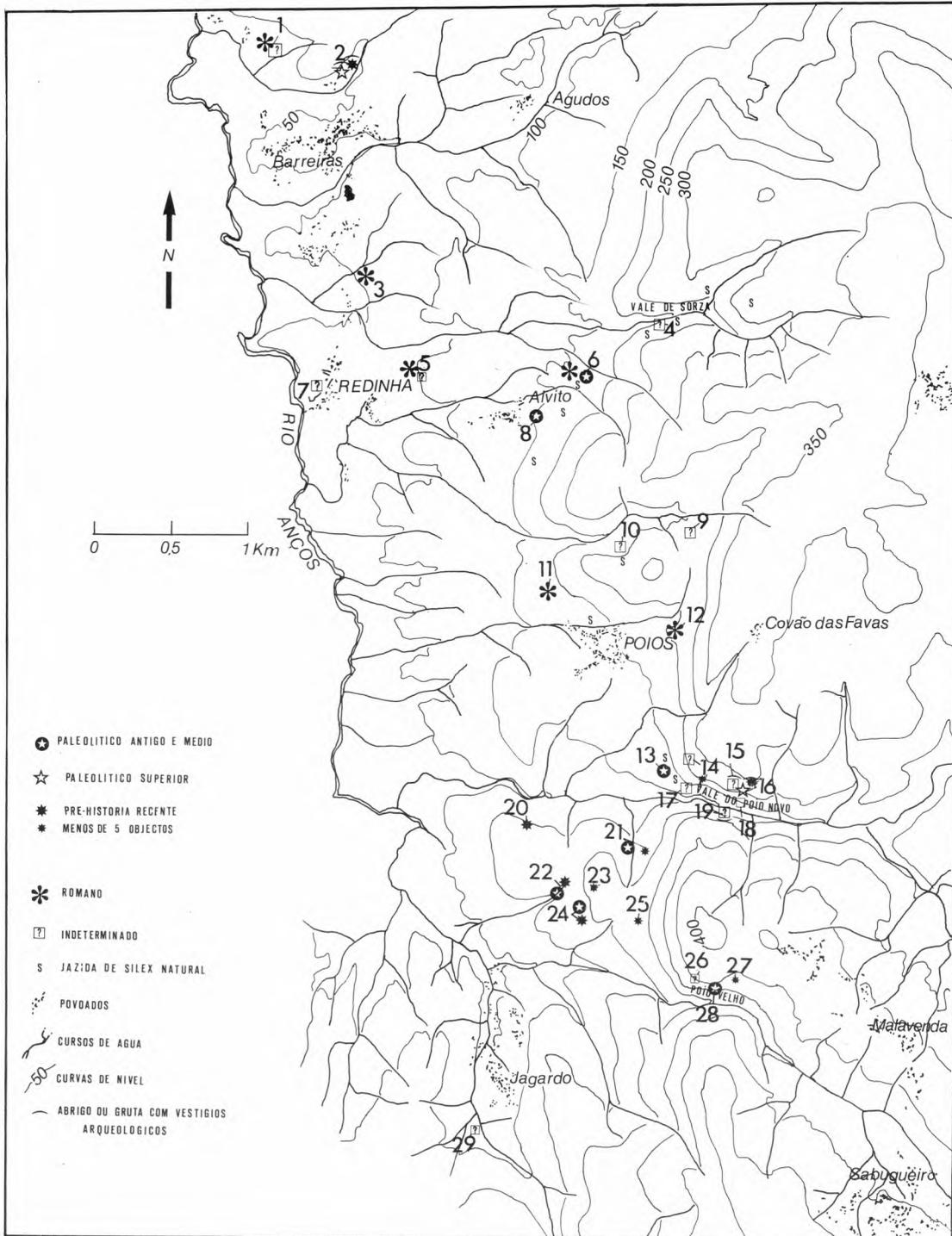
Cronologia: Indeterminado.

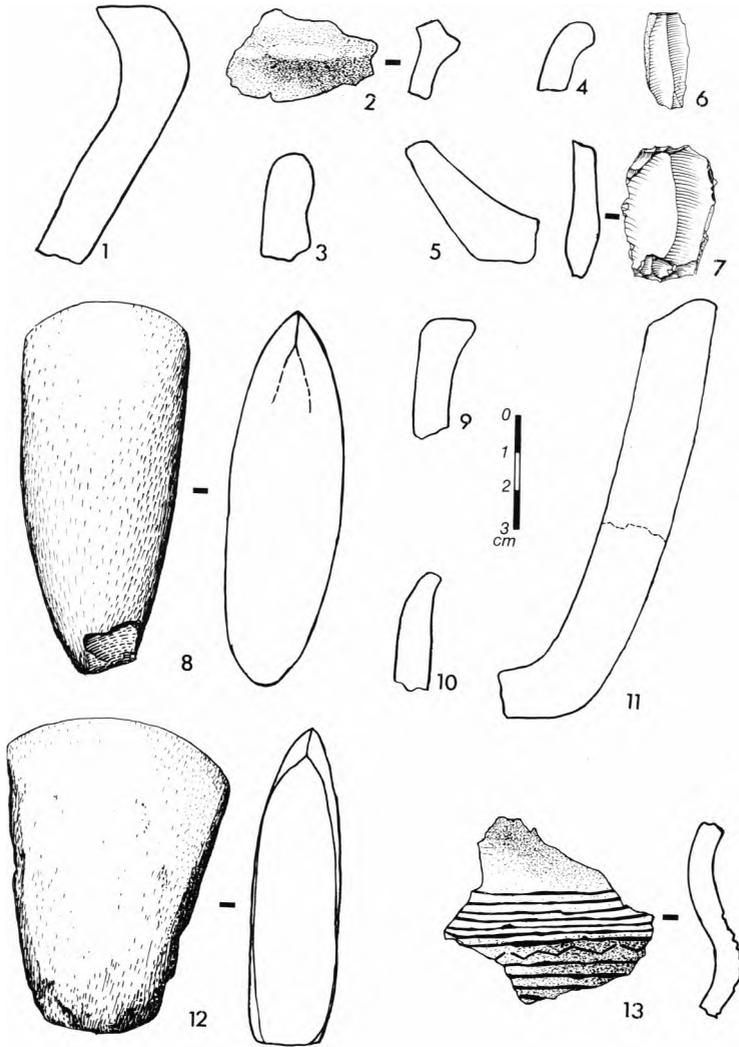
Bibliografia: Inédito.

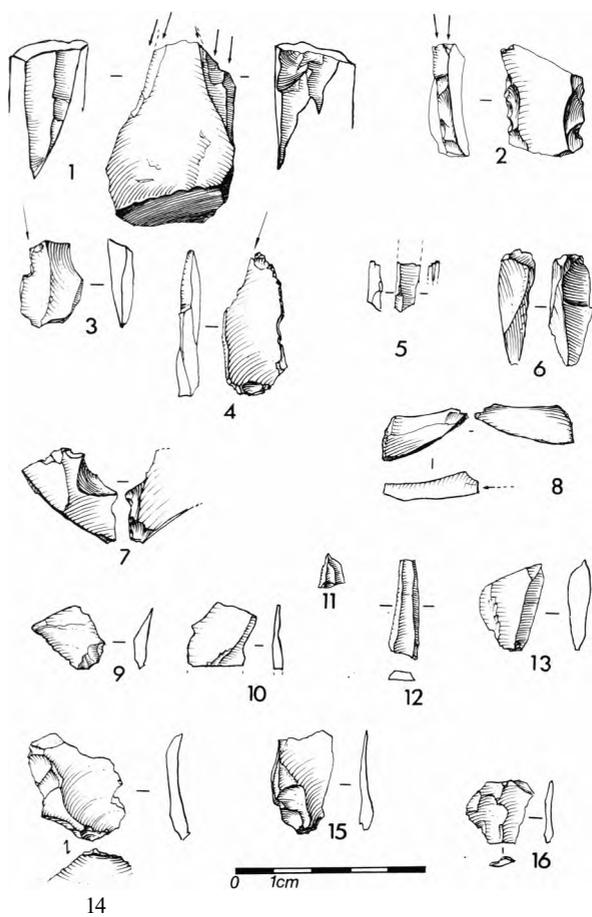
Observações: Prospecção que necessita de ser refeita; o facto de os terrenos não serem lavrados dificulta o achado de vestígios. Apenas encontramos um pequeno sílex talhado, à superfície, nas imediações da gruta.

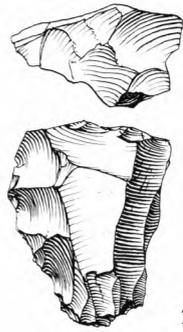
(Página deixada propositadamente em branco)

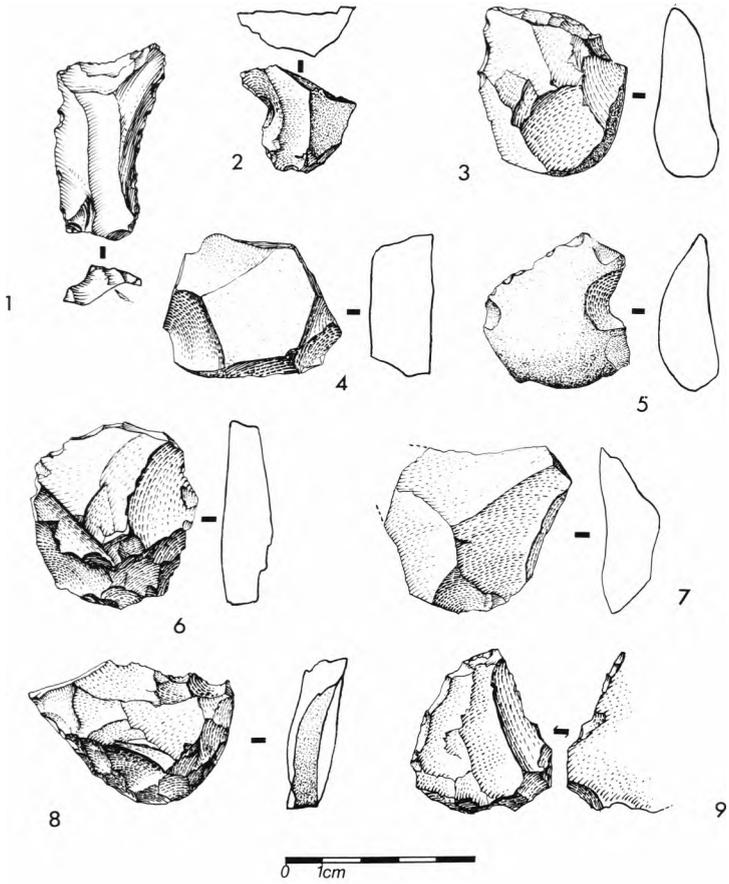


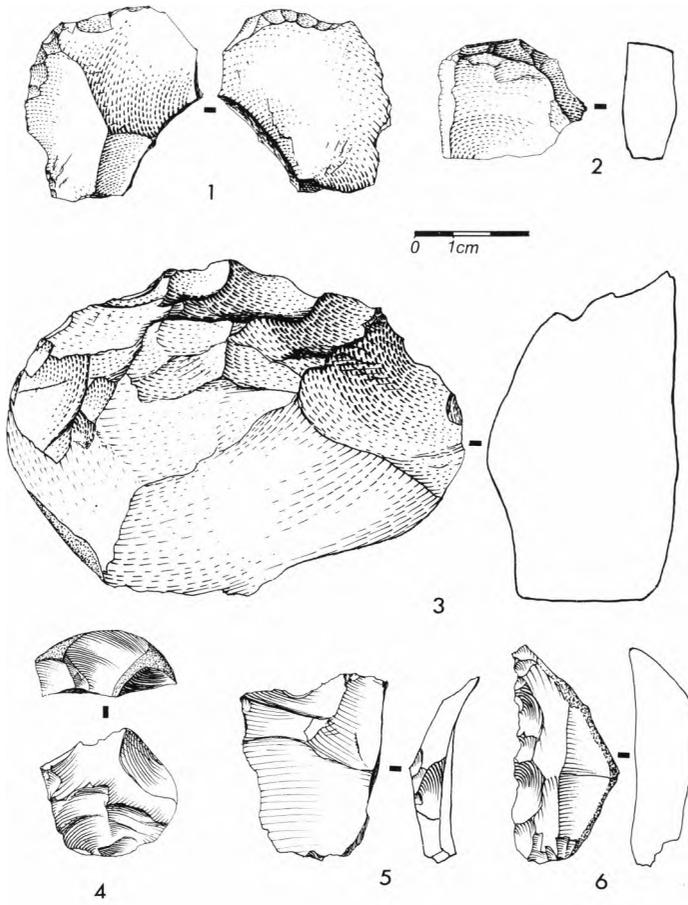




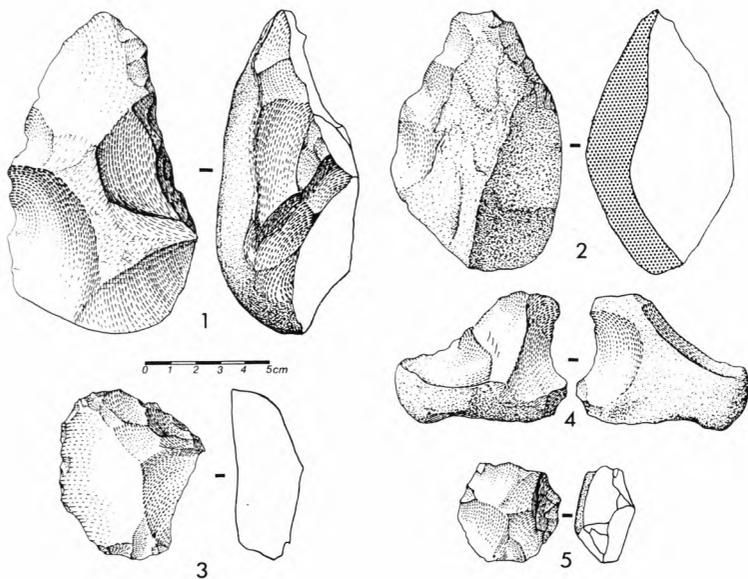


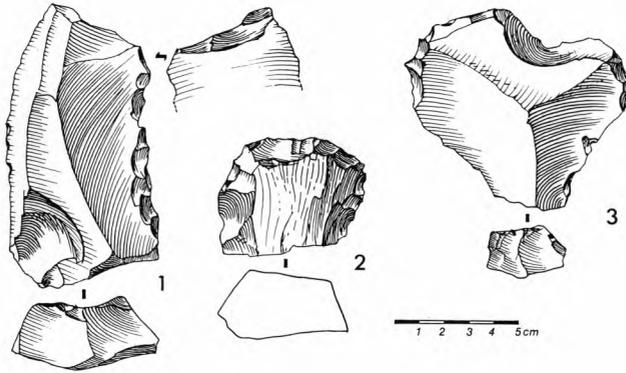




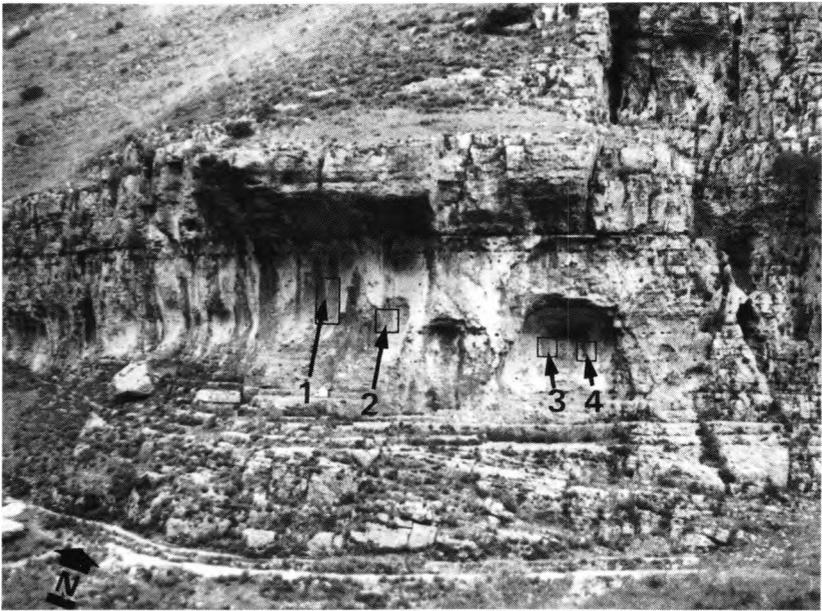


EST. VIII





EST. X





Pormenor da única figura do painel 3

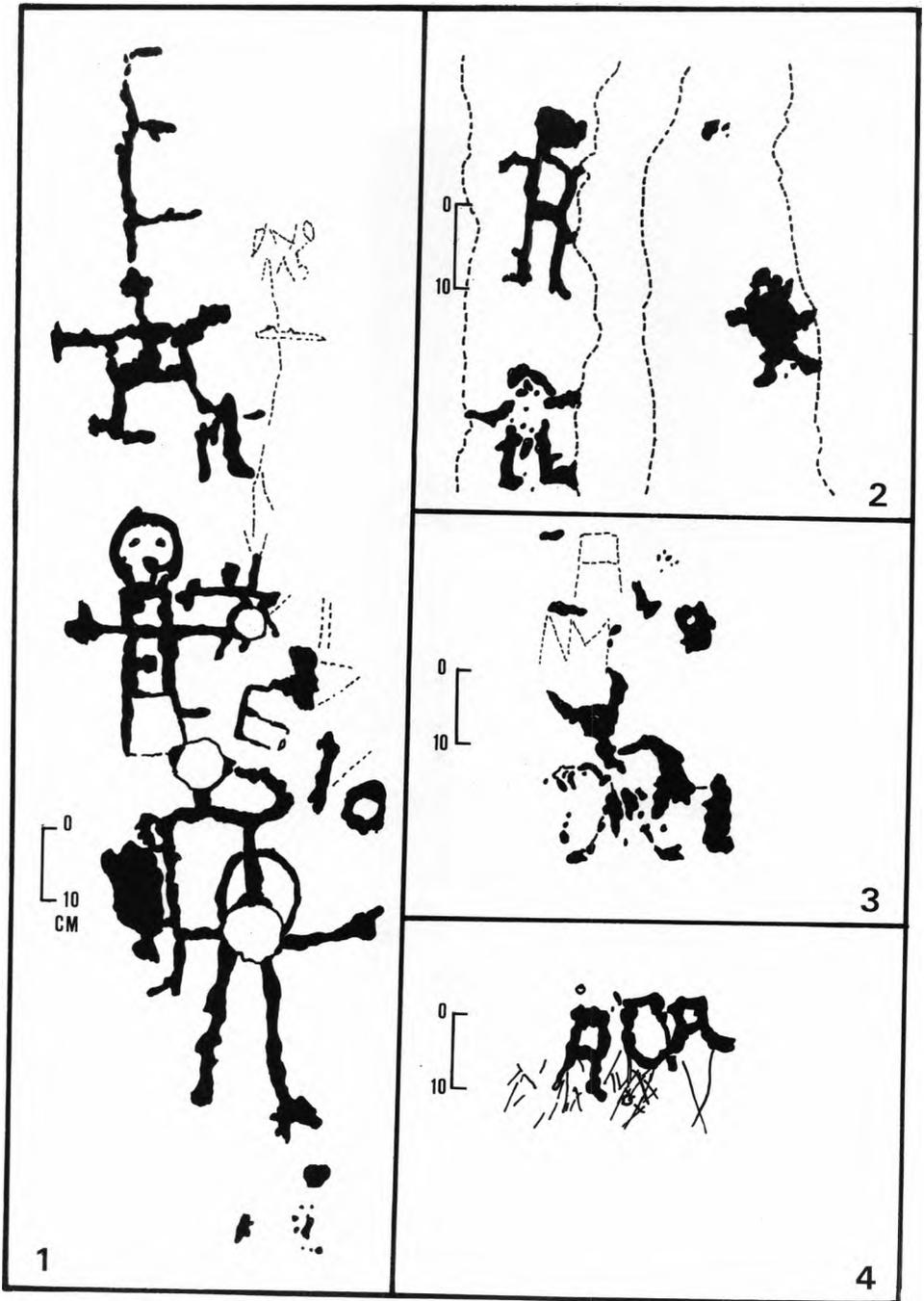
Est. XII



Pormenor do painel 2



Panel 2



Rui PARREIRA

I PPC, Direcção Regional de Évora
R. de Burgos, 5, P — 7000 Évora

Luis BERROCAL RANGEL

Departamento de Prehistoria y Arqueologia, Universidad Autónoma de Madrid
Ciudad Universitaria de Canto Blanco, 3-28048 Madrid

O POVOADO DA 11 IDADE DO FERRO DA HERDADE DO POMAR
(ERVIDEL, ALJUSTREL)

«Conimbriga», XXIX, 1990, 39-57

RESUMO: Relatório da breve sondagem efectuada, em 1978, neste pequeno povoado datável do século IV a. C. Conclui-se pela sua ocupação durante um período relativamente curto, com a finalidade específica de vigilância e exploração de recursos agrícolas, pecuários ou minerais que exigiam uma presença próxima.

RÉSUMÉ: Rapport du court sondage effectué, en 1978, dans ce petit site datable du IV^{ème} siècle a. J. C. Les céramiques y trouvées ont permis conclure que l'homme a occupé le local pendant une période relativement courte, avec l'intention précise de surveiller la production agricole, l'élevage du bétail ou l'exploitation minière, qui exigeaient une présence assez proche.

(Página deixada propositadamente em branco)

O POVOADO DA II IDADE DO FERRO DA HERDADE DO POMAR (ERVIDEL, ALJUSTREL)

Introdução

Antecedentes

Durante o mês de Outubro de 1978 realizou-se uma campanha de escavações de emergência num lugar conhecido como Herdade do Pomar, escassos quilómetros a noroeste de Ervidel, Concelho de Aljustrel e Distrito de Beja, no Baixo Alentejo.

Dirigida por Jorge Pinho Monteiro e Rui Parreira, a campanha incidiu sobre pontos do lugar, particularmente interessante por nele se terem achado duas esteias, provenientes de uma necrópole da Idade do Bronze dispersa em vários núcleos. Uma dessas esteias fora publicada já em 1973 — embora incorrectamente se lhe atribuisse então Santa Vitória como local de proveniência — (Coelho 1975: 196), a outra dada a conhecer posteriormente, em 1976, por Pinho Monteiro e por Mário Varela Gomes, juntamente com uma nova documentação da estela já anteriormente publicada (Gomes & Monteiro 1976-77: 197, 281-343; 1977: 166-214).

Perante a ameaça de destruição pelos trabalhos agrícolas, procedeu-se então à escavação de urgência de um dos núcleos aparentemente mais intactos da necrópole. Abriu-se, além disso, num sítio algo mais distanciado, uma área de 45 m², com o objectivo de localizar e documentar um habitat, de início presumivelmente relacionado com a necrópole. Situado junto ao monte da Herdade, esse lugar apresentava, dispersos à superfície, alguns fragmentos de cerâmica. Numa das zonas de maior concentração, porém, aqueles materiais indiciavam uma datação da Idade do Ferro.

A publicação dos resultados dessas sondagens na necrópole da Idade do Bronze e no habitat, que as escavações permitiram datar indubitavelmente na II Idade do Ferro, preparavam-se em colaboração com Jorge Pinho Monteiro. A sua morte prematura veio afinal atrasar todo o trabalho. Agora, com um maior conhecimento da evolução e caracterização da II Idade do Ferro alentejana e com os trabalhos que um de nós vem desenvolvendo no âmbito da sua dissertação de doutoramento, criaram-se por fim as condições para que o relatório dos trabalhos no povoado possa tomar letra de forma, enquanto a publicação das sondagens na necrópole se prepara, em colaboração com Mário Varela Gomes e Teresa Matos Fernandes.

Situação

O povoado da II Idade do Ferro da Herdade do Pomar localiza-se numa plataforma para sul, na direcção da margem setentrional da actual albufeira do Roxo. Pelo sudoeste, leste e noroeste encontra-se flanqueado por várias pequenas ribeiras que correm para o Rio Roxo, importante afluente da margem direita do Sado (cf. figs. 1 e 2).

Segundo a Carta Corográfica de Portugal na escala 1:50000, folha 43-C, o local possui as coordenadas 37° 58' 20"N.18° 4'30" W. Greenwich. As suas cotas oscilam ligeiramente acima dos 160m, nunca superando os 170m de altitude. Situado numa região de penepalanície, a escassa elevação acima das várzeas das ribeiras circundantes permite ainda assim o domínio visual dos arredores mais próximos. Numa paisagem povoada de oliveiras e de algumas azinheiras, a camada de barro, escura e fértil, possibilita a rotação dos cereais — e tem vindo a ser cada vez mais profundamente revolvida pelo arado.

Na paisagem ocupada pelos povoados da II Idade do Ferro alentejana, o de Pomar 1 (assim chamado para distingui-lo da necrópole da Idade do Bronze, designada como Pomar 2) situa-se a meio caminho entre as bacias do Sado e do Guadiana, cuja linha divisória é marcada pelas elevações onde está Beja, correndo o Roxo, que ali nasce, para ocidente e a Ribeira de Quintos para oriente, indo depois desaguar no Guadiana. Nas margens destes cursos de água têm vindo a localizar-se alguns povoados do Ferro II alentejano: desde o Castelo Velho de Miróbriga (Soares & Silva 1979; Biers 1988) e da Pedra da Atalaia (Silva 1978) comunica-se com facilidade, através da bacia do Sado, com o Cas-

telo Velho do Roxo (Schubart 1975: 10; est. 85b) e a partir deste, subindo o vale do rio homónimo e passando pelo Pomar, com a bacia do Guadiana, em cujas margens se encontram o Cerro Furado (Arnaud & Gamito 1974-77: 195) e a Azenha da Misericórdia (Parreira 1963: 156). Tal como temos vindo a afirmar, o factor fluvial foi fundamental na ocupação do território durante a II Idade do Ferro, isso se deduzindo do estudo da dispersão dos povoados por terras alentejanas e estremenho-ocidentais (Berrocal 1989a).

Apesar desta relação com as jazidas contemporâneas, o povoado de Pomar 1 apresenta como particularidade a sua localização num lugar quase plano e de baixa altitude, sem condições naturais de defesa, tão pouco se tendo localizado restos de estruturas defensivas artificiais, como muralhas ou fossos. Representa, portanto, um modelo de implantação habitacional até ao presente pouco conhecido nesta vasta região do Ocidente peninsular.

Escavação e documentação

No seu conjunto, esta jazida arqueológica foi designada de Herdade do Pomar 1, sendo nela individualizadas duas zonas de maior densidade de vestígios:

Zona I, localizada em redor das casas do monte, numa superfície onde aparecem dispersos materiais da II Idade do Ferro e que corresponde ao habitat aqui estudado;

Zona II, afastada cerca de 100 m para sudeste do monte, corresponde à superfície de dispersão de fragmentos de lajes de xisto. São certamente restos de sepulturas da Idade do Bronze que julgamos poder relacionar com os outros núcleos sepulcrais da jazida da Herdade do Pomar 2, embora algo distantes destes. Encostada a uma oliveira, via-se ali (em Outubro de 1978) uma grande laje rectangular de xisto, por certo antiga tampa de uma sepultura. Na ocasião, foi-nos informado ter estado durante muitos anos encostada à parede do monte do Pomar uma laje “com desenhos”, depois oferecida pelo então dono da terra, Visconde da Corte, para o Museu de Beja — pelo que a designada zona II será assim o provável local de origem da estela Ervidel I (cf. Coelho 1975; Gomes & Monteiro 1976-77; 1977).

Partindo da disposição das oliveiras que cobrem a área em redor do monte do Pomar, de molde a facilitar os trabalhos de escavação (cf. fig.

3), estabeleceu-se um sistema de coordenadas a (abscissas)/b (ordenadas). Uma cota de altura relativa (0, 00 m) foi implantada num marco de pedra, encostado à esquina sudoeste da casa oriental do monte. Marcados os pontos auxiliares com pregos metálicos, abriu-se um corte entre os limites $a = 8,50$ a $11,50$ m/b = $25,00$ a $40,00$ m, com orientação 226° SW. $\hat{t}6^\circ$ NE e um desnível natural de 1,06 m.

Para a desmontagem das terras optou-se por um sistema de estratigrafia artificial, estabelecendo sectores de escavação por quadriculagem de metro a metro e registando à escala 1:20, e cotando os planos obtidos pela desmontagem das sucessivas camadas artificiais. Deste modo se obtiveram diversas unidades de recolha (complexos de achados), definidos pela sua posição a/b/c. A leitura estratigráfica dos perfis, depois combinada com a leitura dos planos, permitiu a inclusão dos complexos de achados nas unidades estratigráficas (estratos naturais) correspondentes, aferindo-se deste modo a posição estratigráfica dos achados. Solucionou-se por este meio a dificuldade de leitura estratigráfica que apresentam as terras (barros) deste lugar durante a decapagem, em que praticamente não se nota, no acto de escavação, transição de um estrato a outro, normalmente só se constatando isso no perfil depois de ultra-* passado suficientemente o limite superior de cada estrato.

O clima próprio do fim do Outono e a necessidade de recomeçar os trabalhos agrícolas não permitiram que a sondagem alcançasse o solo virgem em toda a sua superfície; tal sucedeu apenas no lado nordeste — embora se tenha podido remover na área escavada praticamente todo o nível de habitat.

Resultados

Estratigrafia e estruturas documentadas

As estruturas documentadas distribuem-se numa estratigrafia, articulada numa potência entre 0,3 e 0,6 de profundidade, composta pelos seguintes estratos, que se descrevem a partir da superfície (cf. figs. 4 e 11):

1: Na parte superior. Terra humosa, solta, de cor castanha escura e sem pedras. Corresponde à terra habitualmente revolvida pelos trabalhos agrícolas e a uma ocupação recente da área como curral de cabras. Potência aproximada entre 0,38 e 0,20 m.

Complexos de achados: 2, 3, 8, 9 e 10.

2a: Terra castanha clara, muito argilosa e com elementos orgânicos. Apareceu delimitada por uns amontoados aparentemente irregulares de blocos de grauvaque e de xisto, que começaram a aflorar entre as ordenadas 31,50/33,50 e 36,00/37,50. Corresponde ao nível de destruição do interior das estruturas habitacionais. Potência aproximada entre 0,10 e 0,20 m.

Complexos de achados: 4, 14, 15, 16 e 17; parcialmente 5, 6, 7, 11 e 13.

2b: Terra castanha, de tonalidade mais clara que 2a, muito argilosa e de textura compacta. Diferenciava-se da anterior sobretudo pela sua localização para além das acumulações de pedras, entre as ordenadas 37,50 e 40,00. Corresponde ao nível de habitat destruído no espaço envolvente das estruturas habitacionais, conservado apenas na parte de cota mais baixa do corte devido a ter sido removido pelos trabalhos agrícolas do lado nordeste, situado a uma cota mais alta. Máxima potência documentada 0,10 m.

Complexos de achados: 20, 21, 22, 33, 34, 35 e 36; parcialmente 13.

3: Terra cinzenta acastanhada, compacta mas menos dura que 2b e rica em materiais orgânicos e arqueológicos. Corresponde ao nível de ocupação de uma estrutura habitacional — cuja forma, em planta, a superfície escavada não autoriza a interpretar — com numerosos restos de cerâmica, alguns ossos de animais e, embora raro, espólio metálico. A superfície interna apresentava-se claramente delimitada pelas estruturas de pedra parcialmente visíveis desde o topo de 2a. Estas estruturas apresentavam-se sob a forma de amontoados de pedras organizados em torno (talvez melhor, ao longo) de três espaços vazios, que interpretamos como buracos de postes de madeira, estruturados, dois deles quase unidos pelas respectivas coroas de sustentação, em 10,70/37,30 e 9,70/36,80 respectivamente, e o terceiro em 10,40/31,90, separado dos dois anteriores mas que podia situar-se junto a um outro como inferimos dos restos de um amontoado menor situado em redor de 9,40/31,90 (coordenadas a/b). Era precisamente entre esses dois pares de conjuntos, por onde se estendia o estrato 3, que se documentou a maior concentração de materiais cerâmicos, claramente enquadráveis no Ferro II alentejano (cf. fig. 4). Máxima potência documentada 0,20 m.

Complexos de achados 19, 27, 28, 29, 30, 31 e 37; parcialmente 5, 6, 7 e 11.

4: Terra de cor castanha avermelhada, argilosa e muito pastosa quando húmida. Parece formar uma transição entre estratos ricos em materiais arqueológicos e a terra virgem. Localizou-se unicamente entre 30,50 e 31,50, por diante das primeiras acumulações de pedras e em posição inclinada entre os estratos 3 e 5. Corresponde a um nível de construção, realizado com barro batido e endurecido pela acção do calor, o que lhe conferiu a cor avermelhada, sobre o qual se assentaram os amontoados de pedra que delimitam a estrutura habitacional. Máxima potência 0,28 m.

Complexos de achados 12, 23 e 32.

5: Estrato de alteração da rocha de base (“caliço”, que corresponde à parte carbonatada e oxidada do substrato diorítico), subjacente aos níveis de ocupação. Localizou-se directamente por baixo do estrato 1 entre 25,00 e 30,50 aproximadamente, no lado da sondagem mais afectado pelos trabalhos agrícolas, delimitando assim em planta com nitidez os níveis de habitat.

Complexos de achados 18, 24, 25 e 26.

Cerâmica

As peças desenhadas nas figuras 5 a 7 descrevem-se de acordo com a terminologia proposta por Llanos & Vegas 1978, e por ordem de: n.º do complexo — n.º da peça. Objecto. Fabrico. Cozedura. Desengordurante. Acabamento da superfície. Decoração.

Sup-1. Fragmento de bordo e corpo. Manual? Redutora. Micáceo pequeno. Alisado cuidado. Incisões feitas a punção, oblíquas e em sucessão horizontal.

0- 1. Fragmento de bojo. Manual. Redutora. Silíceo pequeno. Alisado. Impressões oblíquas sobre cordão pouco marcado.

1- 1. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Quartzítico médio. Grosseiro. Incisões corridas, oblíquas, sobre cordão.

2- 3. Fragmento de bojo. Manual. Irregular. Quartzítico médio. Grosseiro. Perfurado, com um orifício.

2-4. Fragmento de bojo. Roda? Oxidante. Silíceo pequeno. Alisado. Canelura estreita sob “pseudo-excisões” feitas com ponta de espátula.

2-5. Fragmento de bojo. Roda? Oxidante. Quartzítico médio. Alisado. Caneluras.

2-6. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Quartzítico médio. Alisado. Impressões rectangulares oblíquas.

2-8. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Quartzítico grande. Grosseiro. Impressões de dedadas.

2-9. Fragmentos ajustáveis de bojo. Manual. Altera. Quartzítico pequeno. Grosseiro. Incisões caneladas sobre cordão.

2-36. Fragmentos de bordo. Roda. Oxidante. Pasta depurada. Alisado.

4-1. Fragmentos ajustáveis de bordo e corpo. Manual? Redutora. Micáceo e quartzítico pequeno. Alisado. Incisões oblíquas sobre cordão.

4-10. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Quartzítico pequeno. Alisado. Mamilo piramidal.

7-1. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Micáceo médio. Alisado. Com impressões caneladas em zig-zague sobre cordão.

14-49. Fragmento de bojo. Roda? Oxidante. Quartzítico médio. Alisado. Canelura larga horizontal sob impressões oblíquas.

14- 58. Fragmento de tampa. Manual. Redutora. Micáceo e quartzítico médio. Grosseiro.

15- 14. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Silíceo pequeno. Alisado. Canelura horizontal sobre incisões oblíquas feitas a punção.

15-15. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Silíceo pequeno. Alisado. Canelura larga horizontal sobre incisões oblíquas feitas a punção.

15-17. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Silíceo médio. Alisado. Asa de orelhetas oblíqua, perfurada.

15-24. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Quartzítico pequeno. Alisado. Mamilo horizontal.

15- 25. Fragmento de bojo. Manual. Altera. Quartzítico pequeno. Alisado. Incisões oblíquas pequenas sobre cordão.

16- 3. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Quartzítico pequeno. Alisado. Impressões caneladas sobre cordão aplicado.

16-9. Fragmento de bojo. Torno. Oxidante. Depurada. Engobe vermelho (“barniz rojo”) ibérico, espatulado na face externa.

16- 30. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Micáceo pequeno. Alisado. Incisões oblíquas feitas a punção sob canelura horizontal.

17- 2. Fragmentos ajustáveis de bojo. Manual (?). Redutora. Micáceo e quartzítico pequeno. Alisado. Incisões oblíquas caneladas sobre cordão.

19-10. Fragmentos de bojo. Manual. Redutora. Quartzítico médio. Alisado. Incisões verticais caneladas sobre cordão.

19-27. Fragmento de bojo. Manual. Oxidante. Quartzítico pequeno. Alisado. Impressões de dedadas sobre cordão aplicado.

20-6. Fragmento de bojo. Manual (?). Redutora. Micáceo pequeno. Alisado. Mamilo vertical.

27-13. Fragmento de bojo. Manual. Irregular. Micáceo e quartzítico pequeno. Alisado. Incisões verticais feitas a punção sobre cordão.

28-1. Fragmento de bordo e corpo. Manual. Redutora. Micáceo e quartzítico médio. Alisado. Cordão horizontal aplicado.

28-9. Fragmento de bojo. Manual. Redutora. Quartzítico pequeno. Alisado. Incisões oblíquas de unhas sobre cordão.

29-42 e 63. Fragmentos ajustáveis de bordo e corpo. Manual. Redutora. Micáceo pequeno. Alisado. Impressões caneladas oblíquas sobre cordão.

30-2. Fragmento de bojo. Torno. Oxidante. Silíceo pequeno. Alisado. Linha de estampilhas triangulares em forma de ângulos agudos concêntricos.

35-23. Fragmento de bojo. Manual. Redutora. Quartzítico médio. Grosso. Impressões caneladas sobre cordão.

35-33. Fragmento de asa mamilar de uma tampa (?). Manual. Irregular. Quartzítico e micáceo médio. Alisado. Incisões oblíquas.

2-1. Cossoiro. Redutora. Quartzítico médio. Alisado. Linhas de impressões a punção, em ziguezague.

2-2. Cossoiro. Redutora. Quartzítico médio. Alisado.

4-3. Cossoiro. Redutora. Quartzítico médio. Alisado.

Ferro

28-7. Fragmento da extremidade proximal de um instrumento (faca ?) com orifício para aplicação de um rebite.

Pedra

3-68. Seixo afeiçoado com diversos retoques, de talhe bifacial.

Discussão

As estruturas identificadas e o povoamento

Estruturas tão simples como a documentada nesta sondagem de 45 m² exigem uma maior superfície de escavação para que possam retirar-se conclusões suficientemente seguras.

Assim, não se irá muito além da constatação da presença de uma estrutura habitacional rudimentar, com uma planta de tendência rectangular com cerca de quatro metros de largura, sendo as paredes construídas com ramagens e madeiramentos, apoiados num sistema de postes distanciados entre si cerca de um metro. Estes postes, com cerca de vinte centímetros de diâmetro, eram cravados em buracos abertos num solo de terra endurecida — quiçá por acção do calor — e rodeados com um aglomerado de pedras irregulares. É de supor que a cobertura fosse igualmente constituída por materiais orgânicos, não observados no registo arqueológico.

Este tipo de estruturas, que não possuíam sequer uma base de pedra sobre a qual se elevassem as paredes, é pouco conhecido nos povoados da II Idade do Ferro no Sudoeste da Península, menos pela sua inexistência do que pelas suas poucas possibilidades de conservação (se as compararmos com as paredes em adobe ou taipa com embasamento de pedra ou em cantaria) ou pelo facto de passarem despercebidas aos olhos dos arqueólogos (acreditamos que muitas possam ter sido destruídas noutras escavações, não tendo sido valorizadas como vestígios de construções). Não nos ficam dúvidas de que estruturas como esta devem ter sido abundantes, tal como ainda hoje o são.

No mesmo sentido desta “pobreza” construtiva pode também interpretar-se a situação do povoado, num lugar de fácil acesso e sem defesas naturais ou artificiais perceptíveis, contrariamente ao que se observa nos restantes povoados pré-romanos do Alentejo, que costumam ocupar elevações com boas condições naturais de defesa e geralmente bem defendidas.

Não obstante, conhecem-se alguns exemplos onde o factor defesa não desempenhou o papel determinante na escolha do sítio. É o caso de pequenos habitats como a Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém), onde não se documentaram restos de muralhas, embora ocupasse uma elevação isolada, o Cabeço da Guarita, de reduzida extensão (Silva 1978: 117 e 125). Mais semelhante à situação do habitat de Monte do Pomar é a dos

povoados de Porto das Lajes (Ourique, escavações inéditas de Virgílio Correia a quem se agradecem estas informações), Fonte Santa (Ourique) e Atafona (Almodôvar), numa colina pouco pronunciada e sem aparentes vestígios de muralhas (descobertas inéditas de Caetano Beirão, que amavelmente nos guiou na visita a estes sítios). Contudo, os troços construídos com lajes de xisto, insossas, observáveis na Atafona, indicam um tipo de habitat de uso mais duradouro. A existência de sítios com construções em materiais inteiramente percíveis e sem defesas observáveis não contradiz, contudo, um contexto geral em que as fortes construções defensivas e os habitats de difícil acesso dão a tónica dominante: p. ex., o Castelo Velho de Miróbriga, com poderosas muralhas (Biers 1988: 19-25), os castros dos arredores de Eivas e Estremoz, como Segóvia, Baldio ou Vaiamonte (Arnaud & Gamito 1974-77: 193 ss.; Gamito 1983: 67; 1988: 149-162) ou ainda os da bacia do Ardila, já em terras estremenhas, como o Castrejón de Capote, Nertóbriga ou o Cantamento de la Pepina (Berrocal 1988: 49-50; 1989; Rodriguez & Berrocal 1988-89).

Estas características permitem supor que o povoado do Pomar 1 poderia configurar uma resposta a necessidades diferentes, bem como um mais curto período de ocupação, que decorreriam da exploração de recursos específicos, situados a certa distância de um povoado permanente e fortificado, que neste caso deverá ter sido certamente o Castelo Velho do Roxo, situado uns seis quilómetros para sudoeste (fig. 1, cf. Schubart 1975: 10, Taf. 85b).

Este Castelo Velho do Roxo localiza-se num ponto assinalado pelas coordenadas 37° 55' 40" N. — 8° 06' 20" W. (Greenwich), ocupando uma área de cerca de dois hectares. O lugar, claramente identificável por ser delimitado pela confluência da ribeira que desce de Ervidel com o rio Roxo, apresenta a forma de uma península amesetada, com ladeiras de acentuada pendente que a limitam e que conduzem aos dois cursos de água. As margens de ambos aproximam-se numa curva pronunciada, uns quatrocentos metros a montante do ponto de confluência, até entre elas restar cerca de uma vintena de metros, marcando assim um limite natural ao povoado e às suas fortificações pelo único ponto de acesso fácil. Uma simples observação permite identificar sem dificuldade uma linha de muralhas que bordejia o terreno pela parte superior das ladeiras. Ainda se observam troços desse muro, que se mantêm visíveis com pouco mais de um metro de altura e com um aparelho de lajes de xisto, insossas ou com uma argamassa de barro, cuja estabilidade é reforçada com pequenas cunhas. No extremo noroeste da fortificação, sobre a con-

fluência dos dois rios, e no oposto, a sudeste, sobre o estrangulamento da península, localizam-se montículos que poderão corresponder a bastiões ou outras construções defensivas ali concentradas. De facto, no extremo sudeste, observa-se o que pode ser considerado um fosso estreito e curto que separaria totalmente o povoado das colinas adjacentes. Trata-se de uma disposição idêntica em situação e orientação à que se observa no castro de Capote, na fronteira de Badajoz. Como nele, o acesso faz-se mediante uma rampa serpenteante que, no caso do povoado alentejano, sobe desde a margem do Roxo ao lanço sudeste da muralha. O povoado corresponde, portanto, às características mais comuns dos povoados alentejanos do Ferro II. A sua relação com o domínio de um antigo vau do Roxo parece demonstrar-se pela dispersão de outros povoados ao longo do caminho que a ele conduzia (fig. 2). Esse passo estará hoje coberto pela ponte da estrada Ervidel-Aljustrel.

Pomar 1 apresenta com este castro uma proximidade e uma relação geográfica cujo exacto significado só poderá confirmar-se através da escavação do Castelo Velho mas que os materiais neste já recolhidos à superfície parecem demonstrar (recolhas inéditas de Philine Kalb).

Se procurarmos a possível via de comunicação entre os dois povoados, será fácil localizá-la em sentido paralelo à pequena ribeira que nasce em Ervidel. Esta rota estaria hoje assinalada pela estrada que une Aljustrel com Ervidel. Mais adiante, quando a estrada curva bruscamente para norte, é o velho caminho de Ervidel a Mombeja que nos conduz ao pé do Pomar (fig. 1). Fosse ou não esta provável rota uma via pré-romana, ou mesmo omana (a julgar pela sua linearidade), o certo é que ao longo dela se perfilam pelo menos quatro povoados da II Idade do Ferro, todos eles separados por distâncias variáveis entre seis a nove quilómetros (fig. 2). Assim, ao norte da estrada—/—de Beringel a Mombeja localiza-se o vasto povoado de Outeiro do Circo (n.º 5): a evidência da sua ocupação no Bronze final foi já publicada (Parreira 1971-75; Parreira & Soares 1980) mas a revisão de alguns materiais e novos achados mostram uma ocupação pré-romana da Idade do Ferro e outras posteriores. Continuando para sudoeste, a rota coincide com o velho caminho — e—já mencionado, de Mombeja a Ervidel, que passa junto ao povoado do Pomar (n.º 1). A estrada de Ervidel a Aljustrel — d—assinala o troço que uniria o Pomar 1 com o Castelo Velho do Roxo (n.º 2) e que chegava a Aljustrel, com o grande povoado pré-romano de Mangancha (n.º 3) e provavelmente ainda com outros locais habitados junto aos chapéus-de-ferro de Algares e de São João do

Deserto (cf. Domergue & Andrade 1971; Domergue 1983: 18 ss). O troço de estrada — *c* — que une Aljustrel e Messejana — *A* — e que continuaria pelo velho caminho — *b* — de Messejana a Panóias — *B* —, passando pelas minas do Montinho da Águia, ligaria finalmente a rota aqui proposta ao importante povoado pré-romano de Garvão (n.º 4) (Beirão et al. 1985).

Se tivermos em conta que a distancia entre os quatro primeiros sítios arqueológicos oscila entre os nove e os seis quilómetros, não será descabido supor a existência de, pelo menos, outros dois povoados, junto respectivamente de Messejana e de Panóias, cobrindo assim a distância de aproximadamente 27 km que, seguindo a rota acima proposta, separa Mangancha de Garvão (fig. 2, A e B). Estes locais poderão vir a localizar-se junto ao castelo de Messejana, que à superfície tem revelado materiais de época romana, ou à jazida de Cerro dos Enforcados, a norte de Panóias, de onde provêm duas esteias com escrita pré-latina do Sudoeste (Beirão 1986: 129). A localização de um habitat do Ferro II neste último lugar, ou nos seus arredores, torna-se mais plausível à medida que se vão conhecendo mais povoados e necrópoles desta época nos arredores do importante santuário de Garvão: tal o caso das jazidas da Fonte Santa, 5 km para leste (Beirão 1986: 29 e 67).

Do ponto de vista arqueológico, a identidade de formas e decorações entre a cerâmica do Pomar 1 e do depósito de Garvão reforça a presunção desta via, cuja função terá sido unir os diversos povoados existentes entre as bacias do Sado e do Roxo, orientada pela existência de ricas jazidas minerais, como as de Montinho da Águia, Algares, São João do Deserto e Juliana (cf. na fig. 2 os locais assinalados com x).

A cerâmica

A homogeneidade apresentada pela cerâmica reforça a ideia de que estamos perante um habitat de ocupação curta, embora intensiva. O estudo global dos fragmentos recuperados mostra os seguintes fabricos:

A — Pastas pouco depuradas, com desengordurantes quartzíticos e micáceos de tamanho médio, cozedura redutora ou irregular, matizando-as entre o negro e os castanhos escuros, e acabamento alisado ou grosseiro, especialmente nas superfícies internas. São vasilhas feitas manualmente ou onde por vezes se adivinha o uso do torno lento. Dir-se-ia que

todas elas procedem do mesmo oleiro, ou pelo menos da mesma zona — o que as confirma como produção local.

Também as formas e as decorações mostram esta uniformidade.

Quanto às formas, confinam-se basicamente a dois grupos: vasos abertos, de corpo trococónico e, em menor número, em calote esférica, com paredes que chegam a ser quase verticais — n.^{os} 0-5, 4-6, 2-25, 28-1 e 15- 17, 2-32 — e vasos de tendência fechada, com corpo ovoide, sem colo diferenciável e bordo ligeiramente reentrante, apresentando por vezes curtos colos em “S” ou com carena suave — n.^{os} 29-63, 4-10, 6-13, 4-1, 16- 3, 7-1, 15-26 e Sup-1.

Caracterizam-se em regra por uma decoração plástica (especialmente com cordões), incisa e impressa, sendo o motivo mais frequente o cordão horizontal, liso ou ornado de incisões ou impressões e situado no terço superior da vasilha (n.^{os} Sup-1, 0-1, 1-1, 2-9, 7-1, 16-3, 4-1, 4-10, 15-24, 27-13, 28-1, 29-63, etc.).

É o conjunto mais numeroso e representativo da amostragem cerâmica recuperada no povoado, que o integra no mesmo âmbito cultural que pouco a pouco vai conhecendo-se melhor no Alentejo e no Ocidente da Estremadura espanhola. As relações com a Meseta e continentais que estas cerâmicas, tal como os grandes contentores estampilhados, evidenciam foram já claramente apontadas (Beirão et al., 1985; 1985-86; Berrocal 1989), mas terá de afirmar-se uma forte identidade formal com certos modelos de vasos feitos à mão que se conhecem no Sudoeste durante o Bronze Final (Parreira & Soares 1980).

B — Com pastas melhor depuradas, desengordurantes quartzíticos e micáceos pequenos, acabamento superficial alisado e cozedura mais regular, oxidante, o que lhes confere cores acastanhadas. É um grupo de vasilhas, muito menos numeroso que o anterior e que dele se distingue pela pasta, a cozedura e a indubitável produção ao torno, embora não apresente formas nem decorações diferentes.

Assim, as peças 14⁴⁹, 15-14, 15-15 ou 17-2 apresentam incisões e cordões em formas ovóides, semelhantes aos de fabrico. Outros exemplos decorados mostram uma gama mais ampla, embora sempre dentro das mesmas técnicas: 2-4, 2-5, 2-6 e 2-8 com decorações incisas, impressas, impressas “pseudoexcisas” — peça 2-4 — e com dedadas.

C—O terceiro fabrico é configurado pelos chamados grandes contentores e pelos grandes vasos de provisões. Com pastas medianamente depuradas, que mostram desengordurantes quartzíticos pequenos e

mesmo médios, cozeduras de tendência oxidante (embora as alternas presentes), que conferem aos recipientes cores acastanhadas mais ou menos escuras, e com um acabamento superficial alisado, estes contentores apresentam formas globulares com gargalos curtos, curvados para fora e bases planas pouco destacadas. O único padrão decorativo até agora documentado — fragmento 30-2 — é uma linha de estampilhas triangulares em forma de ângulos agudos concêntricos.

Estes grandes contentores estampilhados são exemplares bem conhecidos em todo o Alentejo durante este período, especialmente no depósito votivo de Garvão mas igualmente em muitos outros sítios já escavados, com datações que de um modo geral oscilam entre os séculos V e III a.C. (cf. p. ex. Beirão et al., 1985: 73; Arnaud & Gamito 1974-77; Gamito 1983: 70-73; Berrocal 1989).

D — O quarto grande conjunto de cerâmicas é formado pelas vasilhas de pastas depuradas ou com desengordurantes silíceos pequenos, por vezes com inclusão de cerâmica moída, textura compacta e cozedura uniforme e oxidante. São vasos nitidamente feitos ao torno, que é costume considerarem-se produções de origem ou de tradição ibero-turdetana. Sem querer entrar na discutida origem regional destas cerâmicas no Alentejo e no Oeste da Estremadura espanhola, terá aqui cabimento destacar dois postulados: por um lado, as evidentes diferenças nos aspectos formal, técnico e decorativo destes relativamente aos claramente executados pelas comunidades indígenas dessas regiões (p. ex. cerâmicas incisadas e impressas, com cordões, estampilhadas); e, por outro lado, a sua presença constante, em proporção variável, em todas as ocupações destes sítios, incluindo formas específicas (porque recorrentes), como é a tigela em calote esférica — peças 2-27, 2-28, 2-31, 17-23, 3-31, 17-1, 2-10 (Beirão et al, 1985: 65).

A homogeneidade formal das cerâmicas de Pomar 1 mantém-se também neste grupo, com duas formas básicas: a mencionada tigela em calote esférica, com bordos simples ou espessados (17-23, 3-31); e a urna de tamanho médio e corpo em “S” pouco acentuado, com gargalos ligeiramente inclinados para fora (Sup-2, 2-21, 2-42, 5-9, 4-13, 3-78, 4-7, 15-26, 29-47). A dimensão mínima dos fragmentos não autoriza a decidir se exemplares como 15-26 ou 30-1 correspondem a vasos semi-abertos, “caliciformes” ou similares.

Não foi observada qualquer decoração neste grupo de recipientes.

E — Como objecto de cerâmica susceptível de ser considerado como importação, recolheu-se um fragmento de bojo com engobe vermelho

(“barniz rojo”). A peça, 16-9, é porém demasiado pequena e pouco significativa para dela deduzir a forma do vaso, mas a sua pasta bem depurada, sem desengordurante visível a olho nu, a cor acastanhada clara e o tratamento espatulado do engobe avermelhado que lhe cobre a superfície externa indiciam a sua inclusão nas conhecidas produções do Sudeste na época ibérica (cf. Cuadrado 1969).

Conclusões e cronologia

A sondagem efectuada no sítio arqueológico de Pomar 1 evidenciou parte de um pequeno povoado localizado sobre uma área plana, suavemente inclinada na direcção do Roxo. A escolha de um lugar cuja topografia não permitia uma defesa fácil e a presença de estruturas habitacionais erguidas com postes e materiais percíveis apontam para uma ocupação relativamente curta e com uma funcionalidade muito específica.

Esta conclusão é reforçada pela homogeneidade que a cerâmica apresenta — e que, por comparação com conjuntos similares provenientes de outros sítios arqueológicos do Sudoeste (p. ex. Pedra da Atalaia, Alcácer do Sal, Garvão, Capote, Segóvia), poderá datar-se, embora com prudência, do século IV a.C. A importância das cerâmicas feitas à mão e decoradas com incisões, impressões e cordões vem apoiar esta datação, que, não obstante, se torna difícil perante a escassez de formas ou de outros objectos que ajudem a precisar uma data.

Nessa época, devem ter sido abundantes os povoados como Pomar 1, como meio de controlo e de exploração de recursos agrícolas, pecuários ou mineiros que exigissem uma presença mais próxima do que aquela que os povoados de altura, fortificados, permitiam. Não obstante, o carácter percível destas construções, assim como a escassez do material usado — pela brevidade da ocupação e pela funcionalidade específica que a justificava — são boas razões para compreender-se a dificuldade que há, hoje, em localizá-las e a facilidade com que passaram despercebidas. A sua comparação com os muito melhor conhecidos povoados de altura fortificados, com vista à identificação arqueológica, permite abordar melhor este problema.

O povoado de Pomar 1 encontrar-se-ia, neste sentido, estreitamente relacionado com o vizinho Castelo Velho do Roxo: pequeno castro, forte e eficazmente protegido pela topografia do sítio e pelas suas fortificações, este povoado ocupa um lugar chave no traçado de uma possível

via pré-romana, dominando um vau do Roxo. A falta de defesas que se observam no Pomar 1, instalado em terras férteis, contrasta ali com o carácter principalmente defensivo do sítio, rodeado de terras baixas com um aspecto lamacento, resultado da confluência de diferentes cursos de água.

As funções distintas de ambos os povoados, a julgar pela sua diferente tipologia, podem ponderar-se melhor através do estudo da região onde se integram. Foi neste sentido que se investigou em maior extensão a relação geográfica configurada por uma via, supostamente pré-romana e que se procurou seguir nuns 25 km, no sentido NE-SW, ladeando os povoados de Outeiro do Circo, Pomar 1, Castelo Velho do Roxo e Mangancha, e projectando-se mais para sul, até Garvão. Projectos de prospecções sistemáticas — aliás já em curso — permitirão conhecer muito melhor as redes de comunicação entre estes povoados e aproximar-nos assim das verdadeiras funções que desempenharam durante a Idade do Ferro.

Agradecimentos

Os autores querem expressar o seu reconhecimento aos Drs. Caetano Beirão e Virgílio Correia, não só pela comunicação de dados inéditos e de resultados dos seus trabalhos mas também pela discussão das ideias aqui defendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAUD, J. M. & GAMITO, T. J. (1974-1977), *Cerâmicas estampilhadas da Idade do Ferro do Sul de Portugal, 1-Cabeça de Vaiamonte-Monforte*. "O Arqueólogo Português", Lisboa, sér. 3, VII-IX, p. 165-202.
- BEIRÃO, C. M. (1986), *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er. Age du Fer)*. Paris, de Boccard.
- BEIRÃO, C. M., SILVA, C. T. da, SOARES, J., GOMES, M. V. & GOMES, R. V. (1985), *Depósito votivo de Garvão*, "O Arqueólogo Português", Lisboa, sér. IV, 3, p. 45-136.
- BEIRÃO, C. M., SILVA, C. T. da, SOARES, J., GOMES, M. V. & GOMES, R. V. (1985-86), *Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal, e as suas relações com as culturas da Meseta*, "Veleia", 2-3, 207-221.
- BERROCAL RANGEL, L., 1988, *Excavaciones en Capote (Beturia Céltica) I*, [Serie Nerto-briguense, 1], Fregenal de la Sierra.

- BERROCAL RANGEL, P., 1989, *Materiales cerámicos a mano de una necrópolis nertobriguense*, in: “Actas II Coloquio sobre Celtíberos” (Daroca, 1988).
- BERROCAL RANGEL, L., 1989a, *El castro de Capote y el factor fluvial como pauta del poblamiento prerromano del Guadiana*, in: “1.º Encontro Internacional Sobre o Rio Guadiana” (Mértola, 1989), no prelo.
- BIERS, W. R. et al. (1988), *Mirobriga. Investigations at an Iron Age and Roman Site in Southern Portugal by the University of Missouri-Columbia, 1981-1986*. [BAR International Series, 451].
- COELHO, L. (1975), *Nueva estela insculturada proveniente del Baixo Alentejo (Ervidel, Portugal)*, “Trabajos de Prehistoria”, Madrid, 32, p. 195-197.
- CUADRADO, E. (1969), *Origen y desarrollo de la cerámica de barniz rojo en el mundo tartésico*, in “Tartessos y sus Problemas” (V Symp. Internacional de Prehistoria Peninsular), Barcelona, p. 257-290.
- DOMERGUE, C. (1983), *La mine antique d’Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca*, “Conimbriga”, Coimbra, 22, p. 1-210.
- DOMERGUE, C. & ANDRADE, R. F., 1971, *Sondages 1967 et 1969 à Aljustrel (Portugal) — Note préliminaire*, “Conimbriga”, Coimbra, 10, p. 100-116.
- GAMITO, T. J., 1983, *A Idade do Ferro no Sul de Portugal Problemas e perspectivas*, “Arqueologia”, Porto, 6, p. 65-78.
- GAMITO, T. J. 1988, *Social Complexity in South West Iberia, 800-300 BC. The case of Tartessos*. [BAR International Series, 439].
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P., 1976-1977, *As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel-Beja)—Estudo comparado*. “Setúbal Arqueológico”, Setúbal, 281-344.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P., 1977, *Las esteias decoradas de Pomar (Beja-Aljustrel). Estudio comparado*. “Trabajos de Prehistoria”, Madrid, 34, p. 165-214.
- LLANOS, A. & VEGAS, J. L., 1974, *Ensayo de un método para el estudio y clasificación tipológica de la cerámica*, “Estudios de Arqueología Alavesa”, Vitoria, 6, p. 101-146.
- PARREIRA, R. 1971, *O povoado da Idade do Bronze do Outeiro do Circo (Beringel/Beja)*, “Arquivo de Beja”, Beja, 28-32, p. 31-45.
- PARREIRA, R., 1983, *O Cerro dos Castelos de São Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980*, “O Arqueólogo Português”. Lisboa, sér. IV, 1, p. 149-168.
- PARREIRA, R. & So ARES, A. M., 1980, *Zu einigen bronzezeitlichen Röhensiedlungen in Südportugal*. “Madrider Mitteilungen”, Heidelberg, 21, p. 109-130.
- RODRIGUEZ DIAZ, A. & BERROCAL, L., 1988-1989, *Materiales cerámicos del Cantamento de la Repina (Fregenal, Badajoz)*. “Cuadernos de Prehistoria y Arqueología (UAM)”, Madrid, 15-16, no prelo.
- SCHUBART, H., 1975, *Die Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel* [Madrider Forschungen, 9], Berlin.
- SILVA, C. T. da 1978, *Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém)*, “Setúbal Arqueológica”, Setúbal 4, p. 117-132.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. da 1979, *Cerâmica pré-romana de Mir obriga*, “Setúbal Arqueológica”, Setúbal, 5, p. 159-175.

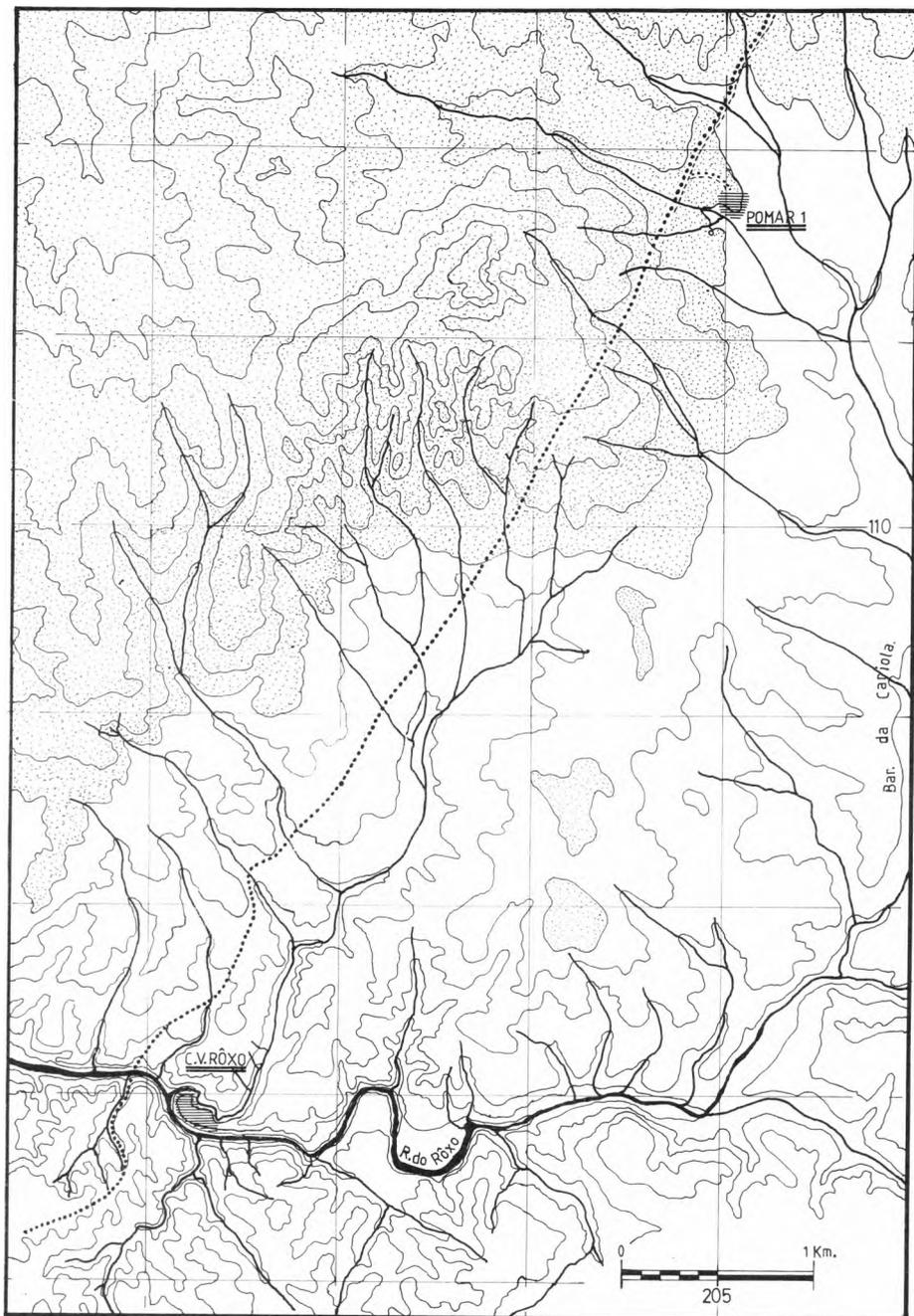


FIG. 1 — Situação dos povoados da Idade do Ferro da Herdade do Pomar e do Castelo Velho do Roxo e da via de traçado provavelmente antigo que os une.

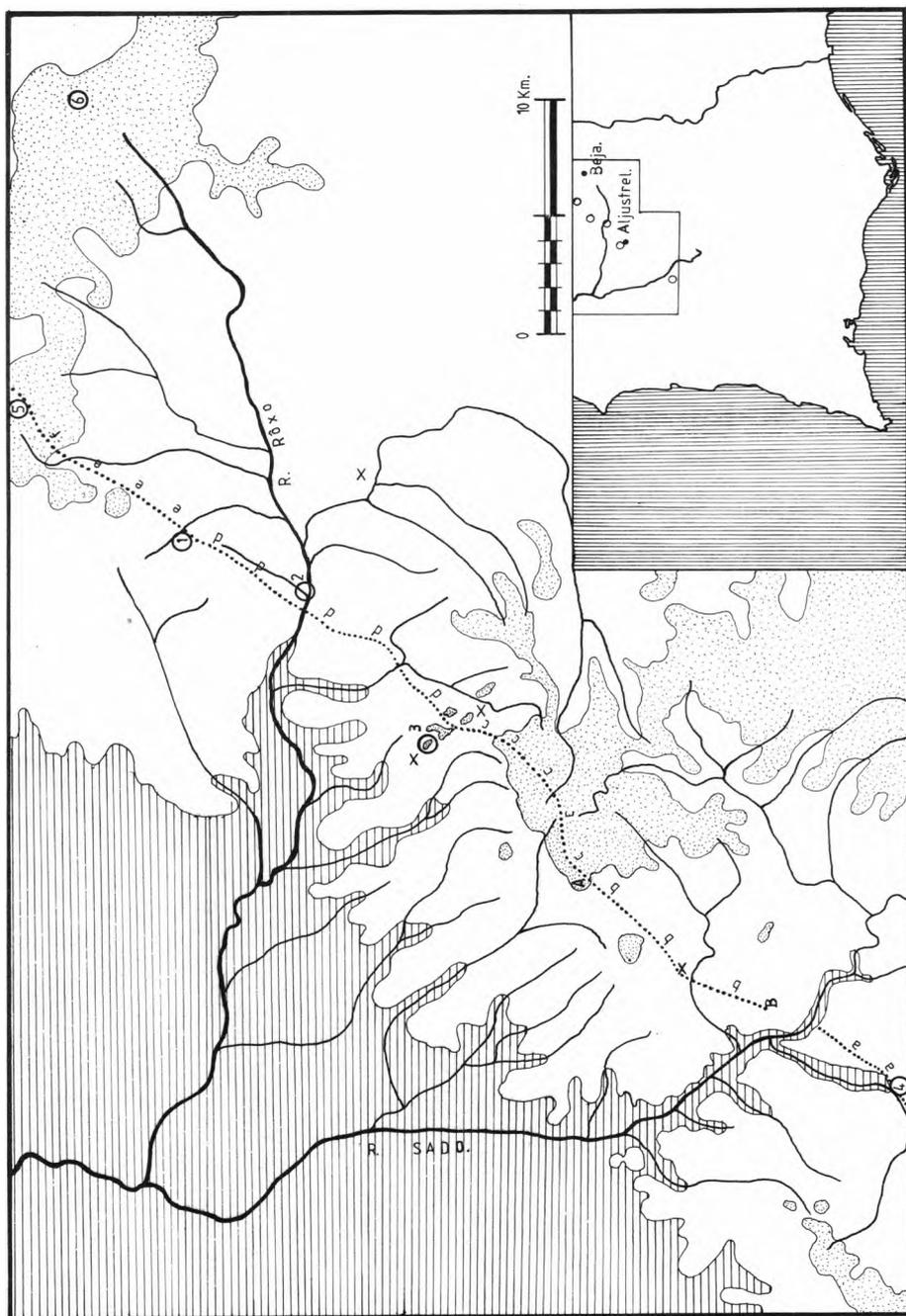


FIG. 2 — Localização da Herdade do Pomar (1), Castelo do Roxo (2), Cerro da Manganelia (3), Garvão (4), Outeiro do Circo (5), Beja (6), Messejana (A), Panóias (B) e das principais minas antigas (x) relativamente a uma via de traçado provavelmente antigo e no Sudoeste da Península Ibérica.

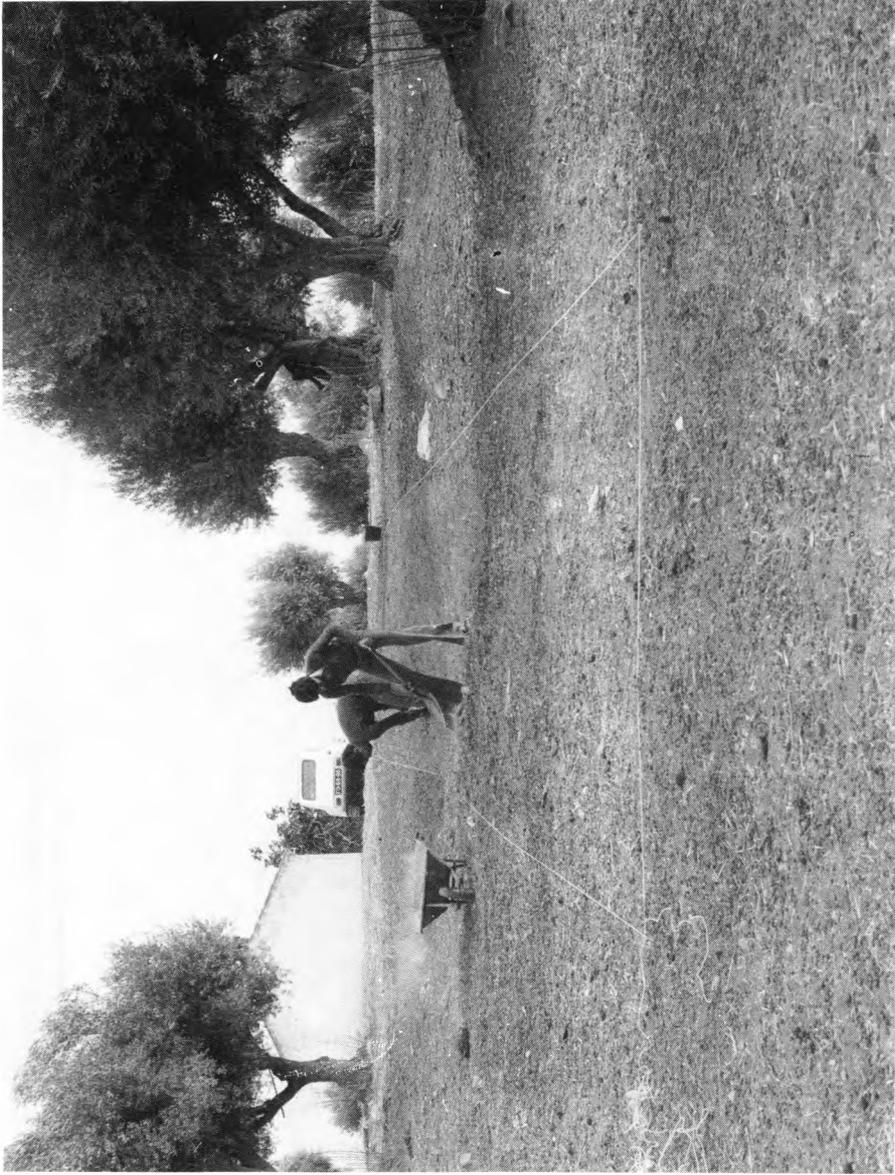


FIG. 3 Pomar 1. Localização da área escavada, no início dos trabalhos, relativamente ao Monte do Pomar.

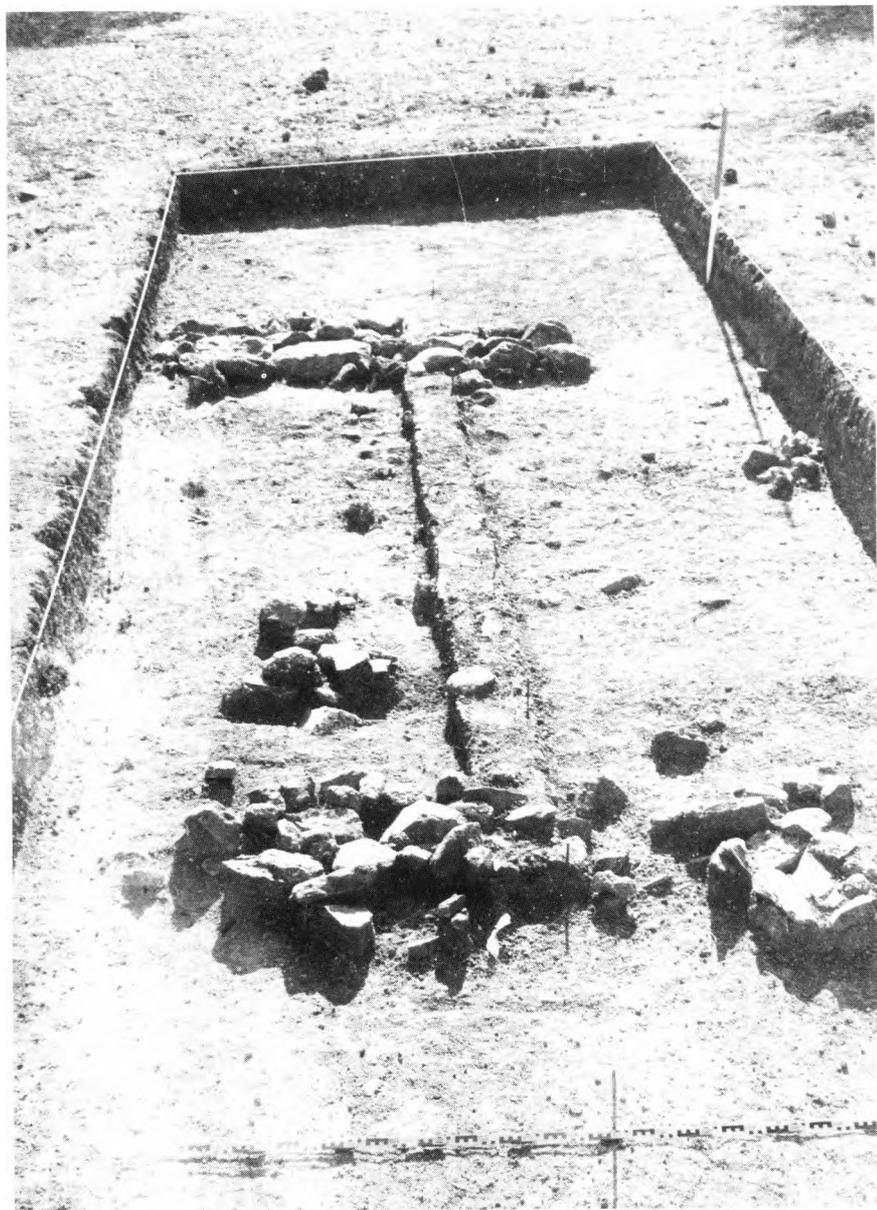


FIG. 4 Pomar 1. Estruturas habitacionais e solo de ocupação da II Idade do Ferro durante a escavação.

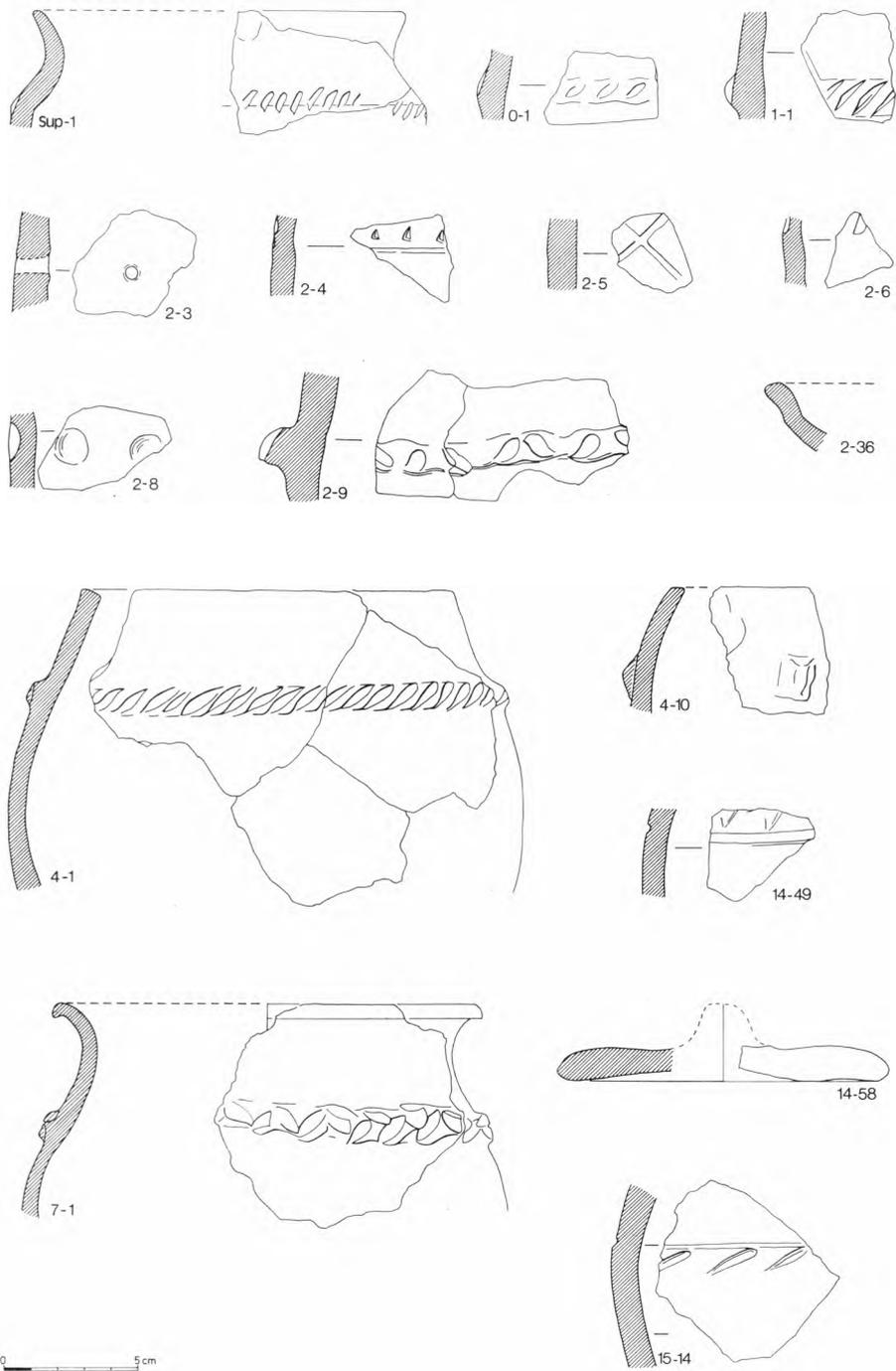


FIG. 5 Pomar 1. Cerâmica. Esc. 1: 3. Des. Fátima Dias Pereira.

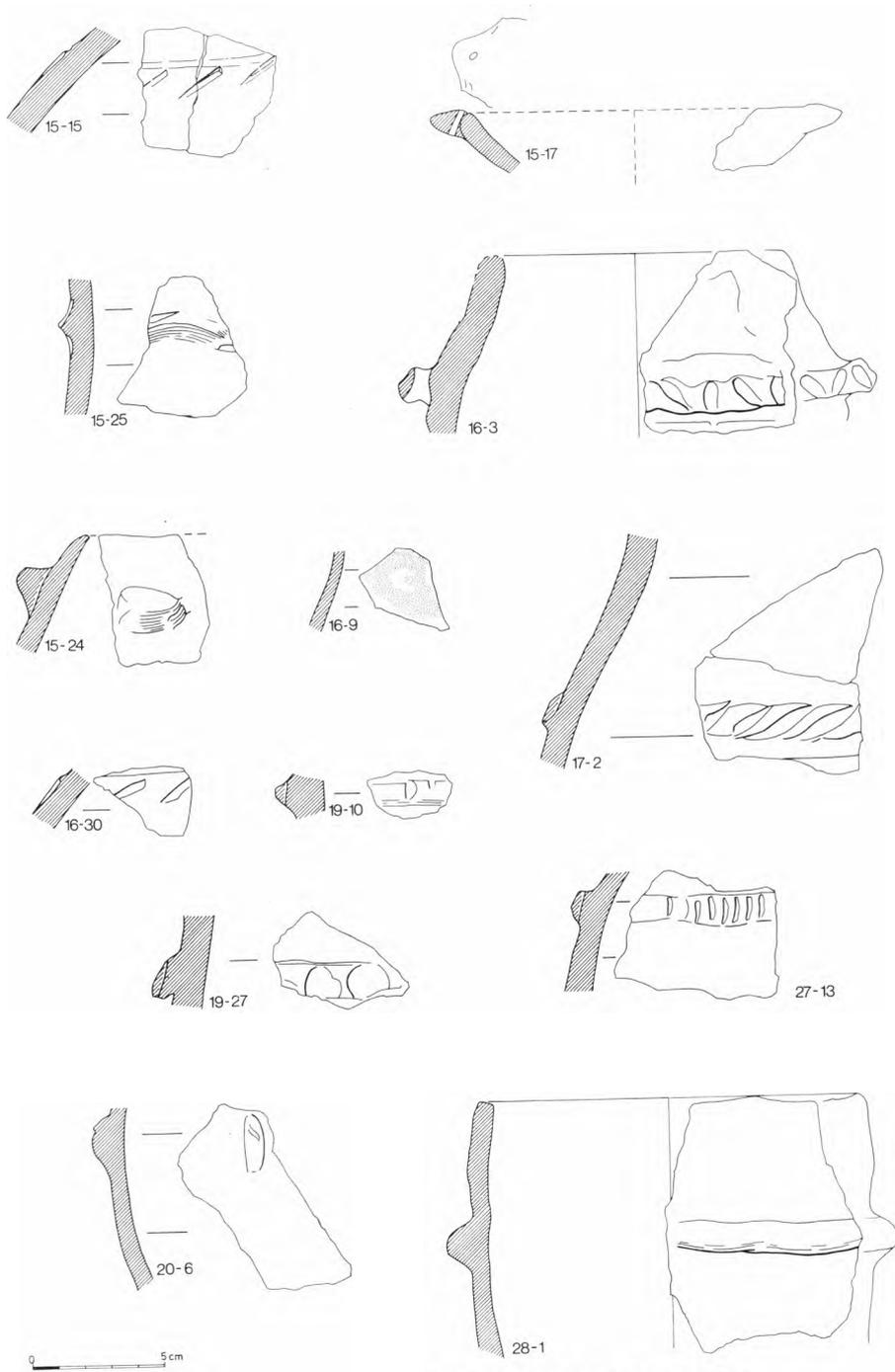


FIG. 6 — Pomar 1. Cerâmica.

Esc. 1: 3. Des. Fátima Dias Pereira.

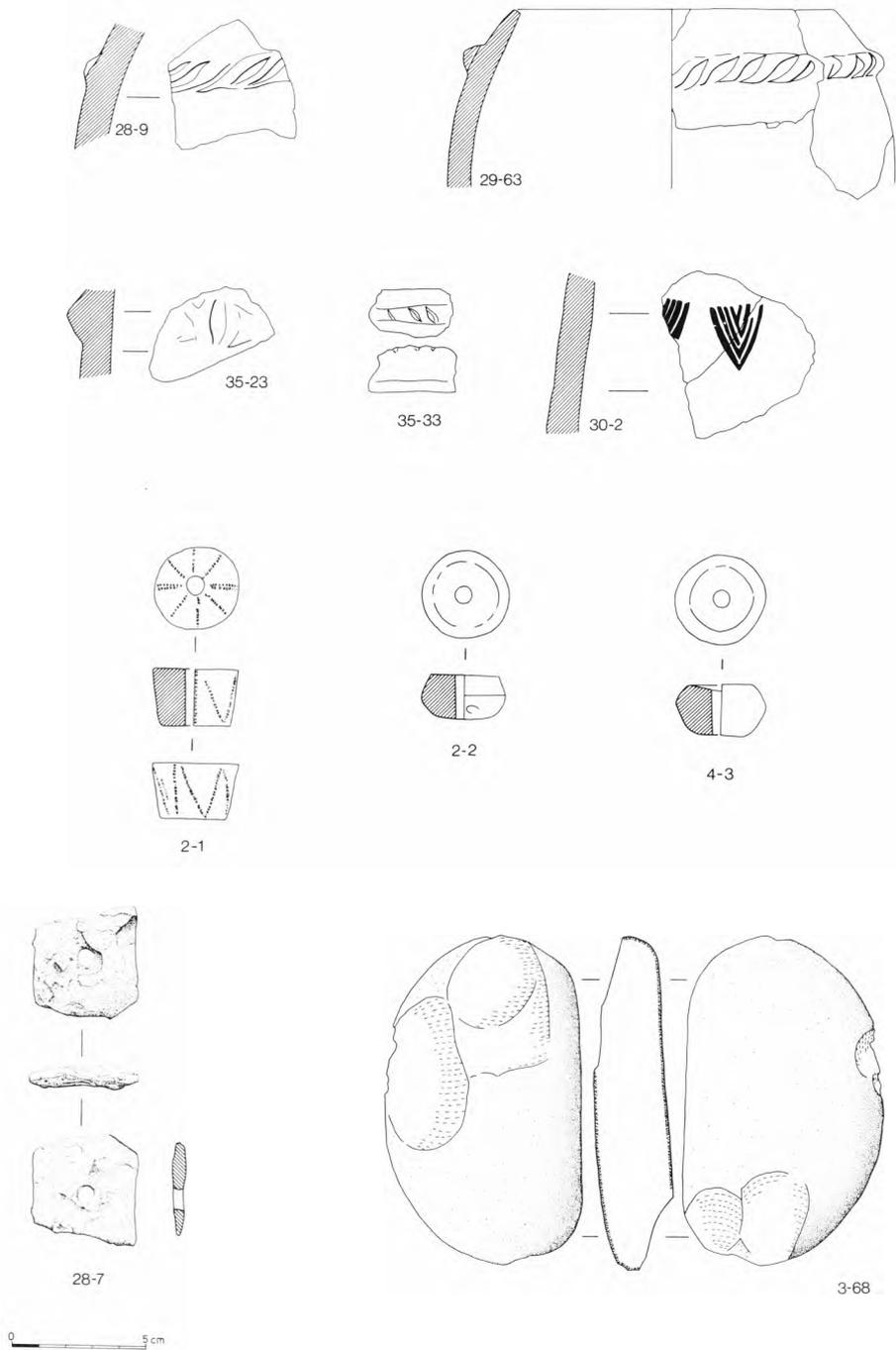


FIG. 7- Pomar 1. Cerâmica, ferro (28-7) e pedra (3-68). Esc. 1: 3. Des. Fátima Dias Pereira.

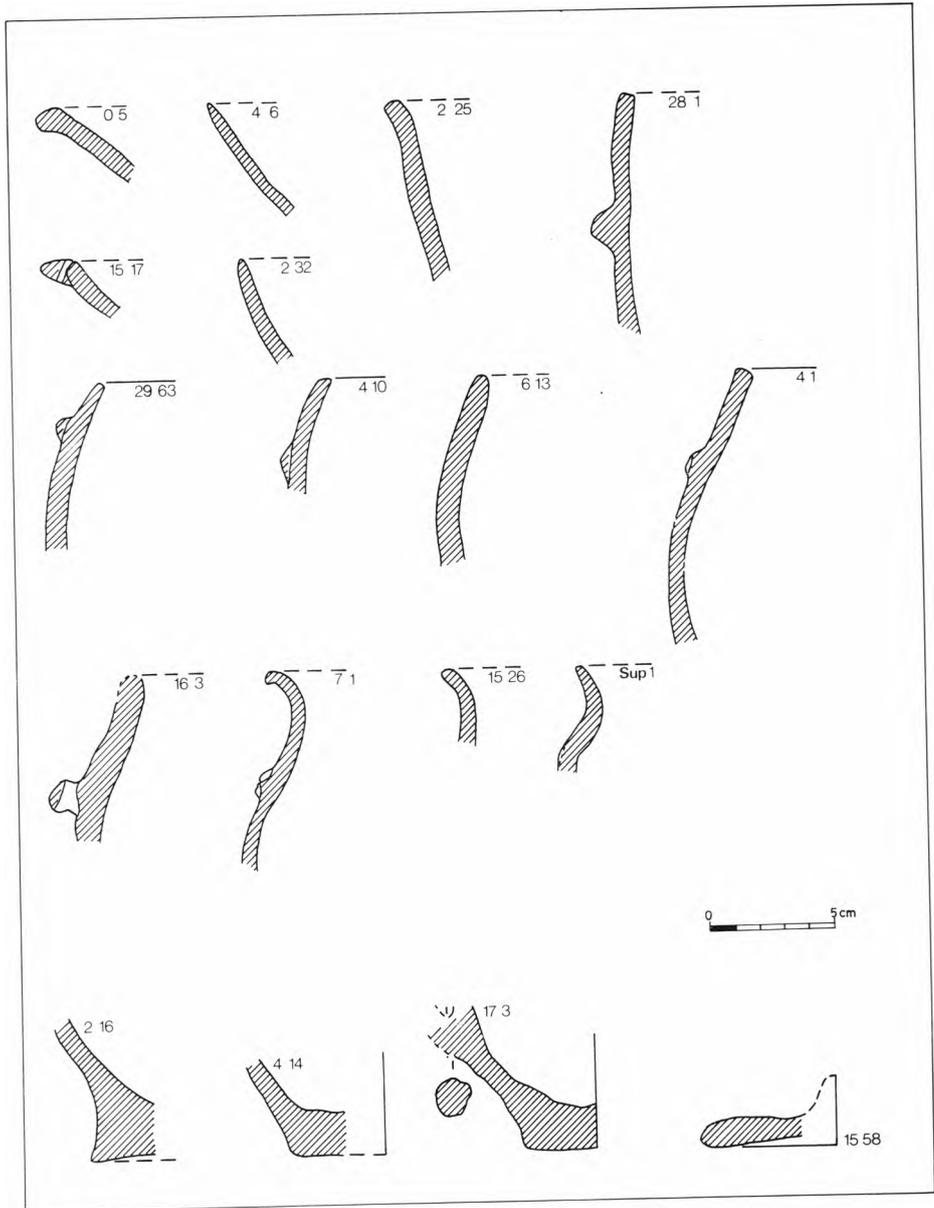


FIG. 8 Pomar 1. Quadro de formas dos recipientes de cerâmica de fabrico manual. Des. Fátima Dias Pereira.

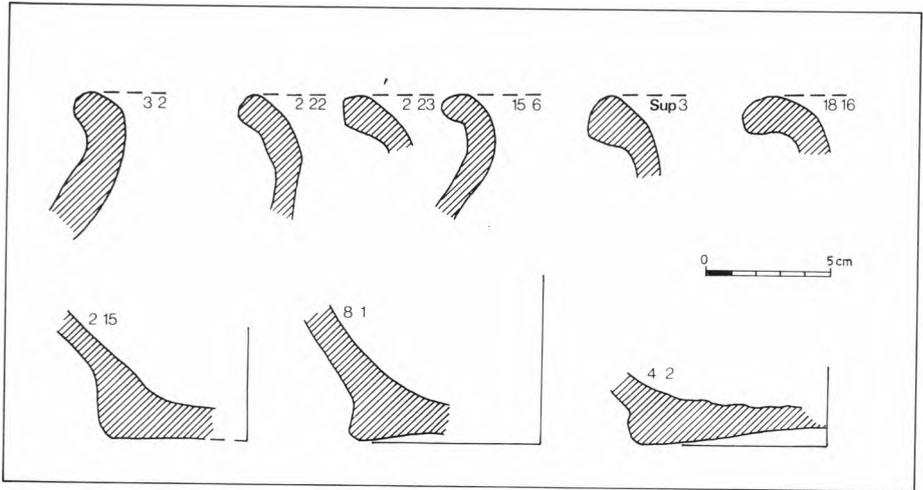


FIG. 9 Pomar 1. Quadro de formas dos grandes contentores de cerâmica. Des. Fátima Dias Pereira.

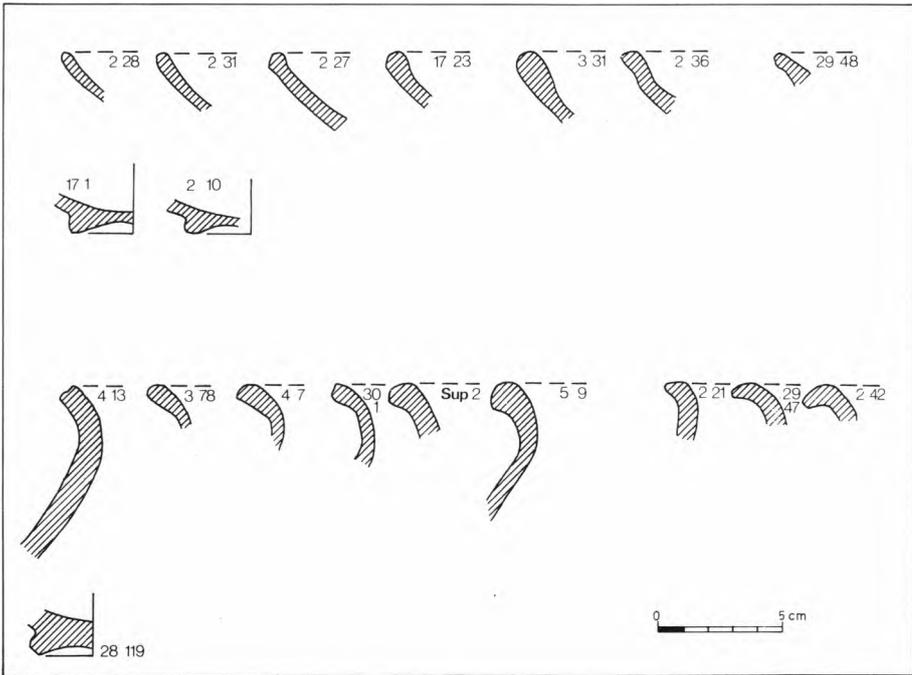


FIG. 10—Pomar 1. Quadro de formas dos recipientes de cerâmica depurada feita ao torno. Des. Fátima Dias Pereira.

(Página deixada propositadamente em branco)

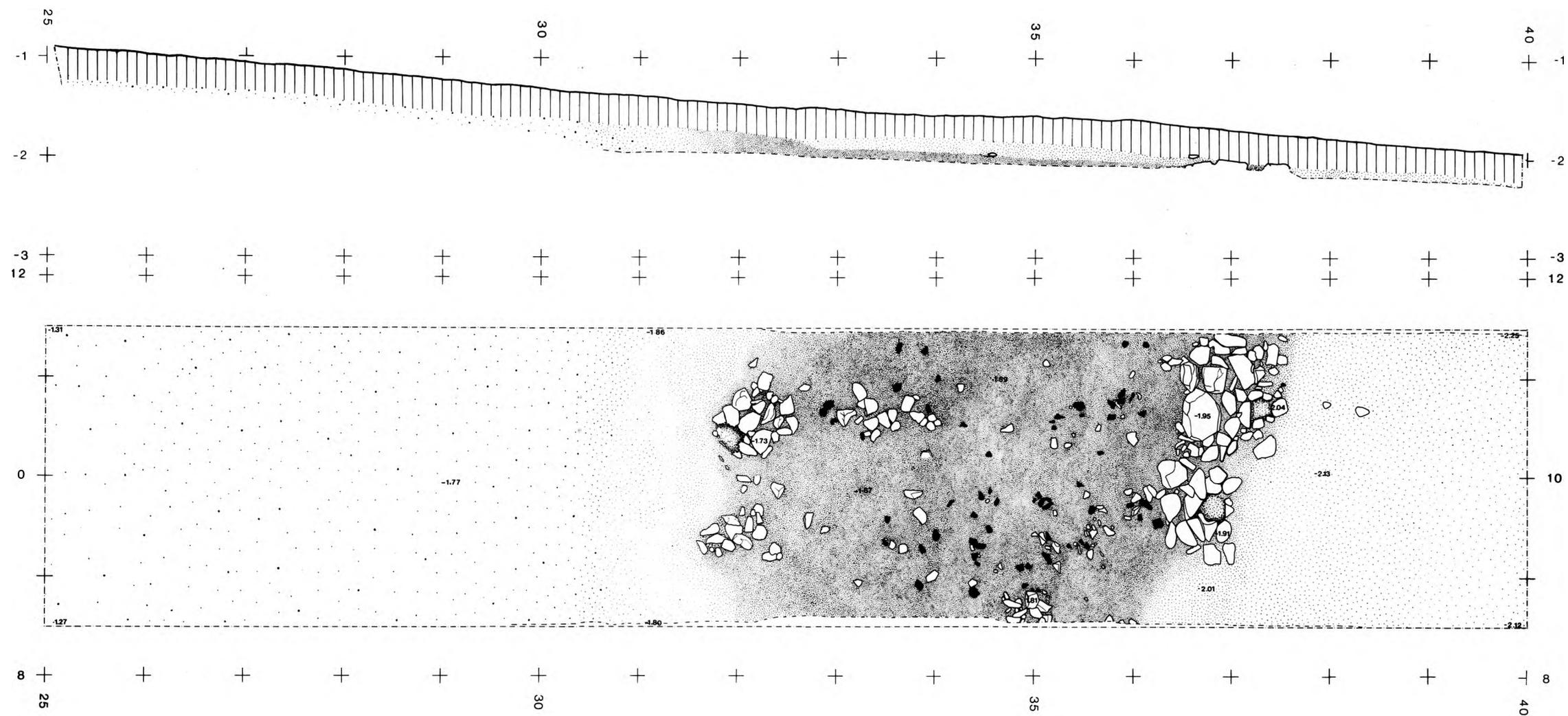


FIG. 11 — Pomar 1. Planta das estruturas habitacionais e do solo de ocupação e perfil da escavação em y = 11, 5. Escala 1:50. Des. Lélia Guerreiro.

(Página deixada propositadamente em branco)

J. M. PEIXOTO CABRAL*, J. M. MEIRELES**, A. M. MONGE SOARES* E L.
VERÍSSIMO**

DAT AÇÃO PELO RADIOCARBONO DE UM CEPO DE ÂNCORA EM CHUMBO
ENCONTRADO NA BERLENGA
«Conimbriga», XXIX, 1990, 59-68

RESUMO: Procedeu-se à datação de um cepo de âncora em chumbo, com alma em madeira de aderno (*Phillyrea latifolia* L.), encontrado próximo da ilha Berlenga. Obtiveram-se as datas convencionais de radiocarbono ICEN-479 2370+80 BP e ICEN-630 2320+50 BP, cuja média ponderada é de 2330 +45 BP. A data calibrada aponta para que o cepo seja datável dos finais do séc. V a. C. ou do início do séc. IV a. C., isto é, que seja proveniente de um navio presumivelmente púnico. Este resultado põe em causa a prática corrente de atribuir à Época Romana todos os cepos de chumbo encontrados na fachada atlântica da Península Ibérica.

SUMMARY: Radiocarbon dating of a leaden anchor stock with a wooden bar found at Berlenga Island, near Peniche (Portugal), yielded 2330 +45 BP. Calibration of this date indicates that the stock must have been originated from a Punic vessel dated to the end of the fifth or the beginning of the fourth century B. C. and it puts in question the attribution currently made to the Roman period of all stocks found at the seabed off the Portuguese coast.

* Departamento de Química, ICEN (LNETI), 2685 Sacavém.

** Museu Municipal de Peniche, 2520 Peniche.

(Página deixada propositadamente em branco)

DATAÇÃO PELO RADIOCARBONO DE UM CEPO DE ÂNCORA EM CHUMBO ENCONTRADO NA BERLENGA

Em 1983, um de nós (L. V.), quando procedia a um mergulho na zona da Berlenga, descobriu um cepo de âncora em chumbo de dimensões excepcionais. Cerca de um ano depois, com o apoio do Museu do Mar de Cascais, procedeu-se à sua recuperação, tendo o cepo ficado depositado no Museu Municipal de Peniche.

Entretanto outros cepos foram detectados no mesmo local e alguns deles recuperados. Entre os localizados, mas que ainda permanecem no fundo do mar, destaca-se um de grandes dimensões (2,65 m), presumindo-se que tenha também a alma em madeira. É interessante nota' que as zonas da Berlenga e do Cabo Espichei são aquelas onde tem sido recuperada a maior parte dos cepos de âncora em chumbo encontrados até agora em águas portuguesas.

O cepo em questão (Fig. 1), embora meça 2,55 m de comprimento, pesa somente 423 kg, devido à existência de uma alma em madeira. Parte desta madeira conservou-se no interior do cepo, o que permitiu a colheita de amostras para a sua identificação e datação pelo radiocarbono.

A presente nota tem por objectivo dar a conhecer os resultados obtidos com esta datação e apresentar algumas considerações sobre a sua interpretação.

Metodologia utilizada e resultados obtidos

Com o auxílio de um formão, retirou-se uma amostra de madeira com o peso de cerca de 50 g, aproveitando uma abertura irregular existente numa das faces do cepo criada pela corrosão sofrida pelo chumbo enquanto o cepo permaneceu no fundo do mar. Alguns fragmentos

desta amostra destinaram-se à identificação da madeira (ver Apêndice); os restantes foram utilizados para fazer a sua datação pelo radiocarbono.

Os fragmentos seleccionados para a datação foram reduzidos a pequenas aparas, e estas foram tratadas com uma solução aquosa de hidróxido de sódio, lavadas depois em água destilada até pH neutro e, em seguida, atacadas com uma solução aquosa de ácido nítrico 6N, de modo a obter-se uma nitrocelulose. Este tratamento é bastante severo — a diminuição do peso da amostra, após o tratamento, é apreciável — mas muito efectivo na remoção de eventuais contaminantes. A nitrocelulose foi finalmente queimada numa atmosfera de oxigénio, a 5 atm, obtendo-se dióxido de carbono, a partir do qual foi sintetizado benzeno (SOARES e CABRAL, 1986; SOARES, 1989). Este benzeno foi deixado mais de um mês no congelador de um frigorífico, a fim de garantir que qualquer ^{222}Rn que pudesse conter decaísse para valores desprezáveis. Passado esse tempo, mediu-se a actividade específica do ^{14}C contido no benzeno, por intermédio de um detector de cintilação líquida, a qual conduziu à seguinte data convencional de radiocarbono:

ICEN-479 2370f80 BP $8^u\text{C} = -24, 17^{\circ}\text{oo}$

Fazendo a sua calibração, mediante a curva de STUIVER e PEARSON (1986), obtém-se a intercepção em 403 cal AC e os seguintes intervalos:

para um grau de confiança de 68, 3% (1 sigma):

752 - 708 cal AC, 531 - 390 cal AC;

para um grau de confiança de 95, 5% (2 sigma):

780-360 cal AC, 290-251 cal AC.

Importa notar que todos os cepos de âncora em chumbo até agora descobertos na costa portuguesa têm sido atribuídos à Época Romana (MAIA, 1975; EDMONDSON, 1987). Assim, o resultado obtido não corresponde ao esperado. Achou-se, por isso, que seria de toda a conveniência realizar uma segunda datação da madeira da alma do cepo.

Procedeu-se, então, à colheita de uma nova amostra, com cerca de 100 g de peso, a qual foi sujeita a um tratamento de descontaminação mais severo que o utilizado para a primeira. Neste caso, em vez de ácido nítrico, usou-se hipoclorito de sódio a 8% (percentagem de cloro activo), de modo a obter também uma celulose. O procedimento utilizado para fazer a sua datação foi, depois, em tudo idêntico ao descrito anteriormente.

A data convencional de radiocarbono determinada nesta segunda datação foi a seguinte:

$$\text{ICEN - 630} \quad 2320 \pm 50 \text{ BP} \quad \delta^{13}\text{C} = -25,59\text{‰},$$

Note-se que a diferença existente entre as duas datas convencionais de radiocarbono atrás referidas é de 50 ± 90 anos, o que significa que, do ponto de vista estatístico, não são diferenciáveis. Deste modo, e tendo em atenção que elas foram obtidas a partir de duas amostras colhidas independentemente do mesmo troço de madeira, é legítimo fazer a sua média ponderada (WARD e WILSON, 1978). Esta média é de 2330 ± 45 BP a qual, calibrada pela curva de STUIVER e PEARSON (1986), tem a intercepção em 397 cal AC e corresponde aos seguintes intervalos:

para 1 sigma: 404 - 389 cal AC;

para 2 sigma: 511 - 432 cal AC, 429 - 369 cal AC, 271 - 269 cal AC.

Discussão

Os resultados alcançados permitem concluir que o arbusto ou árvore que forneceu a madeira para a alma do cepo, recuperado na Berlenga, terá crescido alguns séculos antes da ocupação romana da Península Ibérica. Assim, duas hipóteses se poderão considerar ao atribuir uma data para o cepo: *a)* o cepo ser romano, caso a madeira nele existente tenha sido reutilizada; *b)* o cepo não ser romano mas sim proveniente de um barco, porventura púnico, dos finais do séc. V ou dos princípios do séc. IV a. C. (a probabilidade de a verdadeira idade da madeira se encontrar em qualquer dos dois intervalos determinados para o grau de confiança de 95,5% é diminuta — ver STUIVER e REIMER, 1987).

Julgamos que a primeira hipótese é pouco provável, uma vez que, na Europa mediterrânica, as madeiras têm, quando não protegidas, uma sobrevivência curta, dada a sua rápida degradação quando expostas ao meio ambiente.

A segunda hipótese julgamo-la, pelo contrário, aceitável na medida em que dados arqueológicos, quer em Portugal quer na bacia do Mediterrâneo, não invalidam, antes tomam plausível, como veremos seguidamente, a atribuição de uma data recuada ao cepo de âncora.

A análise da madeira do cepo permitiu concluir que se trata de aderno (*Phillyrea latifolia* L.), “um arbusto ou uma pequena árvore sempre verde constituinte das matas e matagais esclerófilos de características mediterrânicas” (ver Apêndice). Se uma origem para esta madeira no território actualmente português não é invalidada pela identificação efectuada, a sua atribuição, no entanto, poderá também ser conferida, e talvez com maior probabilidade, à região circum-mediterrânica. É no Mediterrâneo que tem sido encontrada a maior parte dos cepos de chumbo até hoje recuperados, diminuindo a frequência dos achados à medida que nos afastamos dessa região, o que, conjuntamente com o estudo dos contextos onde têm aparecido e as descrições das fontes históricas, aponta claramente para uma origem mediterrânica (MERCANTI, 1979).

Investigações realizadas nessa região mostraram que âncoras de madeira, com o cepo em chumbo, foram usadas desde o séc. VII a. C. até ao séc. III-IV d. C. (MERCANTI, 1979; KULEFF *et al.*, 1991). O cepo de âncora em apreço poderá incluir-se no tipo 3*d* de Kapitan, caracterizado por (KAPITĀN, 1984, p. 38): “stocks with a wooden cross-bar in the box instead of a leaden one. In the hole made through the shank a wooden peg sufficiently protruding at both sides was inserted before casting. (...) The exterior of the box of this type of stock being at first rectangular (1) was then rounded off assuming a more or less oval design (2) which was less of an obstruction than the angular box”. Note-se que o cepo da Berlenga poderá incluir-se na variante 1, a mais primitiva do tipo 3*d*. Repare-se, por outro lado, que este cepo poderá corresponder tipologicamente à transição entre o tipo 3*c* (totalmente em chumbo, com uma barra moldada do mesmo metal a atravessar o orifício central do cepo) e o tipo 3*d*, dado que nele coexistem a barra em chumbo e a alma em madeira. Tudo leva a crer, portanto, que se trate da variante mais primitiva do tipo 3*d*.

Dois cepos de âncora em chumbo com alma em madeira já foram datados pelo radiocarbono. Um proveniente de Avola (Siracusa) foi datado em 1950TBP — R-718 — (ALESSIO *et al.*, 1973) e outro, também proveniente da região de Siracusa, em 2030+100 BP — B-2213 (KAPITĀN, 1978). Três outros cepos de âncora achados em Antheor, provenientes do naufrágio “Chrétienne C”, foram datados pelo contexto na segunda metade do séc. II a. C. (KAPITĀN, 1978, p. 271).

Note-se, além disso, que, segundo KAPITĀN (1978, nota 3), nos cepos de âncora em chumbo com alma em madeira não existem relevos

figurativos ou inscritos nas faces, ao contrário do que acontece com os cepos totalmente em chumbo da Época Romana ou Helenística tardia. Este investigador sugeriu a hipótese de que isso poderá ser devido “to the circumstance that they were produced by people with different ideological conceptions”.

Resumindo, se compararmos o cepo da Berlenga com os provenientes do Mediterrâneo, poderá inferir-se que, no seu tipo, constitui uma variante primitiva, possivelmente anterior à segunda metade do séc. II a. C, caso a evolução tipológica atrás descrita tenha significado cronológico, e que, aceitando a sugestão de Kapitän, foi produzido, tal como os seus congéneres mediterrânicos, por gente com concepções ideológicas diferentes das dos Romanos.

Os dados arqueológicos na fachada atlântica da Península Ibérica apontam para um relacionamento marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico desde os inícios do séc. VII a. C., primeiramente de origem fenícia e, depois da batalha de Alalia (535 a. C), de origem púnica (SILVA, 1990; CORREIA, 1990). A estação arqueológica de Santa Olaia (ROCHA, 1971), na vizinhança da Figueira da Foz e a norte da Berlenga, é bem ilustrativa desse relacionamento.

A hipótese que tínhamos considerado de atribuir o cepo de âncora da Berlenga a um barco púnico parece-nos, pois, bastante plausível, constituindo tal testemunho arqueológico a primeira evidência directa de navios púnicos na costa atlântica da Península Ibérica. Ele põe em causa a atribuição correntemente feita à Época Romana de todos os cepos em chumbo encontrados na costa portuguesa, atribuição essa que, possivelmente, terá de ser revista nalguns casos.

Agradecimentos

Agradece-se reconhecidamente: ao Museu Nacional de Arqueologia o obséquio da cedência do desenho do cepo; ao arqueólogo Jean Yves Blot, colaborador do Museu Municipal de Peniche, que chamou a atenção para a importância em datar o cepo pelo radiocarbono; e à Câmara Municipal de Peniche, que custeou as despesas desta datação e que tem dado um total apoio à equipa do Museu Municipal nas várias tarefas relacionadas com a recuperação e valorização dos testemunhos arqueológicos recuperados na Berlenga.

BIBLIOGRAFIA

- ALESSIO, M., BELLA, F.; IMPROTA, S.; BELLUOMINI, G.; CALDERONI, G.; CORTESI, C.; TURI, B., 1973— *University of Rome Carbon-14 Dates X*. “Radiocarbon”, 15 (1), pp. 165-178.
- CORREIA, V. H., 1990 — *A Expansão Orientalizante na Fachada Atlântica Peninsular. Dados conhecidos e perspectivas*, “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”, 30, pp. 177-192.
- EDMONDSON, J. C., 1987— *Two Industries in Lusitania — Mining and Garum Production*. BAR International Series, 362. Oxford.
- KAPITÄN, G., 1978 — *Exploration at Cape Graziano, Filicudi, Aeolian Islands, 1977, Results with annotations on the typology of ancient anchors*. IJNA, 7 (4), pp. 269-277.
- KAPITÄN, G., 1984 — *Ancient anchors — technology and classification*. IJNA, 13 (1), pp. 33-44.
- KULEFF, I.; DJINGOVA, R.; ALEXANDROVA, A.; ANGELOVA, C., 1991— *INAA and A AS of ancient lead anchors found along the Bulgarian Black Sea Coast. “Archaeometry 90”*, (Eds. E. PERNICKA e G. A. WAGNER), Birkhatiser, Basel, pp. 199-208.
- MAI A, M., 1975 — *Cepos de chumbo de âncoras romanas encontradas ao largo de Sesimbra*. “Setúbal Arqueológica”, voi. I, pp. 177-180.
- MERCANTI, M. P., 1979 — *Ancorae Antiquae. Per una cronologia preliminare delle ancore del Mediterraneo*. “Studia Archeologica”, 20, Roma.
- ROCHA, A. S., 1971 — *Memórias e Explorações Arqueológicas. Voi. II. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra.
- SILVA, A. C. F., 1990 — *A Idade do Ferro em Portugal, in Portugal: das Origens à Romanização*, (Coord. J. ALARCÃO), Editorial Presença, Lisboa, pp. 259-341.
- SOARES, A. M., 1989 — *O efeito de Reservatório Oceânico nas Aguas Costeiras de Portugal Continental*. Departamento de Química, ICEN-LNETI, 135 p.
- SOARES, A. M.; CABRAL, J. M. P., 1986 — *Datação pelo Radiocarbono. O Laboratório de Radiocarbono do LNETI*. “Informação Arqueológica”, 7, pp. 211-213.
- STUIVER, M.; PEARSON, G. W., 1986 *High-Precision Calibration of the Radiocarbon Time Scale, AD 1950-500 BC*. “Radiocarbon”, 28 (2B), pp. 805-838.
- STUIVER, M.; REIMER, P. J., 1987 — *Radiocarbon Calibration Program (CALIB)*. Rev. **2.0**.
- WARD, G. K.; WILSON, S. R., 1978 — *Procedures for comparing and combining radiocarbon age determinations: a critique*. “Archaeometry” 20 (1), pp. 19-31.

APÊNDICE

IDENTIFICAÇÃO DE UM FRAGMENTO DE MADEIRA DO CEPO DE ÂNCORA DA BERLENGA

por PAULA FERNANDES QUEIROZ *

Descrição das características morfológicas:

Anéis de crescimento: bem distintos. Porosidade difusa. Vasos dispostos em bandas tangenciais, bifurcadas.

Vasos: reunidos em grupos de orientação tangencial. Circulares e elípticos em secção transversal. Diâmetro máximo de 50 µm. Perfurações simples. Espessamentos espiralados presentes principalmente nos vasos de menor diâmetro.

Pontuações intervasculares: pontuações areoladas, circulares, com um diâmetro de 4 a 5 µm, dispostas em fiadas longitudinais.

Pontuações radio-vasculares: pontuações alternas, de abertura circular, com 2, 5 a 3 µm de diâmetro.

Pontuações para as fibras: idênticas às pontuações intervasculares.

Parênquima: paratraqueal e apotraqueal disperso, pouco abundante.

Fibras: fibras liberiformes de parede muito espessa. Fibrotraqueídeos vasicêntricos, numerosos, com espessamentos espiralados.

Raios: raios unisseriados abundantes, com 4 a 10 células de altura, formados por células quadrangulares. Raios multisseriados com 2 a 3 células de largura, fracamente heterogêneos com uma (mais raramente duas) fiada de células quadrangulares no topo e na base do raio e células prostradas na parte central.

* Laboratório de Paleocologia, Museu Nacional de Arqueologia, 1400 Lisboa.

Identificação:

Com base nas características anatómicas observadas e na comparação com material da coleção de referência do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, a amostra analisada foi identificada como um fragmento de madeira de *Phillyrea latifolia* L. (Aderno).

Comentários:

A *Phillyrea latifolia* é um arbusto ou uma pequena árvore sempre verde constituinte das matas e matagais esclerófilos de características mediterrânicas. Associada quer às matas de *Quercus faginea* (carvalho português) e a matagais da sua série de sucessão, quer às formações litorais mais xéricas, é certamente um importante elemento da vegetação natural dº toda a faixa litoral Centro-Sul do País. Segundo Albino de Carvalho, (CARVALHO, 1956 — *Madeira de Folhosas*. “Boi. Soc. Port. Ciências Naturais”, 2.^a série, 5 (2), 54-260) a madeira de *Phillyrea latifolia* é dura, pesada e resistente, sendo geralmente utilizada em pequenos trabalhos de torno e escultura. A possibilidade da sua utilização em peças de maiores dimensões está hoje em dia condicionada pela raridade de indivíduos de elevado porte arbóreo.

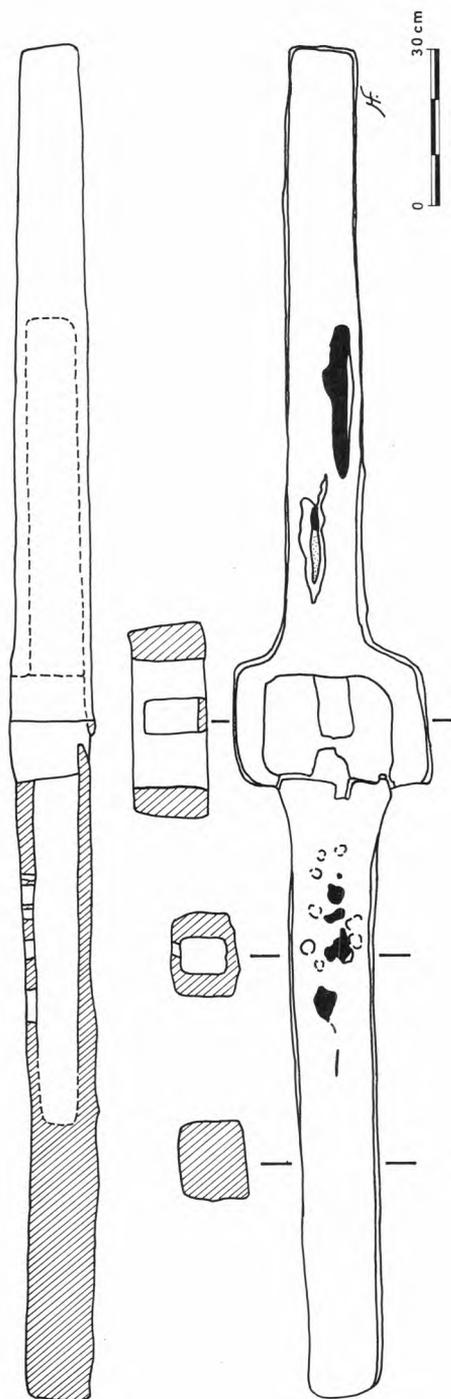


FIG. 1. Cepo de âncora da Berlenga

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO DE CASTRO NUNES **

AMILCAR GUERRA ***

CARLOS FABIÃO ***

AS LUCERNAS DO ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO DA LOMBA DO
CANHO (ARGANIL) *
«Conimbriga», XXIX, 1990, 69-90

RESUMO: Apresentam-se as lucernas romanas recolhidas no decurso da escavação do acampamento militar da Lomba do Canho, em Arganil. O conjunto inclui dois exemplares do tipo H de Ricci, seis do tipo Dressel/ Lamboglia 2, um do tipo Dressel/Lamboglia 3, para além de quatro fragmentos que não permitem uma classificação segura. Os exemplares que se conservam *in situ* documentam uma utilização no âmbito das áreas residenciais, correspondendo cada uma a um compartimento com lareira.

O conjunto apresenta características peculiares típicas do séc. I a. C., com exemplares “tardo-helenísticos” coexistindo com as primeiras produções tipicamente romanas. A comparação com outros conjuntos da Península Ibérica, designadamente Ampúrias e Cáceres el Viejo, permite sugerir uma cronologia no âmbito dos segundo e terceiro quartéis do séc. I a. C. — âmbito cronológico confirmado por outros materiais, como moedas, campanienses, ânforas, fíbulas, etc.

A análise da distribuição dos achados similares no actual território português sugere que a difusão desta forma de iluminação se encontra relacionada com a progressão do exército romano no extremo Ocidente peninsular.

RÉSUMÉ: Les auteurs présentent les lampes romaines du campement militaire de Lomba do Canho, Arganil (*conventus Scallabitanus, Lusitania*). L'ensemble est composé de deux exemplaires du type H de Ricci, six du type Dressel/Lamboglia 2, un du type Dressel/Lamboglia 3 et de quatre autres

* Uma versão mais breve deste texto foi apresentada ao II Colóquio Arqueológico de Viseu (Abril de 1990).

** Professor Associado da Faculdade de Letras de Lisboa. Alameda da Universidade, 1699 Lisboa Codex.

*** Assistente da Faculdade de Letras de Lisboa. Investigador do C.A.H. — I.N.I.C., Alameda da Universidade 1699 Lisboa Codex.

fragments qui ne permettent pas une classification sûre. Les pièces conservées *in situ* témoignent une utilisation dans l'espace résidentiel: une lampe près du foyer par compartiment.

L'ensemble, caractéristique du milieu du I^{er} siècle av. J. C, présente des exemplaires "tardo-hellénistiques" et les premières productions typiquement romaines. Par comparaison avec d'autres ensembles de la Péninsule Ibérique — Ampurias et Cáceres el Viejo — on peut proposer une chronologie du second et troisième quarts du I^{er} siècle av. J. C., ce qui est confirmé par d'autres matériaux (monnaies, campaniennes, amphores, fibules, etc.).

L'analyse de la distribution des pièces semblables de l'actuel territoire portugais laisse penser qu'on peut rapporter ce système d'illumination à la progression de l'armée romaine dans l'extrême Occident péninsulaire.

AS LUCERNAS DO ACAMPAMENTO MILITAR ROMANO DA LOMBA DO CANHO (ARGANIL)

1. Introdução

O acampamento militar romano da Lomba do Canho acha-se implantado sobre uma crista quartzítica a cerca de 2 km a norte da vila de Arganil.

São já numerosos os trabalhos publicados sobre este sítio arqueológico, desde os referentes às primeiras escavações efectuadas na década de 50 pelo primeiro signatário (NUNES, 1958a, 1958b, 1959), até aos relativos às intervenções que em anos mais próximos ali foram conduzidas, já com a colaboração dos restantes signatários do presente estudo (NUNES, 1985 e 1986; FARIA, 1982 e 1984-5; FABIÃO/GUERRA, 1985-6 e 1987; GUERRA/FABIÃO, 1988; NUNES/FABIÃO/GUERRA, 1988 e 1989). Neles ficou claramente expressa a relevante importância do sítio, com uma ocupação circunscrita ao período tardo-republicano, para o estudo do processo da romanização do actual território português, se é que alguma dúvida restava ainda a esse respeito...

Por tudo isto, com o passar dos anos, mais absurda se vai tomando a situação de impasse em que se encontra o processo de reabertura dos trabalhos arqueológicos, abruptamente interrompidos em 1983 e, desde então, nunca mais retomados. É, portanto, com a firme esperança, que nunca perdemos, de brevemente conseguir ultrapassar o actual estado de coisas e iniciar de novo as escavações na Lomba do Canho, que apresentamos a totalidade das lucernas até hoje recolhidas naquele sítio arqueológico.

O conjunto das lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho não se encontrava propriamente inédito. A totalidade das peças, quer as reconstituídas, quer os mais simples fragmentos, tem estado exposta numa das vitrines do Museu Regional de Arqueologia de Arganil, desde a sua inauguração, em 1980. Inclusivamente, já foram

publicadas algumas considerações de ordem genérica sobre estes materiais e, pode dizer-se, o essencial das conclusões que suscitam (GUERRA/FABIÃO, 1988: 315-6 e Est. VII; NUNES/FABIÃO/ GUERRA, 1988: 19-20 e Fig. 14; *Idem*, 1989: 409-10, Fig. 8). No entanto, a publicação da totalidade dos materiais, bem como um mais extenso comentário em torno da singularidade deste conjunto e da sua importância, que naturalmente reservávamos para uma publicação definitiva, não tinha sido ainda dado a conhecer.

2. O conjunto de lucernas

O conjunto de lucernas da Lomba do Canho enquadra-se no período tardo-republicano. Esta inserção cronológica começa por levantar alguns problemas específicos. De facto, como tem sido referido (PAVOLINI, 1981: 139; ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 7), os estudos sobre as lucernas deste período não são muito abundantes em todo o mundo romano e, inclusivamente, conhecem-se melhor as lucernas de épocas helenística e imperial, ou seja, as produções anteriores e posteriores, do que propriamente as respeitantes ao período em causa.

No que diz respeito ao actual território português, basta percorrer as publicações da especialidade para verificar que é difícil encontrar paralelos para o conjunto da Lomba do Canho. As lucernas deste período podem considerar-se raríssimas e provêm geralmente de sítios arqueológicos muito diversificados e de contextos normalmente desconhecidos (v. *infra*). Esta ausência de termos de comparação levou-nos a procurar um enquadramento para estes materiais num âmbito muito mais amplo do ponto de vista geográfico. Assim, os trabalhos de Ricci (1973) e Pavolini (1981), para a Península Itálica, e Deneauve (1969) para o Norte de África, forneceram-nos algumas coordenadas fundamentais, embora seja de lamentar o desconhecimento que normalmente denotam no que respeita às realidades peninsulares. Refira-se, porém, que às próprias carências da arqueologia hispânica se deve assacar boa parte destas responsabilidades.

Nos últimos anos a investigação em Espanha tem progredido significativamente neste domínio, modificando o panorama anteriormente traçado por Pavolini (1981). Assim, pode dizer-se actualmente que as produções tardo-republicanas conheceram ampla difusão na Península Ibérica, acompanhando naturalmente o avanço do processo de romani-

zação e, por outro lado, o acervo de materiais recentemente publicados inviabiliza qualquer veleidade de cartografia sistemática dos mesmos, que, aliás, não estava de modo algum nos nossos propósitos. No âmbito destes novos estudos, particular interesse nos despertou a publicação dos materiais do acampamento militar romano de Cáceres el Viejo (BELTRAN, 1976 e ULBERT, 1984), por se tratar de um estabelecimento de características análogas às da Lomba do Canho e, naturalmente, o conjunto de Ampúrias, por constituir o mais sistemático e extensamente publicado (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982). Este, porém, tem o inconveniente de somente considerar os exemplares de “tipo romano”, deixando de fora o conjunto de produções de “tipos helenísticos” de fabrico/importação certamente coevos.

Um conjunto relativamente numeroso e homogéneo como este que apresentamos, constituído por oito exemplares de classificação incontroversa e mais cinco fragmentos, apresenta-se à partida como um contributo importante para o conhecimento do processo de romanização destas regiões, sobretudo porque introduz modificações significativas no panorama actualmente conhecido dos materiais análogos (v. *infra* e Fig. 6).

Esta situação, contudo, exige uma certa cautela, de modo a evitar que deste panorama se retirem conclusões precipitadas. O peso excessivo que os achados da Lomba do Canho têm resulta de circunstâncias particularmente que se prendem tanto com as condições específicas deste sítio arqueológico, como com a situação que a investigação no âmbito da arqueologia clássica conhece entre nós.

O acampamento militar de Arganil apresenta condições particulares, uma vez que, após uma utilização relativamente breve, não voltou a conhecer nenhuma ocupação continuada, ao contrário do que aconteceu a outros lugares habitados na mesma época, normalmente sítios de características urbanas com uma longa diacronia de ocupação, que acaba por produzir uma fragmentação excessiva destes materiais, frágeis e de reduzidas dimensões, dificultando a sua recolha e correcta caracterização. A esta razão se junta certamente uma outra, mais geral, que decorre do estado em que se encontra a investigação arqueológica dos primórdios da ocupação romana no actual território português. Assim, com a publicação dos exemplares de Arganil, fica concentrada no centro do país, na Lomba do Canho e em Conimbriga, a maioria dos achados de lucernas tardo-republicanas registados no extremo Ocidente peninsu-

lar, o que não corresponde minimamente ao processo de distribuição que estes materiais terão conhecido na Antiguidade...

Como em outros lugares já escrevemos (v. referências da Introdução), temos suficientes evidências para sustentar a hipótese de ter existido um abandono precipitado do estabelecimento militar de Arganil. Tal facto parece demonstrado não só pela abundância e características de deposição do espólio, como pelas grandes quantidades de armamento abandonadas no local. Esta circunstância permite, no caso das lucernas, estabelecer alguns aspectos da sua utilização no quotidiano da guarnição ali instalada. É nítida a distribuição preferencial destes materiais pelas áreas de evidentes funções residenciais (casernas), designadamente nos Sectores B e C. No Sector B — o único de funções residenciais que foi extensamente escavado — constatou-se a ocorrência de uma lucerna por compartimento e, nos casos em que garantidamente se encontraram *in situ*, aparecem associadas a uma lareira, cumprindo, juntamente e em alternância com esta, uma importante função na vida do destacamento.

De um modo geral, o espólio cerâmico recolhido na Lomba do Canho apresenta-se bastante deteriorado devido à acidez do terreno. No caso concreto das cerâmicas finas (campaniense, paredes finas e lucernas) a situação é ainda mais grave, embora tal deterioração não tenha afectado do mesmo modo a totalidade dos exemplos. Assim, e no que concerne especificamente às lucernas, os n.ºs 1, 2, 7 e 8 apresentam-se relativamente bem conservados, mantendo inclusivamente os seus revestimentos externos, nos casos em que existam. Quanto aos restantes, o estado de conservação é bastante mau, carecendo mesmo de impregnação para que se possa assegurar a sua conservação. Naturalmente, nestes casos, os antigos revestimentos desapareceram quase por completo, não resultando fácil determinar, em algumas delas, se efectivamente teriam existido.

2.1. *Catálogo*

n.º 1 — Lucerna reconstituída enquadrável no tipo H de Ricci. Foi recolhida na decapagem do Sector C, durante a campanha de escavações de 1982 (v. Fig. 1 e 3).

Dimensões: comprimento máximo (C): 8.1 cm; largura máxima (L): 4.9 cm; altura máxima (A): 3.3 cm.

Por se encontrar excepcionalmente bem conservada e, actualmente, restaurada, não resulta fácil a observação da argila que se apresenta

bastante compacta com uma coloração castanha avermelhada (Mun. 10 YR 5/6) *, com vestígios de um engobe exterior castanho (Mun. 7.5 YR 4/4). Toda a superfície externa se apresenta muito manchada de negro por evidente contacto com o fogo.

Bico alongado, alargando-se na extremidade em tomo do orifício, e fragmentado de um lado. Na zona de ligação entre o bico e o disco ostenta uma marca impressa de feição ovalada com cerca de 0.9 X 0.7 cm de difícil leitura (v. Comentário). Disco rebaixado e levemente côncavo. Depósito alto e cilíndrico. Fundo plano, de 4.2 cm de diâmetro, ligeiramente rebaixado.

n.º 2 — Metade superior de uma lucerna enquadrável no tipo H de Ricci. Foi recolhida no decurso do desmonte de um monturo de pedra, no interior do grande compartimento do Sector A (v. Fig. 1 e 3), nas primeiras intervenções realizadas na Lomba do Canho ainda em finais da década de 50.

Dimensões: C: 10.5 cm; L: 6.1 cm.

Pasta compacta, embora com diversos elementos não plásticos (e.n.p.) de dimensões muito reduzidas, designadamente quartzo, calcite, elementos negros e mica dourada, de coloração homogénea vermelha (Mun. 2.5 YR 5/8), sem qualquer vestígio de revestimento exterior, provavelmente por se encontrar bastante desgastada.

Bico alongado e de forma rectilínea, com vestígios de negro de fumo junto ao orifício, particularmente no seu interior. Na zona de ligação entre o bico e o disco ostenta uma decoração fálca em relevo. Disco rebaixado.

n.º 3 — Lucerna inteira, presumivelmente enquadrável no tipo Dressel/Lamboglia 2. Foi recolhida no piso de habitat [UE 36] do Ambiente I do Sector B, imediatamente a norte da lareira [UE 7] na campanha de 1982 (v. Fig. 1, 2 e 3).

Dimensões: C: 6.7 cm; L: 5.2 cm; A: 2.4 cm.

Por se encontrar intacta não resulta fácil uma observação da pasta que, no entanto, parece muito compacta e de coloração cinzenta escura (Mun. 5 Y 4/1), bastante manchada de negro, provavelmente devido ao contacto com o fogo, mas, também, seguramente pela utilização.

Bico alongado com ligeiro alargamento na extremidade. Na zona de ligação entre o bico e o disco apresenta uma decoração em relevo de

* Todas as referências de cor reportam-se à *Munsell Soil Color Charts*, Solltest Inc., Evanston, 1975.

difícil interpretação, mas que poderá ser tomada como uma estilização de batráquio ou, com menor probabilidade, como uma esquematização de intuito fálico. Esta decoração liga-se, por sua vez, a uma moldura circular em relevo que enquadra o disco propriamente dito. Este é marcadamente côncavo a partir da moldura. Ostenta, ainda, sobre o *margo*, uma decoração em óvulos, dispostos em quatro fiadas paralelas. Apresenta uma única aleta em forma de barbatana. Pé bem marcado, em anel, delimitando o fundo côncavo de 2.9 cm de diâmetro, que ostenta uma marca incisiva (TV, com as extremidades das hastes rematadas por pequenos círculos.

n.º 4 — Fragmento de disco e *margo* de uma lucerna seguramente enquadrável no tipo Dr./Lamb. 2. Foi recolhida já fora de contexto num monturo de pedreira na área da Sondagem 2 (v. Fig. 1 e 4), juntamente com um fragmento de reservatório e fundo pertencente à mesma peça, embora não seja possível a ligação entre ambos.

Dimensões: L: 7.6 cm.

Pasta de textura foliácea, com pequeníssimos e.n.p. constituídos por elementos negros e quartzo bem rolado, de coloração homogênea amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 7/6), com o cerne mais escuro, cinzento acastanhado claro (Mun. 2.5 Y 6/2). Superfície exterior muito desgastada, sem qualquer vestígio de revestimento.

Disco acentuadamente côncavo, com o orifício de alimentação bastante largo (1.4 cm de diâmetro). Apesar de se encontrar muito desgastada, são visíveis uma decoração em óvulos sobre o *margo*, bem como os vestígios do arranque da asa, que seria em fita, e de uma aleta lateral de forma indeterminável. Reservatório arredondado e ostentando igualmente, na metade inferior, vestígios de uma decoração em óvulos. Pé em anel, com 3.8 cm de diâmetro, pouco destacado, delimitando um fundo côncavo.

n.º 5 — Fragmento de disco, *margo* e reservatório de uma lucerna idêntica à anterior. Recolhida durante as primeiras campanhas de escavações, no interior de um dos compartimentos identificados na área da Sondagem 1 (v. Fig. 1 e 4), conservava-se *in situ* no piso de habitat.

Dimensões: L: 5.8 cm.

Pasta muito compacta, com escassos e.n.p. muito rolados, muito manchados, oscilando entre as tonalidades de castanho escuro (Mun. 7.5 YR 4/4) para o *margo* e amarelo avermelhado (Mun. 7.5 YR 6/6) para o reservatório. Superfície exterior muito desgastada e sem qualquer vestígio de revestimento.

Disco côncavo. *Margo* com vestígios de uma decoração em óvulos. Conserva ainda indícios do arranque da asa, que seria em fita, e de uma única aleta lateral cuja forma é indeterminável. O reservatório, arredondado, possuía também decoração por óvulos.

n.º 6 — Lucerna muito fragmentada, faltando o bico, parte do reservatório, do fundo e a asa. É, apesar de tudo, seguramente enquadrável no tipo Dr./Lamb. 2, talvez na variante 2A de Ricci. Foi recolhida no decurso da campanha de 1983, no Sector B, no piso de habitat [UE 6] do Ambiente IV (v. Fig. 1, 2 e 4).

Dimensões: L: 6.7 cm; A: 3 cm.

Pasta compacta, com poucos e.n.p. visíveis, de muito pequenas dimensões, designadamente mica e quartzo; coloração homogénea amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 6/6), com vestígios de um “verniz” vermelho na parede externa.

Aparentemente a depressão central do disco estendia-se até ao bico, o que nos faz sugerir a afinidade com a variante 2A de Ricci. No entanto, o estado de conservação do exemplar não permite maior precisão na observação. Disco côncavo, *margo* sem qualquer vestígio de aleta, o que constituiria novidade, embora não seja de excluir a hipótese de ela ter existido de facto, junto da ligação ao bico, numa zona que não se conservou. Pé em anel, saliente, delimitando um fundo plano-convexo.

n.º 7 — Lucerna restaurada, presumivelmente enquadrável numa variante do tipo Dr./Lamb. 2. Foi recolhida no piso de habitat [UE 23] do Ambiente II do Sector B, junto a um afloramento rochoso a sudoeste da lareira [UE 6], na campanha de 1982 (v. Fig. 1, 2 e 5).

Dimensões: C: 12 cm; L: 6.2 cm; A: 3.1 cm.

Por se encontrar razoavelmente conservada e, actualmente, restaurada não resulta fácil a observação da pasta. Parece bastante compacta com uma coloração dominante amarela avermelhada (Mun. 7.5 YR 6/6), revestida por um espesso “verniz” vermelho (Mun. 10 R 4/6), relativamente bem conservado, que cobria toda a superfície externa.

Bico alongado, com um alargamento na extremidade; não se conservou a zona de ligação ao disco. Este, bastante mal conservado, parece ter sido acentuadamente côncavo. *Margo* com uma decoração em óvulo de características radiais. Não se conservou qualquer vestígio de aleta, embora possa ter existido uma. A asa é em fita, com três caneluras bem marcadas. O depósito apresenta também, na metade inferior, uma decoração com óvulos alinhados em fiadas radicais perpendiculares ao plano

do fundo, de um modo geral mais bem conservada que a do *margo*. Pé em anel, delimitando um fundo acentuadamente côncavo.

n.º 8 — Lucerna restaurada, enquadrável no tipo Dr./Lamb. 3. Foi recolhida no piso de habitat do Ambiente III do Sector B, junto à lareira [UE 1], na campanha de 1981 (v. Figs. 1, 2 e 5).

Dimensões: C: 11.2 cm; L: 7.2 cm; A: 2.9 cm.

Pasta bastante compacta, com escassos e.n.p. de difícil observação devido ao restauro, de coloração dominante amarela (Mun. 10 YR 7/6). Conserva um espesso “verniz” que cobre toda a superfície exterior, com tonalidade oscilante entre o negro e o vermelho amarelado (Mun. 5 YR 5/6 e 5/8). Estas variações de cor parecem ter resultado mais de um acidente de cozedura do que das condições de jazida.

Bico alongado com um alargamento na extremidade. A ligação ao disco não se conservou. Este é levemente côncavo com uma moldura que delimita o seu perímetro, dentro do qual se acham outras duas, concêntricas, de menores dimensões. Apresenta duas aletas laterais simétricas, rectangulares, lisas e maciças, de grande simplicidade. Asa em fita com uma única canelura central larga. Pé anular que delimita um fundo plano, de 4,1 cm de diâmetro, com uma marca incisa composta por uma combinação de pequenos círculos, cujo desenho total não é determinável pelo estado de conservação em que foi encontrado.

n.º 9 — Fragmento de características indetermináveis, visto que tanto pode ser um disco e parede de reservatório de uma lucerna cilíndrica, como um fundo e parede de uma lucerna já de forma tipicamente romana. Foi recolhida entre as pedras do derrube das construções do Ambiente I do Sector B [UE 7], na campanha de 1981 (v. Fig. 1 e 2).

Pasta muito compacta sem e.n.p. visíveis, de cor cinzenta escura (Mun. 5 Y 4/1). Poderia ter um revestimento exterior que, no entanto, não se conservou.

Fundo (ou disco) côncavo com um diâmetro exterior estimado em 5 cm.

n.º 10 — Asa em fita com duas caneluras centrais, conservando ainda um pequeno fragmento do *margo*. Foi recolhida nas campanhas dos anos 60, *in situ*, na área da Sondagem 3, num local onde se recolheram abundantes fragmentos de cerâmica campaniense (v. Fig. 1).

Apresenta o mesmo tipo de pasta e coloração dos exemplares da forma Dr./Lamb. 2 acima referidos e restos de um “verniz” vermelho.

n.º 11 — Asa de características idênticas à anterior. Foi recolhida na área da Sondagem 1, num piso de habitat, junto do exemplar n.º 5 (v. Fig. 1).

n.º 12 — Fragmento de bico pertencente a uma lucerna de forma indeterminada. Foi recolhida nos trabalhos de 1977, na área do Sector Q (v. Fig. 1).

Pasta muito friável, sem e.n.p. visíveis, de coloração homogénea castanha muito pálida (Mun. 10 YR 8/3). Conserva vestígios de um “verniz” negro.

n.º 13 — Fragmento de fundo e depósito de uma lucerna eventualmente enquadrável no tipo Dr./Lamb. 2. Foi recolhida nos trabalhos de 1977, no Sector Q (v. Fig. 1).

Pasta de textura homogénea, sem e.n.p. visíveis, de coloração castanha muito pálida (Mun. 10 YR 7/4). Parece conservar vestígios de um engobe muito escuro.

Pé em anel que delimita um fundo, de 3,2 cm de diâmetro, inicialmente plano, mas que se toma acentuadamente côncavo na parte central.

2.2. *Comentário*

O conjunto das lucernas da Lomba do Canho documenta de um modo eloquente uma fase de transição no contexto da produção destes utensílios no período tardo-republicano. Assim, ao lado dos últimos representantes de uma longa tradição de raízes helenísticas, ilustrada pelos exemplares do tipo H de Ricci (n.ºs 1 e 2), surgem em maior abundância os exemplares do tipo Dr./Lamb. 2, os primeiros de inspiração nitidamente romana. Verifica-se a presença de pelo menos um exemplar do tipo Dr./Lamb. 3, que prefigura as típicas lucernas de volutas do período alto-imperial.

Este carácter de transição fica bem patente na comparação do nosso conjunto com o dos acampamentos do cerco de Numância (GROLLER, 1927: 254 e Taf. 40; KOENEN, 1929: 216, 230 e 301-3, Taf. 53 e 80-82) e de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984: 155-7, 241-2 e Taf. 41-42, 64-65), cronologicamente mais antigos, onde os tipos de feição marcadamente romana estão ausentes. No caso concreto de Cáceres el Viejo, o tipo H de Ricci é o mais abundantemente representado, com vinte e três exemplares distribuídos por quatro variantes, num total de trinta e seis (ULBERT, 1984: 155).

Do tipo H de Ricci registam-se na Lomba do Canho dois exemplares de características nitidamente diferentes. O n.º 1 apresenta uma pasta escura e uma marca impressa na ligação entre o disco e o bico de difícil leitura devido ao desgaste que apresenta.

Algumas produções norte-africanas deste tipo apresentam justamente, na ligação entre o bico e o reservatório, marcas impressas com invocações a Tanit em caracteres púnicos (DENEAUVE, 1969: 16M, n.ºs 208 a 232). No entanto, outras há, do mesmo tipo, que apresentam em idêntica posição marcas impressas com caracteres latinos (RICCI, 1973: 225 e Fig. 32). Em anteriores trabalhos hesitámos na descodificação da marca do nosso exemplar (GUERRA/FABIÃO, 1988: 315; NUNES/FABIÃO/GUERRA, 1988: 19 e 1989: 409), todavia, uma limpeza cuidada da sua superfície e uma mais cautelosa observação autorizam-nos a optar pela segunda leitura. Trata-se, de facto, de uma marca que parece apresentar um S enquadrado por pontos e, talvez, um L. Esta leitura é, aliás confirmada pela rectificação feita por D. Colls (1987: 58) à interpretação de uma marca idêntica recolhida no naufrágio da Colonia de Sant Jordi, Maiorca (CERDA, 1980: 66 e Fig. 94). Este naufrágio, datado do primeiro quartel do séc. I a. C. (COLLS, 1987: 89-90), constitui, por sinal, o mais claro testemunho da exportação de lucernas deste tipo para a Península Ibérica.

O n.º 1 da Lomba do Canho apresenta, quer pela pasta, quer pelas dimensões, evidentes afinidades com alguns dos materiais de Cáceres el Viejo (ULBERT, 1984: n.ºs 485-491) e com um exemplar de Alcácer do Sal (ALMEIDA, 1953: 149 e Est. XXX, 1) — a peça encontra-se em exposição no museu local. Registe-se, porém, que a decoração fálca comum aos materiais de Cáceres e Alcácer sugere um fabrico diferente, provavelmente itálico, eventualmente de um mesmo centro produtor. Refira-se ainda que nenhum exemplar de Cáceres apresenta qualquer marca, apesar de pertencerem ao mesmo âmbito cronológico que o citado exemplar do naufrágio da Colonia de Sant Jordi.

Quanto ao n.º 2, denota claras diferenças, não só em relação ao n.º 1, como aos paralelos acima referidos. Pela sua pasta avermelhada aproxima-se das produções que Pavolini considera originárias da região do Lácio, eventualmente da própria cidade de Roma (PAVOLINI, 1981: 161). Alguns exemplares procedentes de Cáceres el Viejo, sem qualquer decoração, parecem apresentar pastas semelhantes (n.ºs 492, 493 e 495). No actual território português, do ponto de vista do fabrico, o paralelo mais próximo que conhecemos para o nosso exemplar foi recolhido no

Cabeço de Vaiamonte (Monforte) e encontra-se actualmente exposto no MNA (n.º 46233). Do ponto de vista da forma, porém, enquadra-se na variante *b* que Ulbert definiu (1984: 156-7). Acrescente-se que não encontramos qualquer paralelo exacto para a decoração fálca que o exemplar da Lomba do Canho exhibe. Esta lucerna pode ainda considerar-se invulgar pelo seu comprimento.

As lucernas do tipo H de Ricci têm sido normalmente descritas como produções montadas a torno, na sequência das tradições helenísticas. Os exemplares da Lomba do Canho, porém, apresentam características de fabrico que parecem claramente sugerir a utilização de moldes. Em primeiro lugar, denotam grande fragilidade na ligação da metade superior e a inferior — no caso do n.º 1, a peça partiu por essa ligação e do n.º 2 conserva-se apenas a metade superior; em segundo lugar, o interior desta denota vestígios de impressões de dedos, característica própria das produções em molde; finalmente, a decoração que este mesmo exemplar ostenta apresenta-se de tal modo solidária com a peça que parece excluir qualquer hipótese de aposição.

A cronologia normalmente apontada para este tipo insere-se num espaço de tempo compreendido entre os meados do século II e os meados do século I a. C. (PAVOLINI, 1981: 152). Ricci refere achados em estratigrafia em Albintimilium, nos estratos VI-A⁴ e VI-A^{3c}, correspondentes à época de Sula, e exemplares de Roma encontrados no *Forum* cesariano (48-46 a. C.) (Ricci, 1973: 225-6). Os exemplares de Arganil corresponderiam, assim, à última fase de produção, a uma época em que estas lucernas enfrentavam já a concorrência e certamente sofreriam também a influência dos modelos tipicamente romanos. Não é, pois, de estranhar a possibilidade de terem sido já produzidos com molde, à semelhança do que acontecia com aqueles, visto que, inclusivamente, parecem tratar-se de produções itálicas.

O tipo mais ampiamente representado na Lomba do Canho é o chamado Dr./Lamb. 2. Os exemplares atribuíveis a este tipo (n.ºs 4, 5, 6, 7 e 13) apresentam de uma forma geral uma grande homogeneidade, correspondendo às características desta produção. Distinguem-se pelo fabrico a molde, pela pasta bem depurada e de tonalidades claras e pelo revestimento de “verniz” vermelho. É interessante assinalar que foi precisamente nas lucernas que primeiro se deu a transformação do gosto pelos revestimentos vermelhos, que virá a suscitar mais tarde e de forma independente a emergência da *terra sigillata* e o concomitante declínio das produções campanienses. As decorações são normalmente constituí-

das por fiadas de óvulos distribuídas geralmente pelo *margo*, mas, em alguns casos, estendendo-se à metade inferior do reservatório.

O exemplar n.º 3 poderia suscitar algumas dúvidas. De facto, a pasta é, ao que parece, diferente das características destas produções e apresenta a inovação da ausência de asa. No entanto, quer pela típica decoração em óvulos, quer pela marca que ostenta, exclusivamente documentada em produções do tipo Dr./Lamb. 2 (RICCI, 1973: Fig. 34, n.ºs 23-25 e 27 e ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 73-74 e lam. XXVIII), poderá enquadrar-se neste grupo. Como explicação das diferenças enunciadas, duas hipóteses se afiguram plausíveis para esta situação: ou se trata de um exemplar cuja pasta foi escurecida por um qualquer acidente de cozedura ou utilização, ou corresponde a uma produção diferente, eventualmente uma imitação com origem em algum lugar periférico em relação aos tradicionais centros de produção. Não conhecemos nenhum paralelo exacto para o nosso exemplar — o mais próximo é fornecido por uma das lucernas do naufrágio A de Cap Dramont (Saint-Raphad) em tudo idêntico ao de Arganil, tanto na estilização do batráquio junto ao bico, como na marca incisa no fundo, afastando-se dele, porém, pelas características da pasta, por possuir uma asa em fita e por apresentar decoração em óvulos também na metade inferior do depósito (SANTAMARIA, 1975: 188). A mesma decoração regista-se no exemplar n.º 144 de Ampúrias (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 65-6, Lam. XXIII, 3), bem como outras identificadas em Albintimilium (RICCI, 1973: 190) e Ostia, por sinal do tipo Dr./Lamb. 2. Face ao estado de conservação da parte superior deste exemplar, não será de excluir a hipótese de se tratar, eventualmente, de uma estilização de intuito fálico.

O exemplar n.º 6, embora se encontre mal conservado, parece corresponder à variante 2-A de Ricci, caracterizada por um rebaixamento na ligação entre o bico e o disco. Não se conhecem os centros de fabrico desta variante, mas quer pelas suas características, quer pela identidade do âmbito cronológico, não é de excluir a possibilidade de se tratar se uma produção do mesmo centro.

O exemplar n.º 7 poderá corresponder a uma variante deste tipo, para o qual não encontramos paralelos exactos. Apresenta as mesmas características de pasta e “verniz”, no entanto, possui uma decoração peculiar, com óvulos dispostos em cordão, constituindo linhas radiais.

Finalmente deve assinalar-se que, entre os cinco fragmentos de impossibilidade identificação, pelo menos quatro deles poderão enquadrar-se também no tipo Dr./Lamb. 2.

As lucernas deste tipo foram amplamente difundidas para Ocidente, como complemento de carga nos navios que transportavam ânforas vinícolas, à semelhança do que aconteceu com a cerâmica campaniense. No entanto, do numeroso conjunto de exemplares deste período recolhidos no decurso das investigações de arqueologia subaquática (RICCI, 1973: 230), apenas nos casos dos naufrágios de La Madrague des Giens (Var) (TCHERNIA/POMEY/HESNARD, 1978: 16) e Dramont A (Saint-Raphael) (SANTAMARIA, 1975: 188) foi possível documentar de forma inequívoca um lote de lucernas destinadas à exportação.

Este tipo de lucernas é normalmente datado do século I a. C. e corresponde, sem dúvida alguma, ao tipo mais difundido neste século. Pavolini (1981: 162) atribui-lhe um âmbito cronológico compreendido entre 70 a. C. e 15 d. C., embora outros autores, designadamente Ricci (1973: 185-7), proponham uma cronologia que se confina ao século I a. C. A estratigrafia da chamada Muralha Robert, de Ampúrias, que poderá ser considerada como um importante indício do fluxo de importações desta cidade, regista uma presença residual de exemplares deste tipo nos estratos II e I, com cronologias compreendidas entre 30-25 a. C. e 37 d. C, enquanto o auge das importações parece localizar-se nos segundo e terceiro quartéis do século I a. C. (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 72). No actual território português regista-se a presença de materiais deste tipo em Mértola, onde se identificou, sem qualquer referência contextual, um exemplar intacto com decoração de óvulos no *margo* e na metade inferior do depósito, ostentando uma marca característica das Dr./Lamb. 2 (ALMEIDA, 1953: 149-50 e Est. XXX, 2) — actualmente integrado no núcleo de exposição permanente do Museu Nacional de Arqueologia (n.º 15006); de escavações antigas realizadas no povoado fortificado de Vaiamonte, Monforte, provém um exemplar intacto que, embora mal conservado, apresenta vestígios de decoração com óvulos no *margo* — em exposição no MNA (n.º 984.253.1); em Santarém foi recolhido um fragmento que ostenta uma decoração idêntica na metade inferior do depósito, tratando-se, uma vez mais, de uma peça sem contexto (DIOGO, 1984: 116 e Est. I, 5); e em Conimbriga, nas escavações luso-francesas, foram recolhidas seis fragmentos enquadráveis neste tipo, dos quais apenas um apareceu associado a um pavimento de época pré-augústea (ALARCÃO/ PONTE, 1976: 94 e Pl. XXIII).

Seguramente enquadrável no tipo Dr./Lamb. 3, existe apenas um exemplar. Trata-se de uma lucerna com características de fabrico similar às do tipo anteriormente descrito, o que sugere uma produção em *ate-*

liers da mesma área. Distingue-se basicamente do tipo anterior pelo quase desaparecimento do *margo*, passando o disco a preencher a quase totalidade do topo do reservatório. O exemplar da Lomba do Canho (n.º 8) apresenta as características do tipo 3, simples, de Ricci, isto é, possui duas aletas simétricas lisas, não apresenta qualquer decoração no disco. A marca que ostenta, infelizmente mutilada, apresenta uma combinação de círculos impressos, de que se conhecem diversos paralelos em lucernas dos tipos Dr./Lamb. 2 e, principalmente, Dr./Lamb. 3 (RICCI, 1973: Fig. 34 e ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 73 e Lam. XXVIII).

O âmbito cronológico destas lucernas é genericamente coincidente com o anterior. Pavolini (1981: 162) sugere datas entre 80 e 10 a. C., Ricci (1973: 197) enquadra-as no âmbito do século I a. C. e na estratigrafia da Muralha Robert de Ampúrias aparecem maioritariamente no primeiro quartel do século I a. C., embora subsista residualmente nos estratos II e I, datáveis de entre 30/25 a. C. e 37 d. C. (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 72). Refira-se ainda que o já citado lote do naufrágio de La Madrague des Giens inclui também exemplares deste tipo (TCHERNIA/POMEY/HESNARD, 1978: 16).

Como paralelos exactos no actual território português há apenas a referir, entre os materiais publicados, o exemplar n.º 10 das escavações modernas de Conimbriga, que possui, aliás, uma pasta idêntica à dos exemplares do tipo Dr./Lamb. 2 (ALARCÃO/PONTE, 1976: 95 e PL XXIII) e, presumivelmente, um exemplar intacto encontrado no nível de fundação do Castelinho dos Mouros, Castro Verde (MAIA/MAIA, 1986: 21 e Foto 14).

3. As lucernas tardo-republicanas no actual território português

As principais questões que de imediato o conjunto de lucernas da Lomba do Canho suscita são, basicamente, de duas ordens, relacionadas com a cronologia dos materiais e sua localização geográfica. De facto, nas regiões centro e norte do actual território português, excluindo, eventualmente, alguns pontos do litoral, as lucernas constituem um indicador bastante significativo, podendo considerar-se um dos mais seguros indícios de romanização. Por um lado, porque pressupõem o uso de uma técnica de iluminação de características mediterrânicas, cuja utilização nesta área permanece indocumentada para períodos tão antigos, o que sugere, portanto, que era desconhecida; por outro, porque a sua

presença implica uma estreita ligação com correntes comerciais de longo alcance, uma vez que o fabrico deste tipo de utensílios, pelas características de que se reveste, exige conhecimentos técnicos que, na prática, impediam a sua imitação local.

Os utilizadores de lucernas, nestas regiões e nestes períodos, são certamente pessoas que ou são romanas ou denotam já um elevado grau de assimilação de hábitos culturais mediterrânicos. No caso concreto da Lomba do Canho, por se tratar de um estabelecimento militar romano, a questão da origem ou enquadramento cultural dos utilizadores das lucernas está obviamente esclarecida. Mas, poder-se-á perguntar qual terá sido o papel da expansão militar romana, entenda-se, da presença física dos exércitos romanos, na difusão destas técnicas de iluminação e, conseqüentemente, dos artefactos que a ela andam ligados, no extremo ocidental da Península.

Infelizmente, os dados de que dispomos são muito escassos e não permitem, de modo algum, fundamentar posições categóricas. No entanto, a escassa informação disponível sugere claramente a existência de uma estreita relação entre a presença militar e a difusão de lucernas nas regiões interiores e centrais do actual território português.

Parece evidente que a origem da difusão da técnica de iluminação a azeite e respectivos utensílios que a serviam está intimamente relacionada, no Mediterrâneo Ocidental, com os horizontes culturais fenício-púnicos, antecedendo, portanto, o processo de romanização. Registe-se, porém, que a sua divulgação entre as populações indígenas peninsulares parece ter-se cingido às regiões litorais meridionais, como sugere um inventário recentemente publicado (BUSSIERE, 1989: fig. 24). No actual território português só temos notícia de lucernas deste tipo no Monte Molião, Lagos (VIANA/FORMOSINHO/FERREIRA, 1953: 127 e fig. 56) e na necrópole do Olival do Senhor dos Mártires, em Alcácer do Sal (CORREIA (1925) 1972: 166; (1928) 1972: 175-6 e ARTHUR, 1952: 377 e fig. 6) — estas últimas integram as exposições permanentes do Museu de Alcácer do Sal e do MNA (n.º 982.58.13). Naturalmente, é previsível que futuras investigações venham enriquecer substancialmente este panorama. Todavia, não se afigura provável, no estado actual dos nossos conhecimentos, que as áreas de distribuição dos mesmos se modifiquem de modo significativo.

É claro que não causa qualquer estranheza o achado de lucernas de tipo helenístico em Alcácer do Sal (ARTHUR, 1952: Fig. 6 e ALMEIDA, 1953: 149 e Est. XXX, 1) — a última das quais integra a exposição per-

manente do museu local — e, de facto, so é de admirar que não tenham sido até à data identificados outros materiais análogos nos sítios arqueológicos das regiões meridionais do actual território português. Mais interessante se afigura, porém, o conjunto de achados do povoado de Cabeço de Vaiamonte, Monforte, tanto pelas suas características, como pelo âmbito cronológico em que se integra.

Este sítio arqueológico foi estudado sem que se tivessem publicado os respectivos relatórios de escavação, pelo que a totalidade dos seus materiais constitui, infelizmente, um numeroso acervo de artefactos desprovidos dos respectivos contextos. Recolheu-se, ali, um conjunto muito diversificado de lucernas, num total de seis exemplares, dos tipos E, F, G, H de Ricci e uma lucerna aberta, para além do já citado exemplar do tipo Dr./Lamb. 2— materiais expostos no MNA, com os n.ºs CV 984.418, 46232, 984.253.1, 46231, 46233. Embora se desconheça se todas as peças foram recolhidas num mesmo horizonte cronológico, não deixa de ser notável a semelhança do conjunto, no seu todo, excepção feita ao exemplar do tipo Dr./Lamb. 2, presumivelmente de difusão mais recente no Ocidente peninsular, com o encontrado no acampamento romano de Cáceres el Viejo. Aliás, já noutro lugar tivemos a oportunidade de chamar a atenção para as características, igualmente notáveis, do conjunto de cerâmicas campanienses do povoado da região de Monforte, que então relacionámos com a penetração dos exércitos romanos no rebordo ocidental da Meseta (FABIÃO/ GUERRA, 1985-6).

Com as devidas reservas, decorrentes da natureza da informação disponível, parece-nos natural relacionar estes dois conjuntos e, por isso mesmo, atribuir à presença romana a difusão das lucernas e, consequentemente, da iluminação a azeite entre as comunidades indígenas das regiões mais afastadas do litoral. É importante sublinhar que algumas das lucernas do acampamento de Cáceres, enquadráveis no tipo H de Ricci, foram encontradas em depósito e sem vestígios de utilização, no interior de uma construção que Schulten interpretou como uma das *tabernae* da área comercial do estabelecimento militar instalado junto ao forum (SCHULTEN, 1928: 7 e ULBERT, 1984: 152). Assim, se os dados do naufrágio de Colonia de Sant Jordi, de Maiorca, documentam a importação destes materiais para a Península Ibérica (COLLS, 1987: 58), o contexto de deposição das lucernas do acampamento de Cáceres ilustram uma das formas de difusão das mesmas em solo peninsular.

Por idênticas razões, e atendendo aos dados actualmente disponíveis, é aceitável pensar que as lucernas da Lomba do Canho documen-

tam a introdução deste tipo de artefactos e, consequentemente, desta técnica de iluminação nas regiões do interior do entre Douro e Tejo do actual território português.

As restantes lucernas tardo-republicanas conhecidas no extremo Ocidente peninsular — o exemplar do tipo Dr./Lamb. 2 de Mértola (ALMEIDA, 1953: 149-150 e Est. XXX, 2); o do tipo Dr./Lamb. 3 do Castelhinho dos Mouros, Castro Verde (MAIA/MAIA, 1986: 21 e Foto 14); os do tipo 1-A e 1-B recolhidos algures na Serra de Sintra (FERREIRA/TAVARES, 1954: 24-6, Est. I, n.º 2 e II, n.ºs 3 e 4); o do tipo Dr./Lamb. 2 de Santarém (DIOGO, 1984: 116 e Est. I, 5) — foram todas recolhidas em locais já de há muito dominados pelos romanos, pelo que não constituem, de modo algum, novidade ou facto surpreendente. Interrogações particulares suscitam, porém, o conjunto de Conímbriga, principalmente por se circunscrever a exemplares dos tipos Dr./Lamb. 2 e 3, sem vestígios de materiais mais antigos (ALARCÃO/PONTE, 1976); ou a notória ausência de materiais destes tipos nos povoados do Noroeste peninsular. Tratando-se, em ambos os casos, de sítios amplamente estudados, não deixa de causar alguma perplexidade a ausência de tipos mais antigos no primeiro sítio, e a completa inexistência de lucernas tardo-republicanas nos outros.

4. Cronologia

As lucernas romanas são normalmente consideradas como bons elementos de aferição de cronologias. Contudo, a ampla diacronia da produção dos diferentes tipos tardo-republicanos aparentemente inibiria uma proposta muito precisa de datação para os contextos em que são encontrados. Tal não é o caso da Lomba do Canho. Aqui, muito mais do que a cronologia dos tipos em si, conta a cronologia atribuível a um conjunto com estas características.

Na Lomba do Canho o que encontramos é verdadeiramente um momento de transição no contexto das produções de lucernas no mundo romano. Subsistem, lado a lado, os últimos fabricos de clara inspiração helenística, com as primeiras produções caracteristicamente romanas. Nas lucernas, tal como aconteceu com as cerâmicas de verniz negro ou as ânforas, o mundo apropriou-se de uma tradição anterior que assimilou, passando depois a criar os seus próprios modelos que, no decurso do século I a. C., se tomariam esmagadoramente maioritários no Ocidente mediterrânico.

Deste modo, o conjunto da Lomba do Canho assume uma inusitada relevância cronológica, particularmente quando comparado com outros conjuntos da Península Ibérica. Merecem-nos especial atenção os de Cáceres el Viejo e Ampúrias. O primeiro por se tratar de um estabelecimento funcionalmente similar ao de Arganil, o segundo por ter constituído, desde a primeira hora, o principal foco de difusão dos factores e elementos de romanização.

Tal como foi demonstrado pelo estudo comparativo dos materiais dos acampamentos do cerco de Numância e o do de Cáceres el Viejo, é possível discernir variações significativas de relevância cronológica quando se analisa a composição de um conjunto de lucernas (ULBERT, 1984: 159-160). Assim, verificamos que em Cáceres, um acampamento militar datável do primeiro terço do século I a. C. (*idem*: 203), predominam as lucernas de tradição helenística, estando praticamente ausentes as produções consideradas tipicamente romanas. Quanto a Ampúrias, verifica-se que estão representados os principais tipos de lucernas de modelos romanos que a cidade teria importado, sendo até aos meados do século I a. C. predominantes os exemplares do tipo Dr./Lamb. 2, passando depois a assumir maior relevância o tipo Dr./Lamb. 4 (ARXÉ I GÁLVEZ, 1982: 72), totalmente ausente na Lomba do Canho.

Deve sublinhar-se que os restantes materiais de cronologia segura — moedas, campanienses, ânforas, fíbulas e paredes finas — confirmam plenamente este âmbito cronológico circunscrito ao segundo e terceiro quartéis do século I a. C.

No entanto, há um aspecto importante a ter em consideração. Como atrás se viu, o grosso das lucernas apresentadas foi recolhido nas áreas residenciais do estabelecimento militar, ainda insuficientemente investigadas. Deste modo, os resultados agora apresentados, embora coerentes, carecem de uma mais ampla confirmação, razão pela qual se vem tornando cada vez mais urgente o retomar dos trabalhos neste importante sítio arqueológico.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. M. e PONTE, M. S. 1976: Les lampes, in: *Fouilles de Conimbriga. VI. Céramiques diverses et verres*, Paris, Diffusion de Boccard, pp. 93-114.
- ALMEIDA, J. A. F. 1953: *Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal*, in: "O Arqueólogo Português", n. s., 2, pp. 5-208.
- ARTHUR, M. L. C. 1952: *Necrópolis de Alcácer do Sal*, in: *II Congreso Nacional de Arqueologia (Madrid, 1951)*, Zaragoza, pp. 369-380.
- ARXÉ I GÁLVEZ, J. 1982: *Les IVanties tardo-republicanes d'Empúries*, "Monografies Emporitanes", 5, Barcelona.
- BELTRAN LLORIS, M. 1976: *La ceramica del campamento de Caceres el Viejo (Caceres)*, in: *V Congreso de Estudios Extremeños (Ponencias VII e VIII)*, Badajoz, pp. 3-22.
- BUSSIERE, J. 1989: *Les lampes phéniciopuniques d'Algérie*, in: "Antiquités Africaines", 25, pp. 41-68.
- CERDÀ JUAN, D. 1980: *La nave romana-republicana de la Colonia de Sant-Jordi. Ses Salines — Mallorca*, Palma de Maiorca.
- COLLS, D. 1987: *L'Épave de la Colonia de Sant Jordi I*, Paris, Diffusion de Boccard.
- CORREIA, V. (1925) 1972: *Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal*, in: *Obras IV. Estudos Arqueológicos*, Coimbra, pp. 151-167 (primeiramente publicado in: "Biblos", 1 (7), pp. 347-363); (1928) 1972: *Escavações realizadas na necrópole pré-romana de Alcácer do Sal em 1926 e 1927*, in: *Idem*, pp. 169-179 (primeiramente publicado in: "O Instituto", 75, pp. 190-201).
- DENE AU VE, J. 1969: *Lampes de Carthage*, Paris, CNRS.
- DIOGO, A. M. D. 1984: *O material romano da primeira campanha de escavações na Alcáçova de Santarém (1979)*, in: "Conimbriga", 23, pp. 111-142.
- FABIÃO, C. 1989: *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, "Cadernos da UNIARQ", 1, Lisboa, UNIARQ-INIC.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. 1985-86: *A cerâmica campaniense do acampamento da Lomba do Canho, Arganil*, in: "Clio/Arqueologia", 2 (no prelo); 1987: *Considerações preliminares sobre a cerâmica comum do acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil*, in: *Da Pré-História à História — Estudos em Homenagem a O. Veiga Ferreira*, Lisboa, Delta, pp. 287-308.
- FARIA, A. M. 1982: *Espólio monetário do acampamento romano de Arganil*, "Trabalhos do Museu Regional de Arqueologia", 2, Arganil; 1984-5: *As moedas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*, in: "Nvmms", 2.ª série, 7-8, pp. 37^2.
- FERREIRA, O. V. 1961: *Cerâmica negra de tipo grego encontrada em Portugal*, in: "Arqueologia e História", 9.ª série, 3, pp. 313-332.
- FERREIRA, O. V. e TAVARES, J. C. 1954: *Objectos luso-romanos da Serra de Sintra*, in: "Revista de Guimarães", 64, pp. 23-30.
- GROLLER, M. V. 1927: *Die Fundstücke*, in: SCHULTEN, A. 1927: pp. 245-268, particularmente p. 254 e Taf. 40 (7-11).
- GUERRA, A. e FABIÃO, C. 1988: *Escavações no acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil): Resultados preliminares*, in: *Actas I.º Congreso Peninsular de Historia Antigua, I*, Santiago de Compostela, pp. 307-328.
- KOENEN, K. 1929: *Die Keramik*, in: SCHULTEN, A. 1929: pp. 284-305, especialmente pp. 301-303 e Taff. 53 e 80-82.

- MAIA, M. e MAIA, M. 1986: *Arqueologia da área mineira de Neves Corvo. Trabalhos realizados no triênio de 1982-4*, s/1, Somincor.
- NUNES, J. C. 1958a; *Broches-fibulas em castros portugueses*, in: "Zephyrus", 9, pp. 231-233. 1958b: *Novos elementos para o estudo da arte castreja em Portugal*, in: "Revista de Guimarães", 68, pp. 5-17; 1959: *Fibulas de tipo Nauheim no castro da Lomba do Canho, em Arganti*, in: "Revista de Guimarães", 69, pp. 5-23; 1985: *Acampamento romano da Lomba do Canho, 1982-83*, in: "Informação Arqueológica", 5, p. 71; 1986: *Sob o signo do "ramo de ouro" virgiliano*, in: VV. AA., *Virgílio e a Cultura Portuguesa (Actas do Colóquio do bimilenário da morte de Virgílio)*, Lisboa, 1981).
- NUNES, J. C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. 1988: *O acampamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil, Museu Regional de Arqueologia; 1989: *Acampamento militar romano da Lomba do Canho, Arganil: O ponto da situação*, in: *Actas do I Colóquio Regional de Arqueologia de Viseu (Viseu, 1988)*, Viseu, pp. 403-424.
- PAVOLINI, C. 1981: *Le lucerne nell'Italia romana*, in: GIARDINA, A. e SCHIAVONE, A. (dir.) *Società romana e produzione schiavistica. II. Merci, mercati e scambi nel Mediterraneo*, Bari, Laterza, pp. 139-184 e 278-288.
- RICCI, M. 1973: *Per una cronologia delle lucerne tardo-republicane*, in: "Rivista di Studi Liguri", 39, pp. 168-234.
- SANTAMARIA, C. 1975: *L'Épave A du Cap Dramont (Saint-Raphael): Fouilles de 1971-74*, in: "Révue Archéologique de Narbonnaise", 8, pp. 185-189.
- SCHULTEN, A. 1927: *Numantia III. Die Lager des Scipio*, München, Verlag von F. Bruckmann. 1928: *Castra Caecilia. Erster Bericht*, in: "Archaeologischer Anzeiger", 43 (I), 1-14; 1929: *Numantia IV. Die Lager bei Renieblas*, München, Verlag von F. Bruckman.
- TCHERNIA, A.; POMEY, P.; HESNARD, A. 1978: *Lépave romaine de la Madrague des Giens (Var)*, "34.^e Suppl. de Gallia", Paris, CNRS.
- ULBERT, G. 1984: *Caceres el Viejo. Ein spätrepublikanisches Legionslager in Spanisch-Estremadura*, "Madrider Beitrage", 11, Mainz-am-Rhein.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. 1953: *De lo prerromano a lo arabe en el Museo Regional de Lagos*, in: "Archivo Español de Arqueologia", 26 (87), pp. 113-138.

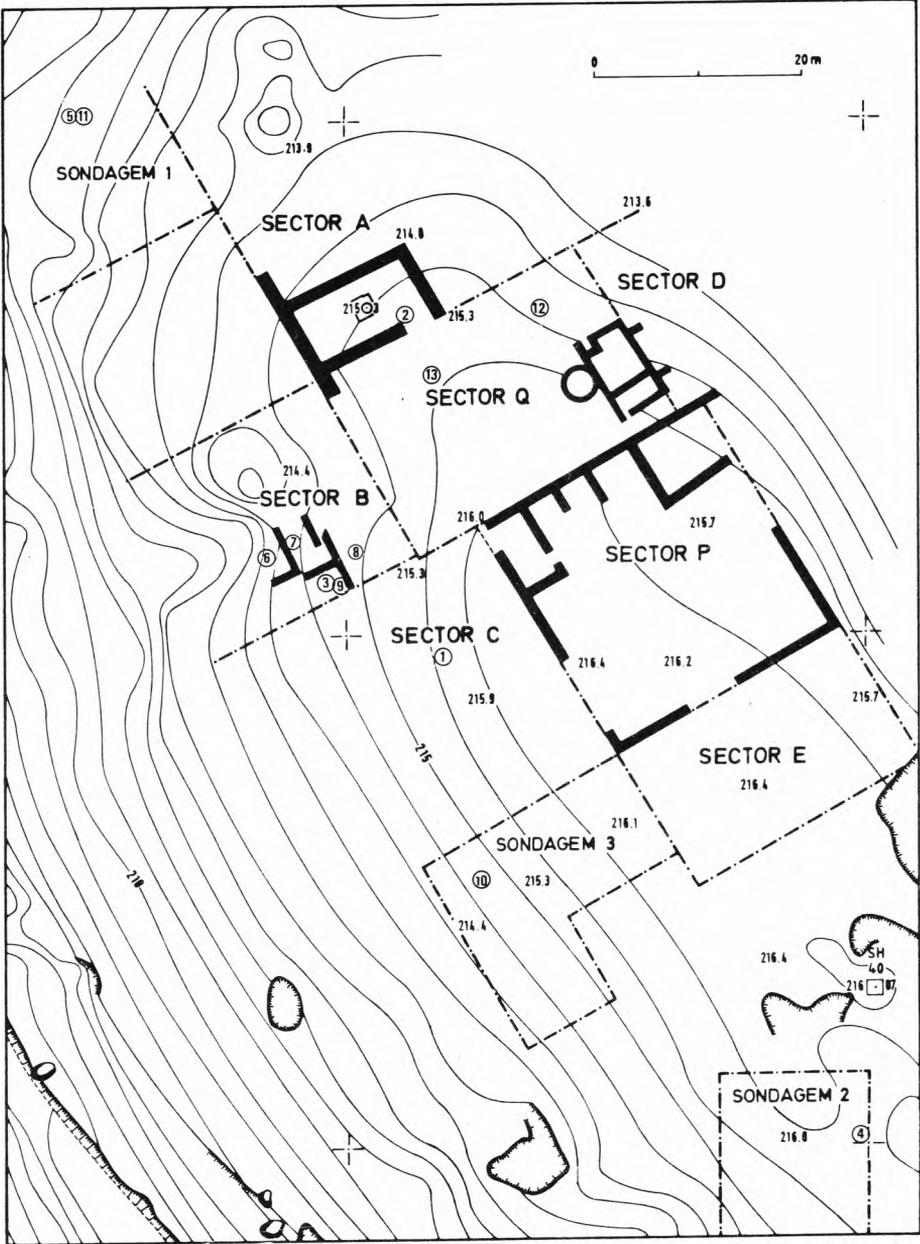


FIG. 1

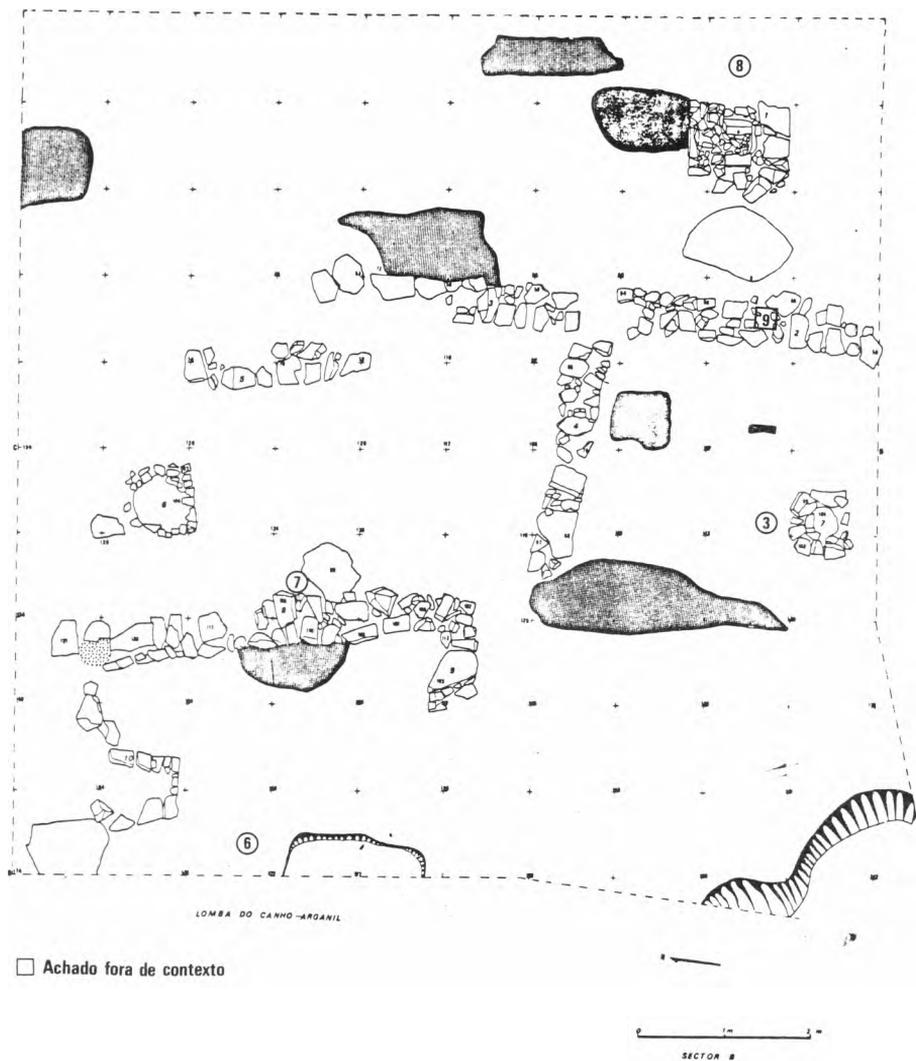
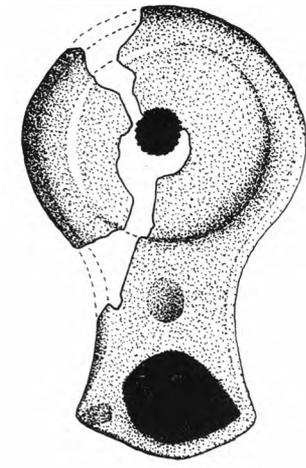
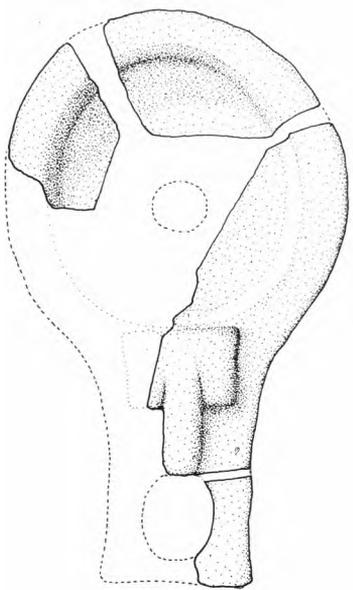
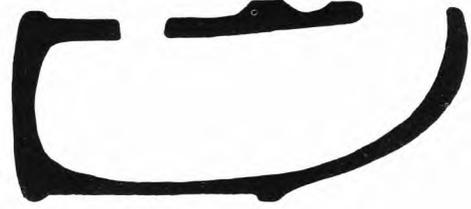


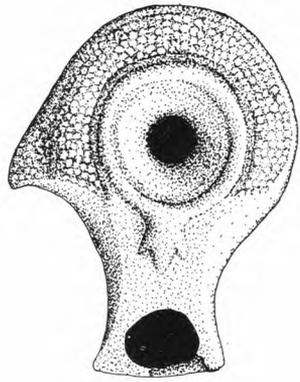
FIG. 2



1



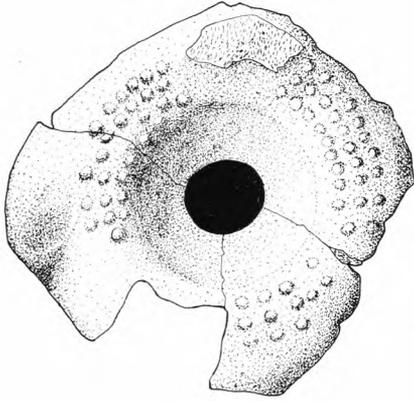
2



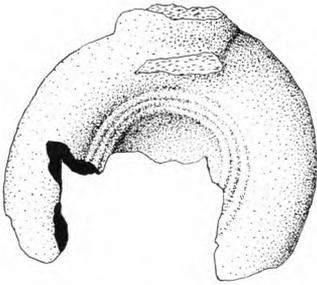
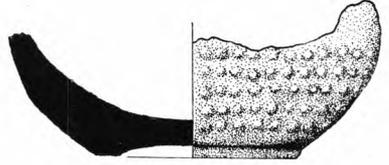
N

3

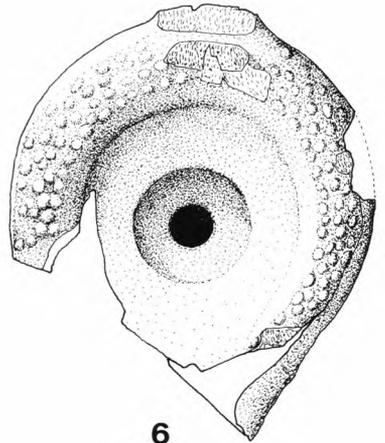
FIG. 3



4

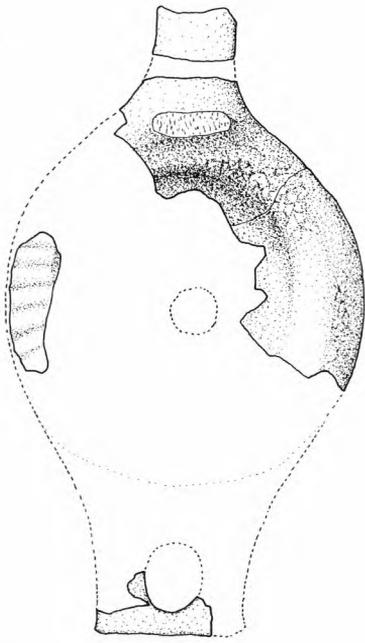


5

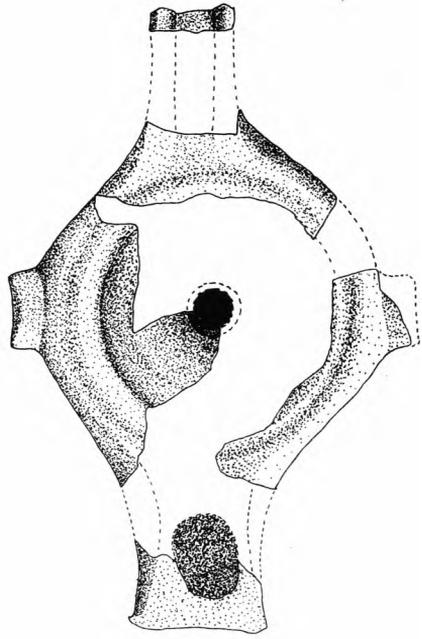


6

FIG. 4



7



8

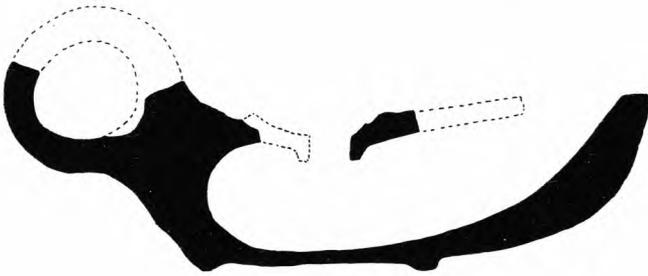


FIG. 5

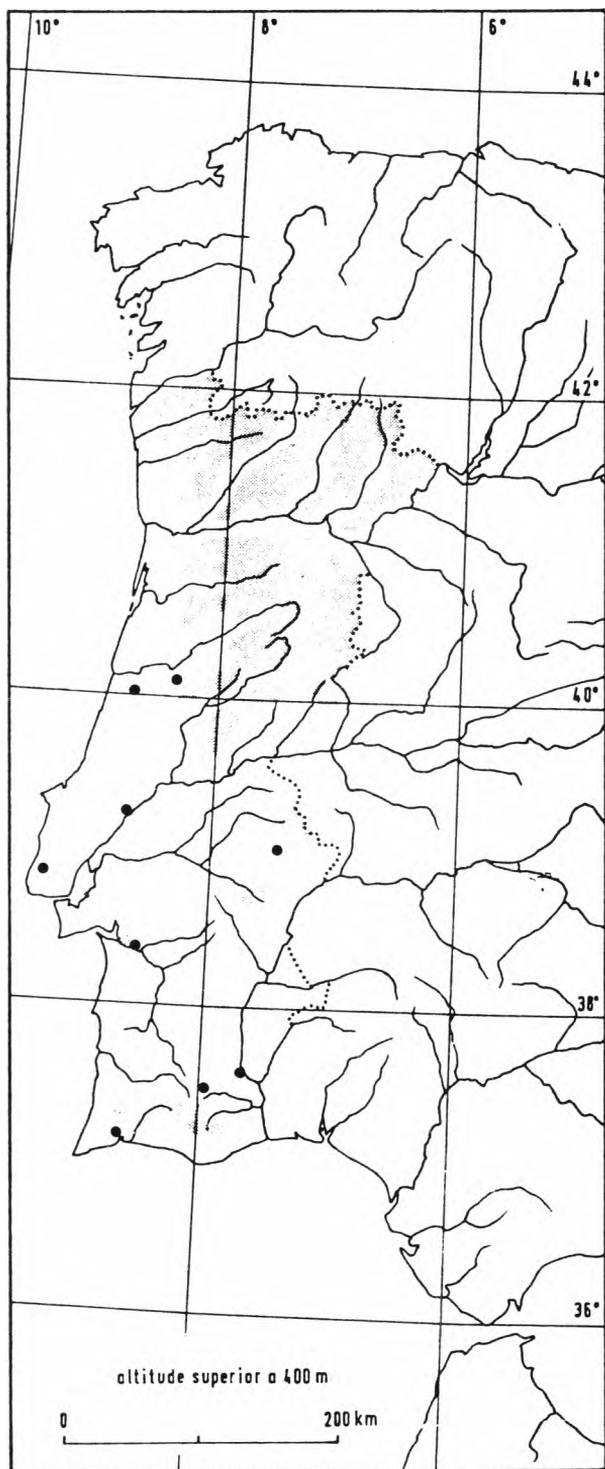


FIG. 6

HELENA FRADE

Arqueóloga. Técnica Superior da Divisão de Arqueologia da Zona Centro (IPPC).

NOVOS ELEMENTOS SOBRE O TEMPLO ROMANO DE ALMOFALA

«Conimbriga», XXIX, 1990, 91-101

RESUMO: Após relembra a história do monumento, a Autora dá miúda conta dos seus actuais vestígios, que descreve, e apresenta uma hipótese de interpretação do primitivo templo romano (prostilo tetrastilo) aí existente, dedicado a uma divindade clássica. Esse templo poderia ter estado integrado numa povoação com certa importância.

RÉSUMÉ: Après avoir esquissé l'histoire du monument, l'Auteur fait une description de ses vestiges actuels et présente une hypothèse d'interprétation du primitif temple romain, sûrement dédié à une divinité du panthéon latin. Ce temple était très probablement intégré dans un contexte urbain assez important à l'époque.

(Página deixada propositadamente em branco)

NOVOS ELEMENTOS SOBRE O TEMPLO ROMANO DE ALMOFALA

A Torre de Almofala ergue-se num pequeno planalto existente no cimo de uma colina pertencente à freguesia de Almofala, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, distrito da Guarda ⁽¹⁾ (Est. 1).

O sítio da Torre é conhecido, na região, como Casarão da Torre, Torre dos Frades, Torre de Aguiar ou Torre das Águias. Os documentos mais antigos referem-se-lhe sob o nome de *Turris Aquilaris*.

O acesso ao monumento pode ser feito por um caminho de terra batida, que surge ao lado esquerdo da estrada que liga Figueira de Castelo Rodrigo a Almofala, em frente da barragem municipal. Este caminho é bordejado por terrenos ocupados por vinhedos e pomares ou utilizados para cultivo de cereais.

A Torre encontra-se implantada numa zona xistosa ⁽²⁾.

A Ribeira de Rodeios, pelo lado norte, e a Ribeira de Aguiar, pelos lados oeste e sul, rodeiam o pequeno monte do Casarão da Torre.

O imóvel encontra-se classificado como Monumento Nacional pelo Dec.-Lei 129/77, de 29 de Setembro, sob a designação de Torre de Almofala.

A imponência das ruínas que restam da Torre tem alimentado as lendas de tesouros e mouras encantadas que ainda hoje se encontram bem vivas no imaginário popular.

As referências bibliográficas sobre esta construção que, com certa majestade, se ergue no alto da colina, não são muito abundantes.

As mais antigas alusões à Torre aparecem-nos em documentos medievais relacionados com o Convento de Santa Maria de Aguiar. E

⁽¹⁾ Na Carta Militar n.º 162, na escala 1/25.000, edição de 1946 dos Serviços Cartográficos do Exército, o local denominado “Casarão da Torre” apresenta as seguintes coordenadas: UTM 305,5; 434, 2. A altitude média do sítio é de 638 m.

⁽²⁾ Vide CARVALHOS A, 1959: 10 e FRADE 1990.

ainda incerta a data da fundação deste mosteiro, que Viterbo diz ter sido, primitivamente, de obediência beneditina e com sede na Granja da Torre muito antes de 1150 (VITERBO 1983: 145).

É, contudo, numa carta de doação de Fernando II, rei de Leão, datada de 1176, que pela primeira vez nos aparece referência concreta à *Turris Aquilaris*. Nesta carta Fernando II doa ao abade Hugo, do Mosteiro, o lugar chamado *granjam Turris Aquilaris* (AZEVEDO 1910: 4-5).

Do teor desta doação parece poder inferir-se que existiria no local uma pequena povoação. Esta povoação, que após a doação tomou o nome de Torre dos Frades, aparece mencionada no “Numeramento” de 1527, com 21 fogos.

A aldeia da Torre dos Frades terá sido destruída pelas tropas espanholas, na altura da batalha de Castelo Rodrigo, durante a Guerra da Restauração, e a partir daí o sítio ficou definitivamente abandonado.

Só muito recentemente, já neste século e sobretudo a partir da década de 60, é que o monumento foi alvo de atenção e estudo por parte de arqueólogos e historiadores, sendo contudo diversas as atribuições cronológicas e funcionais que para ele têm sido propostas ⁽³⁾.

O monumento e a sua história

A Torre destaca-se na paisagem, quer pela sua localização, quer pela altura de paredes que ainda conserva. Em seu redor e nas encostas da colina viradas a nascente e a sul são ainda bem visíveis os restos de muros que definem compartimentos, casas e ruas, vestígios da antiga aldeia da Torre dos Frades. As ruas parecem seguir uma orientação este/oeste, igual à da Torre. É provável que estes vestígios também existam nos lados oeste e norte embora mais destruídos.

Orientada a nascente, possui um *podium* construído com grandes silhares e rematado por uma cornija, que o emoldura. O *podium* tem uma altura superior a 2m, é bem visível nos lados norte, sul e oeste (Fots. 1, 2 e 3). Na parede leste não é visível qualquer vestígio, dando a impressão de ter sido aqui abruptamente truncado. Existem ainda quatro cunhais feitos com grandes blocos de granito. As paredes norte, oeste e sul, construídas em cima do *podium*, são feitas de placas de xisto

⁽³⁾ Sobre as várias interpretações do monumento, dadas pelos diversos autores, vd. FRADE 1990.

unidas com forte argamassa de cal. Estas paredes encontram-se bem solidárias com os cunhais NW e SW. A parede leste (Fot. 4), com um aparelho bem diferente, é feita com blocos irregulares de xisto e granito, unidos por barro amassado. A construção dos cunhais NE e SE é tecnicamente inferior à que foi utilizada nos cunhais NW e SW, pretendendo, contudo, ser uma imitação destes.

As paredes N e S da Torre de Almofala ruíram parcialmente, entulhando o interior do monumento.

A parede W, onde se abrem duas janelas pequenas, é, de todas, a que apresenta maior altura e se encontra em melhor estado de conservação.

A parede leste, onde se abrem duas janelas e uma porta, é ainda bastante alta e apresenta sérios sinais de ruína.

O local onde hoje crescem arbustos e se erguem as ruínas do Casarão da Torre foi palco de vários séculos de história. Os dados que possuímos permitem algumas reflexões sobre o monumento e a sua evolução.

O abandono da Torre, bem como da aldeia da Torre dos Frades, deve datar da última grande destruição que sofreu no séc. XVII, durante a Guerra da Independência (GARCIA 1965: 231). É a partir desta altura que os documentos deixam de se lhe referir. A Torre, que na altura devia funcionar como atalaia, foi sujeita a um violento ataque e ficou bastante danificada. Situada num ponto estratégico, do ponto de vista militar, ela deve ter sido utilizada como posto de vigia pelo menos desde o séc. XVI. É desta época a construção da parede nascente onde se localizava a entrada para o edifício, bem como alguns dos muros e calçadas postos a descoberto ao longo da parede norte do monumento (Est. 2, Fot. 5) (4).

As modificações operadas no séc. XVI, ou possivelmente antes, foram as responsáveis pela redução do tamanho primitivo do edifício. Assim a construção da parede nascente levou à destruição de parte do *podium* e à mudança no acesso ao seu interior. Nessa altura, a Torre terá ficado reduzida ao tamanho que ainda hoje conserva, com três andares, a que correspondem a porta e as janelas existentes nessa parede. Devem datar da mesma remodelação as duas janelas da parede poente. É provável que nas paredes norte e sul se abrissem também janelas ou varandas, a julgar por algumas pedras aparelhadas, de granito, que

(4) Estes muros, relacionados com a estrutura defensiva da altura em que a Torre foi atalaia, não são todos da mesma época e pertencem a diversas reconstruções que o monumento sofreu. Alguns utilizam mesmo as calçadas, mais antigas, como fundação.

foram encontradas debaixo das paredes que caíram no interior do monumento, e pelas informações orais de pessoas mais idosas ⁽⁵⁾. No reboco da face interna da parede poente existe ainda o registo de uma escada de acesso ao último andar.

De fundação romana, o edifício foi originalmente utilizado como templo. Durante o espaço de tempo compreendido entre a Alta Idade Média e a altura em que foi remodelado, terá conservado a sua traça original. Não se sabe, contudo, qual a sua funcionalidade. Terá sido o local onde primeiro se fundou o Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, como é referido por vários autores (COUTO 1927: 18)? O antigo templo terá sido convertido em local de oração dos monges? Ou terá tido neste longo espaço de tempo a função de atalaia ou posto de vigia que lhe viemos a conhecer mais tarde? A sua localização, num ponto estratégico e numa zona de recontros e disputas entre Cristãos e Muçulmanos e entre Portugueses e Leoneses, parece sugeri-lo. Para estas questões ainda não se obtiveram respostas. Espera-se que as escavações que aqui se vêm efectuando lancem alguma luz sobre o assunto ⁽⁶⁾.

O templo romano

Se é difícil saber qual a utilização do edifício nos conturbados tempos medievais, é no entanto mais fácil falar das características e da planta do primitivo templo romano, que, apesar das mutilações, conserva muito da sua estrutura inicial.

De planta rectangular, o templo tinha sensivelmente 16,30 m de comprimento e 8,15 m de largura, que corresponde às medidas romanas de 55 pés no comprimento e 27,5 pés na largura. Note-se que estas medidas são alguns metros inferiores às do templo do forum Paviano de Conímbriga (ALARCÃO e ETIENNE 1977: 90). O *podium*, que ainda conserva as paredes N, S e W, tem uma altura de 2,65 m (9 pés). Para o construir, procedeu-se do seguinte modo: sobre a rocha-base foi posta uma camada niveladora de fragmentos de xisto unidos com alguma

⁽⁵⁾ Segundo essas informações, até aos anos 40 a Torre ainda conservava as paredes intactas. Terão caído durante o ciclone de 1941.

⁽⁶⁾ O estudo e definição cronológica e funcional da Torre e da área circundante estão inseridos num programa mais amplo que visa a recuperação do imóvel pelo IPPC. Os trabalhos foram iniciados em 1989, com limpeza e escavação. Este artigo é o resultado das observações efectuadas durante as duas primeiras campanhas de escavação.

argamassa. Sobre esta camada foram assentes silhares regulares de granito, de forma paralelepípedica, com 110 X 60 X 30 cm, dispostos no sentido da largura. Sobre eles havia uma outra fiada de silhares mais pequenos (100 X 40 X 40 cm), na qual assenta a moldura, com 42,5 cm de altura, que define a base do pódio (Est. 2, Fot. 6) (7).

Esta moldura suporta três fiadas de silhares regulares, com 90 X 60 X 45 cm, sobre a última das quais está uma cornija, também com 42,5 cm de altura, que constitui o remate superior do *podium*. Este perfil é semelhante aos perfis dos templos de Évora (HAUSCHILD 1986: 94, fig. 1) e Idanha-a-Velha (MANTAS 1988: 430) (8).

As três fiadas de silhares existentes entre a moldura de base e a cornija têm técnicas construtivas diferentes. Na primeira fiada, posta em cima da moldura, todos os silhares foram colocados no sentido da largura, formando uma camada uniforme, quer na face externa do *podium* quer na face interna. Nas outras duas fiadas, os silhares foram postos alternadamente no sentido do comprimento e da largura. Por isso, na face interna do *podium* ficaram espaços vazios, que foram preenchidos com placas de xisto, unidas por uma forte argamassa de cal (Est. 3).

Junto das paredes internas do *podium* e encostado a elas, existe um pequeno muro que foi constituído utilizando a mesma técnica dos enchimentos atrás referidos: placas de xisto fortemente argamassadas. Este muro, que serviria possivelmente de reforço ao *podium*, também existe junto das fundações romanas postas agora a descoberto, dando maior solidez a todo o monumento. Com cerca de 50 cm de largura, corre ao longo das referidas paredes e atinge a altura da primeira fiada de silhares colocada sobre a moldura de base.

Sobre a cornija que remata o *podium* erguem-se as paredes N, S e O do templo. Foram construídas também com placas de xisto argamassadas. O tipo de aparelho e a argamassa destas paredes são, em tudo, semelhantes aos do muro de reforço do *podium* e aos dos enchimentos das suas paredes internas (Est. 3). Não há, numa primeira análise, qualquer diferença construtiva a assinalar. Além disso, as partes do monumento que foram construídas com este aparelho estão, nalguns sítios,

(7) Pensamos que na época romana o nível do solo seria ligeiramente abaixo desta moldura de base, deixando ver a parte superior dos silhares que a suportam.

(8) As dimensões destes templos, medidas no exterior do *podium*, são (comprimento X largura):

Conimbriga — 19 m X 11,80 m.

Évora — 24,60 m X 14,19 m.

Idanha-a-Velha — 17,6 m X 9,2 m.

fortemente imbricadas com os silhares de granito do *podium*. Tudo isto leva-nos a propor a contemporaneidade entre a construção do *podium* e das paredes feitas de placas de xisto unidas com argamassa de cal, na época romana.

A parede poente, toda construída desta maneira, tem a largura do monumento e uma altura de cerca de 8 m. A N e a S, existem apenas restos das paredes, junto aos cunhais NW e SW. Estes cunhais são construídos com silhares regulares de granito e apresentam-se bem solidários com as paredes e com o *podium*.

A actual parede nascente terá sido construída após destruição de parte do *podium* e a diminuição do tamanho do monumento. O seu alicerce é, no entanto, semelhante aos alicerces do resto do monumento e utiliza a mesma técnica construtiva. Poder-se-á pensar que também terá sido construído na época romana e que sobre ele estaria a parede nascente da *cella*. Assim, as dimensões interiores da *cella* corresponderiam àquilo que ainda hoje é visível do antigo templo romano: 8,40 m de comprimento por 5,45 m de largura. Somente futuras escavações poderão confirmar esta hipótese.

O acesso ao edifício era feito através de uma escadaria que se desenvolvia a partir da fachada nascente (Ests. 2 e 4). Dela apenas restam as fundações, constituídas por silhares de granito semelhantes aos dos alicerces do *podium*. Igualmente a técnica construtiva é semelhante, com uma “cama” de placas de xisto e alguma argamassa, disposta sobre a rocha-base e servindo de suporte aos silhares. Também aqui existe o muro de reforço, feito com placas de xisto e argamassa, que acompanha toda a face interna das paredes (Fot. 7).

Os silhares das fundações do *podium* e da escadaria têm dimensões semelhantes (110 X 60 X 30 cm). No entanto, a sua colocação foi feita de modo diferente. No *podium* foram postos transversalmente, originando que a largura do alicerce tenha a mesma medida do comprimento do silhar. Na escadaria, os silhares estão dispostos longitudinalmente, tendo a largura do alicerce a medida da largura dos silhares. Isto dever-se-à, certamente, à necessidade de suportar, no caso do *podium*, paredes mais altas que necessitam de alicerces maiores e mais fortes⁽⁹⁾.

Do pavimento da *cella* não foram encontrados, até ao momento, quaisquer vestígios. A utilização do interior do *podium*, de que apenas se conhece o seu uso como o primeiro dos três pisos com que a Torre

(9) As fundações do edifício têm 1,50 m de largura.

ficou, após as remodelações do séc. XVI (FRADE 1990), poderá ter levado à destruição dos pavimentos romanos. No entanto, indícios ainda existentes nas paredes N, S e W sugerem algumas hipóteses. Assim, pode pensar-se que sobre as saliências dos silhares da fiada que suporta a cornija poderiam assentar grossas traves de madeira, criando-se assim uma estrutura que suportaria o pavimento. Este deveria situar-se ao mesmo nível que a parte superior da cornija do *podium* e poderia ser constituído por lajes de granito.

É possível que tivesse havido uma cripta sob a *cella*, aproveitando-se assim o espaço, com cerca de 1,80 m de altura ⁽¹⁰⁾, correspondente às três fiadas de silhares do *podium*.

Estamos, pois, perante um templo de planta clássica, com *cella* rectangular e que não se enquadra nos templos peripteros ou semi-peripteros. A falta de elementos arquitectónicos não permite afirmar, com segurança, se é um templo *in antis*, com duas colunas adossadas e duas isentas, na fachada, ou um templo prostilo tetrastilo. No entanto, a planta e dimensões do edifício parecem sugerir-nos a segunda hipótese, com quatro colunas isentas na fachada. A ser assim, teria um paralelo muito próximo no templo de Vernègues (GRENIER 1958: 280-281, fig. 75), e a sua possível reconstituição seria a apresentada na Est. 5.

Evidentemente que, à falta de novos elementos, como já foi referido, esta proposta não passa de uma hipótese de trabalho ⁽ⁿ⁾.

Se, tal como propõe Jorge de Alarcão, “as divindades clássicas devem ter sido adoradas em templos de planta igualmente clássica, isto é, templos de *cella* rectangular precedida de um vestíbulo colunado e assentes num pódio alto, com escadaria na fachada” (ALARCÃO 1986: 92), este templo tem todas as características para que nele fosse adorado um deus do panteão latino. Não sabemos, contudo, qual.

Durante as escavações foram encontrados vários fragmentos de mármore esculpidos com pregueado de vestes. Também se encontrou uma mão, igualmente de mármore, que pelo tamanho pertenceria a uma estátua feminina cuja altura rondaria os 2,5 m/3 m (Fots. 8 e 9). É a mão esquerda e segura uma pequena caixa.

⁽¹⁰⁾ Esta altura é menor que a actual. Os muros de xisto existentes na face interna das fundações deveriam estar cobertos, uma vez que são parte integrante dos alicerces.

⁽ⁿ⁾ A hipótese de se tratar de um templo *in antis* não deve ser colocada de lado. Embora a maioria destes templos tenha um *pronaos* pequeno, em Grand Saint Bémard existe um que tem dimensões semelhantes ao de Almofala: 15mX8m, com 5m de *pronaos* (Grenier 1958: 532-534, Fig. 167).

No estado actual das investigações não se sabe qual o tipo de recinto em que este templo se insere: se um forum, se um santuário ou se um local de culto da população de um *vicus*.

São relativamente poucos os achados arqueológicos de época romana referenciados para a região de Riba-Côa, onde se situa este monumento. Embora a zona possua características orográficas e climáticas semelhantes às do Alentejo, a densidade de ocupação romana parece ser muito menor (ALARCÃO 1988b, II (1): 53-57, Sheet 4a). Tal facto poder-se-á dever mais a uma lacuna de informação do que a um povoamento esparso da região. Existem igualmente dúvidas quanto à sua integração administrativa e territorial, uma vez que “a área entre o Côa e o Águeda, o Douro e a Serra da Marofa, é uma zona praticamente deserta, onde se localiza, todavia, uma povoação romana, importante pelo menos na época visigótica, pois foi então sede de diocese: *Caliabria*, hoje Castelo Calabre. Não temos quaisquer provas de que *Caliabria* tenha sido sede de *civitas*: este território entre o Côa e Águeda estaria integrado noutra *civitas*, que não suspeitamos por enquanto qual fosse”. (ALARCÃO 1988a: 44).

A *civitas* onde este território estaria inserido poderia, inclusive, ter a sua capital em território actualmente espanhol. A povoação de *Caliabria* ocupa o cimo de um monte numa zona de relevo muito acentuado nas margens do Douro. As suas boas defesas naturais poderão sugerir um acréscimo da sua importância apenas nos tempos conturbados do fim do Império.

Por outro lado, várias outras povoações terão certamente existido neste território. A grande densidade de vestígios em redor do local onde se ergue o templo; a arquitectura deste, seguindo as regras vitruvianas; e a possibilidade de ali se ter adorado uma divindade latina, permite pensar que terá ali existido uma povoação de certa importância, com uma população já com certo grau de romanização⁽¹²⁾.

(12) O fragmento de uma placa de mármore moldurada existente no Convento de Santa Maria de Aguiar (CURADO 1985: 651-652), com paralelo na inscrição CIL II 442, proveniente de Idanha-a-Velha parece atestar o grau de romanização e a opulência da população desta zona. Embora não se sabendo a proveniência exacta da inscrição, esta poderá ter sido encontrada nas imediações da Torre, uma vez que o convento foi proprietário desses terrenos desde o séc. XII.

Somente a continuação das escavações no local irá permitir a confirmação desta hipótese ⁽¹³⁾.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de, 1986, “A arquitectura romana”, *História da Arte em Portugal*, I, Lisboa, 1986, p. 75-128.
- ALARCÃO, Jorge de, 1988a, *O domínio romano em Portugal*, Lisboa, 1988.
- ALARCÃO, Jorge de, 1988b, *Roman Portugal*, Warminster, 1988.
- ALARCÃO, Jorge et ETIENNE, Robert 1977, *Fouilles de Conimbriga. I. L'architecture*, Paris, 1977.
- AZEVEDO, Pedro A. de, 1910, *Documentos de Santa Maria de Aguiar*. “Revista Lusitana”, 13(1-2), 1910, p. 1-17.
- CARVALHOSA, A., 1959, *Carta Geológica de Portugal Notícia explicativa da Folha 15-D. Figueira de Castelo Rodrigo*, Lisboa, 1959.
- COUTO, João, 1927, *O Convento de Santa Maria de Aguiar em Riba-Côa*, Porto, 1927.
- CURADO, Fernando Patricio, 1985, *Epigrafia das Beiras. (Notas e Correções — I)*, “Beira Alta”, XLIV (4), 1985, p. 641-655.
- FRADE, Helena 1990, *A Torre de Almofoala*, IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses Actas Lisboa, 1990, (no prelo).
- GARCIA, José Maria, 1965, *Torre das Águias em Almofoala—Riba Côa*, “Beira Alta”, XXIV (2), 1965, p. 223-233.
- GRENIER, Albert, 1958, *Manuel d'archeologie gallo-romaine. III. I. L'architecture*, Paris, 1958.
- HAUSCHILD, Theodor, 1986, *Investigações efectuadas no templo romano de Évora, em 1986*, “Trabalhos de Arqueologia do Sul”, 1, 1986, p. 93-98.
- MANTAS, Vasco Gil, 1988, *ORARIUM DONAVITIGAITANIS: Epigrafia efunções urbanas numa capital regional lusitana, 1^{er} Congresso Peninsular de Historia Antigua. Actas*, vol. II, Santiago de Compostela, 1988, p. 415^439.
- VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de, 1983, *Elucidário das palavras termos e frases...* edição crítica por Mário Fiúza, Porto, 1983, Verb. Abbade Magnate.

⁽¹³⁾ Cabe aqui um agradecimento a todos quantos, de algum modo, colaboraram neste estudo. Assim, agradeço ao Dr. Beleza Moreira, que, como Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, me incumbiu do trabalho nesta estação; à Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, nas pessoas dos seus presidentes e vereadores, pelo entusiasmo que mostraram e pelo apoio que deram aos trabalhos de escavação; ao Dr. José Luís Madeira, que elaborou parte dos desenhos de campo e procedeu à sua atintagem; a José Carlos Caetano, que comigo colaborou nos trabalhos de campo, tendo sido várias as achegas que deu e as reflexões que fez durante a elaboração deste estudo. Pelos incentivos que me deram para a realização deste trabalho, fazendo reparos e sugestões quanto à interpretação do monumento, não posso deixar de agradecer aos professores Jorge de Alarcão e Theodor Hauschild.

(Página deixada propositadamente em branco)

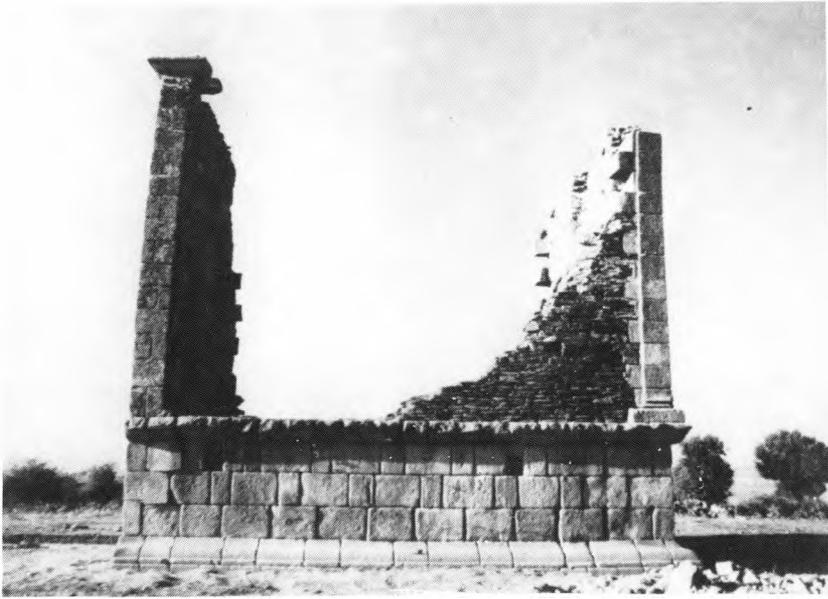


Foto 1

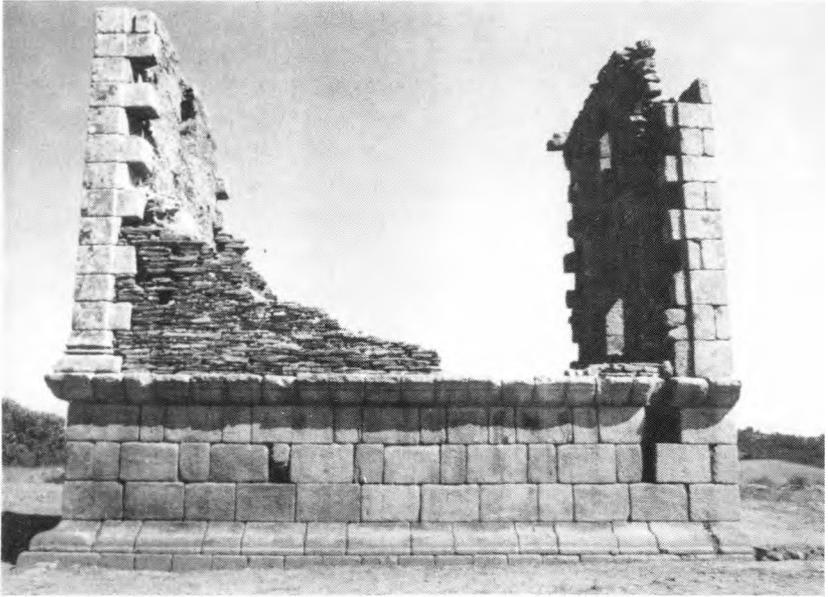


Foto 2



Фото 3



Фото 4



Фото 5



ФОТО 6



Фото 7

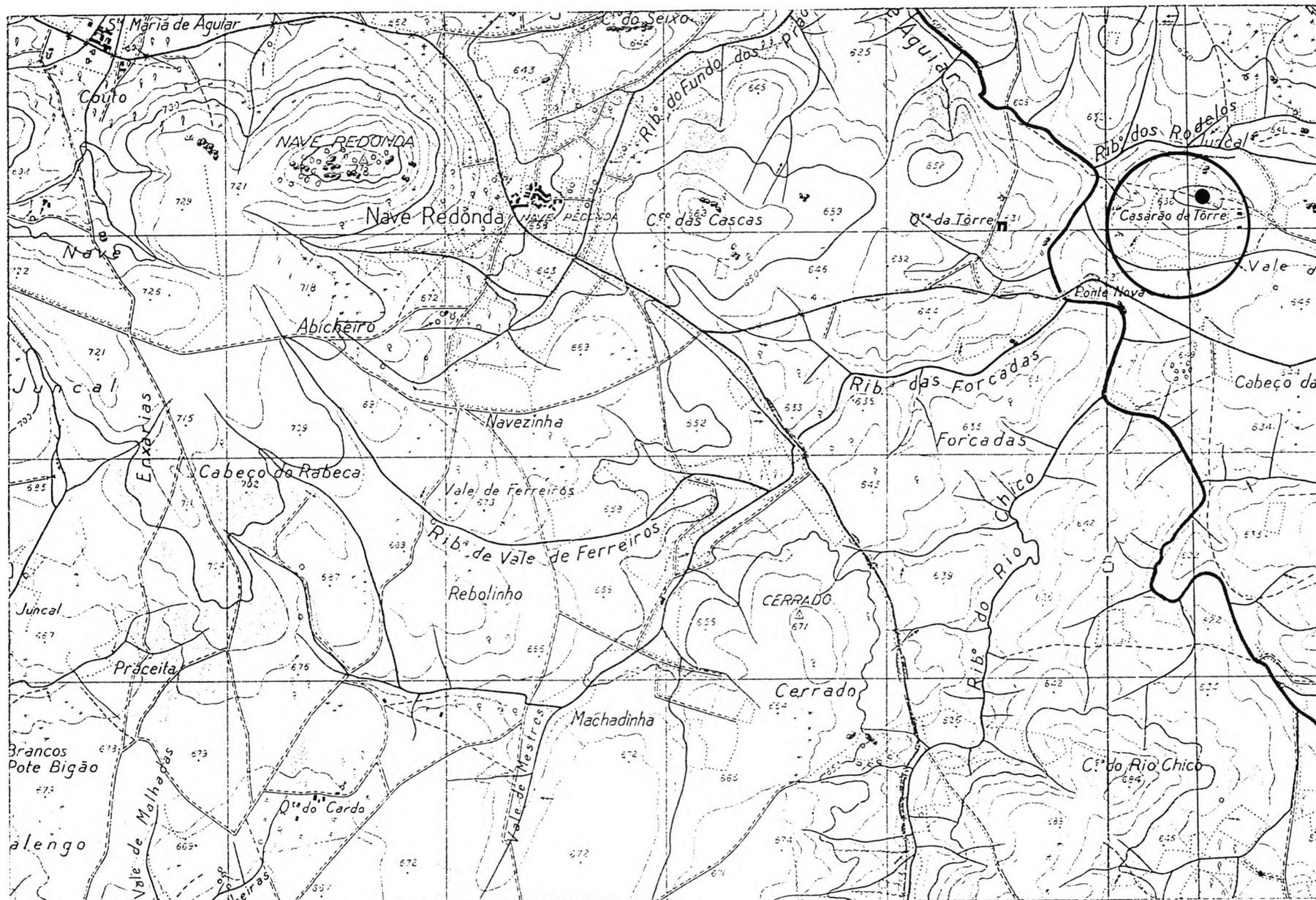


Foto 8



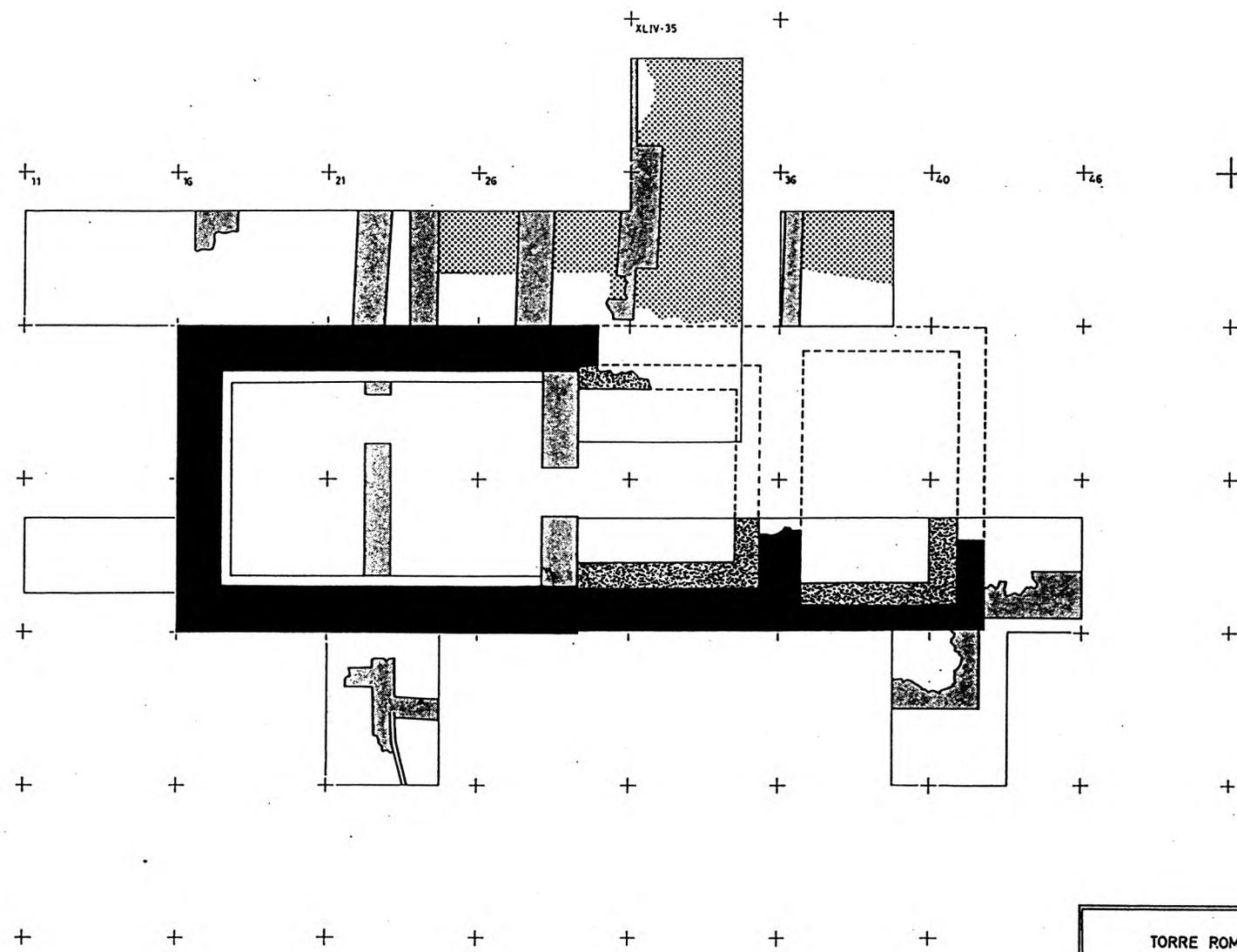
Фото 9

(Página deixada propositadamente em branco)

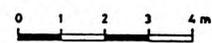


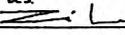
Esc: 1:25 000
C. MILITAR N° 162

(Página deixada propositadamente em branco)

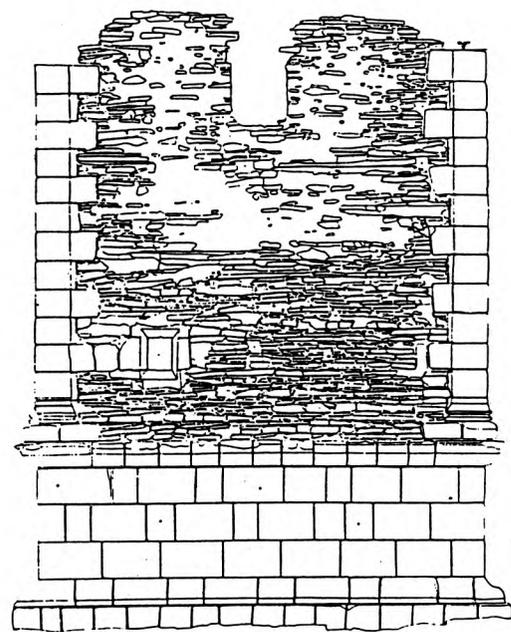


-  Muros de grandes sílores de granito.
-  Muros com pequenas pedras e argamassa.
-  Muros de pequenas pedras s/ argamassa.
-  Calçada.

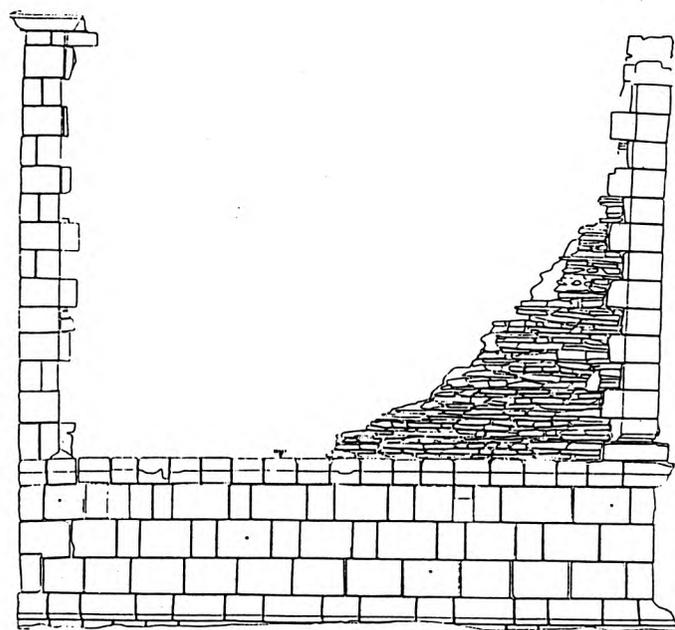


TORRE ROMANA DE ALMOFALA	SRAZC
	1990
	LEY. Zé Augusto A. Dias Zé Luis Madeira
	DES. 

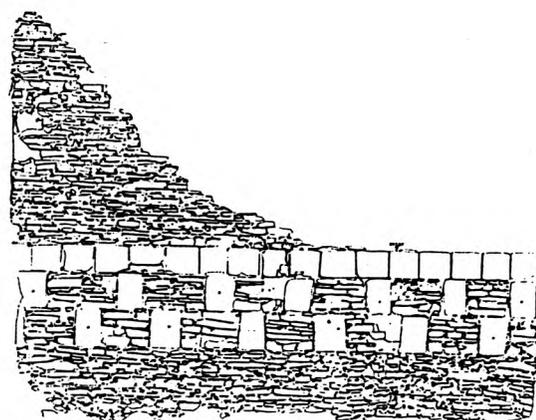
(Página deixada propositadamente em branco)



PAREDE POENTE / ALÇADO EXTERIOR



PAREDE NORTE / ALÇADO EXTERIOR

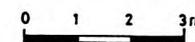
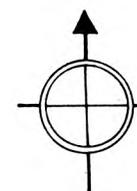
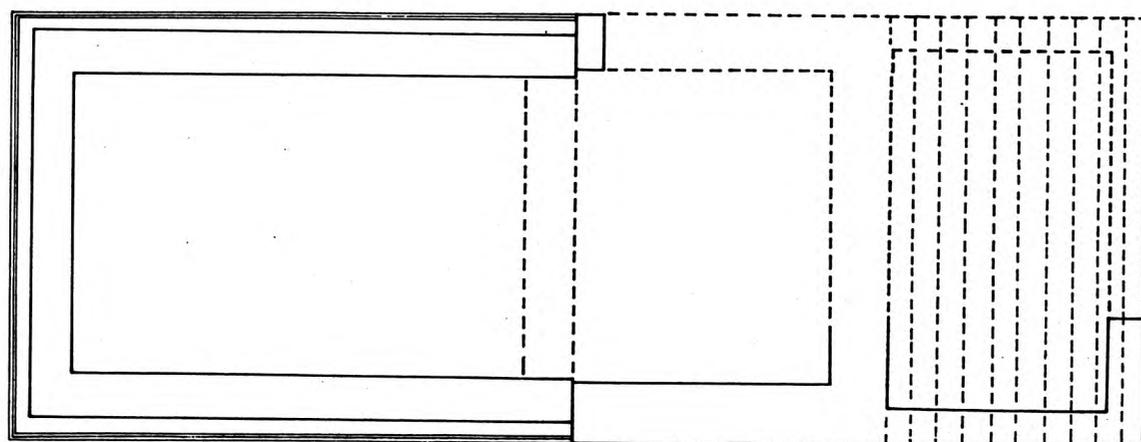
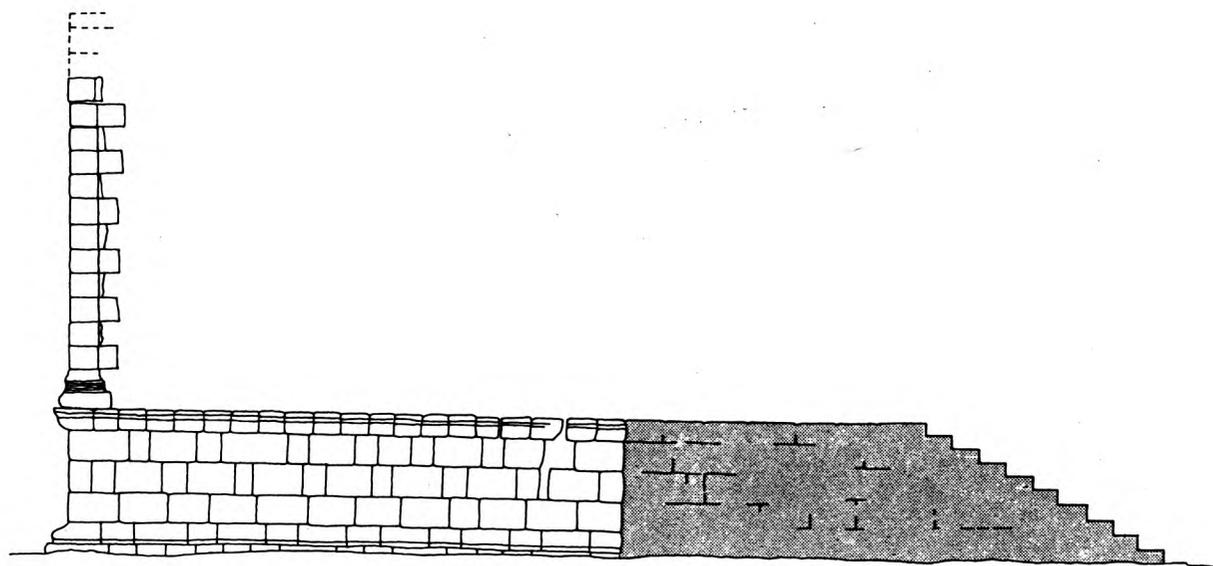


ALÇADO INTERIOR



ALMOFALA

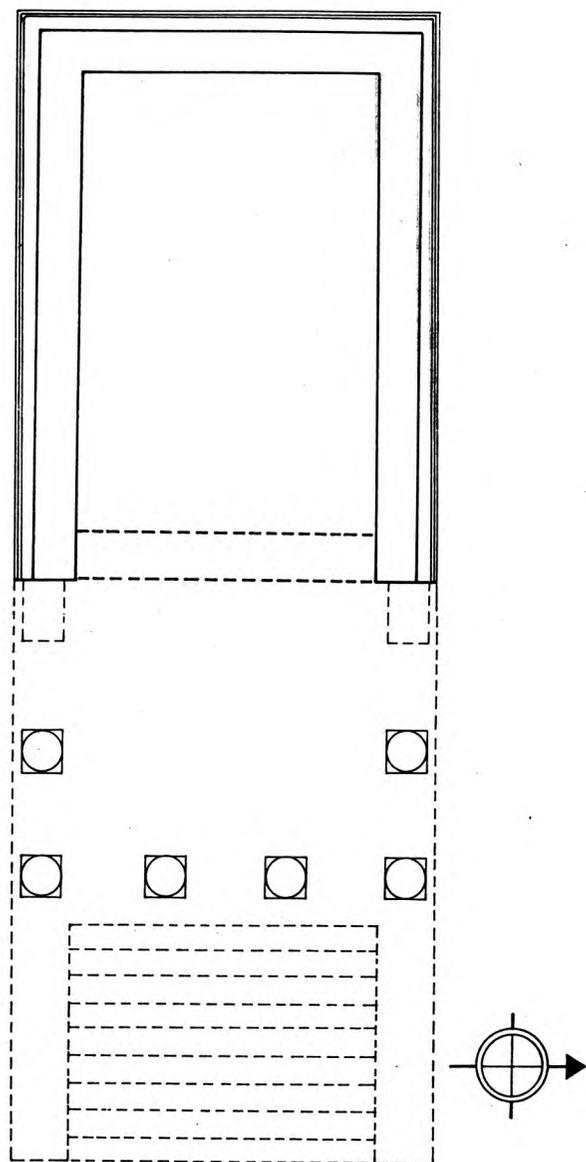
(Página deixada propositadamente em branco)



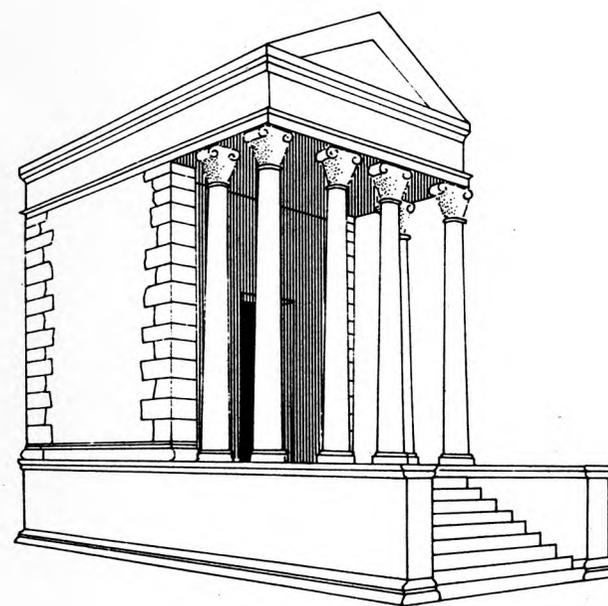
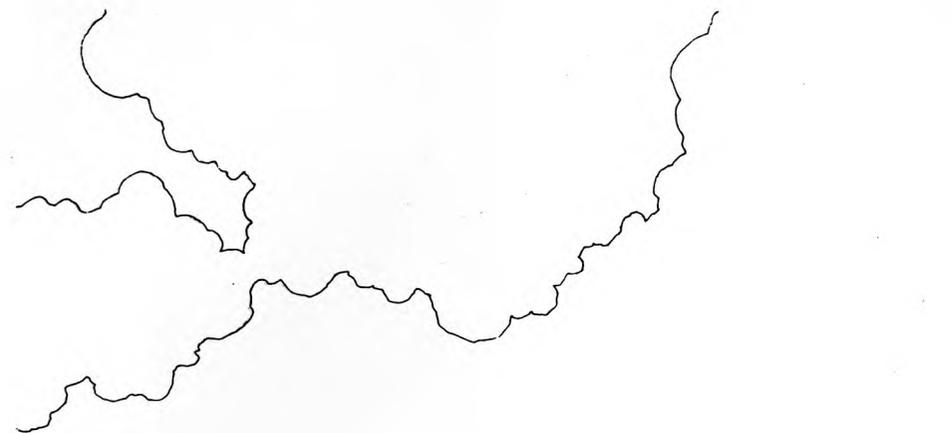
TORRE ROMANA DE ALMOFALA
ALÇADO SUL - RECONSTITUIÇÃO

Z. L. L.

(Página deixada propositadamente em branco)



0 1 3m



IDEALIZAÇÃO DO TEMPLO ROMANO
DE ALMOFALA.

A handwritten signature or mark, possibly the initials 'Z.L.', located at the bottom right of the page.

(Página deixada propositadamente em branco)

JOÃO CARLOS FARIA

Arqueólogo. Director do Museu Municipal de Alcácer do Sal.

MARISOL A. FERREIRA

Arqueóloga. Técnica responsável pelo sector do património cultural da Câmara Municipal de Grândola.

AQUEDUTO E BARRAGEM ROMANOS
DO BAIRRO RIO DE CLÉRIGOS (ALCÁCER DO SAL)
«Conimbriga», XXIX, 1990, 103-106

RESUMO: Dá-se sumária notícia da descoberta de mais 44 metros dum aqueduto romano já referenciado, que se abastecia numa barragem de aterro, a segunda até agora reconhecida no Sul de Portugal.

RÉSUMÉ: Notice de la découverte, à *Salacia*, de 44m en plus d'un aqueduc romain déjà connu. L'eau provenait d'un barrage de remblai, le second de ce genre jusqu'à présent identifié au Sud du Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

AQUEDUTO E BARRAGEM ROMANOS DO BAIRRO RIO DE CLÉRIGOS (ALCÁCER DO SAL)

O aqueduto romano do Bairro Rio de Clérigos situa-se a 1 km a NE da vila de Alcácer do Sal, tendo como coordenadas quilométricas Gauss as seguintes: M = 167, 8 P = 156, 5.

Este monumento foi identificado pelos signatários que dele já deram uma breve notícia (1).

Durante o ano de 1990, fomos solicitados a intervir no local, pois, por motivo de obras de terraplanagem, haviam sido colocados a descoberto 44 metros do aqueduto, a acrescentar aos outros 38 metros já referenciados.

Tratava-se, no fundo, de executar trabalhos de limpeza, fotografia e desenho arqueológico, a fim de o registar convenientemente, já que o troço do monumento ora descoberto se situa numa zona de expansão do bairro e não poderá, por esse facto, comprometer as construções urbanísticas para ali previstas.

Os trabalhos superiores autorizados revelaram um aqueduto constituído por um simples canal assente num muro em *opus incertum*, cujas paredes externas foram cobertas de argamassa, de que se notam alguns vestígios.

Os blocos deste muro são, na sua maioria, de calcário miocénico da região, encontrando-se igualmente presente o xisto e, em menor quantidade, a brecha da Arrábida.

O canal possui uma largura interna de 0,32 metros apresentando as paredes revestidas de *opus signinum*. Teria provavelmente uma cobertura do mesmo tipo de *opus*, pois durante a limpeza do seu interior encontramos abundantes fragmentos de tijolo britado.

Todo o conjunto assenta directamente em terrenos arenosos do miocénico onde foi aberta uma simples vala para a sua implantação.

(1) João C. Lázaro Faria, Marisol A. Ferreira, *Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal*, "Conimbriga", XXV, 1986, p. 46.

Este aqueduto teria como finalidade abastecer de água a antiga *Salacia Imperatoria*, situada inclusivamente a uma cota mais baixa.

A origem deste aqueduto situava-se numa barragem romana de planta rectilínea, constituída por aterro de material terroso.

Trata-se de uma estrutura inédita, onde a antiga albufeira se encontra bem individualizada, sendo perfeitamente perceptível através de fotografia aérea (2). Esta obra assemelha-se bastante à barragem do Monte Novo do Castelinho (Almodôvar) (3).

Até ao presente momento, a nossa barragem e a de Monte Novo constituem os dois únicos exemplares romanos de barragens exclusivamente de aterro no Sul de Portugal. Contudo, a norte do Tejo, foram reconhecidas três importantes barragens de aterro: Rochoso (Idanha-a-Nova), Idanha-a-Velha (Idanha-a-Nova) e Lameira (Vila Velha de Ródão) (4).

Por certo, é provável que tivesse uma dupla finalidade, ou seja, por um lado destinar-se a abastecer a cidade romana de *Salacia*, por outro, permitir a rega dos terrenos ainda hoje férteis do vale que se situa imediatamente a juzante dela e, portanto, a uma cota inferior.

De notar que, para além desta, as únicas barragens em que é francamente evidente a relação com um canal de abastecimento a um *habitat* são a de Vale Tesnado (Loulé) e a de Comenda (Setúbal) (5).

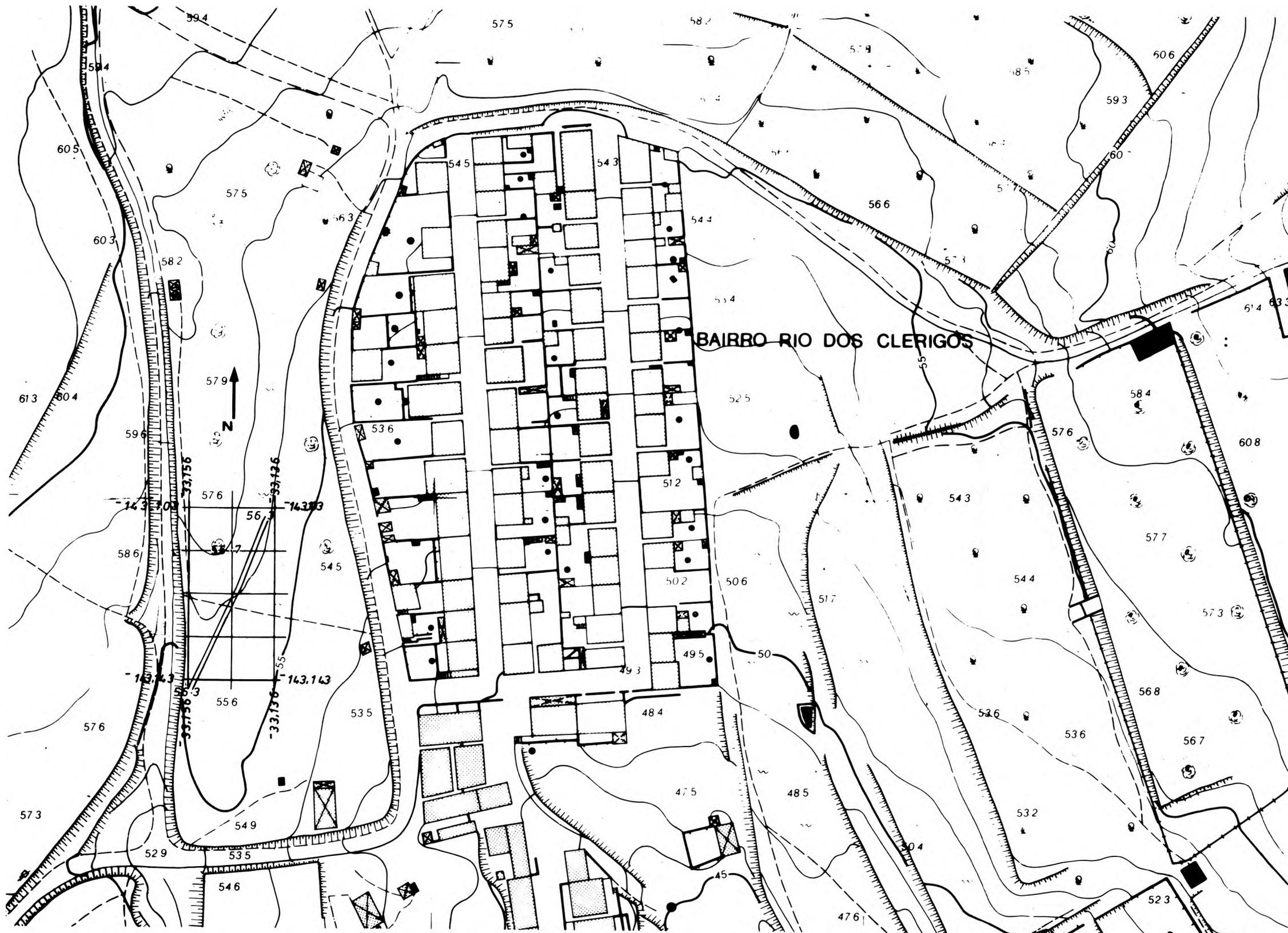
Muito provavelmente, a água desta barragem proviria, para além das chuvas, de uma captação de nascente, de que poderá ser prova disso a existência, a montante da barragem, de um poço cuja água, dizem, “nunca se esgota”.

(2) Os nossos mais sinceros agradecimentos ao Dr. A. M. Dias Diogo por nos ter amavelmente cedido a presente fotografia.

(3) António Carvalho Quintela, João Luís Cardoso, João Manuel Mascarenhas, *Aproveitamentos Hidráulicos Romanos a Sul do Tejo*, Lisboa, 1986, p. 92-93.

(4) *Ob. cit.* 1986 p. 52.

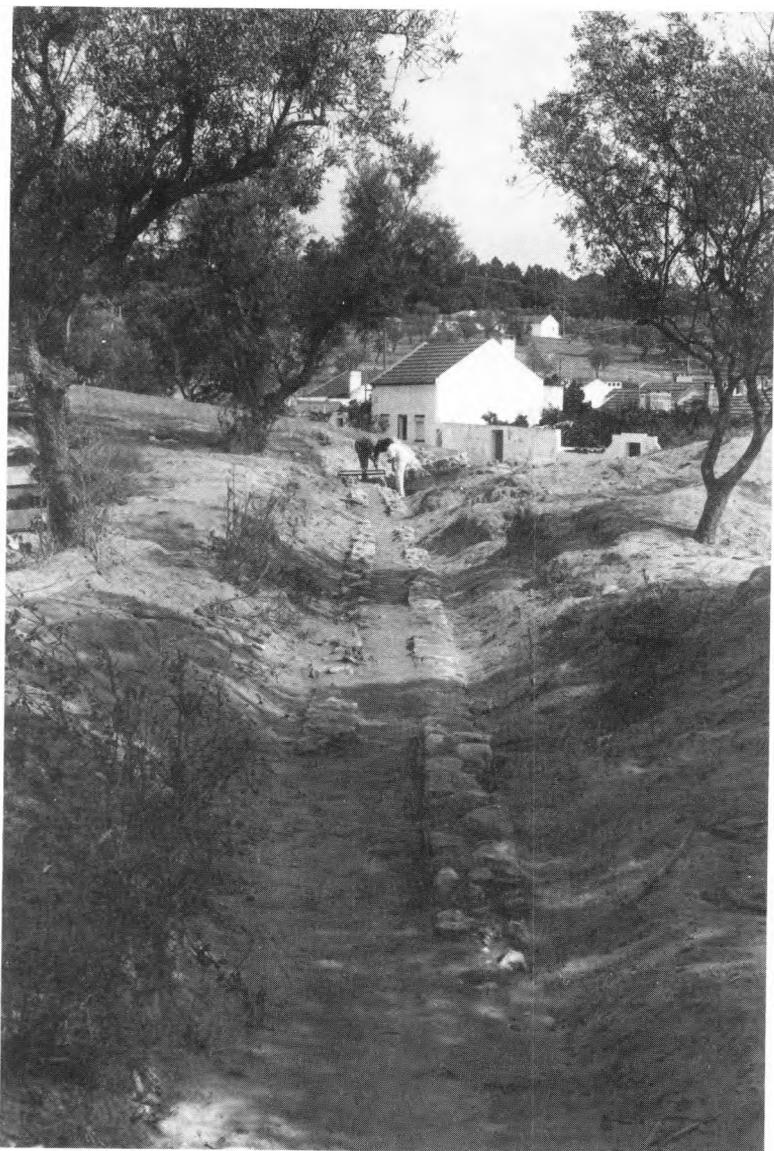
(5) *Ob. cit.* 1986 p. 52.



(Página deixada propositadamente em branco)



EST. III



MARIA LUÍSA VEIGA SILVA PEREIRA
Conservadora do Museu Nacional de Arqueologia.

INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS DE BALSA (QUINTA DA TORRE d'ARES)
«Conimbriga», XXIX, 1990, 107-127

RESUMO: Publica-se um conjunto de instrumentos cirúrgicos descobertos, no séc. XIX, em Balsa (Quinta da Torre d'Ares, Tavira), por ocasião das escavações na necrópole, que se guardam no Museu Nacional de Arqueologia.

Faz-se uma introdução sobre a medicina na época romana e agrupam-se as peças de acordo com as suas funções, apresentando-se, de cada uma, pormenorizada descrição.

À falta de um contexto arqueológico preciso, aponta-se como cronologia mais provável o séc. III d. C., atendendo à analogia tipológica com instrumentos semelhantes exumados em Paris, numa sepultura de incineração cuja datação é segura.

RÉSUMÉ: L'auteur publie une trousse de chirurgien découverte à Balsa (Quinta da Torre d'Ares, Tavira, Algarve) au XIX^{ème} siècle, pendant les fouilles de la nécropole, maintenant conservée au Museu Nacional de Arqueologia, à Lisbonne.

Après une introduction concernant la médecine de l'époque romaine, on étudie une collection composée de différents instruments chirurgiques.

Les pièces sont groupées par catégories selon leurs fonctions. On a fait la description détaillée de chaque pièce. Faute de contexte archéologique, la chronologie la plus probable est le III^e siècle d'après l'analogie typologique avec des instruments pareils trouvés à Paris dans une sépulture d'incinération sûrement datée.

(Página deixada propositadamente em branco)

INSTRUMENTOS CIRÚRGICOS DE Balsa (Quinta da Torre de Ares)

I — Introdução *

A medicina na época romana

A medicina que os Romanos praticaram e teorizaram é herdeira directa da medicina grega do período áureo e helenístico.

Na mais remota antiguidade, a medicina compreendia tudo o que diz respeito à ciência das doenças e ao seu tratamento. Mas na época da escola de Alexandria, período grego helenístico, dividiu-se em três partes distintas: a cura pelo regime, “*dietética*”, pelos medicamentos, “*farmacêutica*”, e pelo emprego da mão, “*cirurgia*”, ajudada ou não por instrumentos (*).

Esta divisão não foi mais que um artifício escolar, não correspondendo de forma nenhuma na prática a uma completa e radical separação. Era, pelo contrário, um todo indissociável, pois o cirurgião tinha de ser antes de mais um médico.

A cirurgia

Por deficiência de conhecimentos anatómicos, era muito limitada, visto só se conhecer a anatomia dos ossos e dos grandes órgãos interiores e exteriores. No entanto, os cirurgiões da Antiguidade eram muito hábeis em operar órgãos visíveis exteriores, onde o instrumento podia ser conduzido com segurança (2).

* Este texto foi originalmente uma comunicação apresentada ao IV Congresso Nacional de Arqueologia realizado em 1980 em Faro, cujas Actas não chegaram a ser publicadas.

P) DAREMBERG ET SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités grecques et romaines*, Tome I, 2.^e partie, 1887, p. 1106-1115.

(2) *Idem, ibidem.*

Ao cirurgião eram exigidas qualidades e aptidões especiais para que lhe fosse reconhecida aptidão para exercer com competência esta ciência, as quais estão consignadas no tratado de Celso *De re medica* e ainda não foram ultrapassadas: ser jovem, possuir destreza e firmeza nas duas mãos, boa visão, coragem, insensibilidade às dores do doente, etc.

Primitivamente, na Grécia, a medicina era sacral e exercia-se nos templos de Asclepius por sacerdotes. Quando se secularizou, os sacerdotes vieram para as cidades exercer a sua profissão.

Em Roma, que herdou e assimilou a medicina grega, pondo de lado as credences etruscas, os médicos estabeleceram-se em lojas abertas para a rua, onde os doentes os iam consultar, lojas designadas por *medicatrina* ou *medicina*. Nestas lojas fabricavam igualmente os medicamentos.

Além deste tipo de medicina sedentária ou fixa e privada, outro tipo nasceu: a itinerante e pública.

Entre os Romanos, a medicina e a cirurgia desenvolveram-se prioritariamente para acudir às necessidades militares. Quando os exércitos se tornaram permanentes, o Estado Romano interveio e organizou um serviço de assistência médica aos soldados das legiões, colocando um médico à disposição das unidades militares e criando hospitais.

Com o expansionismo de Roma, o médico tornou-se itinerante para acompanhar as tropas nas regiões conquistadas; se, de início, foi só militar, com a pacificação e o andar dos tempos, a sua assistência passou a abranger a população civil.

Nas lojas dos médicos de que nós temos um exemplo em Pompeios, existiram todos os instrumentos necessários à prática médica e cirúrgica, tais como pensos (ligaduras, compressas, esponjas), ventosas, cautérios, facas, bisturis, agulhas, espátulas, sondas, pinças, raspadeiras de ossos, talas, “specula” uterinos, aparelhos para fumigações e injeções, medicamentos simples e compostos que o próprio médico fabricava.

A teoria médico-cirúrgica e a utensilagem cirúrgica da Antiguidade é conhecida através da literatura, pelas obras de Hipócrates, médico grego (séc. V a. C.), Celsus (séc. I d. C.), Aretaeus de Capadócia, Galeno, Oribasius, Soranus de Éfeso (séc. V d. C.), Moschion, Caelius Aurelianus, Aetius, Plínio o Jovem, Scribonius Largus, Marcellus Empiricus, Theodorus Priscianus, Alexander Tralliannus, Paulus Aegineta, Hero de Alexandria, Padres Cristãos, e escritores médicos árabes como Albucasis, médico árabe do séc. XI que deixou nos seus manuscritos desenhos que copiavam os instrumentos greco-romanos, e confirmada

pela Arqueologia, através das escavações efectuadas em Pompeios, Herculanium, Grécia, Gália, Germania, Inglaterra, Hispania e outras províncias do Império, que trouxeram à luz do dia grande número destes materiais.

Material cirúrgico

Os Gregos são os antepassados incontestáveis dos actuais cirurgiões e grande número de instrumentos ainda em uso são uma invenção do génio grego.

Os Romanos não trouxeram grandes novidades a este ramo da medicina, mas aperfeiçoaram extraordinariamente o material cirúrgico.

Na época romana, a cirurgia (geral e oftálmica) foi intensamente praticada. Além das obras da literatura antiga, testemunham esta actividade as descobertas arqueológicas a que já nos referimos, nomeadamente as esteias sepulcrais com relevos e pinturas de operações e instrumentos e o material cirúrgico descoberto em Pompeios e Herculanium, Grécia, Gália, Bélgica, Germânia, Inglaterra e Hispânia.

Nas escavações de Pompeios foi encontrada “in situ” uma loja de cirurgia repleta de instrumentos. Em Baden, a estação romana Aquae ou Vicus Aquensis, foi escavado um hospital militar. A grande variedade de material cirúrgico que os Romanos fabricavam e que ainda hoje causa admiração foi sobretudo em metal: *bronze*, a liga metálica preferida, *ferro* ou *aço*, decorado a fio de ouro e prata; menos usuais foram o *osso* e *marfim*.

No entanto, o maior número de instrumentos que se conhecem são de bronze, liga com dureza e poder de conservação superior a qualquer outra.

Cronologicamente, os instrumentos cirúrgicos encontrados não remontam a maior antiguidade que o Império, isto é, não são anteriores ao séc. I a. C. As peças mais antigas, séc. I, cerca do ano 79 d. C., provenientes de Pompeios e Herculanium, são pouco ornamentadas e revelam uma grande simplicidade de linhas.

As de época mais recente, séc. II e III d. C., denotam maior elaboração, adquirindo mesmo uma elevada qualidade técnica e artística, sendo algumas raras peças de grande luxo. Por vezes são pequenas obras de arte damasquinadas a prata e a ouro, como, por exemplo, o escalpelo encontrado no estojo do oculista da Gália, Sextus Pollius.

Estes instrumentos encontrados um pouco por todo o espaço do Império Romano têm, utilizando a expressão de Deneffe⁽³⁾, um certo “ar de família”: são idênticos nas suas formas e proporções e no “raffinement” artístico.

O instrumento cirúrgico antigo é simultaneamente uma peça de grande simplicidade, funcionalidade e reduzidas dimensões. Consiste na reunião de dois instrumentos numa só peça. Na maioria dos casos apresenta *dupla finalidade*: uma extremidade é destinada à prática de uma operação e a outra é apropriada a outro fim. Os exemplos mais frequentes são o da espátula terminada noutra espátula ou numa pequena colher ou em azeitona. Também é vulgar os cabos dos escalpelos e bisturis terminarem numa espátula. A fim de serem facilmente manuseáveis e também portáteis, os instrumentos são de pequenas dimensões, oscilando entre os 130 e os 180 mm de comprimento.

O instrumental do cirurgião antigo, sendo relativamente variado quando fixo, era, quando portátil, muito restrito.

As peças mais necessárias eram perfuradas na parte superior e reunidas num anel preso à cintura. Mas também se encontraram estojos de cirurgião em bronze, geralmente com a forma de caixa cilíndrica, medindo em média cerca de 180 mm de comprimento e 15 mm de diâmetro.

Segundo Deneffe, continham em regra uma colher terminada em azeitona, dois estiletos ponteados ou olivares, uma espátula ou duas e uma pinça⁽⁴⁾.

Este era o instrumento de emergência reduzido à sua expressão mais simples, exigido pela prática quotidiana e que o médico levava quando visitava os doentes, e já era recomendado por Hipócrates segundo o tratado *De re medica* de Celso.

Este instrumental fabricado em metal era bem limpo e fervido segundo o preceito hipocrático. A assepsia não é uma novidade dos nossos tempos. A cirurgia greco-romana conhecia-a e praticou-a.

Os antigos não conheciam o álcool, mas utilizavam como desinfetantes e anti-sépticos o vinho, o fogo, o sal em solução ou em pó, o fenol, a resina e o cobre⁽⁵⁾.

⁽³⁾ *Imtrousse dun chirurgien gallo-romain du III siècle*, Paris, 1893, p. 35.

⁽⁴⁾ *Ibidem*, p. 36.

⁽⁵⁾ *Ibidem* p. 37.

Os instrumentos cirúrgicos foram ordenados e classificados por tipos determinados a partir das funções, por Milne, o autor inglês que de uma forma completa e sintética sistematizou os conhecimentos sobre a cirurgia da Antiguidade ⁽⁶⁾.

Assim, os *instrumentos cortantes* agrupam os escalpelos e bisturis de diversas formas, as navalhas e tesouras.

Os *instrumentos de penetração e exploração* incluem as sondas e espátulas, lígulas, as colheres e as agulhas cirúrgicas e os ganchos.

As pinças, ventosas e cauterios incluem-se na categoria de *instrumentos de extracção*.

Associam-se os instrumentos dentários e de osteologia pela sua analogia, e por fim o material ginecológico e de bexiga do mesmo tipo.

O material médico completava-se com *esponjas* para lavar as feridas e estancar hemorragias, faixas de tecido para pensos, fios de linho pouco torcidos para suturas, que também eram feitas com *agrafos* metálicos. Do arsenal médico-cirúrgico faziam parte ainda os crivos, almofarizes para esmagar as substâncias medicamentosas, e as placas de pedra. A esta lista devem acrescentar-se as caixas de unguentos e medicamentos, geralmente em bronze e de pequenas dimensões, com uma cavidade única ou divididas em vários compartimentos fechados com tampas, encontradas no Reno e em Pompeios, hoje conservadas no Museu Germano-Romano de Mainz e no Museu de Nápoles.

Os unguentos na Antiguidade não eram tão fluidos como as substâncias empregues hoje com esse nome. Eram sólidos e designavam-se por *colírios*. A palavra colírio tinha nessa época uma acepção muito lata; aplicava-se a toda a espécie de medicamento líquido, sólido ou pulverulento, destinado a ser introduzido nas aberturas naturais ou nas feridas e incisões, e que recebia quando estava sólido uma forma adaptada a este uso. Quando usados liquefeitos, dissolviam-se em água, vinho, suco de rosa, clara de ovo, leite de mulher, vinagre, mel, etc. Análises químicas feitas a restos de substâncias encontradas em tubos e caixas revelaram que a base destes colírios eram muitas vezes metais: o *chumbo*, o *ferro* e o *cobre*. Os colírios conservavam-se em forma de pequenas placas retangulares de 30 a 60 X 60 mm ⁽⁷⁾.

Além de usados na terapêutica de feridas, eram muito utilizados nas afecções oculares.

⁽⁶⁾ MILNE, *Surgical instruments in Greek and Roman times*, Oxford, 1907.

⁽⁷⁾ DENEFFE, 1893, p. 39.

O oftalmologista ou oculista da época romana, *medicus ocularius*, *medicus ab oculis* ou *chirurgus ocularius*, marcava os colírios sólidos com sinete onde estava gravada em inciso ou em relevo o seu nome e do colírio. Estes sinetes de oculistas, *signa ocularium*, são pequenas placas de formato quadrado, rectangular, triangular, hexagonal ou circular, limitadas por aresta viva ou biseladas, feitas em pedra ou em bronze de 40 a 60X 150 mm. Nos seus lados contêm inscrições relativas ao seu oculista e ao colírio, este em grego, a maneira de se servir dele, o nome da doença e o número de vezes de aplicação.

Na sua forma mais simples, a redacção da inscrição resume-se ao nome do médico e do colírio ou a um dos dois.

Até agora foram encontrados nas Gálias e na Germânia e Hispânia (8).

II — Os instrumentos cirúrgicos de Balsa

O achado de instrumentos cirúrgicos tem-se verificado, desde o séc. XIX, por todo o mundo romano, nomeadamente em Itália, Grécia, Germânia, Inglaterra e Hispânia. Na zona correspondente a Portugal, estas peças são relativamente raras. Foram publicados sinetes de oculista e peças cirúrgicas avulsas (espátula, lígula, lanceta, etc) proveniente de Tróia, Vale de Lama, Conimbriga, etc.

A maior e talvez mais completa colecção de instrumentos cirúrgicos, praticamente inédita, foi encontrada na estação romana da Quinta da Torre de Ares, sede da cidade lusitano-romana de Balsa, por Estácio da Veiga em 1877, durante as escavações que efectuou para levantamento oficial da “Carta Archeologica” desta província.

Estes materiais não são inteiramente desconhecidos dos arqueólogos. O autor da descoberta não chegou a publicá-los, embora deixasse fotografias deste conjunto e algumas anotações.

No vol. III das *Religiões da Lusitânia* (9), Leite de Vasconcelos consagra-lhes algumas notas infra-paginais, e publica dois desenhos. Vergílio Correia também faz uma menção rápida a estes materiais, a que chama “estojo de cirurgião” e publica a primeira fotografia do conjunto.

(8) *Idem*, 1897, p. 39; PALOL, 1972, p. 133-146.

(9) P. 187, figs. 80 e 81.

Posteriormente, Abel Viana e outros referiram-se de passagem a este conjunto cirúrgico (¹ °), sem o interpretar.

O estojo de cirurgião, assim designado pela primeira vez por Vergílio Correia, foi encontrado em 1877 no decurso das escavações do cemitério de incineração da Quinta da Torre de Ares, freg. da Sra. da Luz, concelho de Tavira e fez parte do Museu Archeològico do Algarve. Encontra-se desde 1897 no actual Museu Nacional de Arqueologia. Inicialmente era composto por 30 peças, 28 de bronze e 2 de pedra, segundo nos revelam as fotos antigas de Estácio da Veiga⁽ⁿ⁾ e a que foi publicada por Vergílio Correia.

Não apresentamos a totalidade do conjunto cirúrgico porque alguns instrumentos já se perderam desfeitos pela corrosão (¹²). Na ordem de apresentação seguimos o critério de Milne, de classificação por funções.

Escalpelos

Os antigos designavam o escalpelo e o bisturi pelo nome latino de *scalpellus*. Incluem-se na classe dos instrumentos cortantes (¹³). O escalpelo é uma peça formada por uma lâmina em aço ou ferro em forma de folha direita alongada com nervura média que determina uma dupla inclinação, ou curva, entalhada num cabo em bronze de forma variável de secção quadrangular hexagonal ou trapezoidal.

O escalpelo antigo apareceu até agora incompleto. Exumaram-se sobretudo muitos cabos em bronze sem lâminas que desapareceram desfeitas pela humidade do solo ou pelo tempo.

Segundo Deneffe, os cabos do escalpelo têm a forma constante de espátula, confundindo-se por vezes com estas.

Mas a parte superior do cabo do escalpelo apresenta sempre uma forma característica. É fendido no meio da sua espessura numa extensão de 15 a 20 mm, constituindo um profundo entalhe em que se cravava a lâmina de ferro (¹⁴).

(¹⁰) Vergílio CORREIA, 1926, p. 289; VIANA, 1950, p. 270; SANTOS, 1970, p. 254.

(ⁿ) Encontram-se no Arquivo Documental do M.N.A.

(¹²) A colecção seria mais completa, mas não foi possível neste momento identificar outras peças existentes no Museu N. de Arqueologia.

(¹³) MILNE, 1907, p. 24-50.

(¹⁴) DENEFFE 1893 p. 45.

Há diversas variantes de escalpelo sistematizadas por Milne, e que aqui apenas apontamos: escalpelo de ponta afilada, ponteaguda ou romba. A aresta pode ser cortante dos dois lados ou de um só à maneira de navalha. A função mais específica do escalpelo é a dissecação e abertura de abscessos. Neste caso, tem a lâmina direita. Apresenta lâmina curva para extrair pólipos e curar a “doença da pedra”, e para as operações oftálmicas. Há um tipo raro de lâmina curva e cabo terminado num anel que servia para a extracção do feto morto. Este exemplar é proveniente de Pompeios e encontra-se no Museu de Nápoles ⁽¹⁵⁾. Apareceram vários escalpelos simples em Pompeios, Museu de Nápoles, na ilha de Milos e em Tanagra, no Museu de Atenas. Nas Gálias apareceram em Strée (Museu Charleroi) e em Reims (Museu Saint Germain-en-Laye), em Inglaterra (British Museum), e na Hispânia numa sepultura de Toledo atribuída ao Baixo Império ⁽¹⁶⁾. Em Tróia, segundo Arronches Junqueiro, apareceu uma lanceta ⁽¹⁷⁾.

Escalpelo (Est. I, 1)

1 — É uma peça constituída por um cabo em bronze de secção quadrangular ornamentado por um fio espiralado da mesma liga, a que se seguem 5 toros damasquinados a prata. O cabo termina numa das extremidades numa pequena espátula, e na outra num profundo entalhe de cerca de 10 mm de altura, no qual deve ter sido cravada a lâmina de ferro que já não existe. É uma peça inteira e um exemplar raro e de grande perfeição artística. Mede 91 mm de comprimento e 8 mm de largura na parte espatulada. N.º Inv. 14 789.

Paralelos: Os escalpelos damasquinados são raríssimos. Apareceram dois no estojo do oculista de Reims, Gaius Firmius Severus conservado no Museu de Saint Germain-en-Laye, e no estojo do oculista Sextus Polleius Sollemnis.

Sondas

São classificadas por Milne como instrumentos de penetração e exploração, e geralmente andam associados a outros instrumentos ⁽¹⁸⁾.

Os latinos davam o nome de *specillum* a toda uma série de sondas e espátulas.

⁽¹⁵⁾ MILNE 1907 Pl. L., fig. 1 e 2.

⁽¹⁶⁾ PALOL 1972 pp. 133-146.

⁽¹⁷⁾ JUNQUEIRO 1901 p. 179, fig. 13.

⁽¹⁸⁾ MILNE, 1907 pp. 51-55.

A sonda é uma peça muito simples, em metal, bronze ou prata, formada por uma longa haste, terminada numa ou em duas extremidades por uma protuberância olivar, em forma de azeitona. De uma maneira geral, a sonda, tal como a vemos nos instrumentos cirúrgicos da época romana, termina na outra ponta numa espátula em forma de remo ou semelhante à lâmina do escalpelo, mas não cortante.

Primitivamente, o que entre os latinos se chamou *specillum* era sem dúvida uma simples sonda, haste com engrossamento olivar. Mas Hipócrates, falando da sonda, emprega um termo que significava uma espátula de unguentos. O termo sonda em grego etimologicamente deriva da semelhança com o pilão, um utensílio muito comum nas casas gregas. O pilão foi, pois, o instrumento base que deu origem a uma série de formas mais elaboradas e que combinadas produziram novas peças e desempenharam outras funções. Parece que o original da sonda foi a aplicação de pomadas, sendo assim um objecto de *toilette*. Milne chega a esta conclusão baseado no achado, em sepulturas egípcias muito antigas, de pequenos pilões acompanhando caixas de pigmentos de *toilette*.

As sondas entre os Romanos podiam ser simples, de tamanhos e formas variadas, terminadas em estilete, ou em azeitona, ou ligeiramente arredondadas, mas normalmente estão associadas a uma espátula — o instrumento assim combinado é designado pelos escritores clássicos pelo nome grego *spathomele*, ou a uma espécie de colher, sendo neste caso designadas *cyasthiscomele*, ou a um gancho ou ainda a uma agulha.

A sonda permitia explorar um órgão situado a uma certa profundidade, e aplicar um medicamento numa zona a que o dedo não chegava. Com a parte olivar, o cirurgião mexia e combinava os unguentos, com a espátula estendia-os sobre a zona afectada ou sobre uma compressa. Quando os bordos eram cortantes, o cirurgião servia-se da espátula como um escalpelo ou bisturi para trabalhos de dissecação. A sonda simples confunde-se por vezes com o estilete de escrever. A espátula assemelha-se aos instrumentos que os pintores utilizavam para triturar ou amalgamar cores. No entanto, a espátula cirúrgica é de menores dimensões e mais perfeito acabamento⁽¹⁹⁾. Este tipo de instrumento é frequentemente encontrado nas escavações. Apareceram espátulas-fondas nas Gálias, Inglaterra, Germânia, Pompeios, Herculenum e Hispânia. Em Portugal, até à data, apareceu uma espátula em liga de prata

(19) CAGNAT et CHAPOT 1920 p. 515.

no Vale de Lama, concelho de Lagos (Museu Regional de Lagos) e outra em Tróia, referida por Arronches Junqueiro ⁽²⁰⁾.

Espátula-sonda (spathomele) (Est. I, 2, 3, 4)

2 — Espátula em bronze, formada por uma haste de secção circular terminada numa das extremidades numa espécie de remo raso, e na oposta num engrossamento olivar.

Está ligeiramente danificada na parte espatulada. Mede 172 mm de comprimento e 12 mm de largura na parte espatulada. N.º inv. 14 811.

3 — Outro exemplar em bronze idêntico ao anterior, mas de menores dimensões, tendo a parte espatulada muito danificada. Mede 157 mm de comprimento e 6 mm na parte mais larga da espátula. N.º inv. 14793.

4 — Espátula em bronze formada por uma haste de secção circular, terminada numa extremidade em forma de folha de oliveira que se liga ao cabo por um triângulo de lados arqueados. A outra ponta termina em engrossamento olivar, o qual apresenta um orifício de agulha. Este instrumento é muito curioso e parece-nos único, porque revela tripla finalidade: foi simultaneamente espátula-sonda e agulha, devendo-se no entanto salientar que as agulhas cirúrgicas são de outro tipo, e que essa seria destinada a coser compressas. Mede 181 mm de comprimento e 13 mm de largura na parte espatulada. N.º inv. 14792.

Paralelos: Apareceram espátulas deste tipo em Portugal, mas sem orifício, por exemplo, uma em prata, no Vale de Lama, concelho de Lagos (M. R. Lagos), em Atenas (M. Atenas), duas em Pompeios estando uma dentro de um pequeno estojo cilíndrico (Museu de Nápoles) ⁽²¹⁾.

Colher-sonda (cyasthiscomele) (Est. I, 5, 6 e Est. II, 7)

É uma variedade da “*spathomele*”, em que a lâmina não é rasa, mas forma uma concavidade ou colher. Tem o mesmo cabo plano ou canelado mas a espátula é substituída por uma colher de profundidade variável. O termo pode correctamente traduzir-se pela expressão colher-sonda. Utilizadas como sondas, eram principalmente usadas para misturar, medir e aplicar medicamentos. Algumas foram adaptadas como “*curettes*”.

5 — Espátula ou colher-sonda (*cyasthiscomele*) em bronze, formada por uma haste de secção circular terminada numa extremidade por uma colher estreita, ovalada e pon-

⁽²⁰⁾ VIANA *et alii* 1953 p. 13-14, Lâm. III, 34, fig. 7; Arronches JUNQUEIRO 1903 p. 179, fig. 12.

⁽²¹⁾ VIANA *et alii*, 1953, Lâm. III, 34; SANTOS, 1970, fig. 168; MILNE, 1907, PL XII, fig. 4, XIII, fig. 1, LXI fig. 2.

teaguda ligeiramente côncava, ligada ao cabo por um toro e duas canduras. A outra extremidade termina em engrossamento olivar. É uma peça muito perfeita. Mede 177 mm de comprimento e 7 mm de largura na parte côncava. O desenho desta peça foi publicado no voi. III das *Religiões da Lusitânia*, fig. 81. N.º inv. 14795 A.

Paralelos: peça muito aproximada é a colher-sonda do M. Germano-Romano de Mainz, publicada por Milne, PL XIV, fig. 4, e outra da coleção deste autor encontrada em Inglaterra, PI XIV, fig. 3. Em Conimbriga apareceu uma lígula que pensamos tratar-se duma colher-sonda deste tipo (FRANÇA, 1971, p. 21 Est. II, fig. 17).

6 — Colher-sonda em bronze, formada por uma haste de secção circular, decorada por um toro, estreita até terminar numa colher de forma elíptica alongada, de maior profundidade que a anterior. Está bastante danificada. A outra extremidade termina num volumoso engrossamento olivar que apresenta um pequeno estrangulamento ou vestígio de uso. Mede 139 mm de comprimento e a concha tem 71 mm de largura. N.º Inv. 14794.

Paralelos: a peça mais aproximada é publicada por MILNE, Plate XIV, fig. 5, achada em Inglaterra, pertencida à sua coleção particular.

7 — Colher-sonda em cobre, formada por uma haste de secção circular decorada por dois toros e uma canelura, terminada numa extremidade por uma colher côncava de forma triangular arqueada no topo. A outra extremidade termina num engrossamento olivar um pouco irregular.

Mede 147 mm de comprimento e 10 mm de largura na parte mais larga da concha. N.º Inv. 14810.

Paralelos: a forma mais aproximada é uma colher-sonda de Pompeios; está no Museu de Nápoles, ornamentada com um fio espiralado de prata (MILNE, PI. XIV, fig. 5).

Agulhas

Na categoria de instrumentos de penetração, Milne também inclui as agulhas cirúrgicas, umas triangulares outras circulares. Existem inúmeras referências à agulha cirúrgica mas não há nenhuma descrição actualizada. A agulha cirúrgica é do tipo *triangular*, isto é, de secção triangular, possui bordos cortantes e mede cerca de 72 mm de comprimento. Devem ter existido vários tamanhos e tipos consoante a finalidade. Em afecções oculares (“staphyloma” da córnea), utilizaram-se agulhas de reduzidas dimensões. O tipo triangular é raro. Poucos exemplares foram encontrados e as que existem são de bronze, osso e marfim. Admite Milne que a maioria foi fabricada em aço e por essa razão não sobreviveu.

Paralelamente, têm aparecido, entre material cirúrgico, *agulhas circulares* de grande formato, idênticas às de costura. Classificadas como cirúrgicas, não o foram no sentido preciso da sutura dos tecidos porque as suas dimensões (espessura e comprimento) não eram próprias para

esse fim. Devem considerar-se no entanto material médico porque serviram para coser as ligaduras. Neste sentido são um apetrecho cirúrgico. Foram encontradas numerosas agulhas deste tipo associadas a outros instrumentos cirúrgicos ⁽²²⁾. Do tipo triangular Milne refere um exemplar da sua coleção particular, Pl. XVII, fig. 5. De tipo circular conhecem-se duas em bronze, uma do estrato romano de Londres, coleção Milne, outra de Pompeios no Museu de Nápoles referida por Vulpes ⁽²³⁾. As dimensões de ambos os tipos oscilam entre 115 mm e 140 mm.

Agulha (Est. II, 8)

8 — Longa haste em cobre de secção circular, aguçada numa extremidade e achatada na oposta, perfurada por um orifício. Este exemplar, embora de maiores dimensões, pode enquadrar-se no tipo de agulha circular apropriada para coser as ligaduras e não para suturar os tecidos. Dimensões: 212 mm de comprimento. N.º inv. 14979.

Colheres (ligulae)

Tipo relativamente vulgar de peças, com concavidade circular ligada a um cabo pontegudo. Normalmente são de bronze mas também apareceram em prata, e um número considerável em osso no hospital romano de Baden. Uma variedade mais rara apresenta um bico ou goteira para ajudar a verter os líquidos. Serviam para medir e aquecer medicamentos e retirá-los dos unguentários. Com frequência foram encontradas ao lado de unguentários de vidro que continham pomadas. Este tipo de colher, segundo Milne, mede em média 20 mm de diâmetro de concha e 120 mm de comprimento do cabo. Colheres semelhantes foram achadas entre materiais domésticos. A indicação da finalidade das colheres é dada pelo seu contexto arqueológico e pelos vestígios aderentes de unguentos. Sempre que aparecem associadas a outras peças cirúrgicas não restam dúvidas sobre a sua finalidade ⁽²⁴⁾. No Museu Britânico existe uma colher deste tipo, ornamentada no cabo, e outra foi encontrada na sepultura do cirurgião de Paris ⁽²⁵⁾.

⁽²²⁾ MILNE, 1907 pp. 75-76 Pl. XVII fig. 2 a 5.

⁽²³⁾ *Illustrazione di tutti gli instrumenti chirurgici scavati in Er colano e in Pompeii*, Napoli, 1847.

⁽²⁴⁾ MILNE, 1907, p. 75, Pl. XIX, fig. 4.

⁽²⁵⁾ DENEFFE, 1893, p. 43, Pl. 4, fig. 14.

Colher (Est. II, 9)

9 — Colher em bronze formada por uma concavidade circular forrada interiormente a prata, muito danificada, ligada a um cabo de secção circular, ponteagudo na extremidade. Num bordo muito rasgado, aparenta ter tido um bico ou goteira para escoamento de líquidos. Mede 123 mm de comprimento e 20 mm de diâmetro da concavidade. N.º inv. 14788.

Paralelos: a colher em bronze do cirurgião de Paris é a peça que mais se aproxima desta e a colher do Museu Britânico.

Ganchos (*erignes, sharp hooks*)

Instrumentos com a forma de hastes de secção circular muito ponteagudas terminados em gancho, a que os latinos chamaram *hamus* ou *hamulus acutus*. Geralmente têm o cabo profusamente ornamentado. Eram usados para separar os lábios das feridas do abdómen e para encontrar como estilete explorador um órgão profundamente situado. Também serviam para extracção de corpos estranhos e para dissecação de varizes, hemorroides, ablação de amígdalas, freio da língua e na doença dos olhos, fistula lacrimal “oegilops”. Têm aparecido vários, em Tanagra (Museu de Atenas), 14 em Pompeios (Museu de Nápoles) e 4 na Gália no estojo do oculista SEVERVS de Reims, conservado no Museu de Saint Germain-en-Laye e dois em Inglaterra, no British Museum (26).

Gancho (Est. II, 10)

10 — Exemplar em bronze, constituído por uma longa haste de secção circular, formando na ponta superior um cabo ou punho mais espesso ornamentado. Termina em ponta aguçada, que está seccionada notando-se a aspereza da aresta. Por esta razão, admite-se que terminasse num gancho, e dada a analogia com as peças deste tipo do oculista SEVERVS de Reims incluímo-lo nesta categoria. O cabo de secção circular, mas muito mais grosso que a ponta, é ornamentado com três anéis e estrias. Encurva ligeiramente para a extremidade, sendo rematado por duas caneluras, encimadas por um balaustre e dois toros decrescentes. Mede 165 mm de comprimento e 6 mm de espessura na parte mais larga do cabo. N.º inv. 14809.

Paralelos: Ganchos do oculista SEVERVS no Museu de S. Germain-en-Laye, e de Pompeios no Museu de Nápoles (Milne, PI. XXIII, fig. 1 e PI. XXIV fig. 1 a 5).

(26) DENEFFE, 1986 pp. 111-116 PL IV, 1, 2, 5, 6: MILNE 1906, PI. XXIII, fig. 1 a 4 e PI. XXIV fig. 1 a 5.

Sondas bifurcadas

Hipócrates e Galeno, no seu “Lexicon”, descrevem a extração de pólipos nasais por meio de uma sonda bifurcada. Deve ter sido um tipo de sonda tendo na extremidade arredondada um entalhe em forma de seta. Segundo Milne, só uma sonda deste tipo podia ser segura para usar na parte posterior da garganta conforme a descrição de Hipócrates. Celsus também descreve uma peça bifurcada usada para extrair projécteis enterrados na carne. Há vários tipos de sonda bifurcada de secção circular de pontas semelhantes a garfos, ou forquilhas, sendo a maior colecção a do British Museum. Também existe uma variedade plana figurando um exemplar na colecção particular de Milne.

Sonda bifurcada (Est. II, 11)

11 — Exemplar formado por uma haste plana de secção rectangular constituindo um cabo ornamentado de caneluras convexas com um pequeno orifício na extremidade, a qual estreita para a outra ponta que termina numa bifurcação com um entalhe em forma de seta. A extremidade bifurcada é também ornamentada com três grupos de caneluras. O orifício do cabo seria para introduzir a peça numa argola portátil com outros instrumentos. Admitimos com reservas que seja uma sonda bifurcada. Não encontramos peças exactamente iguais. Mede 145 mm de comprimento e 6 mm na parte mais larga. N.º inv. 14043.

Pinças

Têm a designação latina de *volsella* ou *vulsella* e as de maior dimensão, *forceps* e devem considerar-se entre os mais antigos instrumentos de que a humanidade se serviu. Não eram de uso exclusivamente cirúrgico. Serviam para a depilação do corpo e para usos domésticos. Nas ruínas de Pompeios e Herculano foram encontradas pinças nas cozinhas, oficinas, quartos de habitação e ao lado das lucernas, como acessórios indispensáveis para puxar as mechas. Serviam um pouco para tudo.

Na *cirurgia geral* eram usadas além da depilação pré-operatória para extração de corpos estranhos, projécteis, pedras de chumbo, falhas de osso, pólipos nasais e do útero, operar tumores, levantar pedaços de tegumento mucoso ou cutâneo, etc. Na *cirurgia oftálmica* foram muito usadas pelos oculistas romanos para a terapêutica das afecções oculares

e nas operações aos olhos. Eram especialmente usadas para depilação das pestanas da pálpebra para tratamento da conjuntivite granulosa, quistos das pálpebras, chalázios, no “oegilops” da catarata, etc.. De uma forma geral, as pinças tinham os ramos direitos inclinados para fora com as pontas encurvadas. Mais raramente, os ramos terminaram em dentes de serra ou de rato (*dent de souris*), ou com as pontas em ângulo recto. O seu comprimento varia entre os 140 e os 80 mm. Excepcionalmente, a pinça apareceu como um instrumento cirúrgico de dupla função, ou com uma raspadeira ou espátula na parte superior como no estojo do cirurgião de Paris, ou com um ramo de um lado e vareta auricular do outro ⁽²⁷⁾. As pinças são das peças cirúrgicas mais vulgares. Existem no Museu de Nápoles provenientes de Pompeios, Herculanium, no de Atenas, no Museu Britânico, nas Gálias, apareceram em grande número no estojo do oculista SEVERUS de Reims, Museu St. Germain, no do cirurgião de Paris e no Museu de Mainz.

Pinças (Est. II, 12 e III, 13 e 14 e 15)

12 — Pinça em bronze de longos ramos direitos, de secção rectangular, que se alargam, formando uma meia curva e contracurva em cada ramo e terminam em pontas aguçadas. O cabo é ornamentado com três anéis encimados por um elegante balauste estriado, com dois toros decrescentes. Esta é a mais típica, segundo Milne, das pinças de depilação cirúrgica. Mede 123 mm de comprimento e 6 mm de espessura no manipulo. N.º inv. 14786 B.

Paralelos: Pinças de Pompeios, Museu de Nápoles e do oculista Severus de Reims, Museu de St. Germain. MILNE, PL XXVI, fig. 1 e 6, PL XXIX, fig. 2; DENEFFE, 1896, p. 117 Pl. II, fig. 34, 5, 6, 7 e 8.

13 — Pinças em bronze de ramos inclinados para fora com as garras voltadas para dentro. É feita de uma barra de bronze de secção rectangular, dobrada sobre si mesma, formando superiormente um orifício em forma de gota. É o tipo mais simples de pinça cirúrgica. Mede 112 mm de comprimento e 5 mm de largura. N.º inv. 14787 B.

14 — Pinça em bronze idêntica à anterior, mas de menores dimensões. Mede 84 mm de comprimento e 4 mm de espessura. N.º inv. 14787 C.

15 — Pinça em bronze idêntica à n.º 13 e 14, ainda de menores dimensões. Mede 82 mm de comprimento e 4 mm de espessura.

Paralelos: em Portugal não conhecemos pinças do tipo 13, 14 e 15. Em Conimbriga apareceram algumas, mas de menores dimensões, sendo por isso objectos de *toilette* ⁽²⁸⁾. No Museu de Nápoles e no Museu Britânico existem pinças cirúrgicas deste tipo. MILNE. Pl. XXVI fig. 3 e 5 e Pl. XXVIII fig. 1.

⁽²⁷⁾ CAGNAT et CHAPOT, 1920, p. 517-18; DENEFFE, 1893 p. 49-58; DENEFFE, 1896 p. 111, FRANÇA, *Objectos de toilette de Conimbriga*, “Conimbriga”, X, 1971, p. 12.

⁽²⁸⁾ FRANÇA, 1971, Est. II fig. 14 e 15.

Placas para unguentos (Est. IV, 17e III, 16)

São pequenos rectângulos em geral de pedra, raramente em bronze, com os bordos talhados em bisel. Numa das faces podiam ter uma pequena concavidade, o “godet”, que servia para o médico misturar os unguentos ou colírios. Além desta função serviam para afiar os instrumentos cortantes, escalpelos, etc., cujos bordos desgastados muitas vezes ampiamente demonstram este uso. Não são vulgares. Conhecem-se dois exemplares de Beauring no Museu Arqueológico de Namur (Bélgica), uma de Tongres, de Pompeios no Museu de Nápoles, do estojo do cirurgião de Paris, e da necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel) ⁽²⁹⁾.

As dimensões são idênticas oscilando entre os 110 e 130 mm X 70 a 80 mm.

16— Fragmento de placa de mármore esverdeado raiado de preto, de formato rectangular com os bordos talhados em bisel. Dimensões actuais: 76 X 52 X 9 mm. Atribui-se idêntico uso. N.º inv. 14 891.

17 — Placa de xisto cinzento antracite, bem polido, de formato rectangular com os quatro bordos biselados. Intacta, apresenta os bordos desgastados. Mede 128 X 70 X 12 mm. Sem n.º inventário.

Paralelos: Além das placas já mencionadas, apareceu uma placa idêntica em xisto, no Vale de Lama, concelho de Lagos, juntamente com uma espátula e colher-sonda em liga de prata e cobre. Em Conimbriga também apareceu uma placa deste tipo ⁽³⁰⁾.

III — Conclusões

Este estojo cirúrgico incompleto pertenceu sem qualquer dúvida a um médico de Balsa, cujo nome por enquanto se desconhece. Relativamente à Lusitânia, conhecem-se alguns nomes de médicos. Segundo Leite de Vasconcelos, CIL indica os nomes de alguns médicos lusitano-romanos, C. Attius Ianuarius “*medicus pacensis*”, numa inscrição de Miróbriga (CIL II 21) e Lucius Cordius Symphoro, de origem grega, cujo nome apareceu numa inscrição de Emerita, e refere-se a uma “*medica optima*” (parteira) também de Emerita ⁽³¹⁾. Seria também muito interessante conhecer o nome do médico balsense. Mas afigura-se-nos ainda mais importante que o nome do médico de Balsa conhecer a data aproximada deste conjunto quase único em Portugal. Além deste

⁽²⁹⁾ ALARCÃO, Jorge de, *A Necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel)*, “Conimbriga”, vol. XIII, 1974, p. 14 (sepultura 32, n.º 3).

⁽³⁰⁾ FRANÇA, 1971, p. 24.

⁽³¹⁾ VASCONCELOS, 1913, p. 186; FERREIRA, 1969 p. 128.

conhecem-se as peças do Museu de Lagos descobertas no Vale de Lama (Lagos) pelo Dr. Formosinho. Não é fácil determinar para os instrumentos cirúrgicos de Balsa, ainda que de forma provisória, uma cronologia porque se desconhece o contexto arqueológico. Tentámos a sua reconstituição muito sumária a partir dos escassos manuscritos que Estácio da Veiga deixou. Entre o seu espólio documental conservado no Museu Nacional de Arqueologia existem além de plantas e desenhos do cemitério da Torre de Ares, já publicados, fotos, e um pequeno livro manuscrito “Catalogo dos monumentos e objectos de arte antiga...”⁽³²⁾. Nele o autor faz uma relação dos materiais encontrados nas escavações do Algarve em 1877/78 e refere-se às condições de jazida ou aquisição. Na rubrica “Objectos extraídos do cemitério romano da Torre de Ares”, p. 70, aponta “Fragmentos de urna de barro fino lavrada e de frasco de vidro, extraídos de uma incineração com ossos calcinados, pregos de ferro e um agulheiro ou estojo de cobre com instrumentos de trabalho pegados à tampa o qual vai junto com artefactos de cobre em caixa reservada”. No cap. das “Caixas reservadas” p. 154 lê-se: “Estojo metálico em forma de agulheiro, contendo dois instrumentos de trabalho e uma moeda de Claudio tudo extraído de uma incineração”. Admitimos com reservas que esse estojo (que já não existe) fosse um desses exemplares cilíndricos portáteis que contêm 4 ou 5 instrumentos cirúrgicos. Estes elementos do “Catalogo” não são porém muito úteis porque carecem de descrições concretas.

É difícil relacionar esta anotação do “Catalogo” referente a dois instrumentos e o estojo cirúrgico originariamente composto de cerca de 30 peças.

Do espólio do cemitério da Torre de Ares estão publicados os “Vidros Romanos de Balsa”⁽³³⁾ cujo estudo rigoroso das peças assinalando vidros datados desde o séc. I ao IV indica uma ocupação muito lata da necrópole.

⁽³²⁾ MACHADO, 1960 p. 360.

⁽³³⁾ ALARCÃO, “O Arq. Port.”, Série III, vol. IV, 1970, p. 237-261.

À falta de um contexto arqueológico preciso ou aproximado que permita estabelecer uma cronologia, resta apenas o exame dos próprios materiais cuja tipologia variou sensivelmente entre o séc. I e III d. C.

A semelhança notória (dimensões, ornamentações, etc.) por exemplo do escalpelo, espátula, sondas, colher, pinças e gancho, com os instrumentos cirúrgicos encontrados em Paris em 1880 numa sepultura de incineração contendo moedas, pequenos bronzes de Tetricus I e II (267-272 d.C.) sugere-nos o séc. III como a data mais provável do estojo do cirurgião de Balsa.

A análise destes instrumentos permite avaliar a avançada tecnologia cirúrgica romana. É também uma achega para o conhecimento do desenvolvimento civilizacional desta cidade portuária do Cyneticum, da qual pouco se conhece ainda.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge, *Vidros Romanos de Balsa*, “O Arqueólogo Português”, Lisboa, Série III, vol. IV, 1970, p. 237-261.
- ALARCÃO, Jorge, *A Necrópole do Monte do Farrobo (Aljustrel)*, “Conimbriga”, XIII, 1974, p. 14.
- CAGNAT, R. et CHAPOT, V., *Manuel d'Archeologie Romaine*, vol. II, Paris, 1920.
- CIL = HÜBNER, E., *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II e *Supplementum*, Berlin, 1869 e 1892.
- CORREIA, Vergílio, *O Domínio Romano*, in *História de Portugal*, vol. I, Barcelos, 1928.
- DAREMBERG et SAGLIO, *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, Tome I, Paris, 1888.
- DENEFFE, *Étude sur la trousse d'un chirurgien gallo-romain du III^e siècle*, Anvers, 1893.
- DENEFFE, *Les oculistes gallo-romains au III^e siècle*, Anvers, 1896.
- VEIGA FERREIRA, O. da, *Acerca dos conhecimentos da medicina e cirurgia na Antiguidade*, “O Arqueólogo Português”, Série III, Lisboa, III, 1969, p. 128.
- FRANÇA, Elsa A., *Objectos de toilette de Conimbriga*, “Conimbriga”, Coimbra, IX, 1970 p. 12, 17, 18, 21, 22 e 24.
- JUNQUEIRO, Arronches, *Estudos sobre Troia de Setúbal*, “O Arqueólogo Português”, Lisboa, VII, 1903 p. 179 e 283.
- MACHADO, J. Saavedra, *Documentos de Estácio da Veiga para o estudo da Arqueologia do Algarve— I— Catálogo de Plantas, Desenhos e Mosaicos* in *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, I, 1970 p. 360.
- MILNE, J. Stewart, *Surgical Instruments in Greek and Roman Times*, Oxford, 1907.
- PALOL, P. de *Una tumba romana de Toledo y los frenos de caballo hispano-romano, del Bajo Imperio*, “Pyrenae”, 8, 1972, p. 133-146.

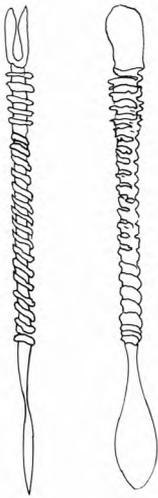
SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga Afonso dos, *Arqueologia Romana do Algarve (Subsidios)*, Lisboa vol. I, 1970.

VASCONCELOS, José Leite, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, Lisboa, 1913.

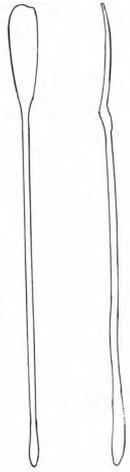
VIANA, Abel, *Balsa y la necrópolis romana de As Pedras de-Rei*, “Arquivo Español de Arqueologia”, Madrid, XXV, 1952, p. 270.

VIANA, Abel, FORMOSINHO, FERREIRA O. da, VEIGA *De lo Preromano a lo arabe en museo regional de Lagos*, “Archivo Español de Arqueologia”, Madrid, XXVI, 1953, p. 113-38.

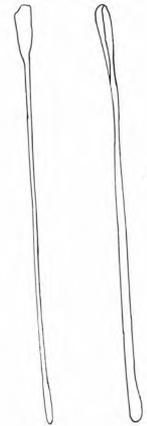
(Página deixada propositadamente em branco)



1

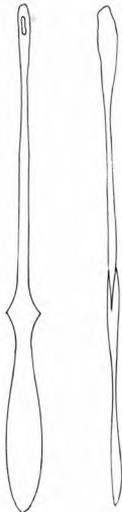


2

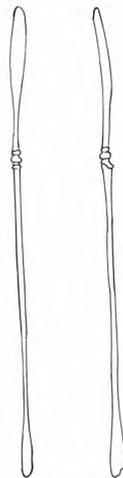


3

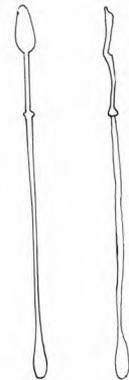
ESC: 



4

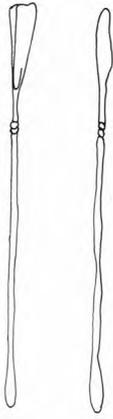


5



6

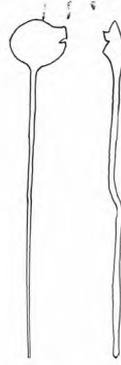
ESC: 



7



8



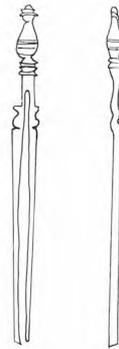
9



10

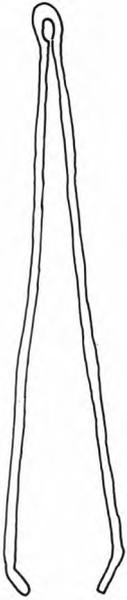


11



12

ESC: 



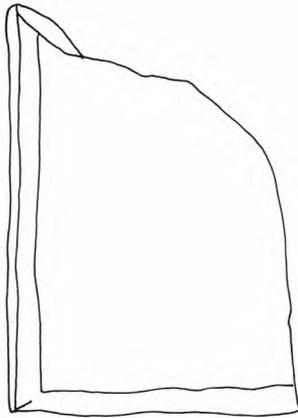
13



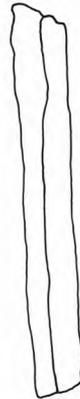
14



15

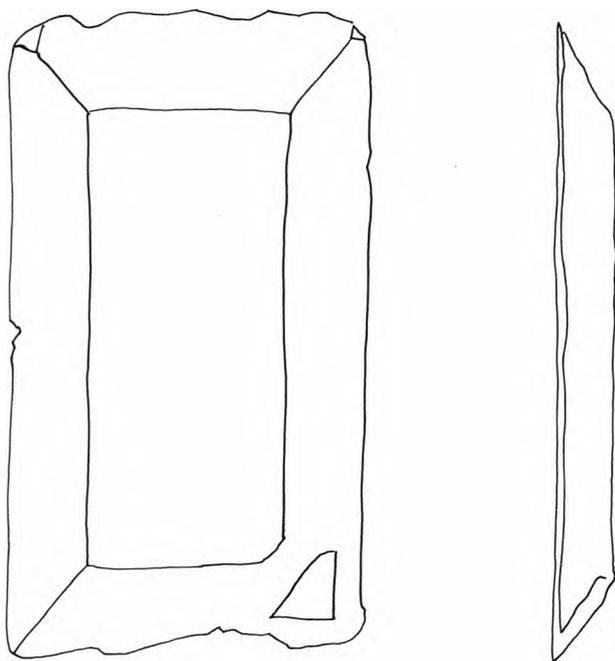


16

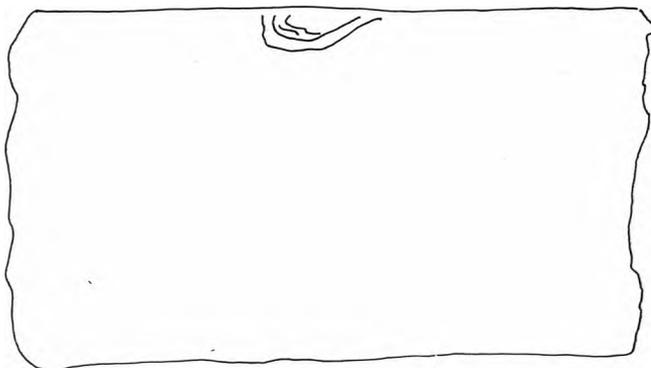


ESC: 

EST. IV



17



ESC: 



1



2



3

EST. VI



4



5



6



7



8



9



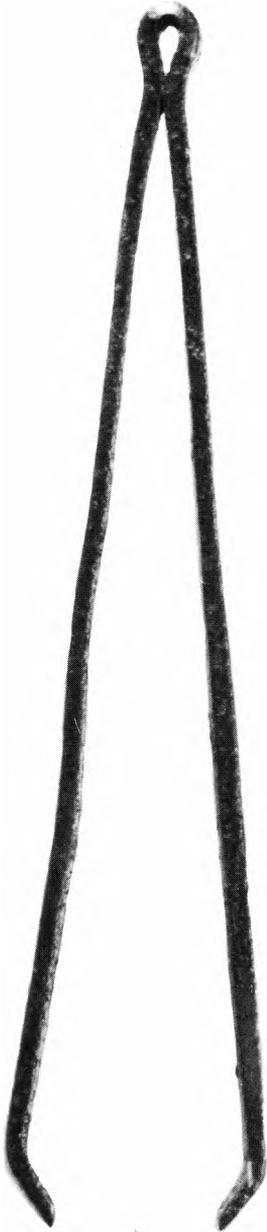
10



11



12



13



14

EST. X



16



(Página deixada propositadamente em branco)

ROBERT ÉTIENNE

Professor da Universidade de Bordéus III.

À PROPOS D'UNE INSCRIPTION RETROUVÉE DE CONIMBRIGA

«Conimbriga», XXIX, 1990, 129-136

RESUMO: Estudo epigráfico exaustivo da àmia dedicada aos *Lares Aquites*, de Conimbriga, que J. M. Garcia lograra identificar no espólio do Museu Nacional de Arqueologia (“Conimbriga”, 26, 1987, p. 48^19).

O Autor debruça-se de modo particular sobre os aspectos tipológicos do monumento, demonstrando que ele se integra nas características próprias das oficinas lapidares desta cidade romana.

Aproveita o ensejo para anunciar o próximo estudo duma outra àmia recém-descoberta dedicada a I. O. M. C.

RÉSUMÉ: Étude épigraphique, complémentaire de celui publié para J. M. Garcia (“Conimbriga”, 26, 1987, p. 48-49), d'une *arula* dédiée aux *Lares Aquites*, à Conimbriga.

La typologie de l'autel s'intègre dans les caractéristiques des ateliers épigraphiques de la ville.

(Página deixada propositadamente em branco)

À PROPOS D'UNE INSCRIPTION RETROUVÉE DE CONIMBRIGA

Nous avons publié, G. Fabre et moi-même, en 1976 (1), une inscription L(aribus) *Aquitibus*, gravée sur un autel alors réputé perdu. Or la remise en ordre des collections du Musée National d'Archéologie de Lisbonne vient de permettre de le retrouver et donc d'en donner la photographie (2). Publié avec diligence par J. M. Garcia (3), cet autel mérite, croyons-nous, de retenir notre attention.

Le monument (*vidi*)

a) vu de face (fig. 1).

Sa hauteur totale, 187 mm, se décompose en trois parties: un couronnement (54 mm), où l'on distingue un tympan compris entre deux *pulvilli* reposant sur une tablette de 62 mm de large; une corniche débordant (75 mm) la tablette et composée de trois moulures en retrait; le corps de l'autel lui-même, définissant un champ épigraphique (98X61 mm); enfin le socle fait de trois tablettes en débord l'une sur l'autre (66, 70, 74 mm) et reposant sur la base proprement dite (80X22 mm).

(1) R. ETIENNE, G. FABRE, P. et M. LÉVÊQUE, *Epigraphie et sculpture* (Fouilles de Conimbriga, II), Paris, 1976 (— *Fouilles de Conimbriga*, II), n.° 9.

(2) Nous remercions vivement A. Alarcão, Directrice du Musée Monographique de Conimbriga, de nous avoir adressé les trois clichés ici publiés et dûs à D. Ferreira.

(3) J. M. GARCIA, Da epigrafia votiva de Conimbriga. Observações e novos monumentos, dans *Conimbriga*, XXVI, 1987 (1990), p. 39-59 (= GARCIA, *Epigrafia votiva*).

b) vu de côté (fig. 3).

La largeur du couronnement est de 32 mm, tandis que celle de la corniche va de 55 à 35 mm; la largeur du fût de l'autel est de 33 mm, tandis que les tablettes du socle passent de 42 à 58 mm, le socle mesurant 57 mm de largeur.

c) vu de dos (fig. 2).

Mêmes dimensions que vu de face, évidemment; la corniche et le socle y sont présents et les surfaces sont parfaitement lisses: l'autel n'était donc pas adossé à une paroi mais pouvait être vu de tous les côtés.

La présence d'un fronton entre deux *pulvilli* suffit à le désigner comme autel et les petites dimensions permettent de le qualifier d'*arula*. Il a été taillé dans un calcaire tendre, facile à travailler, aisé à détériorer: le *pulvillus* de droite (fig. 1) a presque entièrement disparu; de celui de gauche, seule la partie centrale est conservée. Le tympan est décoré des deux rampants d'un bandeau à stries; la table de la corniche est légèrement épanfrée, tandis que le corps central de *Xarula* est quasi-intact. La base est la plus abîmée sur les coins de face et sur la face arrière, moitié droit (fig. 2).

Le texte

C'est l'une des originalités du document de nous transmettre une inscription latine en trois lignes, au lieu de la seule ligne signalée par Vergilio Correia en 1943 ⁽⁴⁾, ce qui confirme bien que l'épigraphie n'a jamais retenu l'attention du savant portugais de façon particulière ⁽⁵⁾.

Le texte se lit dans un champ épigraphique de 98 X 61:

**L. AQVITIBVS
G C RVFVS
A L V S**

⁽⁴⁾ V. CORREIA, Divindades romanas de Conimbriga, dans *Diário de Coimbra*, du 24 mai 1943. Réimprimé dans *Obras IV. Estudos Arqueológicos*, Coimbra, 1972, p. 327-330, que tout naturellement nous avons repris dans *Fouilles de Conimbriga*, II, n.º 9.

⁽⁵⁾ GARCIA, *Epigrafia votiva*, p. 45.

se développe: L(aribus) *Aquitibus*/ G(aius) C(—) *Rufus* / *A(nimo)*
Ifibens F(otum) S(olvit)

et se traduit Aux Lares des Eaux, Gaius C(—) Rufus, s'est acquitté de son voeu de bon coeur et volontiers.

Chacune de ces trois lignes appelle quelques observations.

À la ligne 1, le point bien marqué après le L met définitivement un terme à une lecture *Laquitibus*⁽⁶⁾. Le S final, malgré l'éclat qui a endommagé la surface de l'autel est parfaitement visible. Les lignes de guidage ont dû exister, encore que les pieds des lettres ne soient pas parfaitement alignés. La hauteur des lettres est en moyenne de 7 mm; le L initial mesure 7/8 mm, tout comme le B, assez gauchement tracé. On note la tendance des voyelles à être plus petites, le second V déjà et surtout le second I qui n'atteint que 6 mm. Si le A relève d'une écriture actuelle ainsi que le T et le B, le Q et le premier V représentent de bonnes capitales carrées.

La ligne 2, qui nous donne le nom du dédicant, ne comporte pas de ponctuation alors que les initiales du *praenomen* et du *nomen* auraient pu l'appeler. Le surnom Rufus, dont les trois premières lettres sont ligaturées, est complet, même si l'éclat signalé plus haut a fait disparaître une partie de la gravure d'un petit V (7). Les deux premières lettres sont bien dessinées: le G comporte un angle aigu pour l'attachement de la petite haste verticale, le C offre un demi-cercle outrepassé, caractéristique des C du premier siècle de notre ère. Hautes de 7 mm, elles sont égales à la hauteur moyenne des lettres de la première ligne, mais inférieures à R VF qui atteignent 8/9 mm, tandis que les VS final ne dépasse guère 6 mm.

La troisième ligne ne semble pas suivre de ligne de guidage, comme les deux précédentes; chaque lettre a une dimension particulière: 9 mm pour le A, 6 mm pour L et V, 12 mm pour le S. Cette irrégularité se retrouve dans une gravure médiocre, comme en témoigne celle du S.

La mise en page verticale est déséquilibrée: deux lignes à la partie supérieure du fût après un espace vacant de 7 mm, un espace de 4/ 5 mm entre la ligne 1 et la ligne 2, puis un vide de 31 mm, et enfin le dernier espace, le plus important, atteint 35 mm. Une telle disposition pourrait nous inviter à croire que la formule dédicatoire été gravée à l'avance

(6) A rapprocher de L(aribus) Turi(brigensibus): *ILE R 680 = CM Cáceres 208*.

(7) Le V n'a pas été restitué comme le laisse entendre GARCIA, *Epigrafía votiva*, p.

dans un atelier de Conimbriga. À considérer la mise en page horizontale, on reconnaît que les marges à gauche l'emportent sur celles de droite aux deux premières lignes, tandis que la troisième offre l'image contraire.

Ainsi pour juger l'épigraphie de cet autel, nous sommes partagés entre la vision des deux premières lignes, relativement bien équilibrées, et la troisième totalement négligée. Par certains caractères, le monument semble appartenir au dernier quart du I^{er} siècle après Jésus-Christ: on y remarque les tics épigraphiques déjà relevés ⁽⁸⁾ à Conimbriga, les voyelles de plus petite taille et une ligature de trois lettres. Reste toujours une interrogation à propos de la formule finale: la maladresse d'un apprenti inscrivant la même formule sur des monuments préparés ne saurait pourtant jouer le rôle d'un critère chronologique.

Le dédicant, la dédicace et la date de l'autel

Il est assez remarquable de voir le dédicant transcrire en entier son surnom Rufus, alors que le prénom G(aius) et le nom C(—) sont représentés par des initiales; ce qui est normal pour le prénom ⁽⁹⁾ l'est moins pour le *nomen*. Cette seule initiale prouverait que le dédicant est un homme connu, un notable jouissant des *tria nomina* et qui pourrait être citoyen. L'autel ayant été trouvé dans le petit *atrium* de la Maison aux Jets d'eau, autrefois désignée par V. Correia comme le "Palais *extra-muros*", témoigne d'un acte de religion privée, ce qui explique que le dédicant n'a pas à rappeler sa filiation ou sa tribu.

Quelle peut être son identité? Les *nomina* dont l'initiale est un C, déjà mentionnés par les inscriptions de Conimbriga, appartiennent à la *gens Caecilia* (n.° 2), *Catellia* (n.° 24), *Claudia* (nos 26 et 3), *Coelia* (n.° 33), *Couda* (n.° 7). Certes, statistiquement, la *gens Claudia* aurait nos faveurs, encore que l'abréviation de *Claudius* serait plutôt *Cl* Pour *Catellius*, il intervient en seconde position après Arruntius, les *Coelii* sont rares, Coutius Lupus représente une souche indigène récente, alors que le propriétaire de la Maison aux Jets d'eau ne saurait être qu'un indigène romanisé de longue date et nous pourrions dans ces conditions nous

⁽⁸⁾ *Fouilles de Conimbriga*, II, p. 215-216.

⁽⁹⁾ Le prénom G(aius) est relativement rare à Conimbriga: G. Flavius Baeticus (n.° 7, 30), G. Valerius Paetinius Heliodorus (n.° 14). Sur le C et le G coexistant à Conimbriga, voir *Fouilles de Conimbriga*, II, p. 25.

rallier à G. Caecilius Rufus. Rufus revient souvent à Conimbriga (n.^{os} 31, 32, 46, 63, 70) et masquerait une origine indigène ⁽¹⁰⁾. Il ne saurait s'agir d'un immigrant italien ou d'un de ses descendants directs; mais le dédicant appartient plutôt à une strate indigène qui s'est profondément acculturée et qui, utilisant un formulaire religieux banal (*a.l.v.s.*), fait une dédicace aux Lares protecteurs des eaux.

Le culte des Lares est fort répandu à Conimbriga ⁽ⁿ⁾ et recouvre en partie des divinités indigènes, tout comme il exalte les dieux protecteurs de la cité ⁽¹²⁾. Il est naturel, encore que ce soit un *hapax* ⁽¹³⁾, de rencontrer un autel aux Lares des eaux, proche d'un bassin d'un *atriolum* privé. De tels Lares sont de la même nature que les divinités anonymes: *dii et numina aquarum* que l'on rencontre en Dacie ⁽¹⁴⁾. La maison, précisément aux Jets d'eau, est mise sous leur protection. G. Caecilius (?) Rufus serait donc le propriétaire de la belle demeure, sans doute même le premier propriétaire. En effet, nous devons revenir sur le raisonnement erroné qui nous a conduit à dater de l'époque sévérienne⁽¹⁵⁾ notre autel, en invoquant la date du tapis mosaïqué. En réalité, il faut dissocier les mosaïques de la datation de l'autel: le troisième quart du 1^{er} siècle conviendrait à celui-ci et s'accorderait davantage avec la datation flavienne de l'état primitif de la maison ⁽¹⁶⁾.

L'atelier de Conimbriga

Par sa typologie, notre autel entre dans la série des monuments votifs qui sortent de l'atelier de Conimbriga ⁽¹⁷⁾. En effet, les autels votifs présentant un fronton encadré de deux *pulvilli* sont au nombre de sept (n.^{os} 4, 8, 10, 12, 13, 16, 22) et le nôtre (n.^o 9) complète la série. Ils

⁽¹⁰⁾ *Ibid.*, p. 59, 87.

⁽ⁿ⁾ *Ibid.*, *index* p. 271.

⁽¹²⁾ *Ibid.*, n.^o 10, p. 28-30.

⁽¹³⁾ Rien au *Th LL*, sauf un nom propre Aquites chez Valerius Flaccus, *Argonautica*, VI, 294-295: *indigenis sacratus aquis magnique sacerdos Phasidis... Aquites*. Il est assez remarquable que ce prêtre du puissant Phasis était consacré à ses eaux *indigènes*.

⁽¹⁴⁾ *CIL* III, 1562 = *ILS* 3896, en Dacie (Mehadia).

⁽¹⁵⁾ *Fouilles de Conimbriga*, II, p. 28.

⁽¹⁶⁾ J. M. BAIARRÃO OLEIRO doit la publier très prochainement.

⁽¹⁷⁾ *Fouilles de Conimbriga*, II, p. 216-217 où nous avons même envisagé plusieurs officines.

rejoignent l'autel anépigraphe de même structure, sorti de l'atelier du lapicide local ⁽¹⁸⁾ et notre autel entre parfaitement dans cette classe de monuments ⁽¹⁹⁾.

Le décor du socle est au contraire original; il est fait de trois tablettes en retrait dessinant une sorte de pyramide à degrés: lui répond une corniche de même structure, où trois scoties remplacent les éléments verticaux des tablettes du socle. Les officines de Conimbriga variaient donc les éléments du décor, à l'intérieur d'une composition monumentale répétitive.

Ainsi grâce à cette découverte, l'épigraphie de Conimbriga s'est enrichie du nom d'un dédicant confondu avec le propriétaire d'une *domus* à péristyle qui donne la mesure de la romanisation, de la richesse et du goût du milieu dirigeant de la cité, sous les Flaviens. Il était bon, même si le *nomen* reste inconnu, de tirer de l'oubli le propriétaire de la Maison aux Jets d'eau et de confirmer nos conclusions anciennes sur l'atelier de Conimbriga ⁽²⁰⁾.

⁽¹⁸⁾ *Ibid.*, pi. XXXIV, 4 et 5.

⁽¹⁹⁾ Cette classe s'est enrichie encore d'un nouvel autel, découvert dans le mur de la basilique, à l'occasion d'un relevé. Ici le fronton est creusé d'un *focus* et le monument est nettement plus important que le nôtre: hauteur totale (253 mm). La dédicace, faite par un indigène, s'adresse à I.O.M.C., sur laquelle nous comptons revenir.

⁽²⁰⁾ Malgré les réflexions de GARCIA, *Epigrafia votiva*, p. 58, n. 35, je maintiens la lecture SANEVS pour le n.º 3 que nous avons examiné à Freixo de Numão, le 16 mars 1975, avec F. Mayet entre autres. Également, contrairement à *ID.*, *ibid.*, p. 58, je garde l'interprétation du n.º 5 comme étant une dédicace à la Fortune, qui pourrait être auguste.

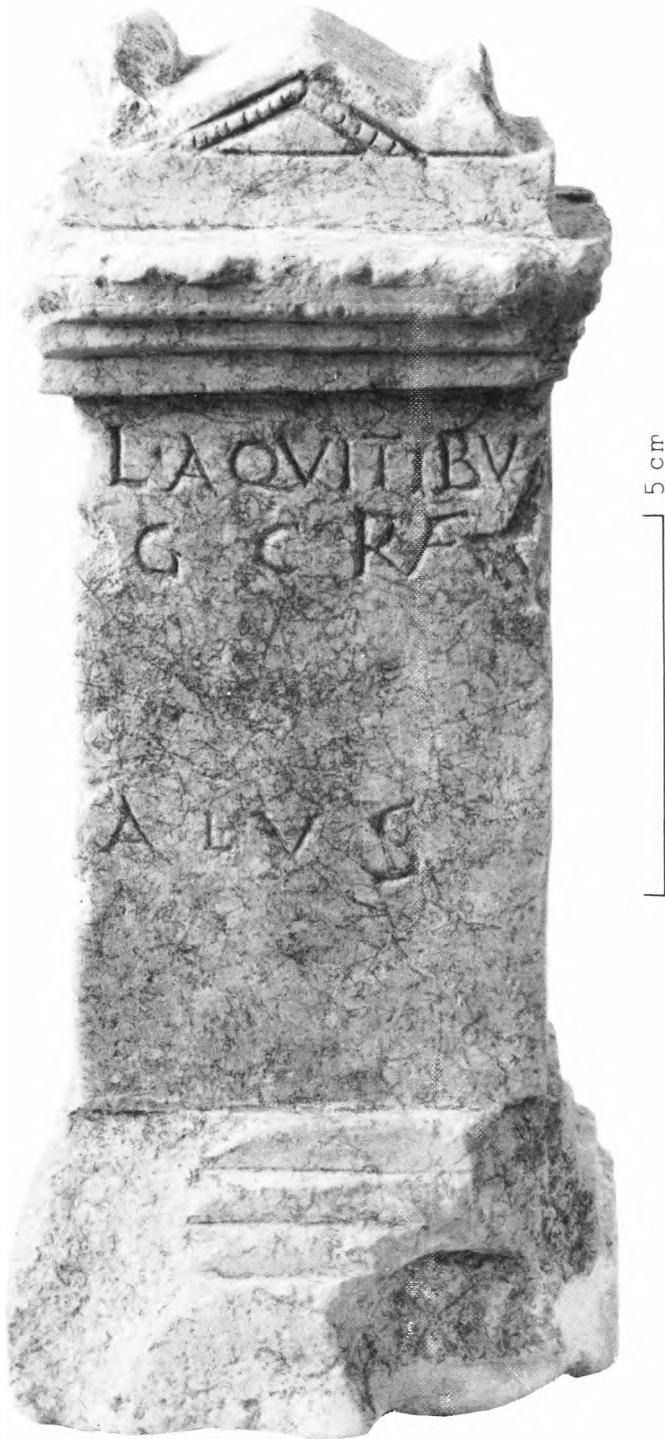


FIG. 1

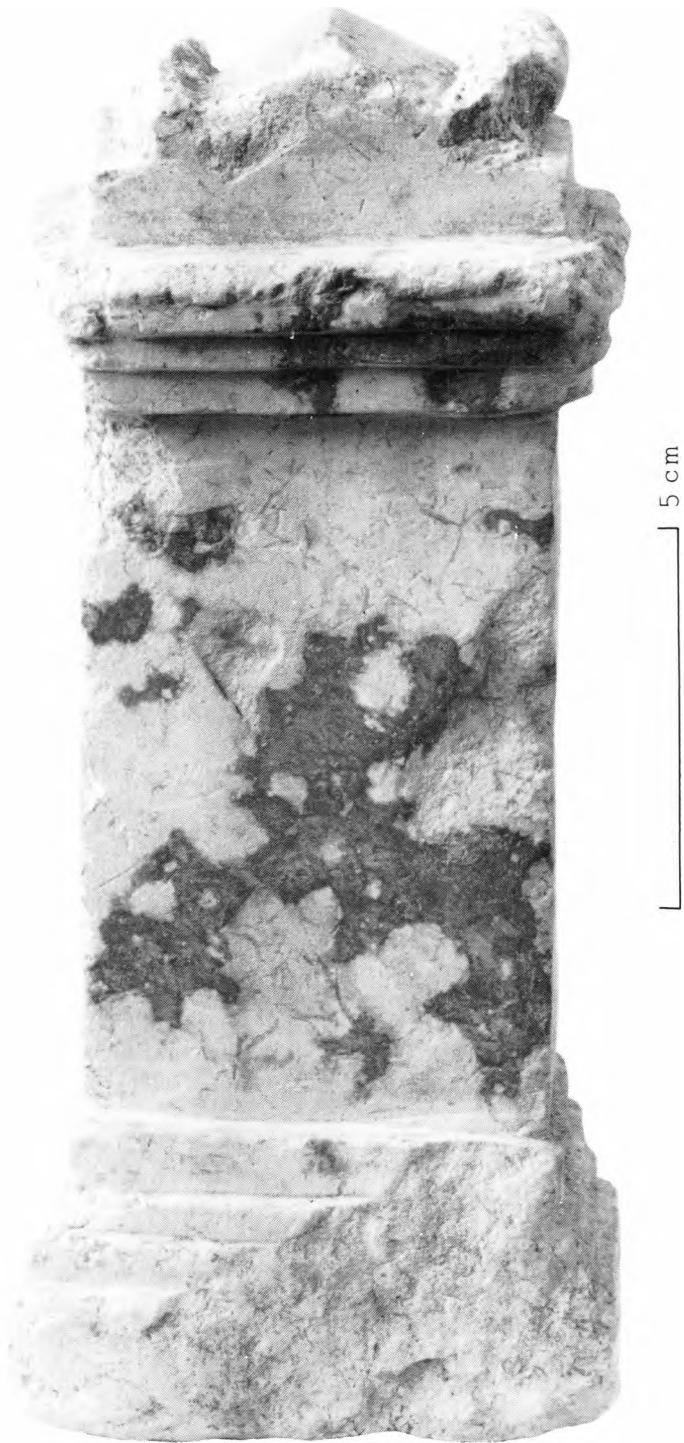


FIG. 2

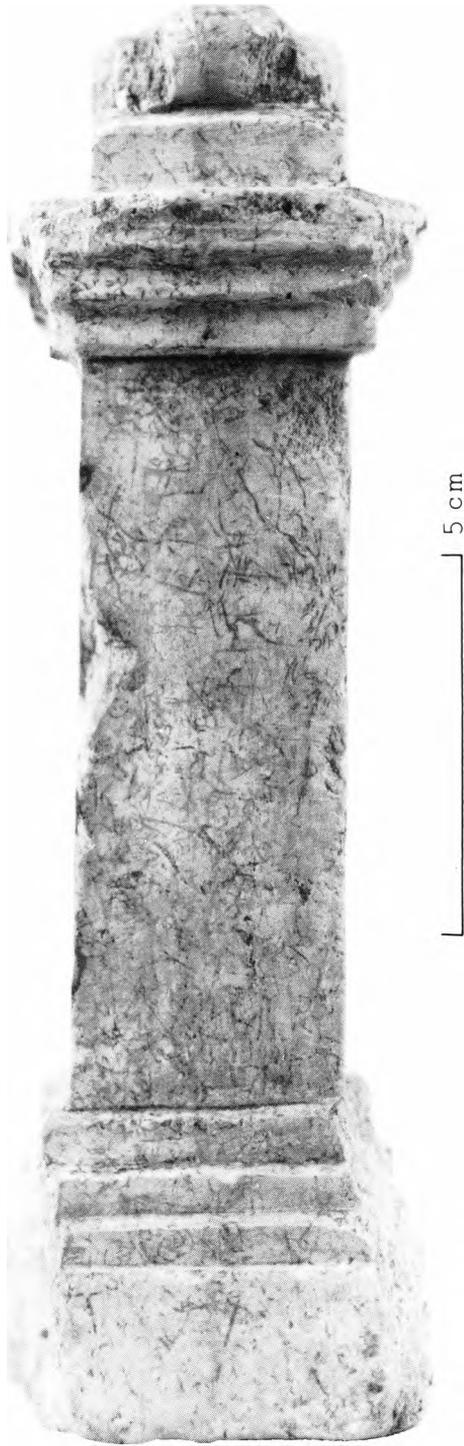


FIG. 3

(Página deixada propositadamente em branco)

ANA GOULÃO MACHADO
Estudante de História da Arte — FLUC

UM CAPITEL DE ARA PALEOCRISTÃO (?) NO MUSEU DE BEJA
«Conimbriga», XXIX, 1990, 137-145

RESUMO: O presente estudo versa sobre um capitel existente no Museu de Beja e tenta resolver, através de uma análise iconográfica, o problema da sua origem e datação. Para tanto, tomam-se em consideração os motivos da decoração e o seu significado simbólico.

A conclusão que se extrai é a de que o capitel deve ser atribuído à época paleocristã.

ABSTRACT: The object of the present study is a capital belonging to the museum of Beja. Using an iconographic analysis that takes into account the ornamental motives and their symbolic meanings, the author tries to find its origin and epoch. The conclusion is that the capital should be considered as early Christian.

(Página deixada propositadamente em branco)

UM CAPITEL DE ARA PALEOCRISTÃO (?) NO MUSEU DE BEJA

Encontra-se actualmente nos depósitos do Museu de Beja um capitel que se revela muito interessante pela iconografia que apresenta. Este trabalho pretende, através de uma análise pormenorizada da peça e das suas representações iconográficas, levantar hipóteses e oferecer sugestões para o estabelecimento da sua cronologia e filiação artística.

O capitel, cuja proveniência não lográmos identificar, está esculpido em mármore de Trigaches *. Apresenta figuras em relevo e é liso na face posterior, com filete a sublinhar o redondo do topo, que está encimado por um fôculo de 9 cm de diâmetro externo.

Tem 65 cm na base e 47 cm de altura total. Junto à base, com rebordo, quatro faixas inscritas que medem no seu conjunto 7 cm de altura e, de espessura, 27 cm.

A decoração figurada da parte superior consta de duas aves afrontadas a beber de um vaso; de cada lado deste, duas rosetas. A distância que medeia entre a base do vaso (ou cálice) e o topo do capitel é de 23 cm. A base do cálice tem 7 cm, a roseta do lado direito mede 5,5 cm enquanto a do lado esquerdo tem 6 cm. A distância que vai da roseta até ao extremo lateral do capitel é de 5,5 cm.

Este capitel parece, à primeira vista, obra romana de um período já tardio, uma vez que se distinguem em cima dois toros simétricos e, no meio, uma elevação arredondada.

A iconografia, porém, faz pôr em questão a sua origem romana. Penso que a sua datação será de uma época posterior à queda do Império Romano do Ocidente. Este tipo de questões, surge, aliás, com frequência, em monumentos sem contexto arqueológico claro, como é o caso desta obra.

* Agradeço ao doutor José d'Encarnação os dados fornecidos quanto às dimensões e às características físicas do monumento, a respectiva fotografia e as sugestões para a elaboração deste trabalho no âmbito da cadeira de Epigrafia.

As aves afrontadas

Na verdade, as aves afrontadas constituem um tema muito caro aos primeiros cristãos.

Em relação a este capitel, pode perguntar-se se as aves serão pombas ou pavões. Neste último caso, teríamos de ver no filete que se prolonga, a representação da cauda. Inclino-me a pensar, no entanto, que se trata de pombas, uma vez que o pavão é geralmente representado de cauda aberta.

Tanto a pomba como o pavão aparecem em representações anteriores à escatologia cristã, como, por exemplo na tumulária romana (1), que vai atribuir a estes símbolos novos significados. O mesmo se passa em relação ao vaso (ou cálice) que foi, desde o início, um símbolo usado pelos cristãos. Como escreveu Justino Maciel, “a arte dos primeiros cristãos começa por se manifestar sobretudo pelo seu conteúdo, tomando de empréstimo à arte romana as diferentes componentes formais. Ela nos surge, assim, como uma nova linguagem dentro do discurso artístico romano, utilizando a mesma terminologia, o mesmo léxico, mas com uma mensagem diferente” (2).

A pomba tomou, ao longo dos tempos, vários significados.

No simbolismo judaico-cristão, a pomba (que com o Novo Testamento se assumirá como a imagem do Espírito Santo) é fundamentalmente um símbolo de pureza. Mas já na acepção pagã — que valoriza diferentemente a noção de pureza, não a opondo ao amor carnal mas associando-a ao mesmo tempo ao pássaro de Afrodite — representa a realização amorosa que o amante oferece ao objecto do seu desejo.

Estas simbologias — a cristã e a não-cristã — só diferem na aparência; daí que a pomba represente, muitas vezes, o que o homem tem de perdurável, ou seja, o seu princípio vital, a alma. Por isso, em certos vasos funerários gregos, ela é representada a beber de um vaso que simboliza a fonte da memória. É essa mesma imagem que surge na iconografia cristã: no relato do martírio de São Policarpo, por exemplo, aparece uma pomba a sair do corpo do santo depois da sua morte.

O Cfr. José d'Encamação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984, inscrição n.º 583: epitáfio de Comínia Avita, de 9 anos, proveniente de Eivas.

(2) “Da arte romana à arte paleocristã. O sarcófago romano de Évora”, *Revista de Ciências Sociais e Humanas*, Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 97-98.

Todo este simbolismo é, evidentemente, resultado da beleza e da graça desta ave, da sua brancura imaculada, da doçura do seu arrulhar (3).

O vaso

O vaso (ou, neste caso, o cálice) é um motivo decorativo largamente representado nos mosaicos romanos da Lusitânia, mormente na época tardia e, apesar de lhe podermos definir muitas variantes, o certo é que todas se poderão integrar “claramente na evolução para uma tipologia específica” (4).

A Igreja não podia, assim, esquecer o uso sistemático do vaso e da sua simbologia religiosa, muito ligada aos cultos iniciáticos por nítida influência das religiões orientais. Ao pôr de lado a circuncisão judaica, a Igreja vai adoptar um novo rito de iniciação — o baptismo. Desta sorte, o vaso surge, no Cristianismo, ligado ao ritual da purificação, ou seja, ao baptismo, e assume, por essa via, papel primordial na escatologia cristã.

Não admira, por consequência, que ele passe a ser encarado sob uma nova perspectiva: o vaso encerra, sob diferentes formas, o elixir; é um reservatório de vida. O facto de ser aberto no topo indica receptividade às influências celestes. Recorde-se, por outro lado, que, quando aparece esta representação de aves afrontadas a beber de um vaso, supõe-se que este possa conter água ou vinho — e estes dois elementos têm também diferente significado no discurso religioso.

O vinho significa, na ideologia católica, o sangue de Cristo; quem o beber viverá para a vida eterna. Geralmente associado ao sangue, tanto pela cor como pelo seu carácter de “essência” de planta, é, por conse-

(3) Quanto ao pavão, que também aparece em representações não-cristãs, atribui-se-lhe um profundo simbolismo cristão: simboliza a roda solar e é, deste modo, o símbolo da imortalidade; a sua magnífica e multicolor cauda aberta evoca deslumbrantemente o céu estrelado.

Assinale-se, ainda, que a iconografia ocidental representa, por vezes, os pavões a beberem do cálice eucarístico. Na Idade Média, são já representados de um e outro lado da árvore da Vida, símbolos da alma incorruptível e da dualidade psíquica do Homem. Apelidado de “animal dos cem olhos”, o pavão tomou-se, pouco a pouco, o símbolo da beatitude eterna, da visão face a face de Deus com a alma.

Cfr. Chevalier, J. et Gheerbrant, A. *Dictionnaire des Symbols*, ed. Robert Laffont et ed. Jupiter, Paris, 1982.

(4) Justino Maciel, ob. cit., p. 108.

guinte, a bebida da vida ou da imortalidade. Já na Grécia Antiga o vinho substituiu o sangue de Dioniso e figurava a bebida da imortalidade.

A água tem a ver com tres temas dominantes: fonte da vida, meio de purificação, centro de regenerescência. Estes três temas encontram-se nas tradições mais antigas e formam as combinações mais variadas, ao mesmo tempo que as mais coerentes. Na tradição judaico-cristã, a água identifica-se, em primeiro lugar, com a origem da criação. Fonte de todas as coisas, ela manifesta o transcendente. Todavia, assim como todos os símbolos, a água pode ser encarada sob dois planos rigorosamente opostos, mas de forma alguma irreduzíveis: é fonte de vida e de morte, criadora e destruidora. Todo o Antigo Testamento celebra a magnificência da água; o Novo Testamento receberá esta herança e saberá como utilizá-la.

Decoração bastante curiosa é, ainda, a que embeleza o vaso na sua parte superior. Trata-se, certamente, de uma simplificação da representação do crísmo, bastante estilizada, talvez por imperícia do artista. Não nos podemos esquecer de que os grandes centros culturais (Roma e, mais tarde, Constantinopla) estavam muito afastados, pelo que é natural que surgissem, nas províncias, “adultrações” dos modelos primitivos. Note-se que, na decoração deste vaso, o crísmo parece estar representado duas vezes.

As rosetas

As rosetas que neste capitel aparecem a ladear o vaso têm um significado muito singular.

Segundo Puig i Cadafalch ⁽⁵⁾, as crenças populares infiltram-se, paulatinamente, na alma do conquistador — que é, por sua vez, um pouco conquistado. Assim sendo, é natural que as rosetas, que primitivamente apareciam no imaginário popular como “medida profiláctica” para os vivos e protecção dos mortos, tenham passado para as representações colectivas de conquistadores. Na verdade, a rosácea é um dos temas decorativos mais vulgares da arte indígena, tanto peninsular⁽⁶⁾ como além-pirenaica⁽⁷⁾, pelo que não é de estranhar a sua representação aqui.

⁽⁵⁾ *L'Art Wisigothique et Ses Survivances*, Paris, ed. F. de Noble, 1861, pp. 54-55.

⁽⁶⁾ Mantas, V., “Inscrições de Torres Vedras”, *Conimbriga*, XXI, 1982, pp. 81-83.

⁽⁷⁾ Cumont, F., *Recherches sur le Symbolisme Funéraire des Romains*, Bibliothèque Archéologique et Historique, tomo XXXV, Paris, 1945, p. 225.

A rosácea poderá ser uma reminiscência do culto de Júpiter que gozava de grande aceitação na Lusitânia e na Tarraconense. A sua representação está, geralmente, associada ao culto solar, ligando-se à ideias astrais sobre a vida extraterrena. Esta iconografia da vida extraterrena está, aliás, muito de acordo com a escatologia vertical própria de Cristianismo⁽⁸⁾.

Mantém, pois, o seu significado mágico, em contexto funerário. Na realidade, este tipo de decoração aparece já em monumentos romanos e designadamente, em monumentos funerários, podendo ser interpretado como uma invocação aos deuses. É, portanto, natural que as rosetas estejam presentes neste capitel, cujo carácter funerário se poderá detectar na existência, no topo, de um fôculo que, na época romana, era utilizado para fazer libações, ou seja, para a prática de actos de purificação a favor do defunto.

A distribuição da decoração

Falta-nos referir um outro aspecto importante, que é a distribuição, na peça, dos elementos decorativos.

Com efeito, o capitel tem um eixo de simetria vertical, atribuível a influências orientais, designadamente à arte dos maravilhosos tecidos do Oriente, onde a simetria dos desenhos é factor preponderante. A grande preocupação em seguir um eixo de simetria é, de facto, aqui muito evidente. E o autor denuncia estar ao corrente dos modelos decorativos vigentes noutras paragens — o que, apesar de algumas “adulterações” dos modelos originais, patenteia, da sua parte, um considerável nível cultural.

A iconografia cristã

As observações atrás exaradas levam-nos, pois, a considerar nitidamente cristã a iconografia patente neste capitel. Claro está que os mencionados elementos já apareciam em monumentos anteriores aos dos primeiros cristãos; mas a sua conjugação num só monumento indicia preferencialmente uma leitura cristã.

⁽⁸⁾ Blázquez, J. M., *Primitivas Religiones Ibéricas*, Tomo II, *Religiones Prerromanas*, Ed. Cristiandad, Madrid, 1983, pp. 269-270.

Deste modo, as pombas parecem estar a beber um precioso líquido (água ou vinho), sendo o seu recipiente a fonte — o que significa que aquele que tem fé, que acredita na palavra divina, viverá eternamente. A alma que se alimenta da palavra de Deus, da Sua fonte, é purificada e pode ascender à vida eterna.

Perguntar-se-á como é que se explica, então, o facto de aparecerem, lado a lado, uma prática pagã (as libações) e uma iconografia cristã. Mas não podemos esquecer que o Cristianismo foi, desde cedo, confrontado — como dissemos — com um imaginário popular de práticas ancestrais, reflexo de crenças de origem pagã, que sobreviveram à cristianização e que, só mais tarde, foram finalmente absorvidas pela Igreja. Assim se explica que fé cristã e práticas pagãs perdurem longo tempo de mãos dadas — o que, de resto, ainda hoje acontece.

Será possível precisar-se melhor a cronologia do monumento?

Atribuição de datas precisas a este tipo de monumentos levanta, como se sabe, problemas. Ignoramos, com efeito, muitos dos elementos relevantes para uma datação precisa: desconhece-se, por exemplo, o contexto arqueológico em que a peça foi encontrada (se é que o tinha); não dispomos da parte inferior da ara que poderia conter a inscrição e proporcionar, assim, a análise do tipo de letra, o conhecimento do dedicante e do motivo da erecção do monumento. Resta-nos, portanto, recorrer — uma vez mais — à iconografia e à tipologia.

Uma baliza cronológica será 313, data do Édito de Milão. Na verdade, a religião cristã termina, então, a clandestinidade em que viviam os seus prosélitos. Ora, no capitel em exame, os símbolos cristãos não aparecem escamoteados, antes ostensivos — o que significa que a religião cristã já estava, à data da sua execução, devidamente legalizada.

A tipologia do monumento pode dar-nos, também, algumas indicações. Este tipo de capitéis eram geralmente postos no cimo de uma ara (altar composto por uma base, fuste e, naturalmente, um capitel) o que nos pode indicar uma reminiscência romana. Rejeitamos, assim, uma origem visigótica: sabe-se que, na época visigótica, a escultura aparece já associada à arquitectura (fruto de uma tradição anti-icónica), ou seja, servindo-se do suporte arquitectónico para emergir. O nosso capitel, ao integrar uma ara, valia só por si, independentemente de qualquer edificação, o que afasta a qualificação de escultura visigótica.

Talvez se possa, então, datar esta peça da época paleocristã, do período que medeia entre a “conversão” de Constantino (século IV) e o princípio do século VI.

Para uma melhor compreensão e mais adequada integração histórica do monumento seria interessante verificar se na região sul do nosso País existem outros exemplares semelhantes. É que, de facto, por estar depositado no Museu de Beja, é natural que ele tenha sido encontrado ali perto.

A pesquisa que logrei efectuar permitiu-me identificar, na realidade, publicadas no segundo volume da *História da Arte em Portugal*, duas peças — uma placa triangular procedente de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal) e uma pilastra achada em Sines — que apresentam o mesmo tipo de iconografia, embora de uma época já posterior ⁽⁹⁾. Continuando a pesquisa, encontrei alguns mosaicos romanos com a representação das aves associadas ao cálice. Com efeito, no mosaico “EI Vilet”⁽¹⁰⁾ e no de “Ramalete”⁽¹¹⁾ estão presentes estes motivos.

Parece-me que esta iconografia era bastante frequente na Península, pelo que não é de estranhar o seu aproveitamento para a decoração do capitel de Beja, embora com uma intenção já cristã.

Este paralelismo, se denuncia, por um lado, uma tradição iconográfica que não é de todo estranha ao território actualmente português, e até peninsular, pode ajudar-nos, por outro, a entender o contexto e a significação deste capitel do Museu de Beja.

⁽⁹⁾ Almeida, C. A. F., “A Arte da Alta Idade Média”, in *História da Arte em Portugal*, voi 2, ed. Alfa, Lisboa, 1986, pp. 56 e 70.

⁽¹⁰⁾ Cfr. J. M. Blázquez, G. Lopez Monteagudo, M. L. Neira-Jimenez, M.P. Sannicolas Pedraz, *Corpus de Mosaicos de Espana*, “Mosaicos de Lérida e Albacete”, fase. VIII, Madrid, 1989, lám. 9.

⁽¹¹⁾ Cfr. J. M. Blázquez, M. A. Mesquiniz, *Corpus de Mosaicos de Espana*, “Mosaicos Romanos de Navarra”, fase. VII, Madrid, 1985, lám. 42.



FIG. 1

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

(Página deixada propositadamente em branco)

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

T. JÚDICE GAMITO, *Social complexity in Southwest Iberia 800-300 B.C. The case of Tartessos*. Oxford, 1988, B.A.R., International Series 439, 296 p., il.

A obra constituiu tese de doutoramento apresentada em Cambridge e reconhecida pela Universidade de Coimbra. A formação académica da autora explica o seu interesse pelos processos de evolução social mais do que pelos estudos tipológicos de cultura material.

Depois de caracterizar geograficamente a área do Sudoeste peninsular, T. Gamito esboça um quadro da zona no Bronze Final. Mais do que analisar a cultura material (embora no cap. 2.1.2. estude a cerâmica brunida e as esteias funerárias alentejanas), interessa-lhe observar a estrutura igualitária de uma sociedade que se baseava na exploração agrária, sociedade dividida em pequenos grupos familiares que viveriam isolados. A dissertação pretende explicar a emergência de príncipes e de estados ou a génese da diferenciação e complexidade sociais, num processo que terá tido as raízes no Bronze Final. Com efeito, os povoados extensos, defendidos e estrategicamente situados, que surgem entre 900 e 700 a. C. (v.g. Coroa do Frade e Outeiro do Circo), a dimensão de algumas necrópoles, as esteias funerárias e até as jóias sugerem que, no Bronze Final, em áreas excepcionalmente ricas, se foi desenvolvendo um poder central hierarquizante que dominava essas zonas e organizava a exploração dos recursos e a divisão do trabalho.

A emergência de príncipes e de “estados” não é processo que possa entender-se sem a análise das influências externas que o Sudoeste sofreu: as de Fenícios e Gregos.

No cap. 2.2.2., a autora propõe-se analisar os vestígios materiais que poderão testemunhar contactos com os Gregos. Considera-se primeiro o escudo circular com recorte em forma de V, que aparece representado em esteias funerárias dos séculos VIII-VI a. C. A autora toma justamente partido pela origem centro-europeia e não grega. Apesar de criticar o tratamento que as esteias funerárias têm tido (“without considering any contextual or social implications”), T. Gamito não vai mais longe do que anteriores estudiosos no exame desse contexto e das implicações sociais dos monumentos em causa.

Em 2.2.1.2. analisam-se os *obeloi*. Seriam, segundo a autora, objectos rituais utilizados em cerimónias litúrgicas em honra de Hera ou depositados em túmulos; neste segundo caso, seriam ainda ofertas a Hera ou Héraclès. Sugere-se que o culto de Hera sobreviveu, no Sudoeste, nos de Prosérpina e Atégina e faz-se uma inventariação, que não parece correcta nem actualizada, das inscrições a esta última divindade. Mesmo admitindo a origem grega dos *obeloi*, não poderão estes ter sido utilizados em cerimónias litúrgicas consagradas a divindades indígenas?

Em 2223. examina-se o problema da escrita do Sudoeste. Após uma revisão das principais teses sobre a cronologia das inscrições e a origem dos caracteres, atribui-se a escrita aos séculos VII-VI a. C. e subscreve-se a tese de uma origem grega.

Finalmente, sintetizam-se os achados de objectos de bronze e de cerâmica provenientes da Grécia e até agora recolhidos no Sudoeste peninsular. Os bronzes são apenas enunciados; não se discute se se trata de objectos normalmente comerciados ou de objectos eventualmente oferecidos como presentes. Apesar de, em diversos passos da obra, a autora insistir na necessidade de reflectir sobre as implicações sociais dos objectos, não tenta, nesta ocasião, aplicar os seus princípios metodológicos. Quanto à cerâmica, inventaria os locais onde se tem encontrado, num quadro de dispersão cronológica. A ausência de qualquer dado estatístico e de uma carta de distribuição torna difícil a correcta interpretação dos achados. Parece dever deduzir-se do quadro que a importação de cerâmicas gregas só se tornou frequente no séc. IV a. C. e que a batalha de Alalia não trouxe nenhuma quebra das exportações gregas, como aliás a autora sublinha.

O cap. 2.2.3. é consagrado à colonização fenícia. Algumas páginas sintéticas mas muito claras sobre a situação política e económica da Fenícia explicam o interesse dos Fenícios pelo mercado peninsular. A localização das feitorias sugere, porém, que este povo não criou relações intensas com a população indígena, isto é, que a aculturação das populações peninsulares pelos Fenícios terá sido reduzida.

Apesar da indiscutível presença dos Fenícios no Sudoeste peninsular, é difícil identificar os artigos que este povo terá introduzido. A presença, no Sudoeste, de objectos provenientes do Oriente, datáveis dos séculos VII e VI a. C., levanta um problema que a autora claramente formula, reconhecendo todavia a impossibilidade de, por enquanto, lhe encontrar uma resposta conveniente. Difícilmente se poderá atribuir aos Fenícios a importação de muitos desses artigos, porque há tipos que não aparecem na Fenícia nem nas feitorias fenícias peninsulares. Terão sido os Gregos os importadores? Terão os Tartéssicos tido os seus próprios comerciantes, navegando pelo menos até à Sicília e à Sardenha, a cujos mercados chegariam os produtos do Oriente?

A impossibilidade de, pelo menos no estado actual dos nossos conhecimentos, identificar claramente os transportadores (Gregos ou Fenícios?) dos objectos orientais justifica o cap. 2.2.4. desta obra; nele, a autora trata dos artigos de origem oriental importados pelo Sudoeste peninsular, independentemente dos seus transportadores. Tais objectos aparecem normalmente em sepulturas; são artigos de luxo, cuja posse era um símbolo ou expressão de importância social e de poder. Como a autora reconhece, nem sempre é fácil distinguir peças genuinamente orientais, de outras orientalizantes, isto é, de imitações fabricadas no Ocidente.

Nesta categoria de artigos orientais ou orientalizantes incluem-se; em primeiro lugar, os “braseros”, datáveis do período que medeia entre os séculos VII e VI a. C. e os séculos IV e II a. C. Objectos deste tipo, curiosamente, só se conhecem no Egipto, na Núbia e no Sudoeste peninsular; não é fácil, como se vê, decidir se foram introduzidos por Gregos e por Fenícios.

Além dos “braseros”, encontram-se jarros de bronze que têm paralelos na ilha de Rodas. A sua cronologia parece coincidir com os séculos VII-VI a. C. Algumas peças assemelham-se a jarros cerâmicos fenícios; outras têm na Etrúria notáveis paralelos. A dualidade dos paralelos dificulta a identificação da origem. Mas, neste caso dos jarros, a situação é complicada ainda pela utilização, como motivos decorativos, de serpentes e

veados que, segundo a autora, apontam para o mundo mitológico dos Celtas, designadamente para o culto de Cemunnos. Talvez se vá longe demais quando se pretende explicar a ausência de chifres no veado que decora o jarro de Huelva e a presença deles no animal do jarro de Mérida: o primeiro veado não teria hastes pelo facto de o jarro ter sido fabricado para um ritual funerário celebrado entre Abril e Junho, quando os veados não têm chifres, o de Mérida teria chifres por ter servido num ritual celebrado no Outono ou no Inverno, época em que os veados têm hastes.

Conclui-se por sugerir, para os jarros, uma origem peninsular tartéssica. A argumentação não é muito clara. Talvez a multiplicidade de referências culturais destes artigos (paralelos em Rodes e na Etrúria, semelhanças com jarros cerâmicos fenícios, influências culturais célticas) seja a razão que leva a autora a atribuí-los aos Tartéssios, em cujo solo se poderão ter fundido tão variadas influências.

Para além das influências gregas e fenícias na Idade do Ferro do Sudoeste peninsular, é necessário considerar as célticas. Na pág. 93 afirma-se que os Gregos já no séc. VII a. C. distinguem os Celtas, dos outros povos bárbaros. Se não se trata de um lapso de dactilografia, esta afirmação é um erro: com efeito, Heródoto é o primeiro autor que nos fala dos Celtas no mais extremo Ocidente da Europa, onde eram vizinhos dos Cinésios. Avieno ainda não fala de Celtas na Península. Assim, devemos datar dos inícios do séc. V a. C. a chegada dos Celtas ao Sudoeste peninsular.

Parece-nos sumária a análise que T. Gamito faz dos diversos estratos étnicos (que foram também, certamente, estratos culturais e linguísticos) do Sudoeste. Aqui temos certamente um fundo pré-indo-europeu (por um lado, os Cónios ou Cinésios, por outro, os Túrdulos) e uma imigração indo-europeia (primeiro, pré-céltica, depois céltica). A toponímia, a onomástica religiosa ou pessoal, a cultura material hão-de permitir a distinção destes estratos. Assim, Conistorgis pertencerá aos Cónios; Ossonoba, Dippo ou Olisipo, aos Túrdulos; Mirobriga ou Eborá aos Celtas. A coexistência destes diferentes grupos constitui uma das características fundamentais do Sudoeste.

Aos Celtas atribui a autora os escudos com recorte em V e os carros que vemos representados nas esteiras do Sudoeste, bem como as cerâmicas estampilhadas que aparecem em diversas estações alentejanas.

O cap. 2.2.5.5., sobre as formas plásticas do imaginário no Sudoeste peninsular, é uma abordagem sumária e pouco disciplinada do assunto: usam-se elementos arqueológicos de regiões tão diversas como a Andaluzia e o Minho, o Alentejo e Trás-os-Montes; não se examina sistematicamente o seu contexto; não se estabelece a cronologia dos materiais invocados; atribuem-se ao séc. I a. C. inscrições a Endovélico.

No cap. 3, a autora trata de Tartesso. Uma análise sumária da mitologia grega e da do próprio reino de Tartesso permite admitir um reino poderoso, impressionante pela riqueza dos seus metais. A procura da prata, para consumo interno e para troca com mercadorias do Mediterrâneo oriental, parece ter sido o motor da economia tartéssica.

A localização de Tartesso permanece um enigma. A autora admite, como hipótese, a sua situação em Huelva. As minas de Rio Tinto ficariam no interior do seu território. Assim, podemos admitir, para o reino de Tartesso, um diâmetro de 70 quilómetros e uma área de cerca de 3850 km². Nesta área, seria possível a coexistência das sete cidades em que, segundo a mitologia, o rei Habis dividiu o território. Posteriormente, a superfície do “reino” poderia ter aumentado para 7864 km².

Se os cálculos da autora são mera hipótese, este exercício de análise espacial não deixa de apresentar interesse; mas, sem uma carta arqueológica regional dos achados

atribuíveis à primeira Idade do Ferro, a hipótese não passa de ideia a exigir paciente e disciplinada investigação.

O “reino” de Tartesso, tal como a autora o define, corresponde sensivelmente à actual província de Huelva. O seu desenvolvimento económico exigia, porém, domínio de áreas periféricas, domínio esse que se foi constituindo ou reforçando desde os inícios do séc. VI a. C. A autora imagina, nas áreas periféricas, centros urbanos que funcionariam como recolectores da produção regional e como centros de troca com Tartesso, cidade para a qual exportariam a produção e donde se abasteceriam daqueles artigos, em grande parte de luxo, que o artesanato local não produzia.

A distribuição dos artigos de luxo, difundidos por mecanismos comerciais ou trocados sob a forma de presentes entre príncipes, pode indicar onde é que se localizariam os centros regionais do poder, da produção e do comércio, subsidiários de Tartesso ou relacionados com esta cidade. Tal distribuição sugere, como uma das áreas importantes nos séculos VI e V a. C., a zona entre os cursos do Guadiana e do Tejo; posteriormente, o centro de gravidade deslocou-se para Cástulo e para a costa levantina, onde surgiu um dos núcleos mais activos da cultura ibérica.

No que respeita a Portugal, a carta dos sítios ocupados na Idade do Ferro (mapa 17) sugere, segundo a autora, uma concentração de lugares principais na área de Santa Eulália (entre Eivas e Monforte). Lugares importantes seriam Azougada, Safarejo e Alcácer ao Sal. Talvez se devesse acrescentar a área de Ourique e discutir a localização de Conistorgis, que os textos literários nos apresentam como uma das cidades mais importantes do Sudoeste.

Falta nesta obra uma discussão sistemática da periodização da Idade do Ferro. Talvez, pelo confronto e cruzamento de referências dispersas pela tese, possamos reconstituir o pensamento da autora. A primeira Idade do Ferro decorreria de 800 a 500 a. C. A segunda iria de 500 a 200 a. C. Outros autores sugerem a existência de um hiato no século V e situam aqui o trânsito da primeira para a segunda Idade do Ferro.

O cap. 4 é consagrado ao desenvolvimento económico e cultural das “áreas periféricas”, de 500 a 200 a. C. Talvez se possa falar de “áreas periféricas” de Tartesso nos séculos VI e V a. C.; mas a decadência da cidade e do reino no séc. V ou IV condena o uso da expressão: nada pode ser “periférico” de um lugar central que já não existe.

Voltando ao mapa 17, a autora não explicita os critérios que orientaram a elaboração da carta. Com que argumento tal ou tal sítio foi incluído neste mapa do Sudoeste? Porque nele ocorrem cerâmicas gregas ou campanienses? Porque neles se encontram objectos de ferro ou bronze atribuíveis ao período de 500 a 200 a. C.?

O assunto poderia ter sido tratado no cap. 4.2., consagrado à cultura material do Sudoeste na segunda Idade do Ferro, capítulo que, aliás, constitui uma abordagem extremamente sumária do tema.

Para exemplificar a organização sócio-política e sócio-económica de uma área periférica de Tartesso, a autora apresenta o “caso de Santa Eulália”. A área que se estudou não tem fronteiras naturais; é uma zona artificial de 809,25 km² entre Segó via (Eivas) e Vaia-monte (Monforte), escolhida por razões pragmáticas.

Uma breve caracterização geográfica precede a explicação da estratégia utilizada na batida de campo. Esta conduziu à identificação de 12 estações inéditas da Idade do Ferro, que vieram somar-se às 4 já conhecidas. Levantamentos topográficos e análises da cobertura aero-fotográfica permitiram hierarquizar as estações, segundo a superfície ocupada por cada uma delas: a maior, Vaia-monte, tem 7,88 hectares; a menor, Malhada da Safra,

0,26. Segóvia, embora venha em quarto lugar quanto à área, parece todavia preceder as outras, em importância: isso se deduz dos materiais recolhidos, da frequência de ossos de veado (que testemunham o exercício da caçada por uma “élite”) e da existência de um edifício amplo que a autora interpreta como residência senhorial, edifício de que as outras estações não apresentaram, até agora, vestígios.

As inter-relações dos lugares habitados permitem definir três grupos, em tomo de Vaiamonte, de Segóvia e de Ruivo; os dois primeiros parece terem desenvolvido actividades económicas complementares, explorando diferentes recursos naturais: a agricultura terá sido a actividade fundamental de Vaiamonte, enquanto Segóvia se terá dedicado principalmente à metalurgia.

Num breve mas interessante ensaio de arqueologia espacial, a autora estuda, para além da hierarquia dos sítios e das suas relações, a população provável de cada um e a actividade económica da área. A tentativa de reconstituição da actividade agrícola não tem grande base de apoio e o recurso à informação etnográfica parece-nos ter sido mal orientado, dado que a análise das explorações latifundiárias modernas poderá ser útil para o entendimento da vida rural na época romana, mas não para a compreensão dos sistemas de exploração da terra na Idade do Ferro. Para a actividade pastoril ou para a caça, o exame dos vestígios osteológicos encontrados forneceu bases mais seguras de dedução. As conclusões sobre a actividade metalúrgica apoiam-se em bases também um pouco mais sólidas. Alguns objectos de bronze, cerâmica e vidro são utilizados na tentativa de reconstituir as relações comerciais. Em resumo, o caso de Santa Eulália é uma tentativa que a autora faz para exemplificar o que poderão ter sido a organização social e a actividade económica das comunidades do Ferro no Sudoeste.

Um dos objectivos básicos desta obra foi demonstrar e explicar a progressiva estratificação das sociedades do Sudoeste na Idade do Ferro, com a consequente apropriação dos meios de produção por “elites”. Presente ao longo de toda a obra, esta ideia volta a ser claramente reafirmada no cap. 5, que constitui a conclusão da tese. O crescimento demográfico, a competição interna e o estímulo vindo de fora, este último arqueologicamente testemunhado pelas importações, terão sido os factores que contribuíram para a estratificação e hierarquização do Sudoeste. Tartesso terá, durante algum tempo, dominado a área; tendo drenado em seu proveito os recursos de áreas periféricas, contribuiu, porém, para o progresso dessas mesmas áreas, cada uma com a sua personalidade própria, como se pode demonstrar pela análise dos monumentos e dos rituais funerários.

Para a história do Sudoeste peninsular, esta obra representa um contributo de bastante mérito, que evidencia, porém, a escassez dos conhecimentos que possuímos sobre a segunda Idade do Ferro no Sul de Portugal.

JORGE DE ALARCÃO

Leonard A. CURCHIN, *The local magistrates of Roman Spain*, University of Toronto Press, Toronto, 1990, XII + 270 p.

Curchin publica nesta obra um catálogo dos magistrados locais da Hispânia romana. Identifica 984 magistrados das três províncias ibéricas, deduzidos de centenas de inscrições honoríficas, votivas, monumentais ou funerárias e de moedas cunhadas localmente com legendas latinas. A multiplicação de inscrições reveladas desde a edição do *Corpus Inscriptionum Latinarum* e a diversidade dos lugares em que tais inscrições têm vindo a ser publicadas tomava a empresa difícil; mas o autor revela um bom conhecimento da bibliografia peninsular e conseguiu produzir um catálogo assaz completo.

Os capítulos iniciais constituem uma sucinta mas clara exposição da administração local; neles se abordam as fontes (leis de Urso, Malaca, Salpensa e do *Municipium Flavium Irmitanum*), os problemas do *cursus honorum* municipal, as magistraturas menos usuais, as funções dos senados locais e dos diversos magistrados, a condição social dos magistrados, a sua origem (itálica ou indígena?), a sua fortuna, etc. Embora sobre estes assuntos haja uma considerável bibliografia, a obra de Curchin constitui uma excelente apresentação sintética da administração local da Hispânia romana, útil como introdução ao tema sobretudo para um público estudantil universitário. O autor toma frequentemente partido em certas controvérsias, como, por exemplo, a ordem do exercício dos cargos, o sentido da abreviatura *q.* em certas moedas (*quaestor* ou *quinquennalis*), a identidade de L. Ap. Dec. (de particular relevância para Portugal, porque este magistrado cunhou moedas em Myrtilis), o sentido do termo *quatuorviri*, as funções do *praefectus* e do *praefectus Caesaris*, etc. Resulta evidente desta obra a origem maioritariamente indígena dos magistrados locais que foram, como o autor salienta, um importante factor de romanização.

Num trabalho desta natureza, algumas omissões ou erros menores não são de admirar. Assim, e apenas no que diz respeito à Lusitânia, devem acrescentar-se duas inscrições. A primeira foi publicada por Leite de Vasconcelos, *Antiguidades do concelho da Covilhã*, “Biblos”, 10, 1934, pp. 25-28: *Silo, Angeiti filius, Maguacu(m), o(optimus) v(ir), de s(uo) f(aciendum) c(uravit). Valerius Silo, duumvir primus*. Foi achada em Teixoso (Covilhã), em território que poderá ter pertencido aos *Lancienses Transcudani*. A segunda, de achado muito recente, foi encontrada no castro de S. Romão (Seia) e publicada por Amílcar Guerra, *Uma importante epígrafe proveniente do Cabeço do Crosto (S. Romão, Seia)* in *Actas do I.º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, 1989, p. 425-430: *Present(e) et Extricato II (iterum) co(n)s(ulibus) Vegetus Talaban f(ilius) edilis s(acravit?)*. É difícil decidir, neste caso, se estamos em presença de um magistrado do *castellum* ou de um edil da *civitas* em que S. Romão se integrava (Bobadela).

A inscrição 316 parece falsa; vid. J. Candeias Silva, *Epigrafia romana de Abrantes*, “Trebaruna”, 1, 1981, p. 18-20.

As *civitates* de *Ammaia* e *Aritium Vetus* não deviam situar-se no *conventus pacensis*: a primeira ficaria no emeritense e a segunda no escalabitano.

Parece difícil aceitar que Breitiane (inscrição 320) e Brutobriga (inscrição 321) tenham sido capitais de *civitates*. Grant sugeriu que o *T. Manlius* de Brutobriga foi um *legatus pro praetore* e não um magistrado municipal e esta sugestão não pode afastar-se como inteiramente infundada.

A inclusão de *C. Turranius Rufus* entre os magistrados municipais (inscrição 330) com o argumento de que, estando inscrito na tribo Quirina, deve ter recebido a cidadania através do exercício de uma magistratura local, devia ter logicamente levado o autor a incluir na sua lista muitas outras inscrições de cidadãos inscritos na mesma tribo.

Não temos provas de que *Q. Talotius Allius Silonianus* (inscrição 328) tenha sido magistrado municipal, mas apenas decurião de Collippo.

JORGE DE ALARCÃO

Claude DOMERGUE, *Les mines de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité romaine*, Roma, 1990. Collection de l'École Française de Rome, 127. 1 vol., XX + 662 p., 32 estampas, 53 figuras e 6 mapas.

A riqueza da Hispânia em metais de toda a ordem foi louvada pelos autores antigos, gregos e latinos, desde Estesícoro (séc. VI a. C.) a Isidoro de Sevilha (séc. VII d. C.). As referências desses autores são todavia vagas e raramente se encontra neles menção de minas concretas. A partir de meados do séc. XIX, os trabalhos modernos de prospecção e de exploração mineiras, conduzidos por engenheiros cuja formação histórica era, no geral, razoável, levaram à descoberta de muitas minas antigas que somam hoje, segundo o *Catalogue des mines et des fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*, publicado por C. Domergue em 1987, 565 sítios. Deduzido, na maior parte dos casos, de urna extensa bibliografia, aliás confirmada por incontáveis visitas aos locais, esse catálogo representa um excelente ponto da situação, com registo de lugares inéditos. Era todavia necessário completá-lo com uma síntese sobre a mineração romana da Península, nos seus aspectos técnicos, administrativos e económicos. A essa necessidade responde a obra agora editada. Com o catálogo dos lingotes, cuja publicação se anuncia, C. Domergue completará uma monumental trilogia que o acredita como investigador ímpar da mineração romana da Península Ibérica.

A primeira parte da obra é consagrada aos testemunhos dos autores antigos, às grandes linhas tectónicas da Península, aos grandes tipos de mineralização (jazidas em rocha ou jazidas detríticas), às grandes regiões mineiras e aos tipos de minérios explorados na Antiguidade.

Na segunda parte, o autor aborda a exploração mineira pré-romana desde as suas origens, num horizonte pré-campaniforme que se situa nos fins do quarto milénio a.C. Considera a hipótese de uma eventual descoberta autónoma da metalurgia do cobre na Península Ibérica, independentemente de quaisquer contactos com o Oriente; mas, prudentemente, não toma posição neste debate entre migracionistas e defensores de uma invenção ibérica autónoma.

Se, para o Calcolítico, é difícil citar minas (embora seja possível sugerir algumas áreas de mineração), os dados são mais abundantes e seguros para a Idade do Bronze: C. Domergue regista 128 jazidas concretas com materiais atribuíveis a este período. Muitas vezes, esses materiais são apenas os martelos feitos de seixos circundados por uma ranhura. Justifica-se, por isso, a discussão sobre a cronologia destes martelos, que o autor circunscreve à Idade do Bronze.

Escrita aparentemente entre 1976 e 1979, esta segunda parte da obra não foi devidamente actualizada: assim, por exemplo, o inventário das datas de C¹⁴ detém-se em 1976; o autor parece ignorar a tendência actual para situar Tartesso em Huelva ou a datação que ora se defende para o depósito da ria de Huelva (séc. IX a. C.); considera Mainaké uma colónia grega, ignorando a hipótese de Niemeyer de identificar Mainaké com Toscanos.

Na terceira parte da obra, C. Domergue trata da mineração da época romana. Nos inícios do séc. II a. C. é evidente a exploração das minas do Sudeste (especialmente das de *Carthago Nova*) e de Cástulo; mas não temos provas de trabalhos nas minas de prata e cobre da Serra Morena ou nas de Riotinto, que provavelmente só foram exploradas no último terço do séc. II ou nos inícios do I a. C. Quanto a Aljustrel, a exploração não terá começado antes de meados do séc. I a. C. Teria sido interessante citar, neste contexto, as *villae* fortificadas do Baixo Alentejo estudadas por Manuel Maia, as quais parecem relacionadas com o aproveitamento de pequenos filões argentíferos. Pela mesma época poderá ter começado a exploração de ouro aluvionar no rio Alva, afluente do Mondego, se acaso o acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil) se puder explicar como um posto de vigilância desses trabalhos. Na mesma região do Alva, os Furados de Pombeiro (POR 19), citados na p. 206, não são obra romana, mas construção mandada fazer no séc. XIV para movimentar um pisão e moinhos (FRÍAS, David Correia Sanches de, *Pombeiro da Beira. Memória histórica e descritiva*, Lisboa, 1899, p. 27-28).

A época de Augusto parece ter sido sobretudo um período de prospecção das riquezas do Noroeste, recentemente conquistado; dos fins do seu reinado ou do tempo de Tibério dataria a abertura das grandes minas da Galiza, das Astúrias e do Norte de Portugal.

No séc. III d. C., muitas minas da Península Ibérica são abandonadas: de 173 minas registadas para o Alto Império, passa-se a 21 apenas para o Baixo Império. Talvez a lista deva ser acrescentada: moedas de Teodosio em S. Domingos (Mértola) sugerem a continuidade de exploração deste sítio. A quebra da mineração é todavia espectacular, explicável pela falta de mão-de-obra e pela concorrência das outras províncias do império romano. Talvez se devam considerar ainda, como sugere Edmondson, os efeitos da desflorestação, que terá trazido problemas de abastecimento dos fornos de fundição.

A administração das minas constitui o tema da quarta parte da obra. Examina-se em primeiro lugar o estatuto jurídico. As minas de propriedade particular teriam sido numerosas no período republicano; mas no séc. I a. C. e no I d. C., a maior parte das minas teria sido integrada no domínio público; e o autor conclui, embora com algumas reservas, pela inexistência de minas privadas a partir do séc. I d. C. Se bem que nos faltem dados literários ou epigráficos para resolver de modo satisfatório o problema, parece-nos improvável que todas as minas, mesmo as mais pequenas, tenham sido propriedade pública. As grandes minas de ouro, prata e cobre terão sido *metalla publica*; mas muitas pequenas minas de cobre e sobretudo de ferro devem ter sido sempre propriedade privada.

O regime administrativo das minas na época republicana e no período imperial constitui objecto de densos capítulos em que os textos literários e epigráficos são profundamente explorados.

A quinta parte da obra trata de aspectos sociais e económicos: a condição jurídica e social dos concessionários das minas, a sua origem (muitos itálicos), a composição da mão-de-obra, a vida quotidiana dos mineiros (descrita em páginas extraordinariamente vivas), a importância da produção e o seu lugar na economia do mundo romano. A lista

das inscrições funerárias de Três Minas (Portugal) deve ser completada (cfr. *Madridrer Mitteilungen*, 29, 1988, p. 239).

A última parte é consagrada a aspectos técnicos: instrumentos usados nas minas, processos de desmonte, meios de elevação do minério até à superfície, processos de entivação, meios de acesso às minas, processos de evacuação das águas, etc. Nos dois últimos capítulos, o autor ocupa-se das minas a céu aberto e do tratamento do minério.

Fruto de muitos anos de labor, obra de um arqueólogo cuja familiaridade com os autores clássicos vai a par com profundos conhecimentos de geologia e de mineralogia, este trabalho de C. Domergue é uma excelente síntese da mineração na Península Ibérica.

JORGE DE ALARCÃO

SUPPLEMENTA ITALICA, 3 (nuova serie). Edizioni Quasar, Roma, 1987. 240 pp. ISBN 88-85020-84^1.

Publicado com o contributo do Consiglio Nazionale delle Ricerche italiano, o volume tem apresentação de Margherita Guarducci e Silvio Panciera, responsáveis por parte do projecto, em curso, de revisão dos monumentos epigráficos romanos da Itália.

Após referirem as dificuldades financeiras que atrasaram um pouco a edição, aludem às outras iniciativas itálicas no âmbito epigráfico. O primeiro dos suplementos abarcou três cidades: Ferentinum, Pisaurum e Falerii Novi; o segundo, quatro centros: Velitrae, Histonium, Teate Marrucinatorum e Vada Sabatia. O terceiro abrange, agora, oito cidades: da Regio III (Lucania et Bruttii), Locri, cuja epigrafia Marco Buonocore estudou; Tegianum, Cosilinum, Atina, Volcei e Eburum, a cargo de Vittorio Braco; da Regio IV (Sabina et Samnium), Corfinium, por M. Buonocore; finalmente, da Regio IX (Liguria), a Luna ad Genuum, da responsabilidade de Giovanni Mennella.

O esquema adoptado em cada capítulo foi o seguinte: as colectâneas que se actualizam!; a bibliografia epigráfica; outra bibliografia essencial; adenda e corrigenda às notícias históricas dadas pelas colectâneas a actualizar. Vêm, em seguida — e esta é a parte mais importante e densa do trabalho — os aditamentos e correcções aos monumentos epigráficos incluídos nos *corpora* actualizados. Páginas bem recheadas, sem divisão em parágrafos para poupar espaço. Os textos vêm identificados com os números originais, a negro; apenas se deixa um centímetro em branco para mais nítida separação. É compreensível o esquema adoptado, numa época em que o factor económico se impõe como fundamental. Não poderemos esquecer, porém, que o volume se destina a servir primordialmente como livro de consulta; nesse caso, toma-se difícil saber, por exemplo, que CIL X 21 teve nova leitura na p. 17 ou que CIL X 33 continua perdida. A existência de índices analíticos nas pp. 35-36, relativos aos monumentos epigráficos de Locri, não serão inúteis monograficamente mas de pouco interesse prático resultam, uma vez que falta, no final do livro, um índice geral que os refira. O ideal teria sido, em meu entender, optar-se por uma fórmula que tudo reunisse no fim, com indexação da página e não da epigrafe.

Termina cada capítulo pela indicação dos “novos textos”, ou seja, daqueles que foram publicados após a edição dos *corpora* que ora aqui se actualizam. Apresenta-se, de cada um, breve síntese que compreende: descrição sumária, dimensões, lugares de achado e paradeiro, bibliografia, leitura, fotografia e sumaríssimo comentário (a referir, v.g., questões onomásticas, históricas e a datação proposta).

As fotografias apresentam-se, de um modo geral, com bom contraste; há notável esforço para superar as dificuldades inerentes, nomeadamente, ao mau estado da epígrafe ou à sua localização pouco acessível. Penso que, amiúde, se toma preferível apresentar uma fotografia, ainda que má, a não apresentar nenhuma. E nem sempre se têm à mão os meios técnicos necessários para uma boa imagem, colhida do melhor ângulo — como, só para citar dois casos, deve ter acontecido com os números 10 e 11 da p. 81. Creio, porém, que a utilização dum pano de cor neutra (branco ou preto) como fundo teria permitido reproduções mais “interessantes” do ponto de vista gráfico. Refiro, para ilustrar esta opinião, as fotografias das pp. 163 e 164, que teriam ganho em “leitura” se houvessem sido destacadas, com um fundo, do ambiente que as rodeava. De resto, regista-se, curiosamente, na p. 168, a adopção de dois critérios distintos: na primeira fotografia, parece não ter havido qualquer preocupação com o fundo; na segunda, o monumento foi “recortado”. A primeira fotografia apresenta, aliás, uma nitidez invejável — mas não teria sido interessante mostrar exactamente como é que a peça termina na parte inferior? Já agora, parece subentender-se do texto que o monumento, achado em 1964, já em 1982 fora dado como desaparecido. Nesse caso, de quem é a fotografia? Decerto de Van Wouterghem que, apesar de conhecer o monumento desde 1965 (data de apresentação da sua tese de doutoramento, onde o incluiu) só em 1984 a publicou, de modo que apenas *L'Année Epigraphique* desse ano (1984, 306) a pôde inserir, isto é, quase vinte anos depois da sua descoberta. Este caso leva-nos a salientar, mais uma vez, a necessidade de, em cada país, se criarem, quanto antes, revistas que pontualmente veiculem os novos achados para os circuitos científicos internacionais.

Se se folhear o volume na parte respeitante aos novos textos, depressa nos apercebemos de que ele constitui uma solução de compromisso entre um *corpus* ‘stricto sensu’ e um estudo epigráfico. A informação cinge-se ao essencial; aponta pistas, não as explora; evidencia os aspectos fundamentais mas não se detém, remete para a bibliografia.

De um modo geral, não é evidente o critério que determinou a sequência das epígrafes novas em cada capítulo do volume: podemos ter aqui o texto funerário dos *Vetini* (n.º 6, p. 77) e, mais adiante (n.º 10, p. 81) a homenagem prestada a um *Gresius*.

A observação dos vários índices pode trazer — apesar das limitações já apontadas — preciosas informações, porque, de facto, se em algo pecaram foi por excesso que não por defeito. Veja-se, a título de exemplo, que, na p. 86, no item dos “deuses, deusas, heróis e vida religiosa” sobre Manes se manda confrontar “Dii Manes”, que está... três linhas antes; na p. 87, sob o título “sacerdotes e instituições religiosas”, refere-se a ocorrência de *pontifex maximus* que figura, como é habitual, nos títulos do imperador Tito, que vêm transcritos no item imediatamente a seguir. Uma leitura menos atenta levaria a pensar que estávamos perante um *pontifex maximus* fora do comum. Agrada-nos, porém, que os *cognomina* sejam apresentados por ordem alfabética e se repita, em relação a cada um, a identificação completa de quem o usou.

Gostaria que os autores tivessem sido, aqui e além, menos sintéticos. Uma ara como a n.º 6 da p. 77 mereceria, em meu entender, um tratamento mais dilatado, até porque, se bem depreendo do comentário (onde se não cita qualquer bibliografia anterior), a epígrafe estava inédita. Referirei, em primeiro lugar, que me parece evidente, na l. 7, o.L do *praenomen* *L(ucius)*, que — decerto por lapso — o editor não considerou. Por outro lado, teria quiçá sido interessante realçar a utilização do gentílico no plural para identificar irmãos: *Ifuciis* *Vetiniis Paulo et Severino*. Estou a recordar, do *conventus pacensis* (Lusi-

tânia), o texto CIL II 5131 (= IRCP 623), onde a sigla C que precede os cognomes *Alpinus, Civis, Severus* e *Albinus* parece corresponder precisamente ao gentílico comum — *C(ornéliu7)*; ou mesmo CIL II 5176 onde li *Ifucii* ANNII P(ublii) f(ili) bini, “os dois Lúcius Ânios, filhos de Públio” (IRCP 91).

Interessam-me bastante os aspectos da vida quotidiana e familiar patentes nos epitáfios e, por tal motivo, essa imponente ara achada em Caggiano (Volcei — Regio III) talvez merecesse algumas reflexões mais. V. Bracco sublinha que “o dado mais interessante” do monumento é a referência ao duumvirato. Eu não seria tão preempatório. “Interessante” é, por exemplo, que, numa epígrafe de contexto eminentemente funerário, o dedicante se diga *aedilis* e *duumvir*, menção só justificável em contexto honorífico. A razão revela-se nos, porém, na fórmula final: é que *Vetinius Severus* mandou gravar a memória em vida; daí, não ter resistido a, sub-repticiamente, dar conta do seu currículo municipal, para que o futuro o não olvidasse. O monumento perpetua a memória dos dois filhos, Paulo e Severino; da esposa “mãe dos filhos” e da “dedicada Acília”, *Aciliae benemerenti*. Será curioso verificar, por isso, a parte final do texto: “suis Pont(iae) Esperidi et Aciliae Soteri et sibi vivos fecit”. Considera V. Bracco (no índice, p. 87) que *vivos* está por *vivus*, no singular. Mas não será *vivos* o aposto também de *Pontia Esper* e de *Acilia Soteri* Quicá se possa mesmo concluir que o dedicante homenageia “os seus”—expressão onde parece poderem englobar-se os filhos, a mulher e Acília, decerto já falecidos — mas também, dentre os vivos, ele próprio e as citadas Pôncia e Acília, presumivelmente duas Ubertas, uma delas, por certo, da *Acilia benemerens*. E já se reparou que o nome da “mãe dos filhos” é, simplesmente, omitido?

Claro, toda esta problemática não poderia caber no comentário que se pretende cingido aos aspectos fundamentais dum monumento epigráfico. Mas talvez em duas ou três Unhas se pudesse ter sugerido (ou enunciado) essa anáUse.

Invulgar também, do ponto de vista textual e mesmo formal, é a dedicatória (já referida) feita a Crésio Libão (n.º 10, p. 81), igualmente procedente do território de Volcei. Trata-se duma enorme placa (210X95X36) sem decoração, talhada eventualmente em mármore (o material não vem referido), com o seguinte texto, em letras que deverão ser de módulo bastante grande (não são dadas as medidas e a fotografia, feita obliquamente, não tem escala); [*praenomen*]. GRESIO. C(aii). F(ilio)/ HOR(atia tribu)/ LIBONI. FRATRI. O que é curioso é a omissão da identificação do(s) dedicante(s), tanto mais que, sendo homenagem famiUar, e dada a forma do monumento, mais parece pedra fronteira de jazigo que placa honorífica de lugar púbUco. É natural que os anteriores investigadores já se tenham debruçado sobre o assunto e valeria a pena, por isso, ter aqui a síntese da sua opinião.

Poder-se-iam multiplicar, como é óbvio, comentários deste tipo, mormente se tivermos em conta a riqueza e a multiplicidade do material que este volume 3 dos *Supplementa Italica* nos proporciona. Mas seja-me permitido ainda que chame a atenção para a particular beleza do epitáfio ora guardado no Museu de Corfíno, constituído por dez dísticos elegíacos aqui reproduzido sob o n.º 17 (pp. 154-156); e que faça mais uma reflexão de índole onomástica.

Quando, em 1984, publiquei de novo CIL II 66 (IRCP 271), referente a *Q. Peticius Rufus*, de Pax Iulia, assinaei o facto de esse gentílico na Península Ibérica só se documentar também em Lisboa (CIL II 192 e 289, identificando a mulher de um edil), correspondendo muito provavelmente a um imigrante itálico. Ora, é curioso verificar agora que a epígrafe n.º 65 de Corfínum (= EE VIII 151) regista um liberto chamado precisamente

T. Peticius Hispanus (pp. 187-188). O referido movimento migratorio obtém, desta sorte, mais um argumento abonatório.

Em suma: pela densidade e rigor da informação que transmite, este volume constitui, acima de tudo, a demonstração cabal do incansável e permanente labor de revisão do (quase) inesgotável espólio epigráfico itálico, a que uma briosa equipa de investigadores, dirigidos por Margherita Guarducci e Silvio Panciera em boa hora souberam lançar ombros.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

La Collezione Epigrafica dei Musei Capitolini, Edizioni di Storia e Letterature, Roma, 1987, 392 pp. + LXXXVIII de lâminas com fotos.

Incluído, com o n.º 6, na colecção *Tituli* (Pubblicazioni di Epigrafia e Antichità Greche e Romane dell'Università di Roma — La Sapienza), este volume foi organizado sob orientação do Prof. Silvio Panciera, responsável, desde há vários anos, pelo Seminário de Epigrafia e Antiguidades Romanas na referida universidade. O volume resulta, pois, do persistente trabalho de estudo e revisão de monumentos epigráficos aí levado a efeito.

Publicam-se, na primeira parte (pp. 29-263), como Silvio Panciera, aliás, explicita na introdução, todas as inscrições latinas e gregas identificadas no conjunto dos museus Capitolinos (ou seja, o Museu Capitolino propriamente dito, o Palácio dos Conservadores, o chamado Braccio Nuovo, o Museu Novo, a Galeria Lapidar de Congiunzione e o Tabularium) que estavam inéditas até 1985, num total de 183.

Dá-se conta, na segunda parte (pp. 265-330), das revisões de epígrafes já conhecidas e que uma melhor fotografia ou a observação mais aturada agora vieram permitir.

A identificação de fragmentos da mesma peça em locais diversos e a possibilidade da sua colagem determinou que, durante a pesquisa, se fossem tomando apontamentos de índole museográfica com vista a mais adequada e racional exposição das peças. Daí a razão de ser da terceira parte, “contributos para a reordenação”. E foi dentro dessa mesma ordem de ideias que se elaborou, inclusive, uma tabela de equivalências entre os números do antigo catálogo e do novo. Esta preocupação de atingir os objectivos científicos sem, no entanto, descuidar as perspectivas museográficas é, em meu entender, um dos pontos dignos de apreço no volume.

Tomam-no operacional exaustivos índices analíticos: de fontes literárias e epigráficas (pp. 349-375); topográfico (pp. 377-378); epigráficos, segundo o modelo do CIL (pp. 379-389); dos 48 colaboradores do volume (pp. 391-392). As 78 estampas com um total de 345 fotografias, em papel “couché”, de muito boa qualidade, facilmente cotejáveis com o catálogo porque vão identificadas mediante a numeração correspondente, constituem, por fim, um repositório ímpar de dados paleográficos e, sobretudo, de tipologias, precisamente porque se adoptou o critério (invulgar, mas precioso) de as arrumar consoante os vários tipos de suporte.

A bibliografia antecede o texto propriamente dito. Aí afigura-se-me desnecessário fazer preceder de AA. VV. (“autores vários”) os volumes colectivos, como é o caso das *Mélanges* ou das actas de colóquios temáticos. A ordenação pelo título seria, decerto, mais fácil e clara.

As inscrições inéditas estão arrumadas pela ordem tradicional: votivas, imperiais, honoríficas, funerárias..., com o que particularmente concordamos. É sempre possível agrupar, depois, as epígrafes da mesma proveniência através da consulta dos índices geográficos e, por outro lado, quantas vezes se não desconhece a exacta proveniência da peça guardada no museu!... Terminam a série os fragmentos, os textos cristãos anteriores ao séc. VII e as inscrições falsas.

O capítulo das revisões foi ordenado segundo os *corpora*. Na terceira parte, as anotações agruparam-se por museus.

De cada inscrição é apresentado um pequeno estudo — uma ficha, diríamos — assinada pelo colaborador dele responsável, que contém: descrição sumária, indicação de proveniência e paradeiro, identificação do negativo fotográfico e do número da respectiva ilustração no volume. Na leitura, em letras minúsculas e de acordo com as Unhas do texto original, utilizam-se os sinais diacríticos preconizados para as novas edições do CIL. O comentário paleográfico debruça-se sobre as particularidades da paginação e da grafia dos caracteres. O comentário histórico, em geral bastante metucioso, realça o interesse documental do monumento, em todos os seus aspectos, e propõe, no final, uma datação fundamentada. São aduzidos amiúde exemplos retirados doutros *corpora* e, se algo houvesse a apontar, seria precisamente a notória ausência, na bibliografia, de textos alusivos à Península Ibérica, sintoma de que a informação ainda não circulou, então, com a eficiência que seria desejável.

É, por conseguinte, um trabalho modelar, com cuja organização concordo inteiramente. A sua consulta, mormente como termo de comparação — a fazer — com a forma e o conteúdo das epígrafes da Península Ibérica revela-se da maior oportunidade.

Aduza-se, a título de exemplo, a ocorrência da fórmula *te rogo praeteriens dicas*, patente na inscrição 46 (pp. 116-117), a propósito da qual Maria Letizia Caldelli refere os casos hispânicos. Na última parte trata-se, efectivamente, de textos do CIL II e não do CIL VI, como, por gralha tipográfica, foi escrito — o que acabou por induzir em erro quem elaborou os índices de fontes (pp. 352 e seguintes). Uma leitura atenta dos índices do CIL II (pp. 1173 e 1178) ou das *Inscriptiones Latinas de la Espana Romana*, de José Vives (Barcelona, 1971 e 1972), pp. 364-367 (n.ºs 3761-3787), ter-lhe-ia dado uma noção mais exacta da utilização desta fórmula (CIL II 5241 traz também *die rogo qui transis...*), proporcionando-lhe, inclusive, outros elementos de datação. Na verdade, afirma Maria Letizia Caldelli que, “das inscrições africanas e hispânicas, só CIL II 5907 é datável: Hübner atribui-o ao século II d. C.”—ora, dispomos hoje de critérios que nos possibilitam a datação de boa parte dos demais textos. Os n.ºs 36 e 46 do volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), por exemplo, que trazem esse formulário, são datados dos finais do século II — princípios do III da nossa era.

Uma das outras vezes em que se aduz uma epígrafe peninsular é, na p. 36, a propósito da forma *posuit*, que encontraria paralelo em CIL II 2722. O texto, dado o seu carácter fragmentário, não foi recolhido por José Vives, mas Luís Sagredo San Eustaquio e Santos Crespo Ortiz de Zarate incluem-no, sob o n.º 64 (p. 57) *Epigrafia Romana de la Província de Palencia* (Palencia, 1978) e essa “anomalia” não é ali considerada: *posuit* surge grafado na obra apenas com um *u*. Em contrapartida, nos índices do CIL II (p. 1190) registam-se outros casos de uso de “*uu pro u*”, designadamente no genitivo da quarta declinação.

A propósito da ocorrência do cognome *Doles* (inscrição n.º 19, pp. 63-67), de origem trácia, cita Maryline Parva CIL II 2984, de Calagurris, uma inscrição relativa ao soldado

Iulius Longinus Doles, da *Ala Tartorum Victrix Civium Romanorum*. Trata-se, de facto, duma das raras referências a trácios na epigrafia da Península Ibérica e Patrick Le Roux (*L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982, p. 87 n. 34 e p. 216 n.º 157) teve ocasião não só de justificar a presença dessa ala na Península Ibérica, possivelmente desde 68 ao fim do século I, como de confirmar a origem trácia deste *eques*. *Doles* não seria, pois, como à primeira vista poderia parecer, um caso de omissão do *n* antes de *s* (cf. CIL II, p. 1189) e dever-se-á ter em atenção esse facto ao repensar CIL II 6, onde propus somente a leitura *Teia Dole[ns7]* (IRCP 27).

O uso da pontuação entre consoantes duplas na inscrição 52 (pp. 123-124) é justificado por Anna Illuminati, na sequência de Schulze, como sendo uma forma de, assim, se realçar a exactidão da grafia. Cita-se, a propósito, CIL II 4085, de Tarragona. Já os exemplos que pude colher na epigrafia do *conventus Pacensis* (IRCP, p. 880) não permitem, porém, essa conclusão: textos há que apresentam *interpunctio* mas não nas consoantes duplas.

De interesse, ainda, a referência à omissão do *i* na forma verbal *posivit* — *posiut* — que se regista no n.º 112 (pp. 194-195). As autoras consideram ser um “perfeito sincopado” e aduzem outros exemplos, entre os quais CIL II 6302, de Palência. A circunstância de essa epígrafe apresentar tantas anomalias ortográficas levar-nos-ia a pensar, de preferência, num erro quer de omissão quer de troca de letras (*posiut* por *posuit*). Assim o julgaria, de facto, se não houvesse tais exemplos.

É, evidentemente, a permanente troca de informações que permite o avanço da Ciência, designadamente duma ciência como a Epigrafia que se alicerça em vasta documentação esparsa por todo um Império. Bons e completos índices constituem, por isso, instrumento de trabalho imprescindível. Daí que o volume ora em apreço deva ser, doravante, ponto de referência obrigatório.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Miguel CISNEROS CUNCHILOS, *Marmoles Hispanos: Su Empleo en la Espana Romana*.

Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Universidad de Zaragoza, 1988.

ISBN: 84-600-7010-7. 200 páginas.

A oportunidade da obra de Miguel Cisneros Cunchillos resulta incontestável:

1) porque o estudo da proveniência dos mármores usados na escultura, na arquitectura e na epigrafia faculta preciosas informações no domínio da história da ocupação romana peninsular;

2) porque, sendo uma síntese da sua dissertação de doutoramento, *Marmoles y Otras Rocas Explotadas en la España Romana*, defendida nesse mesmo ano (1988) na Universidade de Zaragoza, apresenta com clareza, concisão e arguto poder de análise, toda a problemática que envolve a exploração, comercialização e utilização do mármore durante a Antiguidade Clássica.

Como Manuel Martín-Bueno escreve no prólogo de apresentação do livro, uma investigação sobre o mármore ultrapassa hoje “o âmbito próprio dos estudos sobre técni-

cas extractivas, recursos mineiros ou simples especulações sobre as cadeias de produção e comercialização daqueles produtos pelos antigos” (p. 15).

De facto, Miguel Cisneros Cunchillos assim fez. E se, em qualquer obra, a leitura da introdução sempre se reveste de interesse para ajuizarmos da forma como o autor encarou o tema, aqui essa leitura é deveras primordial, dado que aí se apontam os problemas em aberto, a metodologia usada para os abordar e os resultados obtidos.

Salienta Miguel Cisneros Cunchillos, por exemplo, que um estudo deste género passa — não há dúvida — pela identificação do material mas que não se deverá quedar por aí, pois há que detectar, através dele, os “factores económicos e sociais inerentes ao próprio material, aos seus utilizadores e aos operários” (p. 19).

Nesse sentido e após uma preliminar pesquisa bibliográfica (referências aos mármore hispânicos nas fontes literárias clássicas e posteriores), o autor recolheu as informações fornecidas pelos documentos epigráficos acerca da existência de oficinas lapidares; analisou os dados já contidos, a este respeito, em obras da especialidade (quer gerais quer específicas); e cotejou, finalmente, todos esses elementos com os que pessoalmente obteve na pesquisa de campo e na demorada visita a museus.

O tema fulcral do estudo são os mármore procedentes de pedreiras sitas no que Miguel Cisneros Cunchillos designa por sectores “andaluz”, na Cordilheira Bética, e “estremenho-português”, no chamado Maciço Hespérico. E a razão desta escolha resulta evidente do facto de serem estas duas zonas aquelas sobre que, na realidade, maior acervo documental se dispõe.

De resto, a caracterização dos diferentes tipos de mármore explorados ao tempo dos Romanos e a localização geográfica das pedreiras é feita logo, na introdução: os núcleos almeriense e malaguenho da Cordilheira Bética (pp. 22-25); e os da metade ocidental da Península, estremenho e português (pp. 25-28). A observação atenta dos quadros inseridos no apêndice I, sobre as características petrográficas dos mármore em apreço, completa eficazmente esses dados.

Dos mármore portugueses usados pelos Romanos refere Miguel Cisneros Cunchillo os cinzentos de Pardais, os brancos e rosados de Estremoz-Vila Viçosa e Borba, e os verdes de Viana do Alentejo. As suas fontes de informação foram, sobretudo, o volume I das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1977, pp. 271-276), onde António Tavares dá conta dos mármore utilizados naquela cidade romana, e o meu trabalho *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP) (Coimbra, 1984, pp. 821-822), em que sintetizei a traços largos o que rastreei acerca do material usado na epigrafia romana do *conventus*. Não pôde Miguel Cisneros Cunchillos visitar com vagar os museus portugueses; pelo menos, nenhum museu português é incluído na Usta referida na p. 29. Compreende-se a dificuldade; de qualquer modo, uma ida ao Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e, de modo especial, ao Museu Regional de Beja ter-lhe-ia permitido familiarizar-se com o chamado “mármore de Trigaches” ou “de São Brissos”, a que alude na p. 77 sem pormenorização das suas características. O *Portugal Romano* de Jorge de Alarcão (na sua 1.^a edição, Lisboa, 1974) foi também consultado e dele se extraíram breves informações. Ora, quer se considere o termo *mármore* na sua acepção restritamente geológica — rocha calcária que sofreu longas acções de metamorfismo — quer, mais genericamente, como rocha ornamental, tanto as lumachelas cretássicas ou brechas rosadas e conquíferas da Arrábida (Setúbal) como os mármore rosas e vermelhos de Lameiras (Sintra), como os também rosados de São Domingos de Rana (Cascais) teriam de ser incluídos, pois a sua utilização,

por exemplo, para o fabrico de monumentos epigráficos se encontra assaz documentada: cf., para as lumachelas da Arrábida, a maior parte dos monumentos epigráficos de Tróia (IRCP, pp. 277-290); e, para os de São Domingos de Rana, as epígrafes inseridas, em 1983 e 1985, no “Ficheiro Epigráfico” (Coimbra), sob os números 24 e 59, respectivamente. Já quanto à inserção da pedra de Ançã e do calcário de Porto de Mós neste contexto (p. 80), eu hesitaria um pouco mais. O seu uso na epigrafia, na escultura e mesmo na arquitectura da época romana não pode sofrer contestação, mas é praticamente inexistente o seu metamorfismo: são calcários simples e, por isso, optaria por não os incluir numa obra sobre mármore, como se não inclui o granito ou o xisto.

No I capítulo, “Fuentes”, estudam-se as fontes literárias clássicas (pp. 37-43), as epigráficas (pp. 44-54) e as referências literárias desde o século XII ao XIX (p. 54 e fig. 3).

Capítulo importante é, deveras, o II — “Referências arqueológicas” (pp. 57-84) — que vai ilustrado com um mapa de localização das pedreiras. Aí se concretizam, de forma clara, por províncias e por *conventus*, os dados disponíveis acerca da existência de pedreiras, discutindo-se, a propósito, as teses já apresentadas pelos diversos autores, designadamente por Alicia M. CANTO, cujo trabalho *Avances sobre la explotación del mármol en la España romana* (“Archivo Español de Arqueología” 50-51 1977-1978 165-189) terá decerto marcado, apesar das suas compreensíveis deficiências, o arranque destes estudos a nível peninsular.

Particular atenção merece, tanto neste capítulo (pp. 76-77) como no anterior (p. 51), a problemática relacionada com as pedreiras de Almadén de la Plata, designadamente no que respeita ao seu estatuto jurídico-administrativo: dependência directa do imperador ou, apenas, do governador senatorial da província da Bética em que se localizam? O autor, embora não ouse dar-lhe uma resposta definitiva (p. 134), parece, de facto, inclinar-se para a segunda hipótese.

Em meu entender, o estatuto previsto na legislação de Vipasca para as diferentes actividades aí desenvolvidas poderia ter sido aqui evocado com toda a propriedade, tanto mais que aí se fala, a dado passo (IRCP 142, § 7, Unha 54), das “lapides lausiae expeditae in lapicaedinis”, ou seja, das “lousas já preparadas nas pedreiras”, precisamente no capítulo que trata dos contratos dos negociantes de escórias e de pedra. Foi, decerto, um dado que terá escapado a Miguel Cisneros Cundidlos, porque me parece, na verdade, muito passível de se aplicar aqui o esquema previsto para Vipasca: essa exploração é da exclusiva jurisdição imperial, pertence ao Estado, que a adjudica em hasta pública ao arrendatário que melhores garantias oferecer. Cf., a propósito desta passagem: Claude DOMERGUE, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca, “Conimbriga” 22 1983 95-97.*

Elenca o capítulo III os mármore espanhóis e portugueses utilizados e aí se especifica como e quando o foram, dados que se sistematizam no exaustivo e bem elaborado inventário inserido no apêndice II (pp. 149-170). Conclui Miguel Cisneros Cundidlos que os mármore da zona almeriense foram usados na arquitectura, em obras escultóricas e em monumentos epigráficos desde a época dos júlios-cláudios até ao século II da nossa era; os da zona malaguenha também se empregaram nos mesmos domínios e, genericamente, na mesma época, embora possa haver indícios da exploração do mármore de Honda já na segunda metade do século II a. C.; os mármore estremenhos foram preferidos para a arquitectura e para a epigrafia, também no Alto Império; as pedreiras de Almadén de la Plata, exploradas no Alto Império também, forneceram, de modo especial,

elementos arquitectónicos; e, por fim, os mármoreos do actual Alentejo português têm uma utilização que vai do século I ao IV nos domínios arquitectónico, escultórico e epigráfico.

Finalmente, o capítulo IV aborda as questões relacionadas com o comércio e o transporte. De novo se considera como os Romanos privilegiaram as rotas marítimas e fluviais, designadamente o Ebro e o Guadalquivir. Discute Miguel Cisneros Cunchillos o problema do escoamento dos mármoreos de Estremoz-Vila Viçosa, por exemplo, até à capital de província onde a sua presença se encontra bem documentada: a possibilidade de um transporte directo por via terrestre, dadas a relativa pequena distância entre as pedreiras e Mérida e a escassa navegabilidade do rio Guadiana, é hipótese que se lhe afigura preferível à alternativa da ida até a um porto da costa meridional subindo depois o Guadalquivir, em cujo curso médio poderá ter existido, no entanto, um centro de armazenamento e distribuição (p. 128).

As pp. 131-139 sintetizam eloquentemente o conteúdo da obra, que é completada com índices de fontes literárias clássicas, de inscrições, de figuras; e com a bibliografia.

O livro vem na sequência da investigação desenvolvida desde há longos anos quer, pontualmente, em Conímbriga quer, sobretudo e de forma sistemática, nos laboratórios especializados adscritos às universidades espanholas. Estou a recordar o Laboratório de Petrología del Area de Petrología y Geoquímica de la Universidad de Zaragoza, expressamente citado nesta obra (p. 29, n. 42) e a actividade desenvolvida nesse sentido pelo Departamento de Cristalografía e Mineralogia da Universidade Autónoma de Barcelona, em colaboração com o Prof. Marcos Mayer, que tem a seu cargo a coordenação dessa investigação com vista à reedição do II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Parece-me, pois, que a mais estreita colaboração peninsular num projecto comum colherá, decerto, sólidos resultados, sem necessidade de procedermos também nós, portugueses, à criação de equipamento laboratorial próprio mais sofisticado — intenção que me pareceu poder deduzir da posição veiculada por Manuel Justino Maciel e Helder Coutinho, na comunicação que apresentaram, em Abril de 1990, ao II Colóquio Arqueológico de Viseu, subordinada ao título *A utilização dos mármoreos em Portugal na época romana: ensaio de uma metodologia de estudo*.

Curiosamente, Miguel Cisneros Cunchillos sentiu-se na obrigação de justificar a inserção, ainda que não exaustiva (p. 109), no seu trabalho, dos mármoreos portugueses. Alegou razões de ordem geológica e a grande utilização que eles tiveram em Mérida (p. 108). Seria, de facto, bem estranho que assim não tivesse procedido — mas essa sua justificação veio acentuar o interesse de rapidamente se eliminarem, no domínio científico, as fronteiras nacionais.

Uma palavra ainda acerca do I capítulo. É que, se os testemunhos arqueológicos são — de longe! — neste caso os mais expressivos, não é menos verdade que as referências literárias assumem o maior significado por serem expressão pública duma realidade palpável, importante, e os textos epigráficos constituem prova cabal da existência duma actividade minimamente organizada.

Pertence a Plínio, na *Naturalis Historia*, III, 3, 30, a única referência literária expressa à exploração marmórea numa península onde a extracção de minérios (de ouro, prata, cobre e ferro) pesava muito mais significativamente na balança económica imperial. Daí — como Miguel Cisneros Cunchillos bem assinala (p. 41) — a quase inexistência de alusões concretas. Além de se referir ao *lapis specularis*, o gesso selenítico dos arredores de Segobriga (p. 39), fala de *marmorum lapidinae*, de pedreiras de mármore na Hispânia.

As fontes epigráficas permitem-nos detectar o funcionamento de oficinas, como a de Flavus de Conimbriga (p. 45) e mencionam, por vezes, quem trabalha com o mármore: os *marmorarii* (IRCP 269 e 497) e os *lapidarii*. Quanto a estes últimos, cita Miguel Cisneros Cunchillos quatro inscrições: a de Caldas de Vizela (CIL II 2404), a de Peñalba de Castro (CIL II 2772), urna de Elvas e outra de Cartagena (p. 51).^A Esse texto dado como procedente de Elvas pela Hispania Antiqua Epigraphica 1520 é, porém, de Afife, no *conventus bracaraugustanus*: cf. Vi AN A (Abel), *Um "lapidarius" de Afife (Viana do Castelo)*, "Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953)", Zaragoza, 1955, pp. 525-528; por outro lado, a reconstituição aí proposta por Abel Viana — [LAJPIDARIVS — deve ser encarada com sérias reservas, dadas as suas inusitadas características. Desta forma, resulta sem significado a justificação dada pelo autor na p. 51 e, a existir a referência a um *lapidarius*, a sua actividade estaria decerto ligada à abundância de clientela, razão que também se invoca para a presença de Reburrito junto ao local de culto às Ninfas Castecas (CIL II 2404, já citado), comentada por Miguel Cisneros Cunchillos na p. 53.

Além das citadas referências a trabalhadores da pedra, duas outras se poderão aduzir. A primeira foi dada a conhecer por Alain Tranoy (*Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le Nord du Portugal*, "Gallaecia" 7/8 1984 269-274): na parte superior duma ara a I. O. M., descoberta em Santa Cruz de Lima (Ponte de Lima), lê aquele investigador EX. OF(flicina) ELP(IDI?). Numa escultura funerária de S. Tomé de Vade, concelho de Ponte da Barca, no *conventus bracaraugustanus* também, ainda inédita mas já referida por Jorge de Alarcão no seu *Roman Portugal* (vol. II, fase. 1, p. 5, n.º 1/82, foto 111), lê-se no final ARCIVS FECIT, donde se pode deduzir a identificação dum escultor e lapidário, dono decerto de uma oficina local.

E se a redacção do primeiro parágrafo da p. 52 se me afigura um pouco confusa, por não destringir claramente quem se identifica com os *tria nomina* e os trabalhadores que apenas usam um nome, também gostaria de informar que Jorge de Alarcão e António Tavares estudaram pormenorizadamente, na sequência da visita de estudo que ali fizeram em Junho de 19-76, os vestígios da exploração romana de mármore identificados na Herdade da Vigária, junto a Vila Viçosa, aos quais o autor se refere, por exemplo, na p. 78. O texto do citado estudo foi inserido no vol. II (pp. 1-12) dos "Studia Pompeiana & Classica — in honour of Wilhelmina F. Jashemski", editado por Robert I. Curtis (New York, 1989) sob o título *A Roman Marble Quarry in Portugal*. A exploração pôde ser datada através do achamento dum fragmento de vaso de *terra sigillata* sudgálica com a marca GEMINV(s), oleiro que trabalhou ao tempo dos Flávios (ibidem, p. 6). Perguntam os autores se o baixo-relevo representa "an attempt to depict a nymph, a virile divinity, the god Fontanus, or the goddess Fontana" (ibidem). A sugestão destas duas últimas divindades reside na circunstância de se ter achado nas proximidades, em Bencatel, uma ara dedicada a este par divino (IRCP 438). A problemática das técnicas de exploração são também abordadas no artigo, uma vez que no local se detectaram as marcas para o corte dos bancos de mármore.

Está Miguel Cisneros Cunchillos a especializar-se num domínio que se apresenta, a todos os títulos, de importância fundamental para a reconstituição do que foi a vida económica peninsular ao tempo da dominação romana. A metodologia adoptada é a correcta, as conclusões cautelosas mas seguras. E este livro constitui, sem dúvida, um marco indispensável para as futuras pesquisas a fazer.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Luis Alberto LÓPEZ PALOMO, Janine LANCHI e André DAVIAULT, *Un mosaico con inscripciones — Puente Genii (Cordoba)*. Publications de la Casa de Velázquez, Série Études et Documents, III. Madrid, 1987. 84 pp., ilustr. ISSN: 0213-1803.

Este livrinho apresenta, logo à partida, duas originalidades. A primeira, o seu rigoroso bilinguismo, texto espanhol à esquerda, texto francês na coluna da direita. Depois, a importância dada ao minucioso estudo dum mosaico legendado.

De facto, pelo que sei, talvez seja esta a primeira vez que um mosaico se constitui objecto de trabalho monográfico assinado por três especialistas diferentes: um arqueólogo, Luis Alberto López Palomo, dá conta das circunstâncias do achado e enquadra-o no seu contexto histórico e geográfico; Janine Lanchi faz o estudo arqueológico do mosaico e analisa a iconografia das suas representações; por fim, André Daviault, professor de Literatura Latina na Universidade Laval, do Quebec, teve a seu cargo a apreciação da inscrição do ponto de vista filológico e literário. Uma pluridisciplinaridade que se realça e desde já se aponta como exemplo a imitar.

A *villa* romana donde o mosaico proveio situa-se numa localidade chamada Fuente Alamo, no termo do município espanhol de Puente Genii, província de Córdoba (Andaluzia). López Palomo descreve miudamente as características geográficas do sítio, o ambiente arqueológico em que se integra, o seu significado histórico. Conta, depois, como se processou a escavação que, em 1982, esteve na origem do levantamento do mosaico, hoje depositado no Museu Arqueológico Provincial de Córdoba.

Foi preocupação de Janine Lanchi apresentar minuciosa visão do monumento: a sua técnica de execução, os aspectos formais de cada uma das figuras, as legendas, as questões estilísticas, a iconografia. (Anoto-se, de passagem, a troca das figuras 6 e 7, na pág. 25). Conclui a investigadora que estaifios seguramente “perante a versão literária original dum dos mais antigos e duradouros temas iconográficos greco-romanos, a ‘nanomaquia’, apresentada numa forma teatral que não permite dúvidas” (p. 52).

É, porém, nas legendas que radica o maior interesse do mosaico de Puente Genii.

“Outra vez inscrições sobre um mosaico!”, afirmam os autores que Jean-Nod Bonneville exclamara, aquando da descoberta do mosaico. E ao mesmo tempo que, mediante o seu estudo, evocam a memória do companheiro saudoso e do epigrafista sagaz, vão demonstrar como, de facto, a sua exclamação tem razão de ser. Primeiro, porque a descoberta de textos em mosaicos se toma cada vez mais frequente; depois, porque todos eles se revestem habitualmente de não pequenas dificuldades de interpretação e, inclusive, de leitura.

Constitui o estudo da inscrição o capítulo III desta obra, dividido em duas partes: procura-se, na primeira (pp. 55-69), estabelecer o texto e proceder à sua análise, de forma a detectar o que André Daviault designa *vis comica* das presentes inscrições; é dedicada a segunda ao confronto do texto com a literatura dramática, confronto que parece poder sugerir a hipótese de estarmos perante “novos fragmentos de um mimo latino” (pp. 69-78).

Datável do século IV, a legenda do mosaico de Puente Genii será, pois, a ressonância dum texto literário antigo, ressonância que- é alarde e ressurreição, mais um índice, portanto, do retomo ao glorioso passado mitológico e clássico duma Roma ora ameaçada pelos Bárbaros nas suas estruturas políticas e pelas influências cristãs nas suas estruturas culturais.

Mas vejamos concretamente o texto em causa.

Na primeira cena, o pigmeu atacado pela grua tem atrás de si a legenda SV CER-BIO, que foi interpretada como “sum Cervius”, “sou Cêrvio”, forma original de se apre-

sentar ao visitante, em vez da simples e estereotipada menção do nome. A frase que encima o grupo E FILI GERIO VALE é pedido de socorro, como quem diz “ó filho, Gerião, acode-me!”. Ao que o filho, armado de bastões, a correr, lhe responde, batendo na grúa, SVBDVC TE PATER, “ó pai, tira-te daí debaixo!”. De cabelos soltos, apresada também, a mãe, identificada como VXOR MASTALE, “a mulher mamalhuda”, grita AI MISERA DECOLLATA SO, “Ai pobre de mim, estou decapitada!”.

A cena da ábside n.º 2 representa o final feliz. A ave é puxada por um pigmeu que parece dizer ET TV ERE SVMA. André Daviault interpreta ERE como o vocativo de *erus*, senhor; e *suma*, o imperativo de *sumere*, agarrar. E traduz: “E tu, senhor, agarra!” Creio que esta interpretação é demasiado forçada. Prefiro ver em ERE uma forma popular de ERAS, segunda pessoa do singular do pretérito imperfeito do verbo *esse* e traduzir: “E eras tu enorme!”. A frase teria um sentido depreciativo — como quem ironiza “E agora estás reduzida a nada” — e seria simultaneamente uma expressão de alívio, “caramba que ela era bem grande!” Por isso, a figura que, de pé, acompanha a cena, porventura o “Cêrvio” que dela, enfim, se livrara, acrescenta E IMPORTVNA, “E importuna!”, recordando o mau bocado por que passara. A omissão do T (de ET) parece-me muito mais verosímil e frequente que ver aí a interjeição HEM, de carácter mais literário que epigráfico.

Por fim, à terceira personagem que, com um bastão, empurra a ave, é atribuída a frase TIMIO NE VECTI FRANGA, equivalente, como afirma André Daviault, a *timeo ne vectim frangam*, “tenho medo de partir a vara”.

A sequência — como eu a concebo — é a seguinte: quem carrega com o peso morto, suspira “bolas, que isto pesa!”; quem se viu atacado, só se lembra é de como foi importunado; o outro, a quem também incumbe um esforço físico, volta à ideia inicial de peso.

Quanto à terceira legenda—SELVAM/ GRAVE[M7] — ela pode, na verdade, vir na sequência das anteriores, indicando o local (o “bosque”) para onde se desejaria levar a presa; o vocábulo *gravis*, “pesado”, retomaria o pensamento patente na ábside n.º 2. Concordo que essa é, porém, “frágil suposição” (p. 69).

Com base em dados literários e filológicos, que minuciosamente escarpeliza, pretende André Daviault ver aqui o reflexo dum mimo teatral, apresentado pelo proprietário da *villa* precisamente no *triclinium* da sua *domus* para divertir os convidados. A *vis comica*, ou seja, a comicidade do conjunto resultaria, em seu entender, não tanto da representação clássica, mais ou menos usual, do combate entre os pigmeus e uma grúa, mas sim da nomenclatura atribuída às personagens intervenientes. *Gerion*, nome de forçado e musculado gigante, identifica agora um disforme anão desajeitado. André Daviault aproxima o suposto nome do pai do antropônimo *Cervius*, que relaciona etimologicamente com “cervix”, cabeça. O lamento da mulher teria, desta sorte, pleno cabimento, porque, ao perder o marido, ficava... “decapitada”—e, num contexto de comédia, a frase não deixaria de provocar risada. Finalmente, André Daviault analisa o significado do nome *Mastale*, muito provável latinização “duma palavra grega feminina derivada de /uaarós, ‘mama’ ” que se aproxima, portanto, do vocábulo latino *mammaea*, “a que tem as mamas grandes” (p. 59) — o que, tendo em conta a generosa representação dos seios, sublinharia, em seu entender, o carácter humorístico do nome.

Não nego o grande interesse das pistas ora traçadas pela bem documentada investigação de André Daviault. Creio, no entanto, que talvez nos possamos ater a explicações mais singelas e mais consentâneas, quiçá, com o carácter popular (e, por isso mesmo,

nada erudito) de que habitualmente se reveste a linguagem patente ãas legendas dos mosaicos.

Assim, a identificação na primeira pessoa é deveras artificial, para já se não falar da dificuldade em fazer equivaler *Cerbio* a *Cervius*. Não seria mais lógico vislumbrar aí, por exemplo, a forma *servio*, “estou preso”? A grua prende-lhe, de facto, o braço com o bico. *Su* poderá ser *sum*, “eu sou”, mas também não será de rejeitar a hipótese de ver aí a interjeição *sus*! A sequência seria: o pai incita o filho, porque está a ser atacado pela grua e o filho vai tirá-lo de sob as garras do animal: *subduc te pater*!

Da representação exagerada dos órgãos sexuais dos anões e dos seios da mulher não se toma obrigatório deduzir qualquer outra intenção, burlesca, por exemplo, para além da que é habitual em circunstâncias idênticas. Assim se costumam representar os anões e também outra não seria a posição da mulher em corrida, levemente inclinada para diante.

Num hilariante misto de tragédia e comédia — o riso que sobrevém à semi-asfixia do perigo eminente —, a cena patenteada no mosaico de Puente Genii não deixa de claramente ilustrar, como sublinha André Daviault, “a influência do teatro cómico sobre a iconografia dos pigmeus, ao mesmo tempo que manifesta, para além disso, o facto de o repertório das antigas comédias ainda manter, pelo menos através das personagens intervenientes, uma autêntica *vis comica*”. Estamos de acordo. É, como atrás dizia, o século IV, o ressurgir da temática tradicional, a vontade de segurar, pela cultura, um poder que pelas outras vias, impertinente, fatalmente, teimava em querer escapar-se-lhes. É nesse sentido, aliás, que se deve interpretar a frase com que Janine Lancha termina a sua análise — arqueológica e iconográfica — do mosaico em questão:

“Nanomaquia de sabor burguês, prazer verbal e paixão pela caricatura — tudo ideias da nova leitura de antigas imagens feita por um escol na Hispânia romana, no decorrer do século IV” (p. 54).

E não podemos deixar de recordar, a propósito, a célebre cena patente no mosaico de Santa Vitória do Ameixial. Aí, o aspecto também é de suprema seriedade. À primeira vista, um homem fustiga a mulher nua, dobrada sobre si mesma no secreto de minorar a dor da vergastada. Ambiente pesado e tenso, dir-se-á, impróprio até numa área termal supostamente propícia à descontração, ao repouso, às doçuras corporais... Mas, tal como em Fuente Alamo, é pela legenda que vai perpassar a aragem desanuviante: “Felicção, escaldado, é pior que um carroceiro!” E lá estava representado, de pé, altivo, Felicção façanhudo, *Felicione misso*. “Admoestação assaz realista e solene, feita eventualmente pelo proprietário da *villa*, ao seu pessoal no capítulo disciplinar: as faltas, de qualquer ordem, são severamente punidas — como, aliás, a cena demonstrava e as legendas acentuavam aludindo às fúrias de Felicção”, escrevi em 1984 (IRCP, p. 559). Todavia, qual dos convivas do senhor resistiria a esboçar um largo sorriso quando, ao pisar, descontraído, o chão da sala, se lhe deparasse, inopinada, a cena? Em Fuente Alamo, era o anão a estar na mó de baixo e a ser resgatado no derradeiro momento por outro anão com nome de gigante; em Santa Vitória do Ameixial, a desleixada escrava a tremor sob terrificantes vergastadas. Num e noutro, o riso a brotar, irónico, numa possibilidade de desgraça.

P.S.: O texto vem referido em AE 1987 501. Contrariamente ao que lhe é habitual, o responsável, na revista, pelos comentários aos estudos epigráficos peninsulares parece não ter querido usar, aqui, do seu espírito crítico, uma vez que transcreve (inusitadamente sem objecções) a proposta interpretativa dos editores.

JOSÉ dENCARNAÇÃO

Nicolae BRANGA, *Urbanismul Daciei Romane*, Timisoara, Editura Facia, 1980, 211 p., 109 fig., 3 tab., 1 mapa.

O conhecimento das realidades da romanização da Dácia, região coincidente *grosso modo* com a actual Roménia, é ainda bastante limitado no Ocidente. Esta situação, resultante de circunstâncias diversas, em parte de natureza política, permanece em larga medida, quer devido ao difícil acesso à bibliografia romena, quer ao problema da língua. Diremos desde já que se trata de um cenário injusto, considerado o impressionante esforço realizado pelos historiadores e arqueólogos romenos, reflectido numa bibliografia muito numerosa e de assinalável qualidade, e tendo em conta que se trata de uma nação latina, merecedora da atenção e da solidariedade dos restantes representantes da mesma herança cultural. Na realidade, a análise do processo de romanização da Dácia revela-se extremamente interessante por se tratar de um fenómeno de aculturação bem documentado e de tal maneira vigoroso que, embora limitado a seis ou sete gerações, determinou uma identidade cultural cuja sobrevivência chega a ser considerada como um milagre histórico (G. I. Brătianu, *Une énigme et un miracle historique: le peuple roumain*, Bucarest, 1988).

As razões apresentadas parecem-nos suficientes para justificar esta recensão, ainda que a obra de Nicolae Branga, à qual só tivemos acesso em 1989, tenha sido publicada em 1980. Se às referidas razões acrescentarmos o indiscutível interesse das matérias versadas neste pequeno volume diremos que a sua divulgação entre nós constitui uma tarefa inadiável, desejando que possa suscitar o aparecimento de estudos semelhantes.

O título da obra não sugere a variedade de assuntos nela discutidos, pois está longe de se limitar a uma síntese do que foi o urbanismo romano na Dácia nos anos que medeiam entre a conquista de Trajano e a evacuação de Aureliano, uma vez que o autor dedica especial atenção aos problemas relacionados com a produção e consumo de materiais de construção. É particularmente importante o exaustivo estudo dos estabelecimentos produtores de materiais cerâmicos (*figlinae* e *officinae*), muito numerosos e que Branga relaciona directamente com a urbanização do território, na qual integra, como escalão mais simples, as próprias *villae*, considerando-as como modelos da arquitectura, da maneira de viver e da economia romanas, através das quais o mundo rural recebeu os elementos fundamentais da civilização urbana.

A apresentação gráfica do volume é de qualidade acima da média, embora uma ou outra ilustração acuse falta de clareza, como acontece em particular com o mapa inserido entre as páginas 112 e 113. A obra compreende uma nota introdutória, três partes contando com vários capítulos, uma lista de abreviaturas bibliográficas, notas, índice ideográfico, um breve resumo em alemão (p. 207-210) e um índice geral. Na nota introdutória (p. 5-6) Branga chama a atenção para a riqueza arqueológica da Dácia — *un cimp ineputabil de studiu* — considerando a necessidade de novos estudos sobre a vida económica, sócio-política e cultural da Dácia romana devido aos numerosos dados recolhidos a partir de meados deste século. Destacando o carácter vincadamente urbano da civilização romana, o autor propõe um método de trabalho baseado sobretudo no estudo dos materiais produzidos nos telhais privados, directamente relacionados com o desenvolvimento dos centros urbanos. As 920 notas incluídas na obra (p. 175-203), nem sempre fáceis de consultar devido ao sistema de referências utilizado, constituem prova inequívoca da amplitude do trabalho efectuado pelo arqueólogo romeno.

A primeira parte da obra intitula-se *Urbanizarea si urbanistica* (p. 8-81) subdividindo-se em dois capítulos dedicados, respectivamente, aos antecedentes dácicos (p. 8-14) e ao contributo romano no campo da urbanização e do urbanismo (p. 14-81). Em relação ao período pré-romano Branga refere as características gerais do povoamento, semelhantes às que os Romanos encontraram na Europa Central e Ocidental, não existindo mais do que um urbanismo incipiente nos centros tribais (*oppida*), com um esboço de divisão tripartida do espaço compreendendo um sector privado, um sector público e um sector sacro, apesar de no período de Burebista (séc. I a. C.) e no de Decébalos (séc. I-II) se ter verificado incremento da construção em pedra e até, em casos pontuais, o recurso ao *opus latericium* e ao *opus signinum* romanos (p. 11). Ao tratar do contributo romano, Branga afirma que a época da presença romana na Dácia (106-271) corresponde ao apogeu do processo de urbanização do Império (p. 15). Correcta em relação às regiões fronteiriças do Reno e do Danúbio esta afirmação deve ser atenuada para as regiões do Império com características menos continentais, onde o processo começa a declinar a partir dos Antoninos.

Segundo o autor, a implantação dos estabelecimentos romanos na Dácia, nomeadamente das cidades, foi largamente condicionada numa primeira fase pela prosperidade dos solos e dos subsolos tanto como depois o foi pelo traçado das grandes vias e pela navegabilidade dos rios. Cidades como *Apulum* ou a capital romana da Dácia, *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, provam-no ampiamente, evidenciando a capacidade romana para promover um urbanismo racional e pragmático: *In Dacia aces te doua criterii, pozitia niñera si vâlelemele materiale ale paminturilor alese ca loe de catate, pune in evidenta neintrecuta lor vocatie de ctitori de orase* (p. 16). O sentido do terreno demonstrado pelos Romanos na implantação dos centros urbanos na Dácia explica que a muitos tenham sucedido cidades e povoações romenas, ainda que, como reconhece Branga, alguns dos estabelecimentos romanos correspondam a sítios já ocupados antes da conquista de Trajano. Trata-se de uma situação normal, comprovada em muitas outras regiões do Império, nomeadamente no território português. O problema da continuidade é, por outro lado, um dos mais complexos da história romena, pelo que gostaríamos que Branga tivesse dedicado alguma atenção ao destino das cidades depois da evacuação da Dácia em 271, ainda que o assunto ultrapasse os limites da temática escolhida pelo autor, cidades onde os testemunhos arqueológicos sugerem um desaparecimento gradual da vida urbana, nomeadamente em *Sarmizegetusa*, *Apulum*, *Napoca*, *Potaissa*, *Ampelum* e *Porolissum* (Brătianu, p. 178, 222).

Particularmente interessantes são as páginas consagradas por Branga ao quadro social e jurídico da urbanização da Dácia (p. 18-27), destacando que, com excepção de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, fundada de acordo com o ritual tradicional em 108 ou 110 pelo legado imperial *D. Terentius Scaurianus*, todas as restantes cidades da Dácia ascenderam ao estatuto de município ou de colónia gradualmente. Assim sucedeu com a segunda colónia estabelecida na província, *Napoca* (Cluj), inicialmente um simples *vicus*, promovido a município por Adriano e a colónia por Marco Aurélio. A presença de elementos militares muito numerosos constitui um factor determinante da rápida romanização da Dácia, reflectindo-se na urbanização acelerada do território. Branga não esquece este aspecto fundamental: *Daca Ulpia Troiana Sarmizegetusa si Napoca au avut carácter strict civil, tóate celelalte orase din Dacia au aparut si s-au dezvoltat in vecinatatea castrilor* (p. 21). Com efeito, todas as cidades, à excepção das referidas colónias, se desenvolveram na vizinhança de estabelecimentos militares mais ou menos importantes, por vezes

situados junto a sítios daco-getas, como demonstram os topónimos. A promoção jurídica de algumas destas cidades apresenta aspectos curiosos e não é isenta de problemas, em larga medida relacionados com a cronologia dos diferentes estatutos e com as circunstâncias em que se verificou a sua concessão. Teria sido útil a inclusão de um quadro ou de um mapa em que se representasse a evolução jurídica das diversas cidades, de forma a mais facilmente se apreender o sentido e os ritmos da urbanização da Dácia, na base da qual se encontravam indiscutivelmente as comunidades organizadas à romana, situadas numa hierarquia urbana de acordo com o grau de desenvolvimento atingido. Na Dácia, o apogeu da criação de cidades romanas corresponde ao período de governo de Septímio Severo, imperador que concedeu o estatuto colonial a *Drobeta*, *Potaissa* e, provavelmente, *Romula-Malva* (citada como colónia num diploma militar de 230), e o estatuto municipal a *Potaissa* (depois promovida a colónia), *Porolissum*, *Ampelum*, *Tibiscum*, *Apulum* e *Dierna*, além de ter alterado a designação oficial da colónia de *Apulum* devido à criação de um município na mesma comunidade urbana (*Apulum* II). Esta vitalidade reflecte, por um lado, o começo tardio da romanização e, por outro, uma situação de real progresso, resultante em parte da exploração metódica das riquezas mineiras, agrícolas e pecuárias. Todavia, esta transformação de *vici* e *canabae* em municípios e colónias resulta em primeiro lugar da presença de um numeroso exército acantonado quer na Dácia propriamente dita quer na Mésia, fonte regular e quase inesgotável de novos colonos. Esta circunstância marcou profundamente a sociedade urbana, apesar de a colonização ter contado também com elementos grego-orientais, dalmatas e ilírios, muitos dos quais, não o esqueçamos, também ex-militares: *Antononia cetate-castru dispare, armata contribuind astfel din plin la processui urbanizara provinciilor* (p. 24). Se compararmos a situação verificada na Dácia sob os Antoninos e os Severos com o abrandamento da criação de cidades romanas noutras regiões do Império, não podemos deixar de relacionar tal facto com a fraca presença militar nessas regiões, caso da Península Ibérica, onde a concessão do *Latium minus* por Vespasiano poderá corresponder a uma tentativa de atenuar as consequências negativas da retirada das legiões IV Macedónica, VI Victrix e X Gemina.

A análise dos aspectos jurídicos da urbanização referidos por Branga leva-nos a formular algumas observações. Começemos pelo problema da data atribuída à concessão do estatuto municipal a *Romula*, que Branga considera posterior a 167 enquanto que D. Tudor a situa sob o principado de Adriano (p. 22-23). A data proposta pelo autor resulta da referência numa inscrição encontrada em Sevilha (*CIL* II 1180) a um *S. Iulius Possessor*, que exerceu entre 161 e 167 o cargo de *curator civitatis Romulensium Malvensium*, partindo do princípio que o termo *civitas* designa um estatuto não municipal (H. Nesse-lhauf, *S Iulius Possessor*, “Madrider Mitteilungen”, 5, 1964, p. 180-184). Ainda que consideremos a designação *civitas* como indicadora de um estatuto paramunicipal, como decerto aconteceu no território lusitano e, sistematicamente, na Dácia, julgamos necessário atenuar a conclusão de Branga. Com efeito, na Península Ibérica parece ter havido uma certa ambiguidade na utilização dos termos *civitas* e *municipium*, talvez equivalentes no século II, como se pode deduzir da inscrição da ponte de Alcântara (*CIL* II 760), onde se enumeram *municipia* que alguns anos depois continuam a ser designados localmente por *civitates*, como, por exemplo, na inscrição em honra de Adriano dedicada pela *Civitas Ar avorum* (*CIL* II 429). Assim, não é totalmente impossível que *Romula*, tal como *Napoca*, tenha recebido o estatuto municipal de Adriano. Outro caso interessante é o de *Porolissum*, cidade que se desenvolveu a partir de um estabelecimento do tipo *vicus-canabae* herdeiro de uma povoação dáica, promovida a município por Septímio Severo.

Numa inscrição é denominada *res publica municipii Septimii Porolissensium* o que nos leva a reflectir sobre o termo *res publica*. Se a este não for atribuído nenhum significado especial, como por vezes se defende, pouco há a dizer. Porém, se tivermos em conta outras interpretações menos expeditas (J. González, *Los municipia civium Romanorum y la Lex irnitana*, “Habis”, 17, 1986, p. 221-225), podemos admitir que o termo se aplica a centros urbanos englobando comunidades populacionais com estatutos diferenciados, situação perfeitamente possível em *Porolissum*, cidade onde os contactos entre militares e indígenas tiveram particular importância. Extremamente interessante é o caso de *Apulum* (Alba Iulia), cidade constituída por dois núcleos habitacionais com estatutos diferentes, desenvolvidos em função do campo da legião XIII Gemina. Na época de Septímio Severo a cidade era constituída pela *Colonia Aurelia Apulensis* ou *Colonia Nova Apulensis* (*Apulum* I) e pelo *Municipium Septimium Apulense* (*Apulum* II), situado a cerca de uma milha da colónia. Esta curiosa situação recorda a de certas cidades do *limes* renano e danubiano, constituídas por dois sectores separados, um militar e um civil, tal como *Aquincum* (Buda). A interpretação de sítios como *Scallabis Praesidium Iulium* (Santa-rém) poderá, segundo julgamos, ganhar novo impulso através da análise de situações como a de *Apulum*.

Um facto referido por Branga e que nos parece muito significativo quanto à evolução da romanização é o que se relaciona com as alterações territoriais provocadas pela promoção jurídica de centros urbanos anteriormente integrados no espaço de outras cidades. Assim, o *territorium* de *Colonia Dacica Sarmizegetusa* foi repartido, na segunda metade do século II, pelos novos municípios de *Tibiscum*, *Ampelum* e *Apulum*. Por outro lado, algumas cidades não possuíam território rural, como sucedeu com o município de *Dierna*, circunstância resultante da forma como surgiu a cidade e do tipo de funções que desenvolveu, prioritariamente de ordem militar, económica e administrativa. Em regiões onde a urbanização romana conheceu diversos ritmos, como na Lusitânia, o exemplo da Dácia aconselha uma abordagem prudente da geografia política, sobretudo quando as fontes escritas e epigráficas se revelam insuficientes para o período em que decorre o processo de criação de cidades de estatuto romano. Ainda que num ou noutro ponto o autor não tenha desenvolvido os aspectos relacionados com a evolução jurídica dos estabelecimentos urbanos, a presente síntese revela-se da maior utilidade para os investigadores interessados na matéria, permitindo desenvolver novas hipóteses de trabalho.

Branga trata seguidamente de aspectos concretos do urbanismo na Dácia, começando por comentar o problema da continuidade de ocupação dos sítios daco-geetas, concluindo que os grandes centros tribais tipo *dava* foram substituídos por novos estabelecimentos, uma vez que eram incompatíveis com a estrutura sócio-económica introduzida pelos Romanos, enquanto que os estabelecimentos rurais correspondentes a topónimos terminados em *vissa*, sufixo considerado equivalente a *vicus*, foram ocupados na época romana, contribuindo decisivamente para a implantação e sobrevivência da romanidade depois de 271: *Dupa ruralizarea oraselor in perioda postareliana, lunea satelor ramine cadmi social unie al romanitatii Daciei* (p. 28). Voltaremos a esta afirmação, que não consideramos, face aos testemunhos arqueológicos, exagerada. O autor traça-nos um quadro metucioso das características urbanísticas dos grandes centros populacionais e da sua influência sobre os territórios rurais dependentes. Limitar-nos-emos a referir alguns aspectos e a comentar uma ou outra afirmação de Branga, em especial quanto ao desenvolvimento topográfico e demográfico das cidades. Se *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, a única cidade a ser fundada *ex-nihilo*, corresponde perfeitamente ao modelo do urbanismo

ortogonal romano, muito influenciado neste caso pelo traçado dos campos militares imperiais, como o de *Novaesium* (Neuss), a maioria das cidades dácias mostra um desenvolvimento urbanístico desordenado. Um caso curioso é o de *Napoca*, cuja estrutura urbana geral repete a de *Sarmizegetusa*. Como a cidade se desenvolveu a partir de um *vicus* julgamos, todavia, que o traçado regular do *cardo* e do *decumanus*, assim como a construção da muralha, remontam à concessão do estatuto municipal sob Adriano. As restantes cidades conheceram uma evolução natural, ditada pelos condicionalismos topográficos, vias existentes, funções preponderantes e presença de campos militares e de estabelecimentos tipo *vicus* ou *canabae*. Branga reconhece que, em muitos casos, se conhece mal o urbanismo antigo, devido às destruições verificadas ao longo do tempo ou à continuidade de ocupação que dificulta ou impede as escavações. Se recordarmos o aqueduto e o grande complexo termal de *Apulum* II e os anfiteatros de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, *Porolissum* e *Micia*, por exemplo, verificamos que o urbanismo romano na Dácia exprime as mesmas preocupações de utilidade pública que o caracterizam! em toda a parte, afirmando ainda o fundamento francamente ocidental da colonização, apesar de os anfiteatros não serem tão raros na zona oriental do Império como se tem pretendido. São muito interessantes as estruturas urbanas de *Romula*, constituída por duas zonas fortificadas unidas por uma ponte sobre o rio Teslui, *Dierna*, uma cidade-porto estabelecida ao longo do Danúbio, e *Ampelum*, uma cidade directamente relacionada com as minas de ouro dos Montes Apuseni, caracterizada pela existência de pequenos núcleos habitacionais dispersos, ainda mal conhecidos. Da exposição de Branga fica-nos a ideia de que a urbanização da Dácia se desenvolveu a partir de pequenos estabelecimentos populacionais, por vezes de carácter ácentuadamente rural, o que constitui realmente uma originalidade notável. No nosso território, por exemplo, *Vipasca* ou o *vicus* industrial de Tróia nunca ultrapassaram essa situação e muitas das *civitates* ascenderam apenas por motivos administrativos, o que está longe de se ter verificado na Dácia.

Em relação à análise do urbanismo efectuada por Branga há dois aspectos acerca dos quais não podemos deixar de exprimir dúvidas. Com efeito, a pretendida organização tripartida do espaço em *Colonia Dacica Sarmizegetusa* e em *Porolissum*, baseada em áreas definidas pela presença do anfiteatro e anexos, santuários e espaço urbano propriamente dito, os contraria as normas do urbanismo romano, parecendo relacionar-se directamente com modelos helenísticos. O segundo aspecto em causa prende-se com a população atribuída a *Colonia Dacica Sarmizegetusa* (20000 habitantes) e a *Apulum* (40000 habitantes). Tais números parecem-nos exagerados. Considerando que o anfiteatro de *Sarmizegetusa* tinha capacidade para um máximo de 6000 espectadores e que o teatro de *Thamugadi* (Timgad), cidade africana que Branga compara com a capital da Dácia, comportava um máximo de 4000, cifra correspondendo *grosso modo* à população urbana (M. Wheeler, *Roman Art and Architecture*, Londres 1964, p. 50-51), julgamos que o número de habitantes de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, cidade um pouco maior que *Thamugadi* (p. 29-31), não ultrapassaria os 10000; da mesma forma, a população de *Apulum*, mesmo contando com os militares, não atingiria o número proposto por Branga, ainda que as características especiais desta cidade, a maior da Dácia, e a insuficiente escavação dificultem os cálculos demográficos, sempre difíceis.

Ao tratar do espaço rural das cidades Branga destaca a existência de *villae suburbanae* e de *villae rusticae*, a maior parte das quais pertencia à aristocracia urbana e a colonos, sobretudo veteranos. A base económica das *villae rusticae*, quase sempre de arquitectura muito simples, combinava frequentemente actividades agrícolas e industriais. Em relação

às primeiras não queremos deixar de destacar a presença da viticultura, certamente muito rendível, confirmada pelo autor através de escavações *na villa rustica* de Apoldu de Sus, no território de *Apulum*, particularmente estudado por Branga e onde em 1980 se conheciam 16 *villae rusticae* (p. 44). Além da descrição minuciosa da escavação de Apoldu de Sus, cujas estruturas correspondem a um estabelecimento tipo casal agrícola, circunstância já reconhecida noutras zonas da Roménia (V. Baumann, *Ferma romaria din Dobrogea* Tulcea, 1983, p. 93-146), Branga refere a importância dos *pagi*, relacionados com uma economia baseada pecuária e na agricultura ou em actividades mais especializadas: explorações de sal (*Salinae*); pedreiras (*Ampoita*); águas termais (*Germisara*). O desenvolvimento urbanístico de alguns destes centros está bem representado no território de *Colonia Dacica Sarmizegetusa*, por exemplo, onde o *Pagus Miciensis* (Vetel-Deva) dispunha de um anfiteatro (p. 35-36). O caso mais exemplar é, todavia, o de *Sucidava*, povoação transformada no século III numa autêntica cidade (p. 77-79).

Ainda na região de *Apulum*, o autor escavou uma das três estações viárias aí conhecidas, resolvendo o problema da localização de *Sucidava* (Mercurea-Albele), na via *Apulum-Romula*. Apesar de muito destruída, esta *mansio* constituiu um interessante exemplo deste tipo de estabelecimento viário. Consta de três edifícios separados, construídos segundo o eixo da via: o edifício da estalagem, as termas e uma torre de vigia hexagonal (p. 53-62). Pena foi que o autor não tivesse desenvolvido o tema da rede viária, apesar de frequentes referências dispersas no texto. Os trabalhos de campo de Branga contribuirão! para reforçar a tese da permanência de uma população romanizada no meio rural depois de 271. Em Apoldu de Sus houve reconstrução nos inícios do século IV e em Mercurea-Albele uma moeda de Valente prova que as termas ainda funcionavam na segunda metade do século IV.

Na segunda parte da obra, intitulada *Industria tegulara* (p. 83-122), o autor dedica-se a uma exaustiva análise dos materiais de construção utilizados na Dácia, tratando especialmente dos materiais líricos e dos materiais cerâmicos, sem esquecer outros, como o vidro, que considera de fabrico local. Descreve-nos em pormenor as produções dos telhais civis dáricos num trabalho pioneiro em que enumera 284 localidades onde se encontraram materiais cerâmicos (tab. 1, p. 104-112), catalogando-os cuidadosamente, passando depois à descrição de aspectos técnicos, como a escolha das argilas e o calendário da produção, nomeadamente o das operações de secagem, com as quais estarão relacionadas as numerosas marcas de animais domésticos e ferozes (lobos) patentes nestes materiais. A este respeito não consideramos as marcas deixadas por cães como testemunhos de um ritual em honra de *Silvanus*, como foi proposto há alguns anos e parece ser aceite pelo autor (p. 116). Branga transcreve igualmente os resultados do estudo do único forno de telhai civil escavado na Dácia, pertencente a *M. Servius Donatus*, o qual só produzia materiais de construção. As páginas dedicadas à organização do trabalho e ao regime de propriedade são muito importantes pelas sugestões que apresentam. O pessoal era certamente numeroso e a especialização limitada a um grupo-restrito. Sobre os salários praticados, embora o *Édito do Máximo* se lhes refira (*Edictum de pretiis rerum venalium*, VII, 15, 16), pouco se pode avançar, pois a brutal inflação verificada entre o século II, período para o qual existem algumas referências a preços na Dácia (um cavalo valia 5 denários enquanto que uma escrava ascendia a 205 denários), e o século IV não permite quaisquer aproximações. O mesmo não sucede em relação ao número médio diário de peças produzidas, 220, que parece constante em todo o mundo romano. Referenciado na Panónia (*CIL* III 11378- - LI 385) e talvez em *Sucidava* (p. 118), encontramos-lo de novo em *Conimbriga* onde um

grafito executado antes da cozedura indica a cifra 223 (*Fouilles de Conimbriga*, II, p. 166, n.º 369), testemunho não indicado por Branga. O autor concede grande atenção à teoria proposta por J. Chauffin para explicar alguns dos símbolos gravados nos materiais cerâmicos, normalmente traçados com os dedos logo a seguir à moldagem, como símbolos relacionados com o ritmo de produção e, provavelmente, como marcas de controlo de qualidade (J. Chauffin, *Les tuilles gallo-romaines du Bas-Dauphiné*, “Gallia”, XIV, 1956, p. 81-88). Considera que cada equipa de trabalho era constituída por seis homens, hipótese que desenvolve a partir de uma inscrição de *Drobeta* que indica o soldado *Aurelius Mercurius* como *magister* de um grupo de 60 soldados destacados para a *figlina* na unidade local (p. 117, 119-120). De acordo com a proposta de Branga, que nos parece aceitável, os homens de *Mercurius*, divididos em 10 equipas, produziriam 13200 peças por dia de trabalho. Qualquer cálculo de produtividade para além deste número é arriscado, uma vez que escapa à possibilidade de confirmação. A uniformidade verificada em todo o Império na média de produção diária e nas marcas digitais confirma a existência de uma indústria normalizada, o que se relaciona quer com o pragmatismo organizador romano quer com a tecnologia disponível na época, bem patentes na obra de Branga. O autor termina esta parte do seu trabalho referindo sumariamente a comercialização e transporte dos materiais cerâmicos, bem como a localização dos fomos, preferencialmente junto às estradas e perto de rios navegáveis, ao que não foram estranhas certas associações de transportadores, como o *collegium nautarum* de Apulum. O problema das matérias primas e do combustível para os fomos parece não ter pesado na escolha dos locais de fabrico, talvez devido à sua abundância, mas a existência de materiais com marcas de patas de lobo prova que alguns desses locais se situavam em zonas pouco urbanizadas. Infelizmente Branga não foca este aspecto a não ser muito ligeiramente (p. 121). O autor analisa ainda os termos *figlina e officina*, atribuindo ao primeiro um sentido jurídico relacionado com a propriedade da manufactura e considerando que uma *figlina* podia contar com várias *officinae*, eventualmente alugadas aos *offinatores* pelo *dominus*, terminando por atribuir a categoria de autêntica indústria à produção dos telhais (p. 121-122), afirmação perfeitamente justificada tendo em conta as características e exigências da arquitectura romana.

A terceira parte da obra intitula-se *Figline si officine civile* (p. 123-166), contando com um catálogo de estampilhas, uma análise da composição étnica e social do grupo de proprietários (*domini*) e mestres (<*offinatores*) da indústria civil de cerâmica de construção na Dácia e uma breve referência a problemas de cronologia. Em relação às estampilhas, Branga começa por passar em revista o tipo utilizado na Dácia, conforme com o modelo rectangular próprio dos ambientes provinciais, por vezes molduradas ou ostentando *tabulae ansatae*. A informação do autor de que no território da província apenas se conhece uma estampilha circular, certamente de origem itálica mesmo que relacionada com uma sucursal (p. 132-133), leva-nos a atribuir a mesma origem à estampilha circular referenciada em Milreu (*CIL* II 6252⁹), testemunhando um frete de retomo ou a presença de uma sucursal. Branga reconhece a impossibilidade de datar os materiais a partir das características das estampilhas, assim como de proceder a cálculos de produtividade por falta de dados seguros, como já referimos. Antes de apresentar o catálogo com as 52 estampilhas civis conhecidas na Dácia, o autor refere-se aos problemas epigráficos que dificultam as leituras de textos que se resumem a siglas ou abreviaturas, por vezes com nexos. Para resolver esta dificuldade Branga recorreu, naturalmente, à antropometria da cidade de onde provêm as estampilhas. Este método parece-nos bastante razoável, inde-

pendentemente dos problemas que o autor reconhece ainda prejudicarem o conhecimento da estrutura onomástica da província, os quais num ou noutro caso tomam a reconstituição apenas provável. Este método permite também datar determinadas construções, nomeadamente nas zonas rurais dependentes, através do que podemos designar como sincronismo. O catálogo encontra-se organizado por cidades, com as estampilhas reproduzidas em bons desenhos na escala 1/2. *Colonia Ulpia Traiana Dacica Sarmizegeiusa* concorre com 23 estampilhas, *Napoca* com 4, *Dr obeta* com 2, *Apulum* com 5, *Romula* com 5, *Tibiscum* com 7, *Dierna* com 2, *Ampelum* com 1 e *Sucidava* com 2. O predomínio de *Colonia Dacica Sarmizegeiusa* resulta das características civis da colônia, isenta da concorrência das produções militares, muito nítida, por exemplo, em *Apulum* e, sobretudo em *Potaissa* e *Porolissum*. Uma das marcas da capital dácia, onde 14 delas referem *tria nomina*, pertence a um *M. Turranius Fronto* (?), membro da *ordo decurionum* da cidade, situação que nos recorda a de *C. Turranius Rufus*, de Conimbriga (*Fouilles de Conimbriga*, II, p. 91-93, 99). Atendendo à origem indiscutivelmente romana do gentílico e do cognome proposto na reconstituição (W. Schulze, *Zur Geschichte lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1990, p. 429, 446; I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, p. 17, 26, 118, 236) não compreendemos por que razão Branga o considera oriundo do Oriente, ainda que alguns *Turrani* dácicos sejam gregos orientais (p. 136-137). Atendendo aos locais onde se encontraram, e considerando a diversidade de estampilhas, julgamos, ao contrário do que o autor defende, que as marcas I. VAL, C. I. V. e C. I. VAL. pertencem todas a uma única figlina de *Sarmizegeiusa* pertencente a *C. Iulius Valerius* (CIL III 8075^{ldh}). Em *Colonia Dacica Sarmizegeiusa* e em *Ampelum* ocorre a indicação R(es) P(uplica), reflectindo manufacturas autárquicas (p. 137-138, 156-157).

Ao analisar a estrutura sócio-étnica desta indústria dácia o autor destaca que a produção era controlada pela aristocracia urbana, representada em larga medida por colonos itálicos. Assim, por exemplo, em *Sarmizegeiusa* sete decuriões eram proprietários de *figlinae* e, num total de 53 estampilhas, 49 descontando as manufacturas públicas, 25 ostentam *tria nomina*. Apenas 12 estampilhas referem um único nome, provavelmente relacionadas com peregrinos e libertos, quase todos trabalhando em *officinae* alugadas: *Ambiurus*, *Asclepius*, *Atenus*, *Graecinus*, *Lerus*, *Arrius* (?), *Aurelius*, *Fanius*, *Ianuarius*, *Iulius*, *Marcus* e *Vincentianus* (p. 161-162). Os problemas de transporte, assim como o desenvolvimento acelerado da urbanização e dos seus comprovados reflexos sobre o meio rural levaram ao aparecimento de sucursais, sempre que não era possível rentabilizar o transporte fluvial, como fez *P. Aelius Terentianus*, de *Apulum* (p. 144-146). O desenvolvimento atingido pelos telhais ficou a dever-se, fundamentalmente, aos elementos itálicos e danubianos romanizados, verificando-se, uma vez mais, que é muito reduzida a presença de gregos orientais. Temos que ter em conta, naturalmente, o processo de assimilação, sem esquecer que é necessário algum tempo para obliterar a onomástica indígena. É provável que os gentilícios *Aelius* e *Aurelius*, muito bem representados na Dácia e ocupando o primeiro lugar na indústria cerâmica (5 *domini* e 4 *offinatores*), se relacionem, nalguns casos, com indígenas romanizados, como sucede, por exemplo, com a maior parte dos *Iulii* peninsulares. Todavia, a presença de um *Aurelius Belzeius* e de um *M. Aurelius Syrus* sugere prudência neste caso.

O predomínio das produções urbanas não impediu o aparecimento de telhais no meio rural, sem qualquer prejuízo para a qualidade e diversidade dos materiais produzidos, ainda que muitas vezes esta produção não fosse estampilhada, uma vez que não se destinava a servir uma economia de mercado nem a ser utilizada, como frequentemente acon-

teceu nas cidades, nas construções relacionadas com os *munera* decorrentes do desempenho de cargos públicos ou com acções de evergetismo. Foi pena que o autor não tivesse indicado quais os produtores cujas estampilhas ocorrem também em cerâmica doméstica e em ânforas, dado que nem sempre telhais e olarias se distinguiam em termos de produção, como se verifica, por exemplo, através de diversas estampilhas algarvias (M. L. Pereira, *Marcas de oleiros algarvios do período romano*, “O Arqueólogo Português”, série III, VII-IX, 1974-1977, p. 243-268).

A obra de Branga constitui um importante contributo, quer para o estudo dos problemas do urbanismo no mundo romano, quer, muito especialmente, para o conhecimento da indústria de materiais de construção. Com efeito, recorrendo aos testemunhos da cultura material que constituem a base da investigação arqueológica e interpretando-os num contexto mais lato, histórico e cultural, Branga transmite uma imagem inesperada do processo que integrou a Dácia na romanidade. Uma das causas da sobrevivência, em condições difíceis, das raízes lançadas por 165 anos de presença romana reside no êxito da urbanização e dos seus reflexos no meio rural, tanto mais que, como destaca o autor, o carácter explorador do domínio romano na Dácia foi particularmente atenuado por uma intensa actividade construtora, em grande parte orientada no sentido da utilidade pública. Toma-se assim mais fácil compreender a tenaz resistência da latinidade a norte do Danúbio, essa mesma resistência à adversidade quotidiana que caracteriza o mundo rural nas obras de Creanga e de Eminescu.

VASCO GIL MANTAS

Maria de los Angeles MAGALLÓN BOTAYA, *La red viaria romana en Aragon*, Diputación General de Aragón, Saragoça, 1987, 305 p., ilustrado.

Os trabalhos de investigação sobre a rede viária romana da Península Ibérica, apesar das numerosas dificuldades que os caracterizam! e das circunstâncias ingratas em que frequentemente se desenvolvem, contam com uma tradição já centenária, em parte alicerçada em publicações de grande qualidade. Todavia, os estudos realizados até há uma vintena de anos não conduziram senão a resultados limitados, sujeitos a revisões mais ou menos radicais. A publicação da tese de Roldán Hervás sobre a via Mérida-Astorga (J. Roldán Hervás, *Iter ab Emérita Asturicam. El camino de la Plata*, Salamanca, 1971) representou o ponto de partida para um novo período da arqueologia da rede viária romana, cujos progressos e hesitações facilmente se detectam nas comunicações apresentadas no Simpósio efectuado em Tarazona em 1987 (*Actas del Simposio sobre la Red Viaria en la Hispania Romana*, Saragoça, 1990). Numa época em que o estudo da romanização se alarga a novos temas, ganhando simultaneamente em profundidade e espírito crítico, o renascimento dos estudos viários corresponde a uma necessidade fundamental, considerando os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais relacionados com as funções desenvolvidas pelas estradas romanas, definitivamente reconhecidas como mais que simples vias militares.

O volume que vamos analisar constitui um bom exemplo da renovação dos estudos viários peninsulares, reflectindo os progressos alcançados e os factores que os limitam. A rede viária estudada por Maria de los Angeles Magullón Botaya corresponde a uma das zonas mais importantes sob o ponto de vista das comunicações antigas da Península

Ibérica, centrando-se em Saragoça (*Caesaraugusta*), cidade que representa, tal como Mérida (*Emerita Augusta*) e Astorga (*Asturica Augusta*), um dos pontos fulcrais da rede viária romana. O quadro geográfico considerado pela autora, como na maior parte dos trabalhos deste tipo recentemente publicados em Espanha, corresponde a uma região administrativa, alheia ao traçado das vias e à organização territorial romana, ainda que se aproxime da área outrora pertencente ao Convento Caesaraugustano. Esta circunstância, facilmente explicável pela estrutura política do país vizinho, tem como inconveniente maior trincar o estudo de determinadas estradas, dificultando a interpretação dos sistemas viários. Por outro lado, não podemos esquecer que o carácter regional dos trabalhos implica um maior conhecimento do território estudado, o que representa um factor de inegável importância em termos de arqueologia da paisagem. Pensamos que a melhor solução consiste em optar pelo estudo de uma via ou de uma rede viária capaz de permitir uma análise de conjunto coerente. Maria de los Angeles Magallón Botaya aproximou-se da segunda solução, preferindo elaborar o seu estudo no quadro aragonês actual, o que resulta compreensível, dado tratar-se de uma tese de doutoramento que de outra forma seria difícil de desenvolver. Daí que *La red viaria romana en Aragon* acabe por analisar um sistema de comunicações bastante completo, cobrindo um território cuja superfície equivale a cerca de metade da área continental portuguesa. Esta característica da obra, resumo da tese apresentada em 1985 pela autora, justifica alguns dos pontos sujeitos a crítica ao mesmo tempo que testemunha a capacidade de trabalho da arqueóloga.

A qualidade gráfica da obra é verdadeiramente excepcional, luxuosa mesmo, não sendo fácil encontrar-lhe paralelo na Península Ibérica em obras deste tipo. Numa época em que a qualidade das publicações científicas se ressentia dramaticamente dos efeitos da inflação e dos cortes orçamentais, deparar com uma publicação tão cuidada constitui uma agradável surpresa, ainda que se verifique uma ou outra concessão destinada a cativar um público que se pretendeu certamente mais amplo que o dos especialistas. Trabalhar com um livro belo é sempre estimulante e, desde que o conteúdo corresponda ao aspecto, nada temos a objectar, sobretudo quando a iniciativa resulta do mecenato de entidades oficiais, como aconteceu neste caso através da intervenção do *Director General de Carreteras* do Governo Autónomo de Aragão, Campos Rupérez, que afirma na apresentação da obra: *que no podía permitir que un trabajo de esta índole, tan caro a la filosofía política de sus titulares, aguardase a ver la luz el tiempo de la desesperanza* (p. 9). Se tivermos em conta quantos trabalhos valiosos envelhecem sem nunca alcançarem a audiência merecida, por falta de publicação, só nos podemos congratular com o êxito de Magallón Botaya, enquanto esperamos que este exemplo aragonês se repita muitas vezes, nomeadamente entre nós, onde o meio arqueológico se encontra tão carecido de apoios concretos.

O texto, valorizado por dezenas de ilustrações a cores e a preto e branco, conta com uma apresentação, um prólogo e uma introdução (p. 9-20), antecedendo o corpo da obra, dividido em três partes: *Elementos para el estudio de la red viaria* (p. 21-52); *Reconstrucción del sistema viario romano* (p. 53-245); *Anexos: relación de miliarios* (p. 249-264); *relación de mansiones* (p. 265-268). Segue-se-lhe a bibliografia (p. 269-297) e um índice geral (p. 299-305). A organização da obra é bastante funcional, recorrendo a um modelo muito simples. Gostaríamos, todavia, que as ilustrações fossem numeradas e que o índice geral fosse completado por índices temáticos, o que simplificaria a utilização do volume.

Antes de nos debruçarmos mais detidamente sobre o conteúdo da obra de Magallón Botaya queremos referir algumas deficiências e lapsos mais evidentes, em parte resultantes de circunstâncias involuntárias. Estão neste caso, por exemplo, as figuras trocadas nas

páginas 121 e 123 e a fotografia invertida do miliário de Valeriano e Galieno, na página 149. Mais incómodos se revelam os problemas relacionados com os mapas e as fotografias aéreas publicadas. Quanto aos primeiros verifica-se que, na maior parte das vezes, foram utilizados mapas de pequena escala, nem sempre indicada, ou de muito difícil leitura devido à redução sofrida, como acontece, em especial, com os mapas das páginas 69, 72, 91, 108, 161, 170, 217 e 230. No caso das fotografias aéreas faltam a escala e o número do fotograma, tomando praticamente impossível a identificação do mesmo, ainda que na introdução a autora refira, brevemente, a origem dos fotogramas e as suas escalas (p. 20). A interpretação é também prejudicada pela frequente ausência de indicação do traçado da via que se pretende documentar através da fotografia aérea, facto tanto mais incompreensível quanto é certo que parte dos fotogramas ostenta a referida indicação, nomeadamente todos os que foram incluídos até à página 121, faltando daí até ao final da obra, com excepção do fotograma inserido na página 232.

Outro problema prende-se com a relação de miliários (p. 249-264), cujo critério de ordenação é difícil de compreender, uma vez que a autora não optou por um catálogo organizado cronologicamente ou em função das vias estudadas, privilegiando a área dos achados. Acresce ainda que a coordenação entre a numeração do catálogo e as referências no texto é imperfeita ou inexistente. Assim, por exemplo, a propósito da via *Caesaraugusta-Pompado* (Pamplona), são referidos como de Adriano os miliários n.º 18 e n.º 21 (p. 35-36), os quais na relação correspondem a monumentos de Licínio e de Constantino (p. 260), enquanto que no quadro com as fontes epigráficas da referida via o miliário n.º 18 pertence a um imperador indeterminado (p. 145). Também na mesma via o miliário n.º 8, atribuído a Caracala (p. 35), surge na relação como sendo de Augusto (p. 252-253) e no quadro das fontes epigráficas como pertencente a Treboniano (p. 145). A este inconveniente somam-se outros dois: a relação nem sempre é precisa quanto ao paradeiro dos miliários; as fotografias dos marcos inseridas no texto carecem de indicações que permitam relacioná-las com os miliários constantes da relação anexa. Problemas deste tipo ocorrem com certa frequência quando é necessário manusear informações numerosas e diversificadas e, embora desagradáveis, podem ser suplantadas por uma leitura cuidadosa. Nenhum leitor de boa fê invocará semelhantes faltas para condenar uma obra como a de Magallón Botaya, repleta de dados valiosos e de análises assentes numa cuidadosa investigação, suficientes para que o conteúdo sobreleve quaisquer contrariedades formais.

A autora começa por traçar um panorama geral da problemática da rede viária romana em Aragão, indicando concisamente a metodologia que empregou, condicionada pela raridade de vestígios conservados, pela amplitude da área a estudar e pelas assimetrias que caracterizam a informação disponível. Refere com algum desenvolvimento o recurso à fotografia aérea, limitado pelos custos elevados e por aspectos de ordem técnica, assim como a necessidade de reconhecer no terreno os troços considerados antigos (p. 15-16). Sacrificado um tanto ou quanto o primeiro dos métodos considerados restou à autora explorar as fontes escritas, literárias e epigráficas, e multiplicar acções de prospecção, circunstância que reflecte os problemas com que se debatem os investigadores desta matéria e as simplificações que uma metodologia correcta pode sofrer, aproximando-se dos processos tradicionais.

Magallón Batoya atribui grande atenção à história da rede viária, em parte desenvolvida sobre antigos caminhos indígenas e destinada a desempenhar funções estratégicas, administrativas e económicas (p. 17). Os miliários da estrada *Caesar augusta-Pompaelo* testemunham a intervenção de destacamentos militares na construção da via, entre 9 e 5 a.

C., pertencentes às legiões lili *Macedonica*, VI *Victrix* e X *Gemina*, reafirmando o carácter militar inicial destas estradas, logo definido no século II a. C. pelos miliários de Q. *Fabius Labeo*. A necessidade de se desenvolver o estudo da história das vias foi já apontada há mais de duas décadas por um notável historiador (Paul Petit, *La paix romaine*, Paris, 1967, p. 288-289), sem grande resultado, pelo que o esforço da autora neste sentido merece aplauso e reconhecimento, ainda que não tenha atingido plenamente o seu objectivo. Recorrendo aos miliários para traçar a história geral da rede viária, quanto à sua construção e manutenção, a autora incorre numa pequena contradição quando, depois de afirmar a raridade dos miliários atribuídos ao período entre Adriano e o Baixo Império (p. 19), alude ao grande número de marcos pertencentes aos séculos III e IV (p. 35). Também não nos parece possível explicar a falta de miliários entre Adriano e meados do século III pelas perturbações provocadas pelos *bagaudae* e, menos ainda, pelas primeiras invasões bárbaras, que não atingiram o vale do Ebro antes de 262. Se compararmos o que se verifica nas estradas da região aragonesa com os dados facultados pela via *Emerita-Ásturica* constatamos exactamente a mesma situação (R. Hervás, *Via de la Plata*, p. 65), de forma alguma exclusiva daquelas vias. Magallón Botaya reconhece que as vias de comunicação romanas não se limitavam à rede viária construída com fins estratégicos e administrativos, englobando igualmente estradas secundárias muito numerosas e difíceis de estudar (p. 17), assim como navegação fluvial no Ebro, mal conhecida (p. 20). A autora chama a atenção para um dos mais graves problemas que se levantam ao investigador, nomeadamente ao arqueólogo, referência que julgamos muito pertinente transcrever: *importantes tramos perfectamente conservados a lo largo de los siglos han desaparecido en las últimas décadas con la puesta en marcha de planes de regadíos y la construcción de nuevas carreteras* (p. 17). Entre nós a situação é idêntica e, na ausência de estudos de impacte ambiental integrados no planeamento das grandes obras públicas e privadas só podemos assistir à degradação acelerada do que ainda resta da rede viária antiga, enquanto se aguarda pela eficácia da legislação e dos organismos responsáveis.

Na primeira parte da obra, intitulada *Elementos para el estudio de la red viaria* (p. 21-52), a autora historia a evolução do estudo da rede viária em Aragão, sem esquecer a contribuição de Jerónimo Zurita para uma das primeiras edições do *Itinerário de Antonino* (Andre Schott, *Itinerarium Antonini Augusti et Bordigalense*, Colònia, 1600), comentando depois as fontes antigas, literárias e epigráficas, medievais e modernas, assim como a toponímia. A propósito do *Itinerário* comenta a teoria de Gonzalo Arias sobre o significado dos topónimos em acusativo sem preposição, assumindo uma atitude cautelosa, que nos parece justificada, fazendo depender a aceitação da referida teoria da sua confirmação a nível do Império, uma vez que os casos verificados em Aragão o não permitem (p. 29). Em relação às fontes epigráficas, fundamentalmente constituídas por miliários provenientes de apenas duas vias, o que é normal atendendo a que a balizagem não foi uma prática generalizada (Pierre Sillières, *Les miliaires du Sud de la Péninsule Ibérique*, "Epigraphie Hispanique. Problèmes de Méthode et d'Édition", Paris, 1984, p. 274-275), a autora utiliza-as para delinear a cronologia da rede viária, a política de construção e de reparação ao longo dos tempos, destacando-se neste aspecto a inscrição de Siresa (*CIL* II 4911). Comentando a concentração de miliários na zona de Cinco Villas, distribuídos entre Máximo e Maximino e Constantino II, a autora considera-a resultante de preocupações de ordem propagandística numa zona de fronteira (p. 35), solução admitida em casos semelhantes; os miliários de Augusto e os de Adriano são os de mais cuidado acabamento, ostentando os últimos as habituais *hederae distinguentes*.

A arqueóloga aragonesa ocupa-se também do problema do valor da milha romana utilizada na Península, problema que tem produzido alguma polémica, apesar de a maioria dos investigadores aceitar a milha normal de 1480 metros (J. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana*, Madrid, 1975, p. 32-33), valor comprovado pela autora nas medições possíveis, nomeadamente na via *Tarraco-Celsa* (p. 36-37). Nós próprios encontrámos o mesmo valor ao longo de todo o traçado da estrada *Olisipo-Bracara*, inclusive no troço a norte do Douro, constituindo o trabalho de Magallón Botaya um importante contributo para a solução definitiva desta questão. Menos segura nos parece, pelo contrário, a proposta de utilização de léguas gaulesas a norte de *Summo Pyreneo* (p. 130), a manter *sub judice*.

O capítulo termina com uma brevíssima referência às técnicas de construção das vias, reconhecendo a grande variedade de estruturas existentes, em parte resultantes das características do terreno atravessado, limitando-se muitas delas a simples *viae terrenae*, não ocorrendo nada semelhante ao que defende a famigerada teoria das quatro camadas (p. 37-38), difundida por Bergier e por Besnier e presentemente considerada como uma autêntica ficção (Raymond Chevallier, *Les voies romaines*, Paris, 1972, p. 93-102), o que não impediu a sua representação no desenho da página 38. Magallón Botaya chama a atenção para a extrema raridade dos tramos empedrados sobreviventes, considerando-os de muito difícil datação, o que concorda com os resultados da melhor investigação efectuada noutras regiões peninsulares.

A autora ocupa-se em seguida das fontes medievais (p. 39-46), sugerindo que sejam cautelosamente utilizadas por se tratar de investigação necessária mas pouco produtiva, devido quer às características da documentação disponível, quer à forma como os caminhos nela são referidos. Na verdade, depois de consultar 1343 documentos, provenientes de mosteiros do Alto Aragão e da Catedral de Huesca, apurou 316 referências a vias, na maior parte das vezes vagas e imprecisas. Transcrevemos a conclusão de Magallón Botaya, concisamente elucidativa: *Podemos decir que es muy difícil diferenciar los caminos medievales de los romanos antiguos a través de la documentación escrita. En los casos estudiados por nosotros no hemos encontrado ninguna referencia a via romana dentro de los textos. Son por lo tanto los casos mas fiables aquellos que vienen indicados por el termino strata y los adjetivos vetus, antiquum* (p. 45). A mesma prudência é assumida pela autora quanto à utilização das fontes árabes, em especial quando se trata de documentação relativamente recente. Magallón Botaya também identifica em Aragão o fenómeno de alteração da rede viária característico dos últimos séculos da Idade Média, quando muitos traçados romanos são abandonados ou perdem a sua importância (p. 45), pelo que as fontes califais se revelam como as mais úteis e merecedoras de atenção por parte dos investigadores da antiguidade romana, o que raramente acontece entre nós.

As fontes modernas, muito numerosas e diversificadas (p. 46-49), facultam informações valiosas, quase sempre de forma indirecta. A autora destaca o valor dos repertórios de caminhos de Juan de Villuga e de Alonso de Meneses, ambos do século XVI, conferindo todavia especial atenção ao trabalho do geógrafo português João Baptista Lavanha, considerando-o fundamental para o conhecimento da rede viária em Aragão, sobretudo no tocante à via *Ilerda-Celsa* (p. 47). Lavanha, cuja acção é mal conhecida em Portugal, procedeu ao levantamento de um mapa do Reino de Aragão em 1610-1611, anotando e desenhando num caderno de campo redigido em português tudo o que considerou interessante, nomeadamente numerosos vestígios romanos, como os miliários de *Q. Fabius Labeo*, base de identificação da via *Ilerda-Celsa* (A. Ubieta Artur, *El itinerario de Aragón de Juan Baptista Lavana*, "Estudios del Departamento de Historia Moderna", 1985, p.

155-172). A análise das fontes termina com algumas reflexões sobre a toponímia (p. 49-52), a qual deve ser rigorosamente controlada através de um estudo crítico muito disciplinado, processo lento e nem sempre fácil de executar. Magallón Botaya selecciona alguns topónimos, atribuindo especial atenção aos que se relacionam com caminhos e miliários, como é o caso do termo *Calzada*, com ou sem apelativo, o qual, segundo a autora, surge normalmente junto a estradas romanas ou coincidindo com o seu traçado (p. 51-52), enquanto atribui parte dos numerosos topónimos numerais existentes em tomo de Huesca e de Saragoça à repartição de terras, sem explicitar. A autora termina por afirmar que a toponímia de interesse viário aragonesa corresponde ao que se conhece noutras regiões peninsulares, circunstância que julgamos reflectir um léxico de formação relativamente recente, não anterior, salvo algumas excepções, à Reconquista. A definição dos diversos estratos constituintes da toponímia viária surge como um trabalho a realizar com prioridade, pois não deixará de contribuir para um traçado da rede viária antiga de acordo com a sua evolução cronológica e não como um todo imutável tal como os mapas na maior parte das vezes no-la representam. Referiremos de seguida alguns desses topónimos, ainda que eles se encontrem citados apenas na segunda parte da obra. Assim, na via *Ilerda* (Lérida) — *Osca* (Huesca) — *Caesaraugusta* encontramos os topónimos Galiana (p. 68), Berbegal (p. 87) e Tabernas (p. 110), o último dos quais sugere alguma prudência quanto à sua antiguidade, enquanto que o primeiro surge com frequência associado a estradas romanas, como sucede perto de Pombal sobre um *deverticulum* da via *Conimbriga-Sellium* (Tomar). Outros topónimos podem relacionar-se directamente com o domínio muçulmano, ainda que de origem latina, caso de Manzil, na via de Saragoça aos Pirenéus (p. 218), derivado de *mansio* e também representado em Portugal, por exemplo em Almansil, perto de Faro; podemos incluir no mesmo grupo o topónimo Masalcorreig, registado na via *Ilerda-Celsa*, ou *Via Augusta* (p. 229). Nesta mesma estrada ocorrem alguns topónimos de indiscutível origem medieval e muito difundidos por todo o Ocidente românico, caso de *Carni del Diable*, perto de Masalcorreig, e *Camino de los Fierros*, o primeiro dos quais se pode relacionar no nosso território com, por exemplo, a Estrada dos Diabos, a sul de Évora, e a Calçada dos Galhardos, na Serra da Estrela.

Na segunda parte da obra e sob o título *Reconstrucción del sistema viario*, encontramos a análise sistemática do traçado das vias aragonesas de acordo com um esquema idêntico para todas elas: descrição topográfica; construção da via; obras de arte; *mansiones*, estradas secundárias. São os seguintes os eixos viários considerados nesta parte fundamental da obra: Vias entre *Ilerda-Osca* e *Caesaraugusta* (p. 55-107); Via de *Caesaraugusta* aos Pirenéus (p. 113-139); Vias entre *Caesaraugusta* e *Pompaelo* (p. 141-155); Vias entre *Caesaraugusta* e *Turiaso* (p. 157-170); Vias de *Emérta* a *Caesaraugusta* (p. 173-191); Vias entre *Caesaraugusta* e *Laminio* (p. 193-209); Vias de Baixo Aragão (p. 211-225); *Via Augusta* (p. 227-245). A rede viária estudada por Magallón Botaya é constituída por numerosas estradas, cuja diversidade e diferentes ritmos de utilização justificavam, quanto a nós, a inclusão de um mapa em grande, escala traduzindo graficamente a sua história, rede viária sobre a qual nos limitaremos a focar globalmente alguns aspectos mais significativos.

A propósito do traçado das vias, para além do aproveitamento de caminhos indígenas a que já fizemos referência, devemos aqui destacar a análise do problema da existência de duas vias entre *Ilerda* e *Caesaraugusta* ao longo do vale do Ebro, resolvido na base da duplicidade das fontes utilizadas no *Itinerário*, de acordo com uma hipótese de Roldán Hervás e a partir da repartição dos testemunhos arqueológicos, a favor da existência de

urna única via (p. 60-65). Este problema chama a atenção para o muito trabalho que há ainda a realizar quanto à revisão e ao estudo arqueológico do *Itinerário de Antonino*. Outros aspectos interessantes quanto ao traçado das vias são, por exemplo, os que se prendem com o traçado directo da via entre *Caesaraugusta* e *Beneharnum* (Lesear), sem tocar em núcleos de povoamento importantes, como Jaca (p. 129), ou com o facto de a estrada *Caesaraugusta-Turiaso* (Tarazona) ser formada por três vias diferentes (p. 224), tal como sucede com a *Olisipo-Bracara* (Vasco Mantas, *A rede viária do Convento Escalabitano*, “Actas del Simposio sobre la Red Viaria en la Hispania Romana”, Saragoça, 1990, p. 224). Particularmente elucidativo acerca das modificações sofridas pela rede viária é o desvio verificado na *Via Augusta*, provavelmente na época de Nero, devido ao desenvolvimento de *Caesaraugusta* e ao abandono de *Celsa* (p. 235-239), tal como certamente aconteceu com as vias do vale do Tejo depois da fundação de Mérida. Em relação ao traçado das estradas não podemos deixar de estranhar o recurso a mapas de escala 1/500000 e 1/1000000 para estudar a via entre *Caesaraugusta* e *Laminio* (p. 194), certamente uma das mais difíceis de reconstituir de toda a Península Ibérica (*It.* 446,8-448,1), ao mesmo tempo que o esboço da referida via não nos parece correcto quanto ao traçado entre *Saltigi* e *Ubisosa* (p. 197), topónimo que preferimos à versão *Libisiosa*.

Sobre a estrutura das vias não há muito a dizer por falta de sondagens, apesar de a autora reconhecer a dificuldade de datar velhos caminhos empedrados (p. 97-98). Em toda a obra encontrámos apenas duas referências à estrutura das estradas, respeitantes à via *Ilerda-Osca-Caesaraugusta* e à via *Ilerda-Celsa*. No primeiro caso Magallón Botaya indica a existência de duas camadas, uma superior e em mau estado, formada por pedras grosseiramente poligonais, e uma inferior constituída por cascalho (p. 77); no segundo caso temos uma camada superior de pequenas lajes e uma camada inferior formada por terra e pequenas pedras (p. 233). Muitas das estradas seriam simples *viae terrenae*, como terá sido a estrada *Caesaraugusta-Turiaso* (p. 161). Outras, por razões relacionadas com a topografia e com a categoria, nomeadamente quando se tratava de *viae militares* que deviam servir o *cursus publicus* durante todo o ano, tiveram cuidada construção, caso da via *Caesaraugusta-Beneharnum*, referida na inscrição de Siresa como *Via Famosa* (*CIL* II 4911), a qual contava com numerosos troços de montanha construídos sobre muros de sustentação e com rampas calculadas de forma a não ultrapassarem os 7%, mesmo quando no sector de Siresa a estrada ascende de 800 a 1900 metros de altitude (p. 124-125). As medições da largura da via *Iler da-Osca-Caesar augusta* efectuadas pela autora correspondem aos valores habituais: 2m quando a estrada é cortada na rocha, 4 a 6m em condições normais. O único trilho publicado, referente a um troço da mesma estrada situado perto de rio Alcanadre, oferece uma distância entre eixos de 1,40 m (p. 76-77), o que permite considerá-lo de origem romana (Pierre Sillières, *Ornières et voies romaines*, “*Caesarodunum*”, XVIII, 1983, p. 37-45). Lamentamos que Magallón Botaya não tenha apresentado figuras respeitantes aos restos de *agger* que indica existirem ainda na zona de Ventafarinas e de La Perdiguera (p. 76). O traçado coincide com frequência com as estradas actuais ou com as linhas de caminhos de ferro (p. 71), o que não constitui novidade para os arqueólogos que se dedicam a estudos desta natureza.

Um tema que merecia um esforço maior por parte da autora, não obstante reconhecermos as dificuldades de que se reveste, é o das pontes. Magallón Botaya assumiu em relação à classificação destas obras viárias uma atitude extremamente cautelosa, o que contrasta positivamente com a de muitos investigadores (p. 99-101), apesar de marcada por uma certa renúncia (p. 77). Na verdade, grande parte das pontes antigas incluídas na

obra datarão da Idade Média, circunstancia perfeitamente normal e que justifica a prudência da arqueóloga aragonesa. Sem que possamos aprofundar o assunto a partir das fotografias publicadas, julgamos poder considerar como obras medievais as pontes de Castejón (p. 78), Fomillos (p. 98), Olvena (p. 105), Embalse de la Peña (p. 126) e Calamocha (p. 204). Da ponte romana de Saragoça nada resta visível, mas a autora admite a possibilidade de subsistirem restos romanos sob os paramentos modernos (p. 81-82). Uma das pontes de Pertusa (p. 79) e a de Albernuela de Lalineia, cujo encoste esquerdo é "revestido de silhares almofadados (p. 101), são seguramente romanas, classificação a conceder, com algumas reservas, à ponte de Luco de Jiloca (p. 208). Quanto ao problema da existência de uma ponte em Masalcorreig, na *Via Augusta* (p. 233-234), julgamos provável ter existido nesse local uma ponte de madeira, solução decerto bastante vulgar (p. 122).

A propósito das *mansiones*, a autora considera que estas se podem dividir em dois grupos, um relacionado com a conquista romana e outro resultante do desenvolvimento da região sob o domínio romano (p. 83). A identificação de muitas delas é ainda precária e a de outras hipotética. Basta recordar que o *Anónimo de Ravena*, única fonte para as estradas do Baixo Aragão, indica oito *mansiones* das quais apenas *Contrebia* (Botorrita) está localizada com segurança e uma outra, *Leonica* (Mazaleón?), com algum grau de probabilidade, o que não acontece com a identificação de *Lintibilim* — *Intibili* aceite pela autora (p. 220). Também a consulta do *Itinerário* em relação à via *Caesaraugusta-Beneharnum* realça a dificuldade de fazer concordar a distância indicada com a distância real entre Saragoça e Lesear, a não ser incluindo antes de *Forum Gallorum* a *mansio* de *Gallium* (p. 129-131). Ainda nesta via a autora propõe localizar a importante estação de *Summo Pyreneo* junto ao Mosteiro de S. Pedro de Siresa, onde se encontra a inscrição de Máximo aludindo à reconstrução da via (*CIL* II 4911), contrariando assim a opinião que a identifica com Somport (p. 117-119, 132-133). Julgamos que também neste caso a solução do problema se relaciona com uma possível alteração do itinerário principal de travessia dos Pirenéus, dependendo igualmente do trabalho de prospecção a realizar na vertente francesa. Sem pretendermos ser exaustivos indicaremos mais dois problemas de localização de estações viárias: *Caum*, na estrada *Osca-Ilerda*, situa-se, segundo a autora, em Muela de Berbegal ou na capela de Santa Águeda, locais que distam 2 quilómetros um do outro; contrariamente ao que parece considerar Magallón Botaya, os 90 quilómetros que medeiam na estrada de *Contrebia* para a costa mediterrânica entre *Leonica* e o mar são suficientes para que neles se situem as estações de *Gergium*, *Articabe* e *Precorium* (p. 224-225), a última das quais poderá corresponder realmente a uma corrupção de *Praetorium* sem que seja necessário, cremos, estabelecer qualquer relação com a *mansio* do mesmo nome situada perto de Barcelona. Um ponto sobre o qual a autora se pronuncia diversas vezes é o da distância média entre *mansiones*, dependentes das características do território e da sua localização em povoados pré-romanos, eventualmente abandonados (p. 83, 151, 167). Esta última circunstância abre perspectivas para uma nova interpretação do *Itinerário* quanto a estações não localizadas. Na estrada *Caesaraugusta-Osca-Ilerda* a distância média é de 15 milhas, ascendendo a 24 na via para *Beneharnum* (p. 83, 129); na via *Ilerda-Celsa* a distância média entre *mansiones* expressamente construídas para servir a estrada é de 20 milhas, o que representa um dado importante para o estudo das vias de topografia semelhantes e das quais se não conhece a localização das *mansiones* (p. 233-235).

Magallón Botaya é prudente quanto ao traçado das vias secundárias, quase sempre muito difíceis de reconstituir, numerosas e de diferentes categorias. Da mesma forma, ao

aludir à relação entre vias e cadastros, nomeadamente quanto à existência de *deverticula* na zona de Bujaraloz atravessada pela via *Ilerda-Celsa*, a autora conclui que os testemunhos que apresenta são inseguros (p. 240-241), com o que estamos de acordo, parecendo-nos muito forçada a coincidência entre caminhos antigos e actuais no mapa que os representa (p. 240). Pelo contrário, a localização de miliários desaparecidos a partir de caminhos secundários que partem do troço *Caesar augusta-Segontia* da via para Mérida é de muito interesse (p. 182). Esta via merece particular atenção, pois o eixo *Emerita-Caesaraugusta* constituía um dos elementos fundamentais do sistema viário peninsular e a ligação mais directa da capital lusitana com a Gália e a Itália. Consideramos aqui a estrada principal de um conjunto de vias referidas pelo *Itinerário* {It. 438,2-439,4}, todas convergentes em *Titulcia* (p. 178-179), localidade ainda não localizada com segurança, apesar da sua importância (R. Hervás, *Itineraria*, p. 84-85, 271-272). A autora põe em destaque o vale do Jalón como via natural entre a Meseta e o vale do Ebro, circunstância determinante do traçado da rede de comunicações da zona até ao presente. O troço aragonês da via está bem definido, apesar de contar apenas com um miliário, de Domiciano {CIL II 4918}, o que permite considerar uma grande reconstrução da estrada, pelo menos até *Titulcia*, nos finais do século I, uma vez que há miliários de Trajano provenientes da área de *Complutum* {CIL II 4912, 4913, 4914}. São cinco as *mansiones* aragonesas da via citadas nas fontes antigas: *Segontia*; *Nertobriga*; *Bilbilis*; *Aquae Bilbilitanorum* e *Arcobriga* (p. 184-188). A estas devemos juntar *Ocilis* (Medinaceli), embora situada em território de Sória. A identificação da primeira das *mansiones* é ainda pouco segura (p. 184-186). Um aspecto evidenciado na obra e relacionado com as *mansiones* é o da sobrevivência de estações viárias em cidades destruídas, como *Nertobriga* (p. 186), ou em acentuado estado de decadência em determinada época, caso de *Bilbilis* (p. 187), assim como a sua localização fora das povoações, junto à estrada. Uma última observação: não cremos que a via passasse por baixo do arco honorífico de Medinaceli (p. 183), atendendo à implantação do monumento, que tivemos oportunidade de analisar duas vezes, dado que existe um grande desnível entre a rampa de acesso à povoação e o arco, construído no enfiamento do vale do Jalón, decerto de forma intencional.

O estudo de uma rede viária tão importante como a da região aragonesa representa um acto de coragem, não faltando à autora humildade para reconhecer as grandes dificuldades a vencer e os limites do que se conhece e pode conhecer, factor nem sempre presente nas publicações arqueológicas. O trabalho de Magallón Botaya não só Constituiu uma equilibrada síntese, capaz de facilitar a retomada dos problemas em aberto nas melhores condições, como proporciona significativos contributos para um maior conhecimento da rede viária romana da Península Ibérica, pelo que não podemos deixar de aconselhar vivamente a sua leitura atenta.

VASCO GIL MANTAS

Probleme der Megalithgraberforschung, Vortrage zum 100. Geburtstag von Vera Lisner, Deutsches Archäologisches Institut Abteilung Madrid, Walter de Gruyter, Berlin — New York, 1990, “Madrider Forschungen”, Band 16.

A pretexto da comemoração do centenário do nascimento de Vera Leisner, o Instituto Arqueológico Alemão (delegações de Lisboa e Madrid) promoveu, em Fevereiro de 1985, um ciclo de conferências sobre a problemática do Megalitismo, reunindo em Lisboa alguns dos grandes especialistas deste campo da investigação pré-histórica.

Este novo volume dos “Madrider Forschungen”, com a excelente apresentação a que esta coleção nos tem habituado, dá à estampa, passados cinco anos, os discursos então proferidos sobre a homenageada e a sua obra, e as conferências apresentadas. Exceptua-se, lamentavelmente, a de Fernando Molina que tinha versado sobre “Novas Investigações no povoado e na necrópole de Los Millares”, mas integram-se dois novos textos — o de Rodriguez Casal, sobre o Megalitismo da Galiza, e o de Helgouach, referente à Bretanha, que, na altura, não foram apresentados.

Os monumentos megalíticos entre Tejo e Douro (área portuguesa) foram objecto de reflexão por parte de Philine Kalb. O seu texto, de que aliás existe versão portuguesa (publicada com o título *Monumentos Megalíticos entre Tejo e Douro* na obra “El Megalitismo en la Península Ibérica”, Madrid, 1987, p. 95-109), apresenta os dados agrupados por distritos (Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Viseu e Aveiro), na esteira da organização dos elementos compilados por Vera Leisner, com base nas províncias (Beira Alta, Beira Baixa e Beira Litoral).

A principal virtude desta síntese é, precisamente, o facto de se basear, em parte, nos dados de Vera Leisner que permanecem inéditos e que se destinam a integrar o volume 1-4 dos “Madrider Forschungen”, que se aguarda com expectativa.

Segue-se o texto sobre o Megalitismo do Norte de Portugal onde o autor, Vítor Oliveira Jorge, expressa alguns dos dados e da problemática que os seus trabalhos e os de outros investigadores nesta região lhe têm proporcionado e que ele, aliás, tem tido a preocupação de ampiamente divulgar.

A actualidade da síntese que apresentou em 1985, vê-se, passados cinco anos, apartada da realidade hoje conhecida, fruto dos resultados da investigação permanente e contínua naquela região, ela própria enriquecida com novos trabalhos do autor. Somente a título de exemplo, refira-se a descoberta de novos monumentos insculpidos e/ ou pintados — anta da Ereira (Afife), mamoa 1 de Madorras (Sabrosa), e o aumento do número de datas de ^{14}C dos monumentos da Serra da Aboboreira (de 11 em 1985 passou para 45 em 1988), que permitiu balizar, em conjugação com outros elementos, a construção e utilização dos monumentos da necrópole daquela serra entre meados do IV milénio a. C. e a primeira metade do II, como demonstraram recentemente Domingos Cruz (1988) e V. Oliveira Jorge (1989).

Rodriguez Casal encarregou-se da apresentação do Megalitismo na Galiza, com particular atenção sobre a história das investigações, o ambiente e o quadro geográfico, a estrutura arquitectónica dos monumentos, a cultura material, a arte megalítica, a economia, a religião e a sociedade, terminando com os aspectos cronológicos.

O interessante sítio de Bougon (Deux-Sèvres) esteve a cargo de Jean-Pierre Mohen que nos dá um panorama fundamental sobre os monumentos megalíticos em si, bem como referências aos habitats e aos afloramentos próximos que forneceram a matéria-

-prima para a construção daqueles. Trata-se, pois, dum verdadeiro território que reúne, num raio de 4 a 5 km, vestígios reais deixados pelo homem, que dispensam o auxílio de modelos teóricos sobre a exploração dos territórios e autorizam a falar, com legitimidade, num território.

Não é, porém, sobre este aspecto que Mohen se debruça, mas antes sobre os cinco *tumuli* que envolvem estruturas arquitectónicas diversas e que constituem, juntamente com um longo muro de 35 metros, sem paralelos conhecidos, mais do que um espaço funerário, um sítio sagrado ou santuário.

A importância do texto de Helgouach reside em dois aspectos fundamentais. O primeiro corresponde às novidades que trouxe respeitantes às destruições e reutilizações de alguns monumentos megalíticos da Bretanha, particularmente visíveis na identificação de fragmentos de esteios gravados, manifestamente fora dos seus contextos iniciais, como acontece, por exemplo, em Mane Rutual, Penhape, Table des Marchands, etc. Este dado, para além da sua importância manifesta, é fundamental para a argumentação do Autor quando defende que os construtores de megálitos só poderiam ter sido sedentários e permanentes numa região onde construíram, destruíram, remodelaram, reutilizaram e reconstruíram.

Igualmente importantes são os achados de cerâmicas decoradas de tradição do Neolítico Antigo europeu sob diversos megálitos, levantando o problema das relações entre os grupos utilizadores destas cerâmicas e os primeiros construtores de megálitos, pondo em causa a ideia clássica de que, em algumas regiões da Bretanha, nada existiu entre o substrato mesolítico e o primeiro megalitismo.

A apreciação das similitudes e dos contrastes entre “os megalitismos irlandês e ibérico” foi feita por G. Eogan. Para tal, o autor recorreu em primeiro lugar às afinidades arquitectónicas dos túmulos com corredor (“passage graves”) das duas regiões e, depois, às semelhanças formais de alguns artefactos de osso ou pedra, em regra de natureza ritual ou ornamental.

Além destas analogias, Eogan insiste igualmente nos motivos da arte megalítica comuns, como os triângulos, os losângulos, os “chevrons” e as figuras astrais, para concluir que “... Ireland has more Iberian features than western France and this indicates direct connections” (p. 133).

O último ensaio diz respeito ao estudo que Marta Strömberg vem desenvolvendo numa das regiões do Sudeste Sueco. Com base nos monumentos conhecidos nesta região considerada “marginal” deste campo de investigação, a autora infere sobre o tipo de sociedade que se desenvolveu durante as diversas fases do Neolítico local, terminando com a constatação de que a fase terminal do Neolítico registou uma diversidade de práticas funerárias (tumulações megalíticas, em cista e em construções de madeira semi-enterradas), altura em que se manifestam os primeiros aspectos culturais campaniformes.

Registe-se, por fim, que os textos, em francês, inglês e alemão, consoante os casos, são ilustrados com mapas, figuras e fotografias, estas últimas reunidas na parte final da obra. Os discursos que abrem este volume, originalmente em alemão, foram traduzidos para português não tendo, contudo, essa tradução merecido a atenção devida.

RAQUEL VILAÇA

CENTENO, Rui M. S., *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*. Anexos “NVMMS”, n.º 1, Porto 1987 (Sociedade Portuguesa de Numismática), 1 voi., 23 mapas, 29 estampas.

Nesta obra que constitui a tese de doutoramento, apresentada em 1987 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Rui Centeno analisa a circulação monetária no Noroeste peninsular desde a introdução da moeda que, em seu entender, se efectuou em meados do século I a. C., até à morte do imperador Cómodo.

O estudo da circulação monetária de um qualquer espaço é sempre um trabalho de grande importância: as informações que daí se podem retirar ultrapassam largamente o interesse de numismatas e são, muitas vezes, a forma de encontrar respostas a questões de natureza económica e social particularmente da região em estudo e que arqueólogos e historiadores dificilmente encontrariam nos textos antigos. Obviamente que a evidência e firmeza destas respostas depende, em boa parte, da riqueza quantitativa e do contexto e natureza do achado de material, bem como da coerência histórica do espaço geográfico e dos limites cronológicos estabelecidos.

No que se refere aos critérios dependentes de escolha pessoal—espaço e cronologia — não há dúvida que R. Centeno fez uma opção lógica e acertada: um espaço geográfico historicamente coerente, uma cronologia justificada por razões de ordem política e social e, também, por motivos que se prendem com a amoedação romana, já que “de uma forma geral o sistema monetário permaneceu até 192 praticamente o mesmo que a reforma de *Augustus* tinha introduzido” (p. 15). Quanto ao material disponível, factor que ultrapassa o querer do investigador, não se pode dizer que o autor tivesse usufruído dos melhores meios. De facto, o reduzido material (22000 moedas, das quais só foi possível classificar 8000), foi recolhido em informações muitas vezes dispersas, incompletas, que obrigaram a um imensurável trabalho de pesquisa bibliográfica e, não raro, à reclassificação do material.

O inventário de todo o material, 22000 moedas, constitui a primeira parte desta obra. As moedas são agrupadas em quatro secções: tesouros, achados de *aurei* isolados; achados avulsos e moedas hispánicas nos museus do Norte (p. 19), o que atesta bem o conhecimento das metodologias utilizadas neste tipo de descrição e das possibilidades de compreensão e de posterior utilização que elas possibilitam. É um trabalho extenso, baseado em exaustiva recolha bibliográfica donde transparece o esforço de clarificar o que as notícias referiam de forma duvidosa.

Na segunda parte, dividida em cinco capítulos e conclusões, o autor traça o quadro da circulação monetária no Noroeste. Análise bem esquematizada e ponderada a denotar um exemplar conhecimento da problemática, da circulação monetária peninsular. Os dados são tratados de forma cuidadosa e bem ordenados por períodos; os nove lugares escolhidos para estudo individual “com o objectivo de analisar a circulação da moeda em diferentes núcleos populacionais e confrontar possíveis variações” (p. 184) foram acertadamente seleccionados. R. Centeno sabe bem da insuficiência de informação que algum material lhe fornece e, por isso mesmo, apresenta algumas conclusões mais como um ponto de partida para futura investigação do que como uma afirmação (p. 276, p. ex.).

A “ilustração” dos dados por meio de quadros e histogramas evidencia a clareza que se pretende na análise e interpretações. Aliás essa intenção é visível na preocupação de iniciar esta parte com uma síntese relativa às informações que as moedas nos podem fornecer consoante a natureza e contexto de achado (p. 171) e com a explicação, mais ou

menos pormenorizada, dos critérios metodológicos adoptados, nalguns casos confrontando o alcance destes com o de outros preteridos (p. 174).

Analisando o conjunto dos achados monetários, o autor conclui que a utilização da moeda pelos povos do Noroeste é um fenómeno de finais da República (p. 187) e inicialmente limitada à região meridional, extensível ao restante território apenas na época de Augusto ou Tibério.

O grau de desgaste das moedas que constituem os tesouros cujos exemplares mais recentes se datam de *ante* 32-31 a. C. (Monte de Valadares, Poio, Izeda, etc.) sugerem, na opinião do autor, um ocultamento posterior a esta data e uma relação com as operações de 29 a. C. Sem questionar a certeza da afirmação, não excluiríamos, contudo, também a possibilidade de se poderem relacionar com campanhas anteriores. O tesouro do Poio (48 a. C), por exemplo, apresenta uma estrutura similar à dos conjuntos sertorianos, nomeadamente à do tesouro de Romariz (p. 194), de provável atribuição aos finais das guerras Sertorianas (cf. J. Alarcão, *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1988, p. 24). Obviamente que essa atribuição não põe em causa o momento apontado para a utilização da moeda pelos povos do Noroeste.

Na abordagem global da estrutura dos tesouros, a sua repartição por períodos mostra que 50% termina com moedas da República, Augusto ou Tibério, facto que o autor justifica “devido ao clima de violência e insegurança que se teria vivido nesta ocasião” (p. 174). Se bem que não tenhamos fontes literárias que nos permitam deduzir com segurança qual a situação vivida no Noroeste após a guerra de 19 a. G, que eventualmente afectou toda a região, e no período que se lhe segue, parece certo que, após esta guerra, toda a região ficou pacificada, sendo improvável qualquer conflito de importância significativa durante o final do reinado de Augusto e no reinado de Tibério, pelo que a justificação para estes tesouros se deve procurar noutras circunstâncias. Aliás, é sabido que as moedas republicanas circularam pelo menos até ao início da segunda metade do século I: em Conimbriga (por exemplo) denários e asses foram encontrados em níveis flavianos com evidente circulação ainda nessa época (*Fouilles de Conimbriga III. Les Monnaies*, Paris, 1976, p. 200-201) pelo que talvez se deva ter isso em conta.

A grandeza dos tesouros, apresentada em *sestercii*, é globalmente pobre; constituem na maioria pequenas somas, muito provavelmente a “riqueza” de gentes de parcos recintos; mas há também tesouros que representam somas avultadas, como o de Alvarelhos, com 5000 *denarii* (c. 20000 HS) e o da região de Chaves com 5 700 *aurei* (c. 570000 HS). Temos dificuldade em seguir o autor e admitir que se trate de exemplos de existência, na região, de indivíduos com fortunas consideráveis (p. 180). Refira-se que o tesouro da região de Chaves representa uma quantia suficiente “para financiar o programa de construção augustano em Conimbriga” (p. 180) pelo que, e considerando o desenvolvimento e estrutura económica da região ao tempo de Augusto, talvez seja preferível deduzir, para estes depósitos, uma propriedade pública e/ou comunitária.

A época júlio-claudiana apresenta-se no seu todo como o momento em que a moeda se estende a toda a região, bem como a fase em que a moeda circula mais abundantemente: 45,24% do total de tesouros e 49,55% do total de moedas avulso pertencem a este período, constituindo o numerário proveniente dos centros emissores hispânicos 63,45% nos tesouros e 31,46% nas moedas avulso (p. 209).

A moeda em *AE* domina a circulação monetária, facto que é tomado como um índice da “monetarização” da economia, ainda que se admita, naturalmente, que a sua

utilização tenha sido mais intensa nos meios urbanos, onde as transformações económicas se produziram em primeiro lugar.

A época dos Flávios representa um momento de quebra no abastecimento de moeda à região (apenas 4,83% do total de moedas avulso). Ainda que a diminuição de numerário seja sobretudo sentida nos povoados indígenas (p. 261) esta quebra parece estranha num período a que tradicionalmente se reportam grandes investimentos em obras públicas e vias. Em Conimbriga, por exemplo, a circulação monetária deixa transparecer esse facto. Talvez no Noroeste as obras não tenham necessitado de muito numerário, sendo a requisição do trabalho o recurso utilizado, ou então essas obras terão sido executadas durante o reinado dos Antoninos, já que o numerário em circulação aumenta novamente entre Trajano e Adriano (p. 278), se bem que esta tendência de crescimento seja comum a outras áreas da Hispânia e do resto do Império, sem que isso signifique execução de um programa de construções.

A curva obtida para a circulação da moeda durante os reinados dos Antoninos desenha um pico durante o governo de Adriano e uma declinação que se inicia sob Cómodo (p. 278), panorama bastante semelhante ao de outras áreas da Península, indicando que neste momento o Noroeste não se distingue das restantes regiões da Hispânia. O autor acentua, porém, que os povoados castrejos, talvez à excepção da Citânia de Briteiros, não apresentam a mesma curva que os centros urbanos (p. 277), facto que derivará da circunstância de, por um lado, se assistir a um desenvolvimento económico das cidades e, por outro, à decadência ou abandono de vários povoados indígenas desde o século I, sendo o numerário do século II um resíduo da circulação monetária do século III, altura em que há uma nova ocupação destes povoados (p. 278).

No que concerne à circulação monetária deste período, R. Centeno deixa em aberto algumas questões que não pôde resolver totalmente devido à insuficiência de dados, optando, todavia, por perspectivar investigação futura, como, por exemplo, o significado da disparidade quantitativa dos tesouros: testemunhos de enfraquecimento da classe média? (p. 269).

Pelos critérios metodológicos adoptados, por se tratar do estudo global de uma região ao longo de um determinado espaço de tempo, este trabalho escreve uma nova página nos estudos de Numismática em Portugal, onde, à excepção do vol. III das *Fouilles de Conimbriga*, os estudos do numerário circulante se têm resumido a pequenos artigos, quase sempre com carácter de inventário descritivo das numismas.

Uma referência ainda às ilustrações: os histogramas são bem elaborados e as figuras e mapas elucidativos, qualidade que, infelizmente, não se repete nas estampas (a XXVI e as seguintes estão praticamente ilegíveis).

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

Norma Fusco MENDES, *Roma Republicana*, col. Série Princípios, editora Ática, São Paulo, 1988, 87 págs.

Este volume inclui-se numa série de âmbito diverso englobando assuntos tão distintos como Medicina, História, Literatura, Filosofia, Administração... pela qual se pretendem apresentar sínteses actualizadas das diferentes temáticas. Independentemente dos resultados, o princípio que norteia estas publicações é bastante interessante, sobretudo tendo em conta as dificuldades de dispor de bibliografia de síntese imprescindível àqueles que iniciam os seus estudos.

Norma Fusco Mendes, professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em História de Roma e Medieval, num volume de 87 páginas dividido por oito pontos, apresenta-nos “a síntese dos elementos sócio-económicos e políticos formadores da estrutura republicana romana, principalmente aqueles que viabilizaram a conquista, a unificação do mundo antigo e deram condições para a passagem do governo republicano para o monárquico” (p. 5).

A amplitude deste volume não permite desenvolver nenhum dos assuntos em particular, implicando, nalguns casos, a simples enunciação de conceitos sem qualquer comentário analítico.

As fontes para o estudo da história de Roma republicana são escassas, deficientes, às vezes distorcidas como diz a autora “lacunosas, desiguais e permeadas de anacronismos”. Daí, a necessidade de uma postura crítica em face das mesmas. Contudo e apesar disso, nenhuma pode ser preterida, parecendo-nos estranho que a autora não incluía Vergílio e a Eneida e a lenda das origens de Roma entre as fontes. Como informa P. Grimal, “a lenda dos primeiros tempos de Roma está repleta de sinais (...). É por isso que todo aquele que tente descobrir o segredo da Romanidade os deve ter em conta, já que representam outros tantos estados de consciência sempre presentes na alma colectiva de Roma”.

Os conhecimentos sobre as origens de Roma carecem, ainda, de elementos que nos permitam ser afirmativos. Mais elucidativas são as informações relativas ao domínio etrusco em Roma e as múltiplas influências implementadas pela aristocracia etrusca que originaram uma dinâmica transformadora no seio da sociedade romana originando “a passagem das comunidades aldeãs de pastores para o agrupamento social característico da antiguidade greco-romana: a cidade-estado” (p. 9), implicando necessariamente a desarticulação de uma sociedade de estrutura arcaizante e, desta forma, contribuindo “para a formação do sistema cultural e religioso dos Romanos, fornecendo os alicerces sobre os quais Roma ergueu as suas instituições políticas e militares republicanas” (p. 10).

A passagem da realeza para a República — Tito Lívio diz-nos datar de 509 o início da República — originou uma transformação nas instituições cuja evolução foi condicionada pela luta entre patrícios e plebeus, uns e outros lutando pelo controlo do poder: os primeiros por controlá-lo em exclusivo, os segundos por nele se acharem representados.

Este período turbulento só terminará em meados do século IV com a consagração do “carácter aristocrático da República romana veiculado na nova nobreza patrício-plebeia” (p. 22).

No terceiro ponto, a autora apresenta o perfil institucional da República Senatorial e delinea os princípios norteadores das práticas institucionais. O Senado, “entendido como o órgão de poder mais poderoso, (...) responsável por toda a administração interna, política externa, finanças, etc.”, era a estrutura básica do governo e o elemento em função do

qual se organizava toda a estrutura social; o povo romano, uma “heterogeneidade de cidadãos divididos em grupos em função das necessidades do Estado” (p. 32) e a quem estava vedada a participação política.

O papel proeminente do Senado na organização da Roma do século III será decisivo, na opinião da autora, para “a conquista e a construção do império do povo romano” (p. 38). De facto, será o Senado, pelo facto de controlar toda a sociedade, que fornecerá os instrumentos necessários à expansão, mas a disponibilização dos meios políticos e militares não pode ser dissociada da vitória de princípios de carácter mental e ideológicos que, em última análise, determinam essa atitude.

Ao analisar, no quarto ponto, “o domínio do Mar Mediterrâneo”, a autora descreve os momentos decisivos da dinâmica de conquista, quer se trate de tratados ou de batalhas que permitiram a Roma tomar-se numa potência imperialista.

Este esforço de guerra provocou vários problemas, nomeadamente de ordem financeira, o que levou ao início da cunhagem do denário, estejamos de acordo com a tradição, que a dá na época do cônsul Q. Ogulino (269 a. C.), ou com a crítica histórica, que regista o seu uso a partir de 214 a. C. (p. 40).

O denário, a primeira moeda de prata dos Romanos, nasceu de facto, devido às necessidades financeiras decorrentes da II Guerra Púnica, em 211 a. C., data que nos é fornecida pelos achados recolhidos nos restos incendiados de Morgantina por investigadores da Universidade de Yale e que esclarecem o equívoco transmitido pela passagem de Plínio (*História Natural*, XXXIII) que fez alguns autores situar em 269 a. C. o início da moedação romana em prata.

A política orientadora dos mecanismos de conquista traduziu-se nas formas de organização administrativa dos territórios que Roma passa a dominar, e as diferenças locais ou regionais de administração impõem uma diversidade de direitos e deveres dos cidadãos. A autora refere as colónias, os *municipia* e as províncias como jurisdições administrativas, apresentando um quadro generalizado e ideal, apenas sugerindo a possibilidade de excepções.

Ao longo do ponto seis, o mais desenvolvido, Norma Fusco Mendes analisa “a desarticulação do sistema republicano”, iniciando a análise pelas transformações políticas e económicas de Roma em geral e as desigualdades sociais que “os frutos da vitória” provocaram. Esta conjuntura irá determinar no século III a. C. “divergências entre senadores e ordem equestre manifestas na luta pelo exercício do poder” (p. 56) e as revoltas da mão-de-obra escrava que, em seu entender, “são tentativas de busca de liberdade individual e não de abolição da escravatura como instituição” (p. 59).

A reforma agrária pelos Gracos é, sem dúvida, um dos actos mais extraordinários da República Romana e situa-se num momento de acesa discussão intelectual interna; talvez por isso esta temática é apresentada com bastante relevo. Contudo, ficaram por apresentar os efeitos mais consequentes desta tentativa, tudo sendo explicado com vista a defender que “o exemplo dos tribunos Gracos demonstrou à sociedade romana a importância de um líder para conter o exclusivismo político senatorial” (p. 62), importância que, assim reduzida, enquadra apenas os resultados práticos da obra dos Gracos.

O aparecimento do poder pessoal encontra em Mário um precursor indiscutível, em Sila o primeiro déspota. As tentativas de dominação pessoal do poder prosseguem, sobretudo ao longo do século I a. C., terminando com a instituição da monarquia por Octaviano.

A obra termina com dois pontos: um de bibliografia comentada e outro de vocabulário crítico.

Sumariamente, esta obra refere a dinâmica de formação das instituições republicanas e a sua desagregação, fruto de lutas sociais internas que levaram à formação da monarquia. Dentro dos seus limites e reduzido número de páginas, os assuntos são em geral sumariamente tratados, e nem sempre dos temas discutíveis são apresentadas as várias tendências. Contudo, a sua função de guia para o estudo da Roma Republicana é relativamente satisfeita.

MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES

INDEX NOMINVM

A

- Acebuchal*, 14.
Acilia, 159.
Acilia, liberta, 159.
Adriano, 171, 172, 174, 180, 181, 191.
Aelius Terentianus, P., 177.
Aetius, 110.
Afife, 166, 187.
África, 72.
Águeda, rio, 100.
Alalia, 65.
Alandroal, 145.
Alarcão, Adília, 131.
Alarcão, Jorge de, 7, 13, 22, 83, 84, 87, 96, 99-101, 166, 190.
Alba Iulia (Apulum), 173.
Albernuela de Latinea, 185.
Albintimilium, 81, 82.
Albinus, 159.
Albucasis, 110.
Alcácer do Sal, 55, 80, 85, 103, 105, 152.
 — Vide também: *Salada Imperatoria*.
Alcanadre, rio, 184.
Alcántara, ponte, 172.
Alentejo, 49, 53, 54, 100, 151, 165.
Alessio, M., 64.
Alexander Trallianus, 110.
Alexandria, 109.
Algarès, 51, 52.
Algarve, 125.
Aljustrel, 39, 41, 51, 52, 124, 156.
Alius Silonianus, Q. Talotius, 155.
Almadén de la Plata, 164.
Almansil—Faro, 183.
Almeida, J.A.F., 80, 83, 85, 87.
Almodôvar, 50, 106.
Almofala — Figueira de Castelo Rodrigo, 91, 93, 99.
Alpinus, 159.
Alva, rio, 156.
Alvaiázere, 10.
Alvarelhos, 190.
Alvito, 22, 24, 25.
Alvorge — Redinha, 5, 9.
Ambiurus, *ill.*
Ammala, 154.
Ampelum, 171-174, 177.
Ampúrias, 69, 70, 73, 82-84, 88.
Ançã, 164.
Anços, rio, 10.
Andaluzia, 151, 167.
Andrade, R.F., 52.
Angeitus, 154.
Ánios, Lúcius, 159.
Antheor, 64.
Antoninos, 171, 172, 191.
Ap. Dec., L., 154.
Apoldu de Sus, 175.
Apulum (Alba Iulia), 171-177
Aquae ou *Vicus Aquensis* — Baden, 111.
Aquae Biblitanorum, 186.
Aquincum (Buda) — Hungria, 173.
Aragão, 179-183, 185.
Arcobriga, 186.
Ardila, rio, 50.
Aretaeus de Capadócia, 110.
Arganil, 69, 71, 73, 74, 81, 82, 88, 156.
Arias, Gonzalo, 181.
Arnaud, J. M., 43, 50, 54.
Arrábida, 105, 163, 164.
Arrius (?), 177.
Arruntius, 134.
Arthur, M.L.C., 85.
Articabe, 185.
Arxé I Gálvez, J., 72, 73, 82-84, 88.
Asclepius, *ill.*

Astorga (Asturica Augusta), 178, 179.
Asturias, 156.
Asturica Augusta (Astorga), 179, 181.
Atafona — Almodovar, 50.
Atalaia, 150.
Atenas, 118.
Atenus, 177.
Atina, 157.
Atlántico, 65.
Attius Ianuarius, C, 124.
Augusto, 156, 180, 181, 189, 190.
Aureliano, 170.
Aurelius, 177.
Aurelius Belzeius, *ill.*
Aurelius Mercurius, 176.
Aurelius Syrus, M., 177.
Aveiro, 187.
Avieno, 151.
Avita, Cominia, 140.
Avola, 64.
Azenha da Misericórdia — Guadiana, 43.
Azevedo, Pedro A. de, 94.
Azougada, 152.

B

Badajoz, 51.
Baden, 111, 120.
Baeticus, G. Flavius, 134.
Bairro Rio de Clérigos — Alcácer do Sal,
 103, 105.
Baixo Alentejo, 41, 156.
Baldio, 50.
Balsa — Tavira, 107, 114, 124-126.
Baptista, A., 17, 18.
Barcelona, 185.
Baumann, V., 175.
Beaming, 124.
Beira Alta, 181.
Beira Baixa, 181.
Beira Litoral, 181.
Beirão, Caetano, 50, 52-54, 56.
Beja, 41, 42, 145.—Vide também: *Pax Iulia*.
Bélgica, 111, 124.
Beltran Lloris, M., 73.
Belzeius, Aurelius, 177.
Bencatel, 166.
Beneharnum (Lesear), 184, 185.

Berbegal, 183.
Ber gier, 182.
Beringei, 51.
Berlenga, ilha, 59, 61, 63-65, 67.
Berrocal Rangel, Luis, 43; 50, 53, 54.
Besnier, 182.
Bética, 164.
Biers, W. R., 42, 50.
Bilbilis, 186.
Blot, Jean Yves, 65.
Bobadela, 154.
Bobadilla, Álvaro, 17.
Bonneville, Jean-Noël, 167.
Borba, 163.
Botorrta (Contrebia), 185.
Bougon — Deux-Sèvres, 187.
Bracara, 182, 184.
Braco, Vittorio, 157, 159.
Branga, Nicolae, 170-178.
Bratianu, G. L., 170, 171.
Bretanha, 187, 188.
Bretiande, 154.
Brut obriga, 154.
Buda (Aquincum), 173.
Bujaraloz, 186.
Buonocore, Marco, 157.
Buraca Escura, gruta — Redinha, 14, 19,
 31.
Buraca Grande, gruta — Redinha, 12, 13,
 19, 29.
Bussiere, J., 85.

C

Cabeça da Corte — Redinha, 36.
Cabeço da Guarita — Pedra da Atalaia,
 49.
Cabo Espichei, 61.
Cabral, J.M.P., 62.
Cáceres el Viejo, 69, 70, 73, 79, 80, 86, 88.
Caecilia, 134.
Caecilius Rufus, G[aius], 132-135.
Caeiro, talvez simplificação de Cairos
 dos Algarves — Redinha, 9, 14, 24, 25.
Caelius Aurelianus, 110.
Caesaraugusta (Saragoça), 179, 180, 183-
 -186.
Caetano, José Carlos, 101.

- Caggiano*, 159.
Cailleux, A., 16.
Calagurris, 161.
Calamocha, 185.
Calçada dos Galhardos — Serra da Estrela, 183.
Caldas de Vizela, 166.
Calde Ili, Maria Letizia, 161.
Caliabria, hoje Castelo Calabre, 100.
Cambridge, 149.
Cam/ de/ Diable — Masalcorreig, 183.
Camino de los Fierros, 183.
Campo Real, 14.
Campos Rupérez, 179.
Cantamento de la Pepina, 50.
Canto, Alicia M., 164.
Cap Dramont A (Saint Raphaël), 82, 83.
Capote — Badajoz, 50, *51, 55.
Caracola, 180.
Cartagena, 166.
Carthago Nova, 156.
Carvalho, Albino de, 68.
Casarão da Torre, nome que também se dá à Torre de Almofala, 93, 95.
Cascais, 163.
Castejón, 185.
Castelinho dos Mouros — Castro Verde, 84, 87.
Castelo Branco, 187.
Castelo Calabre, antes Caliabria, 100.
Castelo Velho de Miróbriga, 42, 50.
Castelo Velho do Roxo, 42-43, 50, 51, 55, 56.
Castro Verde, 84, 87.
Cdstulo, 152, 156.
Catellia, 134.
Catellius, 134.
Caum, 185.
Cete 182, 184-186.
Cete, 110, 122.
Centeno, Rui M. S., 189, 191.
Cerdū Juan, D., 80.
Cerro dos Enforcados — Panóias, 52.
Cerro Furado — Guadiana, 43.
Chauffin, J., 176.
Chaves, 190.
Chevallier, Raymond, 182.
Cinco Villas — Aragão, 181.
Cisneros Cunchilos, Miguel, 162-166.
Citânia de Briteiros, 191.
Civis, 159.
Civitas Aravorum, 172.
Claudia, 134.
Cláudio, 125.
Claudius, 134.
Cluj, antes Napoca, 171.
Coa, rio, 100.
Coelho, L., 41, 43.
Coelia, 134.
Coelius, 134.
Coimbra, 187.
Collippo, 155.
Colls, D., 80, 86.
Colonia de Sant Jordi — Maiorca, 80, 86.
Colonia Ulpia Traiana Sarmizegetusa, capital romana da Dácia, 171, 173-175, 177.
Comenda — Setúbal, 106.
Cominia Avita, 140.
Cómodo, 189, 191.
Complutum, 186.
Condeixa, 10.
Conimbriga, 73, 83, 84, 87, 96, 97, 114, 119, 123, 124, 129, 131, 134, 135, 165, 166, 175, 177, 183, 190, 191.
Conistorgis, 151, 152.
Constantino, 144, 180.
Constantino II, 181.
Constantinopla, 142.
Contrebia (Botorrita), 185.
Cordeiro, M. F. F., 9, 11, 13, 14, 21, 22, 24, 25.
Cordilheira Bética, 163.
Cordius Symphoro, Lucius, 124.
Córdoba, 167.
Corfinium, 157, 159.
Coroa do Frade, 149.
Correia, Vergílio, 85, 114, 115, 132, 134.
Correia, Vergílio H., 50, 56, 65.
Corte — Redinha, 36.
Costilinum, 157.
Costa do Ahito — Redinha, 10.
Coutia, 134.
Coutinho, Helder, 165.
Coutius Lupus, 134.
Couto, João, 96.
Covilhã, 154.
Crésio Libão, 159.

Cruz, Domingos, 187.
Cuadrado, E., 55.
Cunha, Lúcio José S. da, 10.
Curado, Fernando Patricio, 100.
Curchin, Leonard A., 154.
Curtis, Robert L, 166.
Cyneticum, 126.

D

Daca Ulpia Troiana Sarmizegetusa, 171.
Dácia, 135, 170-178.
Danúbio, rio, 171, 174, 178.
Daviault, André, 167-169.
Dee, L. Ap., 154.
Degradas — Redinha, 5, 9.
Deneauve, J., 72, 80.
Deneffe, 112, 115, 123.
Deux-Sèvres, 187.
Dierna, 172-174, 177.
Diogo, A.M. Dias, 83, 87, 106.
Dippo, 151.
Dogger, 10.
Dole[ns?], Teia, 162.
Doles, 161.
Doles, Iulius Longinus, 162.
Domergue, Claude, 52, 155-157, 164.
Domiciano, 186.
Donatus, M. Servius, 175.
Douro, rio, 87, 100, 182, 187.
Drobeta, 172, 176, 177.

E

Ebora, 151. — Vide também: *Évora*.
Ebro, rio, 165, 181, 183, 186.
Eburum, 157.
Edmondson, J. C., 62, 156.
Egipto, 150.
Eivas, 50, 140, 152, 166.
Embalse de la Peña, 185.
Emérta Augusta, 124, 179, 181, 183, 186.
 — Vide também: *Mérida*.
Encarnação, José d', 7, 139.
Eogan, G., 188.
Ereira — Afife, 187.
Ervidel — Aljstrel, 39, 41, 43, 50, 51.

Escoural—Évora, 18.
Espanha, 72, 179.
Estesicoro, 155.
Estrada dos Diabos — Évora, 183.
Estremadura Espanhola, 53, 54.
Estremoz, 50, 163, 165.
Etienne, Robert, 96.
Etrúria, 150, 151.
Europa, 63, 151.
Europa Central, 171.
Europa Ocidental, 171.
Évora, 18, 97, 183.—Vide também:
Ebora.

F

Fabião, G, 71, 72, 80, 86.
Fabius Labeo, Q., 181, 182.
Fabre, G., 131.
Falerii Novi, 157.
Fanius, 177.
Faria, A.M., 71.
Faro, 109, 183.
Fenícia, 150.
Ferentinum, 157.
Fernandes, Teresa Matos, 42.
Fernando II, rei de Leão, 94.
Ferreira, D., 131.
Ferreira, O. V., 85, 87.
Figueira de Castelo Rodrigo, 93, 94, 101.
Figueira da Foz, 65.
Firmius Severus, Gaius, 116.
Flávios, 136, 166, 191.
Flavius Baeticus, G., 134.
Flavus, 166.
Fonte Santa — Ourique, 50, 52.
Formosinho, J., 85, 125.
For nil los, 185.
Forum Gallorum, 185.
Frade, Helena, 99.
Fraga d'Aia — Paredes da Beira, 17.
França, 188.
França, Elsa A., 119.
Freixo de Numão, 136.
Frias, David Correia Sanches de, 156.
Fronto (?), M. Turranius, 177.
Fuente Alamo — Puente Genii, 167, 169.
Furados de Pombeiro, 156.

G

Galeno, 110, 122.
Gália, 111, 121, 186.
Galiana, 183.
Galios, 114, 116, 117, 123.
G alie no, 180.
Galiza, 156, 187.
Gallium, 185.
Gamito, T. J., 43, 50, 54, 149, 151.
Garcia, J. M., 129, 131.
Garcia, José Maria, 95.
Garvão, 52, 54-56.
Gergium, 185.
Germânia, 111, 114, 117.
Gomes, Mário Varela, 18, 41-43.
Gomes, R. V., 18.
González, J., 173.
Gr acos, 193.
Graecinus, *ill.*
Grand Saint Bernard, 99.
Granja da Torre, 94.
Grant, 154.
Grécia, 110, 111, 114, 150.
Grenier, Albert, 99.
Grimal, P., 192.
Groller, M. V., 79.
Guadalquivir, rio, 165.
Guadarrama, *il.*
Guadiana, rio, 42, 43, 152, 165.
Guarda, 93, 187.
Guar ducei, Margherita, 157, 160.
Guerra, Amilcar, 71, 72, 80, 86, 154.

H

Habis, rei, 151.
Haus child, Theodor, 97, 101.
Helgouach, 187, 188.
Heliodoros, G. Valerius Paetinius, 134.
Herculanum, 111, 117, 122, 123.
Herdade do Pomar — Ervidel (Aljustrel),
 39, 41-43, 49-52, 54-56.
Herdade da Vigária — Vila Viçosa, 166.
Hero de Alexandria, 110.
Herodoto, 151.
Hesnard, A., 83, 84.
Hipócrates, 110, 112, 117, 122.

Hispania, 111, 114, 116, 117, 154, 155,
 165, 169, 191.
Hispanus, T. Peticius, 160.
Histonium, 157.
Honda, 164.
Hübner, 161.
Huelva (Osca), 151, 152, 156, 182, 183.
Hugo, 94.

I

Ianuarius, *ill.*
Ianuarius, C. Attius, 124.
Ibéria, 149.
Idanha-a-Nova, 106.
Idanha-a-Velha, 97, 100, 106.
Ilerda (Lérida), 182-186.
Illuminati, Anna, 162.
Inglaterra, 111, 114, 116, 117, 119, 121.
Intibili, 185.
Irlanda, 188.
Isidoro de Sevilha, 155.
Itália, 114, 157, 186.
Iulius, *ill.*
Iulius Valerius, C., 177.
Iulius Possessor, S., 172.
Izedá, 190.

J

Jaca, 184.
Jalón, 186.
Jorge, Susana, 7.
Jorge, Vítor Oliveira, 7, 17, 187.
Juliana, 52.
Júlios- Cláudios, *i* 64.
Junqueiro, Arronches, 116, 118.

K

Kajanto, 1., 177.
Kalb, Philine, 51, 187.
Kapitän, G., 64, 65.
Koenen, K., 79.
Kuleff, 1., 64.

L

- La Madrague des Giens*, 83, 84.
La Perdiguera, 184.
Labeo, Q. Fabius, 181, 182.
Lácio, 80.
Lagos, 85, 118, 124, 125.
Lameira — Vila Velha de Ródão, 106.
Lameiros — Sintra, 163.
Laminio, 183, 184.
Lancha, Janine, 167, 169.
Lapa de Jagardo — Redinha, 37.
Lavanha, João Baptista, 182.
Le Roux, Patrick, 162.
Leão, 94.
Leisner, Vera, 187.
Leonica (Mazaleón?), 185.
Lérida (Ilerda), 183.
Ler us, 177.
Lesear (Beneharnum), 184, 185.
Libão, Crésio, 159.
Libisosa, e não Libisiosa, 184.
Licinio, 180.
Líguria, 157.
Untibilim, 185.
Lisboa, 9, 159, 163, 187.
Llanos, A., 46.
Locri, 157.
Lomba do Canho — Arganil, 69, 71-75, 79-81, 84-88, 156.
Londres, 120.
Longinus Doles, Iulius, 162.
López Palomo, Luis Alberto, 167.
Los Milares, 187.
Loulé, 106.
Lucania et Brutti, 157.
Lucios Ánios, 159.
Luco de Jiloca, 185.
Luna ad Genuam, 157.
Lupus, Couti us, 134.
Lusitânia, 69, 124, 141, 143, 154, 158-159, 173.
- M
- Maciço Hespérico*, 163.
Maciel, Manuel Justino, 140, 165.
Madeira, José Luís, 101.
Madorras — Sabrosa, 187.
Madrid, 187.
Magallón Botaya, Maria de los Angeles, 178-186.
Maia, M., 62, 84, 87, 156.
Mainaké, 156.
Maiorca, 80, 86.
Malhada da Safra, 152.
Mane Rutual—Bretanha, 187.
Mangancha, 51, 52, 56.
Manlius, T., 154.
Mantas, Vasco Gil, 97, 184.
Manzil, 183.
Marcellus Empiricus, 110.
Marco Aurélio, 171.
Marcus, 177.
Mário, 193.
Martín-Bueno, Manuel, 162.
Martins, M. M., 17.
Mascalcorreig, 183, 185.
Maximino, 181.
Máximo, 181, 185.
Mayer, Marcos, 165.
May et, F., 136.
Mazaleón (?) (Leonica), 185.
Medinoceli (Ocilis), 186.
Mediterrâneo, 63-65, 193.
Mediterrâneo Ocidental, 85,
Mediterrâneo Oriental, 151.
Mehadia, 135.
Mendes, Norma Fusco, 192, 193.
Meneses, Alonso de, 182.
Mennella, Giovanni, 157.
Mercanti, M. P., 64.
Mercurea-Albele (Sucidava), 175.
Mercurius, Aurelius, 176.
Mérida, 151, 165, 178, 179, 184, 186. —
 Vide também: *Emérta Augusta*.
Mértola, 83, 87, 156. — Vide também:
Myrtilis.
Meseta Ibérica, 186.
Mèsta, III.
Messejana, 52.
Mícia, 174.
Milão, 144.
Milne, 113, 115-117, 119-123.
Milos, 116.
Milreu, 176.
Minho, 151.

Mir obriga, 42, 50, 124, 151.
Mohen, Jean-Pierre, 187, 188.
Molina, Fernando, 187.
Mombeja, 51.
Mondego, rio, 156.
Monforte, 81, 83, 86, 152.
Monte do Farrobo, 124.
Monte do Meio, 25, 26.
Monte Molido, 85.
Monte Novo do Castelinho, 106.
Monte do Pomar —líde: *Herdade do Pomar*.
Monte de Valadares, 190.
Monteiro, Jorge Pinho, 41-43.
Montes Apuseni, 174.
Montinho da Águia, 52.
Moreira, Beleza, 101.
Morgantina, 193.
Moschion, 110.
Muela de Berbegal, 185.
Myrtilis, 154. — Vide também: *Mértola*.

N

Napoca, hoje Cluj, 171, 172, 174, 177.
Atero, 184.
Nertóbriga, 50, 186.
Nesselhauf, H., 172.
Ateuss (Novaesium), 174.
Niemeyer, 156.
Novaesium (Neuss), 174.
Núbia, 150.
Numância, 79, 88.
Wuues, J. G, 71, 72, 80.

O

Oci/ú (Medinaceli), 186.
Octaviano, 193.
Ogulino, Q., 193.
0/ι»po, 151, 182, 184.
Olival do Senhor dos Mártires, 85.
Olvena, 185.
Oribasius, 110.
Ohz efe Zarate, Santos Crespo, 161.
Osea (Huesca), 183-185.
Ossonoba, 151.

Os/la, 82.
Ourao, 9, 11-13, 21, 22.
Ourique, 50, 152.
Outeiro do Circo, 51, 56, 149.
Outeiro de Já Vou, 31-34.

P

Paetinius Heliodorus, G. Valerius, 134.
Pagus Miciensis (Vetel-Deva), 175.
Palência, 162.
Pamplona (Pompado), 180. — Vide também: *Pompaelo*.
Pancierera, Silvio, 157, 160.
Panóias, 52.
Panónia, 175.
Pardais, 163.
Paredes da Beira, 17.
Paris, 107, 120, 121, 123, 124, 126.
Parreira, Rui, 41, 43, 51, 53.
Parva, Maryline, 161.
Passada Mã, 35.
Paulo, 158, 159.
Paulus Aegineta, 110.
Pavolini, C., 72, 80, 81, 83, 84.
Pax Iulia, 159. — Vide também: *Beja*.
Pearson, G. W., 62, 63.
Pedra da Atalaia, 42, 49, 55.
Pelonia, 7, 21.
Peñalba de Castro, 166.
Penhape, 187.
Peniche, 59.
Península Ibérica, 59, 63, 65, 69, 70, 72, 80, 86, 88, 143, 151, 155-157, 159, 161, 162, 172, 178, 179, 182, 184, 186, 191.
Península Itália, 12.
Pereira, M. L., 178.
Pertusa, 185.
Peticus Hispanus, T., 160.
Peticus Rufus, Q., 159.
Petit, Paul, 181.
Pirenéus, 183, 185.
Pisaurum, 157.
Plínio o Jovem, 110.
Poio, 190.
Poio Novo, 8.
Poio Velho, 8.
Poios, 1, 27.

Policarpo, São, 140.
Polleius Sollemnis, Sextus, 116.
Pollius, Sextus, 111.
Pomar — Vide: *Herdade do Pomar*.
Pombal, 5, 7, 183.
Pomey, P., 83, 84.
Pompaelo (Pamplona), 180, 183.
Pompeios, 110, 111, 113, 116-124.
Ponda, 159.
Ponte, M. S., 83, 84, 87.
Ponte da Barca, 166.
Ponte de Uma, 166.
Porolissum, 171-174, 177.
Porto das Lajes, 50.
Porto de Mós, 164.
Portugal, 5, 59, 63, 103, 106, 114, 117, 118, 123, 124, 152-154, 156, 157, 182, 183, 187, 191.
Possessor, S. Iulius, 172.
Potaissa, 171, 172, 177.
Praetorium, 185.
Precorium, 185.
Públio, 159.
Puente Genii, 167, 169.
Puigi Cadafalch, 142.

Q

Quebeque, 167.
Quinta da Torre d'Ares, 107, 114, 115, 125.

R

Reburrino, 166.
Redinha, 5, 7, 14-16, 23-25.
Reimer, P. J., 63.
Reims, 116, 121, 123.
Reno, 113, 171.
Riba-Coa, 100.
Ribeira de Aguiar, 93.
Ribeira de Anços, 5.
Ribeira do Ourão, 21.
Ribeira de Quintos, 42.
Ribeira de Rodeios, 93.
Ribeiro, J. P. C., 11, 21.

Ricci, M., 72, 80-84.
Riotinto, 151, 156.
Rocha, A. dos Santos, 9, 13-15, 22, 24.
Rochoso, 106.
Roda, 9, 13, 22.
Rodes, 150, 151.
Rodrigues, família, 7.
Rodriguez Casal, 187.
Rodriguez Diaz, A., 50.
Roldán Hervás, J., 178, 181-183, 186.
Roma, 80, 81, 110, 142, 167, 192-194.
Romariz, 190.
Roménia, 170, 175.
Romula-Malva, 172, 174, 175, 177.
Roxo, rio, 42, 43, 50-52, 55, 56.
Rufus, C. Turranius, 155.
Rufus, G[aius] C[aecilius?], 132-135.
Rufus, M. Turranius, 177.
Rufus, Q. Peticius, 159.
Ruivo, 153.

S

Saa, Mário de, 14.
Sabina et Sannium, 157.
Sabrosa, 187.
Sado, rio, 42, 52.
Safarejo, 152.
Sagredo San Eustaquio, Luís, 161.
Saint-Raphael, 82, 83.
Salada, 103.
Salada Imperatoria, 106. —Vide também:
Alcácer do Sai.
Saltigi, 184.
Sanecius, 136.
Santa Águeda, 185.
Santa Cruz do Urna, 166.
Santa Eulalia, 152, 153.
Santa Maria de Aguiar, 93, 96, 100.
Santa Olaia, 65.
Santa Vitória, 41.
Santa Vitória do Ameixial, 169.
Santamaria, G, 82, 83.
Santarém, 83, 87, 173.
Santiago do Cacém, 49.
Santos, M. F., 18.
São Domingos, 156.
São Domingos de Rana, 163, 164.

- São João do Deserto*, 51, 52.
São Miguel da Mota, 145.
São Pedro de Siresa, 185.
Soo Romão, 154.
Sao Simão, 17, 18.
 SAO 7bra? <7? çte, 166.
Saragoça (Caesaraugusta), 179, 183, 185.
Sardenha, 150.
Sarmizegetusa (Daca Ulpia Traiana Sarmizegetusa), 171.
Savory, 15.
Scallabis Praesidium Iulium, 173.—Vide também: *Santarém*.
Scaurianus, D. Terentius, 171.
Schott, André, 181.
Schubart, H., 43, 50.
Schulten, A., 86.
Schulze, W., 162, 177.
Scribonius Largus, 110.
Segobriga, 165.
Segontia, 186.
Segovia, 50, 55, 152, 153.
Seia, 154.
Sellium (Tomar), 183.
Senhora da Estrela, 9, 10.
Senhora da Luz, 115.
Septimio Severo, 172, 173.
Serra da Aboboreira, 187.
Serra da Estrela, 25, 183.
Serra da Mar of a, 100.
Serra Morena, 156.
Serra de Sintra, 87.
Serrão, E. da C, 17.
Servius Donatus, M., 175.
Setúbal, 106, 163.
Severino, 158, 159.
Severos, 172.
Severus, 159.
Severus, Gaius Firmius, 116, 121, 123.
Severus, Vetinius, 159.
Sevilha, 172.
Sextus Polleius Sollemnis, 116.
Sextus Pollius, 111.
Sicília, 150.
Sicó, 10.
Sila, 193.
Sillières, Pierre, 181, 184.
Silo, 154.
Silo, Valerius, 154.
Silonianus, Q. Talotius Allius, 155.
Silva, A. C. F., 65.
Silva, C. T., 42, 49.
Silva, J. Candeias, 154.
Sines, 145.
Sintra, 163.
Siracusa, 64.
Siresa, 181, 184.
Siresa, São Pedro, 185.
Soares, A. M., 51, 53, 62.
Soares, J., 42.
Sollemnis, Sextus Polleius, 116.
Somport, 185.
Soranus de Éfeso, 110.
Sória, 186.
Strée, 116.
Strbmburg, Marta, 188
Suiver, M., 62, 63.
Sucidava (Mercuria-Albele), 175, 177.
Sula, 81.
Summo Pyreneo, 182, 185.
Symphoro, Lucius Cordius, 124.
Syrus, M. Aurelius, 177.

T

- Tabernas*, 183.
Table des Marchands, 187.
Talabarus, 154.
Talotius Allius Silonianus, Q., 155.
Tanagra, 116, 121.
Tarazona (Turiaso), 178, 184.
Tarraco, 182.
Tarraconense, 143.
Tarragona, 162.
Tartesso, 149, 151-153, 156.
Tavares, Antonio, 163, 166.
Tavares, J. C., 87.
Tavira, 107, 115.
Tchrenia, A., 83, 84.
Teate Marrucinarum, 157.
Tegianum, 157.
Teia Dole\ns?, 162.
Teixoso, 154.
Tejo, rio, 17, 18, 87, 106, 152, 184, 187.
Teodosio, 156.
Tere na, 145.
Terentianus, P. Aelius, 177.

- Terentius Scaurianus*, D., 171.
Terras do Alcaide, 26.
Teslui, rio, 174.
Tetricus I, 126.
Tetricus II, 126.
Thamugadi (Timgad), 174.
Theodorus Priscianus, 110.
Tibério, 156, 190.
Tibiscum, 172, 173, 177.
Timgad (Thamugadi), 174.
Tito, 158.
Tito Livio, 192.
Titulcia, 186.
Toledo, 116.
Tomar (Sellium), 183.
Tongres, 124.
Torre de Almofala (Torre de Aguiar, Torre das Águias, Torre dos Frades), 93-96, 100.
Toscanos, 156.
Trajano, 170, 171, 186, 191.
Tranoy, Alain, 166.
Trds-os- Montes, 151.
Treboniano, 180.
Três Minas, 157.
Tróia — Setúbal, 114, 116, 118, 164, 174.
Tudor, D., 172.
Turiaso (Tarazona), 183, 184.
Turranius Fronto (?), M., 177.
Turranius Rufus, C., 155.
Turranius Rufus, M., 177.
Turns Aquilaris, 93, 94.
- U
- Ubieto Artur*, A., 182.
Ulbert, G., 73, 79, 80, 86, 88.
- V
- Vada Sabatia*, 157.
Vaiamonte, 50, 81, 83, 86, 152, 153.
Vale da Casa, 17, 18.
Vale de Lama, 114, 118, 124, 125.
Vale do Poio Novo, 5, 12, 15, 19, 27-31.
Vale do Poio Velho, 35, 36.
Vale de Sorsa, 10, 22.
- Vale Tesnado*, 106.
Valente, 175.
Valeriano, 180.
Valerius, C. Iulius, 177.
Valerius Paetmius Heliodorus, G., 134.
Valerius Silo, 154.
Var, 83.
Vasconcelos, Leite de, 114, 124, 154.
Vegas, J. I., 46.
Vegetus, 154.
Veiga, Estácio da, 114, 115, 125.
Velitrae, 157.
Ventafarinas, 184.
Vergílio, 192.
Verissimo, L., 61.
Vernegués, 99.
Vespasiano, 172.
Vetei-Deva, 175.
Vetinius Severus, 159.
Viana, A., 85, 115, 166.
Viana do Alentejo, 163.
Vicus Aquensis — Vide: *Aquae*.
Vila Nova de Foz Coa, 17.
Vila Velha de Ródão, 106.
Vila Viçosa, 163, 165, 166.
Villuga, Juan de, 182.
Vincientianus, 177.
Vipasca, 164, 174.
Visconde da Corte, 43.
Viseu, 187.
Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de, 94.
Vives, José, 161.
Volcei, 157, 159.
Vulpes, 120.
- W
- Ward*, G. K., 63.
Wheeler, M., 174.
Wilson, S. R., 63.
Wonterghem, Van, 158.
- Z
- Zurita*, Jerónimo, 181.

INDEX MONVMENTORVM

A — Fontes litterariae

Année Épigraphique (LJ. 158.

ANTONINO, *It.*: 181, 183-186; 438, 2 —439, 4: 186.

CELSO, *De re medica*: 110, 112.

GALENO, *Lexicon*: 122.

PLÍNIO, *Naturalis Historia*, 111, 3, 30: 165; XXXIII: 193.

VALERIUS FLACCUS, *Argonautica*, VI, 294-295: 135.

B — Corpora epigraphica

CIL

II				
p. 1173	161		4914	186
p. 1178	161		4918	186
p. 1189	161		5131	159
p. 1190	162		5176	159
	161		5241	161
6	162		5907	161
21	124		6252 ⁹	176
66	159		6302	162
192	159			
289	159	III	1562	135
429	172		8075 ^{d,h}	177
442	100		11378-11385	175
760	172			
1180	172	VI		161
2404	166			
2722	161	X	21	157
2772	166		33	157
2984	161			
4085	162	EE		
4911	181, 184, 185	Vili	151	159
4912	186			
4913	186			

Ficheiro Epigráfico		
	24	164
	59	164
Hispania Antiqua Epigraphica		166
ILER		
	680	133
	3761-3787	161
ILS		
	3896	135
IRCP		
	p. 821-822	163
	p. 880	162
	27	162
	91	159
	269	166
	271	159
	438	166
	497	166
	623	159

INDEX RERVM

A

- Acampamentos militares romanos*
 Cáceres el Viejo, 69, 70, 73, 79, 80, 86, 88.
 Lomba do Canho, 69-90, 156.
 Numância, 79, 88.
- Achados diversos*, 9, 69, 70, 88.
- Administração local*—Leis de Urso,
 Malaca, Salpensa, Municipium Flavianum Irnitanae, 154.
- Água* — Utilização em barragens romanas, 103-106.
- Âncora púnica* — Sua datação, 59-68.
- Ânforas*
 Achados diversos, 69, 70, 87, 88.
 Vinícolas, 83.
- Animais*
 Batráquio, 76, 82.
 Cabras, 44.
 Cães, 175.
 Cavalo, 175.
 Lobos, 175, 176.
 Pavões, 140, 141.
 Pombas, 140, 144.
 Serpentes, 150.
 Veados, 151, 153.
- Antas* — Ereira (Afife), 187.
- Antropomorfos* — Sua representação em arte rupestre, 17-18, 30.
- Ara paleocristã (?)*, 137-145.
- Armamento militar*, 74.
- Arqueologia subaquática*, 59-68, 80, 82-84, 86.
- Arte megalítica*, 188.
- Arte rupestre* — Gruta do Vale do Poio (Redinha), 15-19, 30.

Árvores

- Azinheiras, 42.
 Carvalho português, 68.
 Eucaliptos, 19.
 Oliveiras, 42, 43, 118.
 Pinheiros, 12, 18, 32-35.
 Quercus faginea (Carvalho português), 68.
- Associações profissionais* — Collegium nautarum de Apulum, 176.

B

- “*Bagaudae*”, 181.
Bibliografia arqueológica, 147-194.

C

- Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo*, 101.
- Câmara Municipal de Peniche*, 65.
- Capitel de ara paleocristã (?)*, 137-145.
- Cargos civis, eclesiásticos, militares e religiosos*
 Aedilis, 159.
 Cônsul, 193.
 Curator civitatis Romulensium Malvensium, 172.
 Decurião de Collippo, 155.
 Duumvir, 159.—Duumvir primus, 154.
 Edil, 154. —Edil da civitas, 154.
 Governador senatorial da província da Bética, 164.

- Imperador, 164.—Procurar também pelos respectivos nomes próprios.
- Legado imperial na Dácia, 171.
- Legatus pro praetore, 154.
- Magister de sessenta soldados, 176.
- Magistrado do castellum, 154.
- . Tribunus, 193.
- Carta Archeologica do Algarve (de Estádio da Veiga)*, 114.
- Carta Corográfica de Portugal escala 1: 50000*
- Folha 43-C, 42.
- Carta Militar dos Serviços Cartográficos do Exército I: 25000*, 14, 25.
- Folha 162, 93.
- Folha 262, 14, 21-37.
- Castros**
- Cantamento de la Pepina, 50.
- Castrejón de Capote, 50, 51, 55.
- Citânia de Briteiros, 191.
- São Romão, 154.
- Vaiamonte, 50, 81, 83, 86, 152, 153.
- Castros de altura do Sudoeste peninsular*
- Situação geográfica — Ardila, 50, 51;
- Baldio, 50; Eivas, 50; Estremoz, 50;
- Segóvia, 50; Vaiamonte, 50.
- Suas relações com os povoados da planície, 49-50, 55-56.
- Cerâmicas**
- Ânforas — Vide: *Ânforas*.
- Finas — Formas e materiais
- Barro fino — Urna lavrada, 125.
- Campanienses, 69, 70, 74, 78, 81, 83, 86, 88, 152.
- Lucernas — Vide: *Lucernas*.
- Paredes finas, 74, 88.
- Verniz negro, 87.
- Finas — Origens
- Fenícias (jarros), 150.
- Gregas, 150, 152.
- Cerâmicas pré-históricas*
- Cronologia — Idade do Ferro, 41, 45-48, 153; Paleolítico, 12, 13, 15, 32, 33.
- Decorações, 28, 29, 31, 33, 188.
- Formas: Asas, 29, 34; Bordos, 21, 28, 29, 31, 33, 34; Cossóiros, 48; Fragmento de asa mamilar de uma tampa (?), 48; Fragmento de tam-
- pa, 47; Fragmentos de bojo, 46-48, 54, 55; Fragmentos de bordo, 47, 48; Fragmentos de corpo, 46-48; Fundos, 29, 31, 33.
- Cerâmicas pré-históricas — Herdade do Pomar*
- Discussão geral sobre as pastas, formas e decorações que apresentam, 52-55.
- Cirurgia romana*, 107-127.
- Classes sociais**
- Decuriões, 177.
- Domini, 176, 177.
- Escrava, 175.
- Libertos, 159, 177.
- Officinadores, 176, 177.
- Peregrinos, 177.
- Pontifex maximus, 158.
- Sacerdos Phasidis, 135.
- Sacerdotes, 110.
- Soldado (equus) da Ala Tartorum Victrix Civium Romanorum, 161-162.
- Soldados, 176. — Soldados das legiões, 110.
- Colóquio Arqueológico de Viseu, 2, Viseu, 1990*, 69, 165.
- Complexo do Vale do Tejo — Arte rupestre*, 17-18.
- Congresso Nacional de Arqueologia, 4, Faro, 1980*, 109.
- Consiglio Nazionale della Ricerche Italiano*, 157.
- Conventus**
- Bracaraugustanus, 166.
- Caesaraugustanus, 179.
- Emeritensis, 154.
- Pacensis, 154, 158, 162, 163.
- Scallabitanus, 69, 154.
- Cores** — Sua utilização em insculpturas pré-históricas, 16.
- Corpora epigraphica* — Itália, 157-162.
- Corpos militares**
- Ala Tartorum Victrix Civium Romanorum, 162.
- Legião III Macedonica, 181.
- Legião IV Macedonica, 172.
- Legião VI Victrix, 172, 181.
- Legião X Gemina, 172, 181.

- Legião XIII Gemina, 173.
Cosmética romana — Sonda para aplicação de pomadas, 117.
Cultos funerários — Sua representação em capitel paleocristão (?), 142-143.
Cultura ibérica — Contribuições recebidas do exterior da Península, 149-153.

D

- Datação* — Côsules Presens et Extrinsecus, 154.
Datação pelo radiocarbono [C¹⁴], 59-68, 156, 187.
Decorações
 Capitel de ara paleocristão (?), 137-145.
 Cepos de âncora em chumbo da época romana ou helenística, 64-65.
 Cerâmica pré-histórica, 28, 29, 31, 33, 39-57, 188.
 Instrumentos cirúrgicos, 115-124, 126.
 Lucernas — Animal (batráquio), 76;
 Fállica, 75, 76, 80-82; Óvulos, 76, 77, 82, 83; Óvulos alinhados em fiadas radiais, 77, 82.
Defesa — Factor de construção nem sempre determinante nos povoados da II Idade do Ferro alentejano, 43, 49-50, 55-56.
Departamento de Cristalografia e Mineralogia da Universidade Autónoma de Barcelona, 165.
Desflorestação na Hispânia Romana — Sua influência nos problemas de abastecimento dos fornos de fundição de minas, 156.
Deuses, divindades e figuras mitológicas
 Afrodite, 140.
 Asclepius, 1M).
 Atégina, 149.
 Cernunnos, 151.
 Dioniso, 142.
 Divindade latina ainda desconhecida adorada num templo romano em Almfala, 99-101.
 Endovélico, 151.
 Fontanus, Fontana, 166.
 Fortuna Augusta, 136.

- Hera, 149.
 Héraclês, 149.
 I.0. M., 166.
 I.0. M.C., 136.
 Júpiter, 143.
 Lares das Águas (Lares Aquites), 129, 131-135.
 L[aribus] Turi[brigensibus], 133.
 Manes, 158.
 Ninfas Castecas, 166.
 Phasis, 135.
 Prosérpina, 149.
 Silvanus, 175.
 Tanit, 80.
Doenças e estados patológicos — Antiguidade
 Abscessos, 116.
 Afecções oculares, 119, 122-123.
 Chalázios, 123.
 Conjunctiva vítrea granulosa, 123.
 Fístula lacrimal “oegilops” da catarata, 121, 123.
 Quistos das pálpebras, 123.
 “Staphyloma” da córnea, 119.
 Doença da “pedra”, 116.
 Falhas de osso, 122.
 Freio da língua, 121.
 Hemorroides, 121.
 Pólipos, 116.
 Nasais, 122.
 Útero, 122.
 Tumores, 122.
Doenças e estados patológicos — Operações cirúrgicas — Antiguidade
 Ablação de amígdalas, 121.
 Extração do feto morto, 116.
 Oftalmológicas, 116.
Dólmens, 15.

E

- Economia do Noroeste peninsular (até fins séc. II D.C.)* — Conclusões que podem tirar-se da análise da circulação monetária, 189-191.
Edificações e construções diversas
 Anfiteatros: Colonia Dacica Sarmizetusa, 174; Mícia, 174; Pagus Miciensis, 175; Porolissum, 174.

- Aquedutos: Alcácer do Sal, 103, 105, 106; Apulum, 174.
- Arco honorífico: Medinaceli, 186.
- Barragens: Alcácer do Sal, 103, 105, 106; Comenda, 106; Idanha-a-Velha, 106; Lameira, 106; Monte Novo do Castelinho (Almodovar), 106; Roshoso, 106; Vale Tesnado, 106.
- Basilica: Conímbriga, 136.
- Capela: Santa Águeda, 185.
- Casernas: Acampamento militar romano da Lomba do Canho, 74.
- Castelo: Messejana, 52.
- “Cella” de um templo de planta clássica: Almofala, 98, 99.
- Cripta sob a “cella” de um templo, 99.
- Forum: Cáceres el Viejo, 86; Cesariano — Roma, 81; Flaviano — Conímbriga, 96.
- Lareiras: Acampamento militar romano da Lomba do Canho, 69, 74, 75, 77, 78.
- Loja de cirurgião — Pompeios, 111.
- Moinhos: Furados de Pombeiro (séc. XIV), 156.
- Mosteiros: Santa Maria de Aguiar, 93, 94, 96, 100; São Pedro de Siresa, 185.
- Muralhas: Robert — Ampúrias, 83, 84; Roxo, 50, 51.
- Muros de tanques: Redinha, 22.
- Opus caementicium: Redinha, 22.
- Opus incertum: Alcácer do Sal, 105.
- Opus latericium: Dácia, 171.
- Opus signinum: Alcácer do Sal, 105; Dácia, 171.
- Palácio extra-muros (Casa dos jogos de água): Conímbriga, 134-136.
- Pavimento de época pré-augústea: Conímbriga, 83.
- Pisão: Furados de Pombeiro (séc. XIV), 156.
- Pontes: Aragão (medievais), 185; Aragão (romanas), 185; Estrada Ervidel-Aljustrel, 51.
- Santuários: Colonia Dacica Porolissum, 174; Garvão, 52.
- “Tabernae” de acampamento militar: Cáceres el Viejo, 86.
- Templo: Forum flaviano — Conímbriga, 96.
- Termas: Apulum, 174; Mercurea-Albele, 175.
- Tumuli: Bougon (Deux-Sèvres), 188.
- Édito do Máximo* (Edictum de pretiis rerum venalium, VII, 15, 16), 175.
- Édito de Milão*, 144.
- Epigrafia*
- Itálica — “Corpora”, 157-162.
- Romana — Conímbriga, 129-136.
- Escavações*
- Herdade do Pomar, 39-57.
- Lomba do Canho, 69-90.
- Necrópole de Balsa, 107-127.
- Redinha, 5-37.
- Torre de Almofala, 96, 100-101.
- Escritas*
- Ibérica, 150.
- Pré-latina do Sudoeste, 52.
- Escultura*
- Aras
- Funerária, 158-159.
- Paleocristã (?), 137-145.
- Votivas, 166.
- Árulas — Conímbriga, 129-136.
- Capitel de ara paleocristã (?), 137-145.
- Esteias, 41, 43, 52, 166.
- Fragmentos de mármore esculpidos com pregueado de vestes, 99.
- Laje com desenhos, 43.
- Mão esquerda, em mármore, talvez de estátua feminina, segurando pequena caixa, 99.
- Pedras de granito aparelhadas, 95.
- Pilastra com aves associadas ao cálice, 145.
- Placas de mármore
- Molduradas, 100.
- Sem decoração, 159.
- Triangular com aves associadas ao cálice, 145.
- Silhares de granito, 94, 97, 99.
- Espólios arqueológicos*
- Cerâmica pansas, 22, 28, 29, 31, 33-35.
- Conchas marinhas, 9, 29.
- Fósseis, 10, 14, 23.
- “Herminettes” de pedra, 15.

Imbrices, 8, 22.
 Lascas em sílex, 26.
 Lateres, 9, 22.
 Machados chatos de pedra ou cobre, 15.
 Machados polidos, 9, 13, 15, 28, 31, 34, 36.
 Mós, 15, 22.
 Ossos humanos, 13-15, 25, 29.
 Percutores, 31, 32, 34.
 Placas de hematite, 9.
 Pondera, 9, 22.
 Quartzitos talhados, 15.
 Sílices talhados, 15, 37.
 Tegulae, 9, 21-24, 27.
 Utensílios de quartzite, 27, 29-34.
 Utensílios de quartzo, 27, 29, 32, 33.
 Utensílios de sílex, 21, 22, 24-30, 32-34.
 Vestígios osteológicos, 9, 14, 15, 18, 22.
 Vestígios osteológicos animais, 12, 31.
 Vestígios osteológicos humanos, 12, 13.
Estações da Idade do Ferro — Sudoeste peninsular, 39^57, 149, 152-153.
Estampilhas
 Cerâmica de construção da Dácia, 176-178.
 Marcas dácicas
 C.I.V., 177.
 C.I.VAL., 177.
 I.VAL., 177.
 R(es) P(uplica), 173, 177.
Estratigrafia de barros — Métodos de estudo e estruturas documentadas num povoado da Idade do Ferro alentejano, 43-46.
Evolução social—Sudoeste peninsular 800-300 AC, 149-153.
Exército romano
 Assistência médica aos soldados das legiões, 110.
 Sua influência sobre a urbanização e romanização da Dácia, 171-173.

F

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 189.
Fotografia aérea, 106, 180.

G

Gentilicios — Comuns a vários “praenomina”, 158-159.
Gentilidades — Maguacu(m), 154.
Geomorfologia — Redinha, 9-10.
Grafitos
 Gravuras pré-históricas, 16, 30.
 Indicação do número diário de peças que se faziam num forno de cozedura em Conímbriga, 175-176.
Gravuras em paredes de rocha
 Representação: Bucrânios, 18; Chapéu, capacete ou ornamento com cornos, 18; Faló, 18; Sapatos ou botas, 17.
 Situação geográfica: Complexo do Vale do Tejo, 17; Escoural, 18; Fraga d’Aia, 17; Serra de Guadarrama, 17; Vale da Casa, 17, 18; Vale do Poio, 15-18.
 Técnica e conteúdo: Insculpidas em grutas e de carácter antropomórfico, 15-19, 30.

H

Hospital militar romano — Baden, 111, 120.
Humorismo — Sua representação em mosaicos romanos com legendas, 167-169.

I

Iconografia
 Cristã — Sua correspondência com a pagã, 143-145.
 Grego-romana — nanomaquia como tema, 167-169.
Idade do Ferro do Sudoeste peninsular — Organização social e económica das suas comunidades, 149-153.
Iluminação — Técnicas romanas difundidas pelas legiões, 84-88.
Inscrições
 Funerárias, 140, 159.
 Votivas, 129-136.

Inscrições — Itália

Corpora: Fotografias, 158-161; índices, 158-161.

Instituto Arqueológico Alemão, 187.

Instrumentos médico-cirúrgicos — Antiguidade

Acessórios: Agulhas de coser ligaduras, 119-120; Agrafos metálicos, 113; Almofarizes, 113; Caixas de unguentos, 113; Crivos, 113; Esponjas, 113; Estojo metálico em forma de agulheiro, 125; Fios de linho, 113; Pensos, 113; Placas de pedra para unguentos, 113, 124; Unguentários de vidro, 120.

Cortantes: Bisturis, 113, 115-116; Escalpelos (scalpellus), 111, 113, 115-116, 126; Lancetas, 114, 116; Navalhas, 113, 116; Tesouras, 113.

Extracção: Cautérios, 113; Pinças (volsella ou vulsella; forceps as de maior dimensão), 112, 113, 122, 126; Ventosas, 113.

Penetração e exploração: Agulhas, 113, 117-120; Colheres (ligulae), 112, 113, 117, 120, 126; Colheres-sonda (cyasthiscomele), 118-119, 124; Espátulas, 112-118; 123, 126; Espátula-sonda (spathomele), 118; Estiletos, 112, 117; Ganchos (erignes, hamulus acutus, hamus), 113, 117, 121, 126; Garfos ou forquilhas, 122; Lígulas, 113, 114; Raspadeira, 123; Sondas (specillum), 113, 116-119, 126; Sondas bifurcadas, 122.

J

Jazidas

Minerais — Determinantes para a localização de povoados da II Idade do Ferro, 50-52.

Silex — Redinha, 24, 27.

Junta de Freguesia da Redinha, 9, 22.

L

Laboratório de Petrologia del Area de

Petrologia y Geoquímica de la Universidad de Zaragoza, 165.

Lucernas

Achados: Herculano, 122; Lomba do Canho, 69-90; Pompeios, 122.

Cronologia (períodos): Alto-imperial, 79; Helenístico, 72, 73, 79, 81, 85, 87, 88; Imperial, 72; Romano, 69, 70, 73, 78, 87, 88; Tardo-helenístico, 69, 70; Tardo-republicano, 72, 73, 79, 84-87.

Distribuição: Pelos compartimentos da casa, 69, 70, 74; Pelos sítios geográficos, 84-88.

Tipologia: Dressel/Lamboglia 2, 69, 73, 75-79, 81-84, 86-88; Dressel/Lamboglia 3, 69, 73, 78, 79, 83, 84, 87; Dressel/Lamboglia 4, 88; Ricci 1-A, 87; Ricci 1-B, 87; Ricci 2A, 77, 82; Ricci E, 86; Ricci F, 86; Ricci G, 86; Ricci H, 69, 74, 75, 79-81, 86; Ricci tipo 3, 84; Ulbert variante b> 81. — Fragmentos sem identificação segura, 69, 73, 78, 79, 82.

M

Magistrados locais da Hispânia Romana — Catálogo, 154-155.

Mamao: Madorras (Sabrosa), 187.

Marcas de oculista da época romana — Incisa com sinete sobre colírios sólidos, 114.

Marcas de oleiros

Em diversos materiais cerâmicos — Dácia: Animais domésticos e selvagens, 175, 176; Digitais, 176.

Em lucernas púnicas: Invocações a Tank, 80.

Em lucernas romanas: Círculos impressos combinados, 84; Incisas, 76, 78, 82; Ovaladas, 75, 80; S, enquadrado por pontos, e, talvez, um L, 80.

Em sigillata sudgálica — Geminv(s), 166.

*Mármore*s — Problemática da sua utilização durante a Antiguidade Clássica, 162-166.

Materiais

Aço, 111, 115, 119.
 Ademo (*Phillyrea latifolia* L.), 59, 64, 68.
 Adobe, 49.
 Álcool, 112.
 Argamassa, 98, 105.—Argamassa de cal, 95, 97, 98.
 Argila, 74.
 Barro amassado, 95. — Barro fino, 125.
 Brecha da Arrábida, 105.
 Bronze, 111-121, 123, 124, 150, 152, 153.
 Cal, 95, 97.
 Calcários, 36, 105, 164.
 Calcite, 75.
 Chumbo, 59, 61, 62, 64, 65, 113.
 Cobre, 15, 112, 113, 119, 120, 124, 125, 155, 156, 165.
 Escórias, 164.
 Fenol, 112.
 Ferro, 48, 111, 113, 115, 116, 125, 152, 156, 165.
 Gesso selenítico, 165.
 Granito, 95, 97-99, 164.
 Hematite, 9, 29.
 Linho, 113.
 Madeira, 59, 61-64, 67, 68, 99.
 Marfim, 111, 119.
 Mármore, 99, 100, 124, 159, 162-166. — De São Brissos, 163; De Trigaches, 139, 163.
 Materiais líticos diversos, 11, 12, 14, 15, 21-23, 26, 28, 30, 33.
 Metais diversos, 45.
 Mica, 77. — Mica dourada, 75.
 Osso, 45, 111, 119, 120.
 Ouro, 111, 156, 165, 174.
 Pedra, 15, 48, 49, 113-115, 124, 164.
Phillyrea latifolia L. (aderno), 59, 64, 68.
 Prata, 111, 116, 117, 119-121, 124, 151, 156, 165, 193.
 Quartzite, 10, 21, 22, 25, 27-36.
 Quartzo, 10, 22, 26-29, 32, 33, 35, 36, 75-77.
 Resina, 112.
 Sal, 112.

Seixo, 48.
 Sílex, 21-30, 32-35, 37.
 Taipá, 49.
 Tijolo britado, 105.
 Vidro, 120.
 Xisto, 43, 50, 94-99, 105, 124, 164.

Medicatrina ou Medicina — Lojas de médicos na época romana, 110.

Medicina — Fontes literárias

Médicos árabes, 110; Padres Cristãos, 110. Médicos grego-romanos, 110-111.

Medicina romana

Colírios (pomadas ou unguentos), 113-114, 117, 124. — Dissolventes: Clara de ovo, 113; Leite de mulher, 113; Mel, 113; Suco de rosa, 113; Vinagre, 113.

Desinfetantes, 112. — Cobre, 112; Fenol, 112; Fogo, 112; Resina, 112; Sal em solução ou em pó, 112; Vinho, 112.

Técnicas utilizadas: Assepsia, 112; Cirurgia, 107-127. — Depilação do corpo, 122-123; Extração de projecteis enterrados na carne, 122.

Medidas vidrias

Léguas gaulesas, 182.
 Milha normal (1480 m), 182.

Megalitismo — Problemática, 187-188.

Miliários

Cronologia — Época de: Adriano, 181; Augusto, 181; Caracala, 180; Constantino, 180; Constantino II, 181; Domiciano, 186; Galieno, 180; Indeterminado, 180; Licínio, 180; Maximino, 181; Máximo, 181, 185; Q. Fabius Labeo, 181, 182; Trajano, 186; Valeriano, 180.

Situação geográfica: Via Caesaraugusta-Pompaelo, 180-181; Zona de Cinco Villas, 181.

Mimo teatral—Representação em mosaico de “villa” romana, 167-169.

Minas e mineração

Situação geográfica: Entre as bacias do Sado e do Roxo, 52; Hispânia Romana, 155-157; Riotinto, 151.

Utensilagem: Martelos feitos de seixos, 155.

Minas de ouro — Montes Apuseni, 174.

Moeda — Circulação do Noroeste peninsular, 189-191; Seu ocultamento devido a campanhas militares, 190.

Moedas

Achados ou tesouros, 9, 69, 70, 88, 189, 190.

Espécies: Asses, 190; Aurei, 189, 190; Denários, 175, 190, 193; Sestercii, 190.

Imperadores: Cláudio, 125; Teodosio, 156; Tetricus I, 126; Tetricus II, 126; Valente, 125.

Mosaicos romanos, 99, 145, 167-169.

Muralhas ou fossos — Sua ausência em povoados da II Idade do Ferro alentejano, 49-50, 55-56.

Museus

Alcácer do Sal, 85.

Arqueológico do Algarve, 115.

Arqueológico de Namur, 124.

Arqueológico Provincial de Cordoba, 167.

Atenas, 116, 118, 121, 123.

Beja, 43, 137, 139, 145, 163.

British Museum, 116, 120-123.

Capitolinos — Roma, 160.

Charleroi, 116.

Corfinio, 159.

Figueira da Foz, 9.

Germano-Romano de Mainz, 113, 119, 123.

Lagos, 118, 125.

Mar — Cascais, 61.

Monográfico de Conimbriga, 131.

Municipal de Peniche, 61, 65.

Nacional de Arqueologia e Etnologia — Lisboa, 65, 68, 81, 83, 85, 86, 107, 115, 125, 129, 131, 163.

Nápoles, 113, 116, 118-121, 123, 124.

Regional de Arqueologia de Arganil, 71.

Saint-Germain-en-Laye, 116, 121, 123.

N

Nanomaquia — Sua tradução em mosaico romano, 167-169.

Navegação fluvial na época romana — Aragão, 181.

Naufrágios de embarcações na Antiguidade

Antheor — “Chrétienne C”, 64.

Berlengas — Navio possivelmente púnico, 59-68.

Cap Dramont (Saint Raphaël) — Navio romano, 82.

Colônia de Sant Jordi (Maiorca) — Navio romano, 80, 86.

La Madrague des Giens (Var), 83, 84.

Necrópoles

Balsa, 107, 125.

Herdade do Pomar, 41-43.

Los Milares, 187.

Monte do Farrobo, 124.

Oliveira do Senhor dos Mártires, 85.

Quinta da Torre de Ares, 115.

Numeramento de 1527—Referência à Torre dos Frades ou Torre de Almo-fala, 94.

Numismática — Vide: *Moeda e Moedas*.

O

Objectos diversos

Orientais ou orientalizantes no Sudoeste da Ibéria (séc. VII-11 AC) Braseros, 150.

Jarros de bronze, 150.

Jarros cerâmicos, 150-151.

“Obeloi” (objectos rituais), 149.

Pré-históricos

Espátula, 46.

Faca, 48.

Objectos domésticos — Pilão, 117.

Objectos romanos

De adorno — Fíbulas, 69, 70, 88; De toucador — Pinças, 123.

Oficina epigráfica — Conimbriga, 135-136.

Ordo decurionum — Sarmizegetusa, 177.

P

Períodos

Alta Idade Média, 96.

Alto Império, 79, 156, 164.

- Antiguidade, 109, HO. — Antiguidade Clássica, 162.
- Árabe, 19.
- Áureo, 109.
- Baixo Império, 116, 156, 181.
- Bronze Final, 51, 53, 149.
- Burebista (Dácia), 171.
- Calcolítico, 14, 155.
- Campaniforme, 13, 15.
- Decébaló (Dácia), 171.
- Flaviano, 135, 136, 190, 191.
- Helenístico, 72, 79, 81, 85, 87, 88, 109.
- Helenístico tardio, 65.
- Idade do Bronze, 41-43, 155.
- Idade do Ferro, 19. — Idade do Ferro (I), 152. — Idade do Ferro (II), 39, 41-43, 45, 49, 51, 52, 56. — Idade do Ferro do Sudoeste peninsular, 151-153.
- Idade Média, 141, 182, 185.
- Império, 72, 111. — Império (Fim), 100, 139.
- Invasões francesas, 15.
- Júlio-claudiano, 164, 190.
- Megalitismo, 187-188.
- Mesolítico, 19, 188.
- Neolítico, 14. — Neolítico Antigo Europeu, 188.
- Paleocristão, 144.
- Paleolítico, 5, 10-11, 13, 14, 24, 32.— Paleolítico Antigo, 5, 10-11, 27, 32-34, 36. — Paleolítico Inferior, 24, 25. — Paleolítico Médio, 5, 10-11, 24, 25, 27, 32-34, 36. — Paleolítico Superior, 11-12, 21, 29.
- Pré-augústeo, 83.
- Pré-história recente, 12, 13, 21, 28, 29, 31-36.
- República, 156, 190.
- Romano, 5, 13-14, 21-24, 26, 27, 52, 59, 62, 63, 65, 69, 70, 78, 81, 87, 88, 98, 100, 153.
- Severiano, 135.
- Solutrense, 11, 12.
- Tardo-helenístico, 69, 70.
- Tardo-republicano, 71-73, 79, 84-87.
- Visigótico, 19, 100.
- Períodos geológicos*
- Bajociano, 10.
- Batoniano, 10.
- Cretácico, 10.
- Terciário, 10.
- Poder hierarquizante* — Influências externas que determinaram o seu aparecimento no Sudoeste da Ibéria nos séc. IX-IV AC, 149-153.
- Povoados* — Sua expansão durante a II Idade do Ferro alentejano, 39-57.
- Povos*
- Bárbaros, 167.
- Celtas, 151.
- Cinésios, 151.
- Cónios, 151.
- Cristãos, 96.
- Dalmatas, 172.
- Egípcios, 117.
- Fenícios, 65, 149, 150.
- Fenícios-púnicos, 85.
- Gregos, 111, 117, 149-151.
- Grego-orientais, 172.
- Ilírios, 172.
- Ind o-europeus, 151.
- Lancienses Transcudani, 154.
- Leoneses, 96.
- Muçulmanos, 96.
- Portugueses, 96.
- Púnicos, 65.
- Romanos, 65, 87, 109-111, 117, 163, 165, 171, 173, 192, 193.
- Tartéssicos ou Tartéssios, 150, 151.
- Trácios, 161-162.
- Túrdulos, 151.
- Produções agrícolas*
- Azeite, 85, 86.
- Batatas, 15, 19, 29.
- Cereais, 42, 93.
- Fruta (pomares), 93.
- Vinho, 24, 93, 112, 113.
- Profissões*
- Caçadores, 29.
- Cirurgião, 107-127. — De Paris, 120, 121, 123, 124.
- Lapidarii e/ou marmorarii
- Ardus — S. Tomé de Vade, 166.
- Elp(ídu?) — Santa Cruz de Lima, 166.
- Flavus — Conimbriga, 166.
- Reburrino — Caldas de Vizela, 166.

Medica optima (parteira), 124.
 Medicus, 124. — Cirurgião de Balsa, 124, 126; Pacensis, 124.
 Oculista (chirurgus oculus, medicus ab oculis, medicus oculus), 111, 114, 122. — De Reims (Severus), 116, 121, 123.
 Pastores, 29.

Q

Química da datação — Metodologia, 62-63.

R

Radiocarbono — Datação de um ceppo de âncora em chumbo, 59-68.
Recensões bibliográficas, 147-194.
Rede vidria romana — Aragão, 178-186.
República Romana — Síntese dos seus elementos sócio-económicos e políticos, 192-194.
Romanização
 Conclusões a tirar do estudo das lucernas romanas sobre o modo como a mesma se processou, 71-73, 84-88.
 A magistratura local como factor, 154.
 Sítios marcantes da sua geografia:
 Conímbriga, 134-136; Dácia, 170-178;
 Região de Riba-Coa, 100.

S

Sepulturas
 Egípcias, 117.
 Idade do Bronze, 43.
 Pré-história recente (colectivas), 12-15.
 Romana (cirurgião de Paris), 107, 120, 121, 126.
Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, 101.
Serviços Cartográficos do Exército, 14.
Sigillatas, 81.
 Sudgálica
 Vaso, 166.

Silo escavado na rocha — Estação arqueológica: Caeiro dos Algarves, 9, 24.
Simbologia religiosa — Capitel de ara paleocristão (?)
Água, 142, 144.
 Aves (pomba e pavão), 140-141, 145.
 Crísmo, 142.
 Rosetas ou rosáceas, 142-143.
 Sangue de Cristo, 141-142.
 Vaso ou cálice, 141-142, 144, 145.
 Vinho, 141-142, 144.
Simpósio sobre la Red Viaria en la Hispania Romana, Tarazona, 1987, 178.
Sinetes de oculista (signa ocularium), 114.

T

Templo romano — Almofala — Sua possível classificação como prostilo tetrastilo e não templo in antis, 91-101.
Termas — Santa Vitoria do Ameixial, 169.
Tesouros — Vide: *Moedas*.
Tribos
 Horacia, 159.
 Quirina, 155.

U

Universidades
 Autónoma de Barcelona, 165.
 Coimbra, 149.
 Federal do Rio de Janeiro, 192.
 Lavai — Quebeque, 167.
 Porto, 189.
 Saragoça, 165.
 Yale, 193.
Urbanismo romano — Dácia, 170-178. — Estatuto civil e militar dos centros urbanos, 171-173.
Utensílios: Pregos de ferro, 125.

V

Via talvez pré-romana: Ervidel-Aljustrel, 51-52, 56.
Vias romanas
 Construção, 182; Estrutura, 184; Fontes

para o seu conhecimento (medievais, modernas, toponímicas), 182-183.

Itinerários

Caesaraugusta-Benehamum (Via Famosa), 184, 185.

Caesaraugusta-Laminio, 183, 184.

Caesaraugusta-Pirenéus, 183.

Caesaraugusta-Pompaelo, 180, 183.

Caesaraugusta-Segontia, 186.

Caesaraugusta-Turiaso, 183, 184.

Conímbriga-Sellium, 183.

Emerita Augusta-Asturica Augusta, 178, 181.

Emérita Augusta-Caesaraugusta, 183, 186.

Ilerda-Celsa (Via Augusta), 182-186.

Ilerda-Osca-Caesaraugusta, 183-185.

Olisipo-Bracara, 182, 184.

Tarraco-Celsa, 182.

Via Augusta — Vide: Ilerda-Celsa.

Via Famosa — Vide: Caesaraugusta-Benehamum.

Obras de arte

Mansiones ou estações viárias, 185-186; Pontes, 184-185.

Zonagem

Baixo Aragão, 183; Dácia, 175; Roda, 14.

Vidros romanos, 125, 153, 175.

“Villae” romanas

Dácia, 174-175.

Puente Genii, 167-169.

Santa Vitória do Ameixial, 169.

“Vis comica”—Sua tradução em mosaico romano.

índices elaborados por

JOAQUIM TOMÁS MIGUEL PEREIRA

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

THIERRY AUBRY, MARIA HELENA MOURA— <i>Redinha (Pombal) — Subsídios para a carta arqueológica da freguesia</i>	5
Rui PARREIRA, LUIS BERROCAL RANGEL— <i>O povoado da li Idade do ferro da Herdade do Pomar (Ervidel, Aljustrel)</i>	39
J. M. PEIXOTO CABRAL J. M. MEIRELES, A. M. MONGE SOARES, L. VERISSIMO — <i>Datação pelo radiocarbono de um cepo de âncora em chumbo encontrado na Berlenga</i>	59
JOÃO DE CASTRO NUNES, AMILCAR GUERRA, CARLOS FABIÃO— <i>As lucernas do acampamento militar romano da Lomba do Canho (Ar gañil)</i>	69
HELENA FRADE — <i>Novos elementos sobre o templo romano de Almofala</i>	91
JOÃO CARLOS FARIA, MARISOL A. FERREIRA— <i>Aqueduto e barragem romanos do bairro Rio de Clérigos (Alcácer do Sal)</i>	103
MARIA LUÍ SA VEIGA SILVA PEREIRA — <i>Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta da Torre d Ares)</i>	107
ROBERT ÉTIENNE— <i>À propos d'une inscription retrouvée de Conimbriga</i>	129
ANA GOULÃO MACHADO— <i>Um capitel de arapaleocristão (?) no Museu de Beja</i>	137
Recensões bibliográficas	147

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica



Gráfica de Coimbra, Lda.

750 ex. — Dezembro de 1991 — Dep. legal n.º 2892/84

(Página deixada propositadamente em branco)

CONIMBRIGA

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (PORTUGAL)

PUBLICAÇÃO ANUAL

COLABORAÇÃO SOLICITADA

PEDIDOS:

DIGLIVRO — Rua Ilha do Pico, 3 B — **Pontinha**
P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO — Rua Gomes Leal, 93, cv.
P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir réchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkehr erwünscht.*

